Priscilla Feres Spinola

**A experiência da maternidade no cárcere:
Cotidiano e trajetórias de vida**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Programa de Ciências da Reabilitação
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo

São Paulo
2016

Priscilla Feres Spinola

**A experiência da maternidade no cárcere:
Cotidiano e trajetórias de vida**

Dissertação apresentada à Faculdade de Medicina da
Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciências

Programa de Ciências da Reabilitação
Orientadora: Profa. Dra. Sandra Maria Galheigo

São Paulo
2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Preparada pela Biblioteca da
Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

©reprodução autorizada pelo autor

Spinola, Priscilla Feres

A experiência da maternidade no cárcere : cotidiano e trajetórias de vida /
Priscilla Feres Spinola. -- São Paulo, 2016.

Dissertação(mestrado)--Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.
Programa de Ciências da Reabilitação.

Orientadora: Sandra Maria Galheigo.

Descritores: 1.Prisões 2.Mulheres 3.Cuidado da criança 4.Atividades cotidianas
5.Direitos da mulher 6.Violações dos direitos humanos

USP/FM/DBD-458/16

Para todas as queridas
colaboradoras diretas e indiretas deste trabalho,
tantas outras Janainas e Vitórias que pude acompanhar,
como terapeuta ocupacional, em suas histórias
de maternidade no sistema prisional.

Tendo sido elas, as principais motivadoras
da minha necessidade em construir esta pesquisa
e tornar públicas muitas das durezas, das violações,
das tristezas, mas também das belezas e reinvenções
vivenciadas por essas mulheres-mães,
no invisível mundo do cárcere.

Vocês me acompanharão pela vida, sempre!

Agradecimentos

Ao Fernando, companheiro de todas as horas, paciente e compreensivo por tantas ausências, incentivador fundamental desta aventura do mestrado, agradeço com todo o meu amor e admiração;

Aos meus pais, Cida e Toninho, que tornaram a caminhada até aqui possível, com suas longas horas de trabalho para garantir a construção de sonhos e escolhas, para mim e meus irmãos.

Especialmente às queridas colaboradoras diretas desta pesquisa, Janaina e Vitória, agradeço a generosidade em compartilharem comigo suas histórias. Agradeço ainda, as horas de trabalho que me disponibilizaram e a forma afetiva com que, junto com seus familiares, me receberam em seus lares.

À minha querida orientadora, Sandra Galheigo, por sua paciência, sua sabedoria, sua capacidade para suportar os meus transbordamentos de palavras, intensidades e confusões; sua disponibilidade em dividir o seu tempo, seus finais de semana em casa e o seu café comigo. Obrigada por acreditar em mim e me amparar nesta nossa construção conjunta!

Às professoras Marcia Thereza Couto, Marta de Carvalho e Fátima Oliver, pelas valiosas e generosas contribuições durante o exame de qualificação desta pesquisa.

Às queridas professoras, Beth Lima, Fátima Oliver e Sandra Galheigo, pela oportunidade de cursar a disciplina Bases para uma Terapia Ocupacional Crítica, e por me apresentarem novas concepções de mundo, possibilitando que eu me reinventasse de forma criativa em um momento de desesperança profissional e pessoal, gerados pelo encontro com a dura realidade do sistema prisional.

Aos meus avós, em especial a vó Toninha, cheia de vida e histórias de fantasia, agradeço a sua paciência com a produção deste mestrado, em meio a espera para os nossos últimos cafés e pães de queijo compartilhados. Um abraço carinhoso e quente, aonde quer que esteja agora.

Às minhas irmãs, irmãos, cunhadas e cunhado, pela compreensão com as minhas ausências, pelos afetos, conversas e risadas, que alimentaram essa jornada.

Às ‘companheiras em mestrado’, Aline, Cátia, Rejane, Tâmara e Larissa, agradeço a possibilidade de compartilhar aflições, dúvidas, experiências, escritas e os deliciosos congressos.

Às queridas amigas Fernanda Pimentel, Luciana Cordeiro e Teresa Leopoldo, por se fazerem presentes e próximas nesta etapa de minha vida.

Às amigas Vivian Solai, Thais Valente, Élide Donabela, Eliane Novaes, Ivani Bonini, em especial à Teresa Leopoldo e Sandra Rodrigues, por terem compartilhado comigo as absurdidades do mundo do cárcere e a descoberta de possibilidades e de humanos dentro dos muros da prisão.

À Pastoral Carcerária, em especial ao Padre Valdir e à Assistente Social Edna, por me receberem e dividirem comigo suas experiências e cotidianos no mundo da prisão.

À Michele Rosa e aos defensores públicos que atuam diretamente com as mulheres, na luta pela existência do Mães em Cárcere, e pela esperança em um mundo mais justo. Obrigada pela parceria e suporte.

À Bruna Angotti, pelo bom encontro e auxílio nos caminhos iniciais com a pesquisa e exploração do tema.

Aos amigos e familiares, em geral, agradeço a compreensão de minhas ausências e faltas geradas por esta prazerosa, mas árdua jornada do mestrado.

“— De sua formosura
 já venho dizer:
 é um menino magro,
 de muito peso não é,
 mas tem o peso de homem,
 de obra de ventre de mulher.
 (...)— De sua formosura
 deixai-me que diga:
 é belo como o coqueiro
 que vence a areia marinha.
 — De sua formosura
 deixai-me que diga:
 belo como o avelós
 contra o Agreste de cinza.
 — De sua formosura
 deixai-me que diga:
 belo como a palmatória
 na caatinga sem saliva.
 — De sua formosura
 deixai-me que diga:
 é tão belo como um sim
 numa sala negativa.
 — É tão belo como a soca
 que o canavial multiplica.
 — Belo porque é uma porta
 abrindo-se em mais saídas.
 — Belo como a última onda
 que o fim do mar sempre adia.
 — É tão belo como as ondas
 em sua adição infinita.
 — Belo porque tem do novo
 a surpresa e a alegria.
 — Belo como a coisa nova
 na prateleira até então vazia.
 — Como qualquer coisa nova
 inaugurando o seu dia.
 — Ou como o caderno novo
 quando a gente o principia.
 — E belo porque o novo
 todo o velho contagia.

— Belo porque corrrompe
 com sangue novo a anemia.
 — Infecciona a miséria
 com vida nova e sadia.
 — Com oásis, o deserto,
 com ventos, a calmaria.

O carpina fala com o retirante
 Que esteve de fora, sem tomar
 Parte de nada

— Severino, retirante,
 deixe agora que lhe diga:
 eu não sei bem a resposta
 da pergunta que fazia,
 se não vale mais saltar
 fora da ponte e da vida;
 nem conheço essa resposta,
 se quer mesmo que lhe diga
 é difícil defender,
 só com palavras, a vida,
 ainda mais quando ela é
 esta que vê, Severina
 mas se responder não pude
 à pergunta que fazia,
 ela, a vida, a respondeu
 com sua presença viva.
 E não há melhor resposta
 que o espetáculo da vida:
 vê-la desfiar seu fio,
 que também se chama vida,
 ver a fábrica que ela mesma,
 teimosamente, se fabrica,
 vê-la brotar como há pouco
 em nova vida explodida;
 mesmo quando é assim pequena
 a explosão, como a ocorrida;
 como a de há pouco, franzina;
 mesmo quando é a explosão
 de uma vida Severina.”

Esta dissertação está de acordo com as seguintes normas, em vigor no momento desta publicação:

Referências: adaptado de International Committee of Medical Journals Editors (Vancouver).

Universidade de São Paulo. Faculdade de Medicina. Divisão de Biblioteca e Documentação. Guia de apresentação de dissertações, teses e monografias. Elaborado por Anneliese Carneiro da Cunha, Maria Julia de A. L. Freddi, Maria F. Crestana, Marinalva de Souza Aragão, Suely Campos Cardoso, Valéria Vilhena. 3a ed. São Paulo: Divisão de Biblioteca e Documentação; 2011.

Abreviaturas dos títulos dos periódicos de acordo com List of Journals Indexed in Index Medicus.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. O problema de pesquisa.....	1
1.2. De que forma esta dissertação foi organizada.....	7
1.3. Maternidade no cárcere.....	9
1.3.1. O encarceramento feminino na perspectiva legal-normativa e no acesso a direitos no sistema prisional brasileiro	9
1.3.2. A mulher e a maternidade no cárcere: uma revisão de literatura	18
2. COTIDIANO, PRISÃO E MATERNIDADE: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA 	38
2.1. Cotidiano, história e sociedade	38
2.2. Cotidiano e suas capturas na prisão e nas instituições totais	47
2.3. Maternidade e história: entre normas e desvios	60
3. OBJETIVO.....	77
3.1. Objetivos específicos	77
4. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS	78
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	87
5.1. Uma breve apresentação das colaboradoras.....	87
5.1.1. Janaina.....	87
5.1.2. Vitória	88
5.2. O cotidiano em seus múltiplos tons	91
5.2.1. Gestação, parto e pós-parto no cárcere	93
5.2.1.1. A vivência da gravidez: vulnerabilidades no contexto prisional e no acesso à saúde.....	94
5.2.1.2. O parto e os primeiros cuidados ao bebê: experiências marcadas por violações de direitos	98
5.2.2. Maternidade no cárcere	108
5.2.2.1. Desamparo, a busca por recursos e a construção da solidariedade	109
5.2.2.2. A maternidade no cárcere: entre afetos, durezas e cansaço	113
5.2.2.3. O cotidiano de cuidados e as estratégias de enfrentamento	117

5.2.2.4. A vivência do cotidiano na maternidade: submissões e reinvenções às normas institucionais	122
5.2.2.5. Separação: imaginários, perdas e modos de lidar.....	133
5.2.2.6. Após a separação: quando a família assume o cuidado	144
5.2.3. A vida após o cárcere.....	147
5.2.3.1. De volta à casa: idas e vindas, reencontros e desencontros	147
5.2.3.2. Recomeços da vida: os dilemas e enfrentamentos na vida após o cárcere	152
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
7. ANEXOS	169
7.1. <i>“Eu nasci na liberdade. Que ironia do destino... e fiquei presa”</i>	169
7.2. <i>“Ninguém ia ser capaz de tirar o meu filho dos meus braços”</i>	198
Anexo A: Aprovação do Comitê de Ética	226
Anexo B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	227
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	230

LISTA DE SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual de Saúde
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEJIL	Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional
CHSP	Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária –
COC	Centro de Observação Criminológica (antigo nome do atual CHSP)
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Human Immunodeficiency Vírus (VIH-Vírus da Imunodeficiência Humana)
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEP	Lei de Execução Penal
ONU	Organização das Nações Unidas
PFC	Penitenciária Feminina da Capital
PNAISP	Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida
SUS	Sistema único de saúde

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Corpus da revisão da literatura.....21

Tabela 2 - Análise das histórias orais: fases e categorias.....95

RESUMO

Spinola PF. *A experiência da maternidade no cárcere: cotidiano e trajetórias de vida* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2016.

As experiências de maternidade nos presídios brasileiros têm crescido diante do aumento do número de mulheres presas. A complexidade dessa condição e as adversidades no meio das quais elas se desenrolam convocam pesquisadores a aprofundar o conhecimento destas experiências de modo a tirá-las da invisibilidade social. Esta pesquisa teve como objetivo conhecer e compreender a experiência da maternidade no cárcere, a partir do cotidiano e da trajetória de vida de mulheres egressas do sistema penitenciário. Foi realizado estudo exploratório, descritivo e reflexivo, de caráter qualitativo, balizando-se nos pressupostos da hermenêutica-dialética e na construção de duas histórias orais. Para a análise, elegeu-se como eixo central o conceito de cotidiano. Foi possível a identificação de dez categorias, apresentadas a partir de uma perspectiva temporal das trajetórias das colaboradoras. Como resultados, na experiência “Gestação, parto e pós-parto”, observou-se que as mulheres grávidas vivenciaram diferentes condições de vulnerabilidade e riscos para a sua integridade física, bem como do bebê em formação, com precário acesso aos cuidados em saúde e sob marcantes violações de direitos. Na experiência “Maternidade no cárcere”, período em que mãe-bebê permaneceram juntos na instituição, constatou-se que, em contraponto ao desamparo vivenciado, práticas de solidariedade foram desenvolvidas pelas mulheres como modo de organização e resistência às dificuldades e privações materiais- afetivas por elas vividas. Constatou-se que a experiência de cuidados dos filhos era percebida como uma experiência prazerosa, mas também desgastante devido ao cuidado intensivo e exclusivo da criança e às tristezas e durezas vividas no contexto do encarceramento. Assim, frente às precariedades e às rígidas normas da prisão, as mulheres construíam estratégias para otimizar e garantir os cuidados dos bebês e de si, ora exibindo posturas de submissão ora de resistência e reinvenção do cotidiano. A anunciada separação mãe-bebê permeou o imaginário das mulheres durante todo o período da gravidez e cuidado do filho, antecipando o sofrimento da concretização da despedida. Após a entrega de seus filhos para suas famílias, as mulheres desenvolveram modos singulares de lidar com o sofrimento e com a preocupante sobrecarga física, emocional e financeira causada a seus familiares. No período “Vida após o cárcere”, as experiências das colaboradoras mostraram a difícil retomada do contato com os filhos e as repercussões para sua relação futura com eles. Essas dificuldades foram agravadas pelas barreiras, preconceitos e precariedade de acesso às políticas sociais e às de suporte para a inclusão social após o encarceramento. Como resultado, as mulheres necessitaram agenciar, por si próprias, a construção de projetos de vida que viessem a garantir o futuro de seus filhos após a prisão. Concluiu-se que o cotidiano prisional se apresentou como violador e normatizador da experiência materna e de sua relação com as crianças. Ademais, constatou-se que a experiência de maternidade foi utilizada como mais um modo de punição das mulheres, com prejuízos a seus filhos, por vezes, irreparáveis e que extrapolaram o espaço-tempo do cárcere. Ainda assim, pôde-se perceber que, frente a violações e sofrimentos, as mulheres construíam espaços para reinvenção e resistência a esse aprisionante cotidiano.

Descritores: prisões; mulheres; cuidado da criança; atividades cotidianas; direitos da mulher; violações dos direitos humanos.

ABSTRACT

Spinola PF. *Maternity experience in prison: everyday life and life trajectories*. [thesis]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2016.

Maternity experiences in Brazilian prison has been growing considering the increase of incarcerated women. This complex and adverse condition call upon researchers to deepen these experiences' knowledge in order to make them socially visible. This research aims to apprehend and understand the experience of maternity in prison through everyday life and life trajectories of women who got out of prison. This is an exploratory, descriptive and reflexive, qualitative study. We used dialectical hermeneutics framework and constructed two oral histories, using the everyday life concept as main axis to analyze them. We identified ten categories in a temporal perspective of the collaborators trajectories. The results of the "Pregnancy, birth and after birth" experience show that pregnant women had different vulnerability conditions and risks for their physical integrity and the baby's as well. There was precarious access to health care and rights violation. In the experience of "Maternity in prison" we verified that when mother and baby stayed together in the institution, opposing the helplessness they lived, women developed solidarity practices as a mean of organization and resistance of the difficulties and material-affective privation they experimented. The experience of children care was perceived as pleasurable and exhausting at the same time due to the intensive and exclusive children care and to the sadness and hardness experienced in prison. Therefore, considering the precariousness and the rigid prison rules, women built strategies to optimize and guarantee the babies' care and their self-care by adopting a submissive and resistance stances rotatively, and the recreation of their daily lives. The announced separation of mother-baby has permeated the women's ideals during the whole pregnancy and childcare period, anticipating the suffering caused by the separation moment. After delivering the children for their families, women developed singular ways to deal with the suffering and with the physical, emotional and financial load caused to their families. In the "Life after prison" period, the collaborators had difficulties in reestablishing the contact with their children and were uncertain about the consequences of their relation with them. The barriers, prejudice and precariousness of the access to the social policies and the support for social inclusion exacerbated it. As a result, women needed to act by themselves in order to have a life plan that would guarantee their children's future after imprisonment. We concluded that everyday life in prison reveals to be a violator and standardizer of the maternal experience and its relation to the children. Hence, we verified that maternity experience was used as punishment for women, causing damage to their children that might be irreparable and that goes beyond the prison space-time. Considering the violations and suffering women experienced, they constructed spaces for recreating and resisting to the constraining everyday life in prison.

Descriptors: prisons; women; child care; activities of daily living; women's rights; human rights abuses.

1. INTRODUÇÃO

1.1. O problema de pesquisa

A maternidade no cárcere passa a me suscitar inquietações a partir da experiência de atuar como terapeuta ocupacional em um serviço de saúde, destinado ao atendimento de pessoas em situação de privação de liberdade de 2009 a 2016.

Embora tivesse aceitado esse trabalho desafiada pelas inúmeras situações que já previa encontrar em meu dia-a-dia, só pude construir a real dimensão da complexidade desse cenário, a cada nova situação vivida, a cada novo dia ao longo desses anos. Muitos foram os embates, as contradições e as situações éticas com as quais me deparei, muitas delas de difícil nomeação.

Em 2005 me graduei em Terapia Ocupacional e, desde então, venho me dando conta de que o eixo que norteia a minha atuação se dá na busca pelo humano nas relações, pela escuta aos sofrimentos e potencialidades ou a criação delas para a transformação de condições difíceis e turbulentas da vida, seja em razão de um adoecimento, ou por qualquer outra condição de vida que limite a existência e o cotidiano das pessoas.

Enquanto profissional de uma área que se compõe interdisciplinarmente e se alimenta de diferentes fontes para compreender e cuidar de pessoas em suas atividades, cotidianos e na busca para o cuidado de si, tenho podido compreender que nenhuma experiência, mesmo que de um diagnóstico, por exemplo, pode ser reduzida a um único determinante. Pois, as experiências de saúde sempre estão diretamente relacionadas às possibilidades sociais, econômicas e às redes de suporte dos sujeitos, à liberdade que existe para o exercício de sua autonomia diante da vida, às formas de inserção e acesso aos serviços, instituições, moradia e trabalho, e à possibilidade de vivenciar as relações e esses acessos de maneira mais igualitária e digna.

Desde os meus primeiros contatos com a realidade do sistema prisional, esta minha visão de mundo passou a entrar em conflito com as visões ali colocadas, fundamentadas e naturalizadas. Foram ainda disparadas reflexões em torno da complexidade instalada neste cenário, quando as diferentes lógicas de cuidar/tratar e punir/reeducar se unem numa mesma instituição, tendo cada qual dessas lógicas seu caráter também normativo, controlador e aprisionante, guardando é claro, as diferentes intensidades de proporções entre elas.

O impacto diante deste cenário já se dava na própria chegada à instituição, com o despertar de sensações de estranhamento e desconforto durante as revistas, nas passagens pelos detectores de metais e nos primeiros contatos com a equipe de segurança. *“Apitou! Volta, tira o sapato e passa descalça!” “Você está usando sutiã com ferrinho, vamos para a salinha para eu te revistar!”* (Entenda-se que por trás disso existia o subliminar: *“e ver se você não está escondendo nada no corpo”*). Por vezes, ouvíamos *“Tem que revistar e se apitar não vai entrar, porque é o pessoal da saúde que traz celular e drogas para eles lá dentro!”*

Em outros plantões, agentes de segurança mais constrangidos e buscando ser simpáticos, pediam que você colocasse uma mão em cada seio, tampando os ferrinhos do sutiã e passasse de lado e lentamente, para enganar o detector e não ser acusada por ele.

Também precisei me sentar em um banquinho que detectava metais que, supostamente, poderiam estar em lugares íntimos do meu corpo. Além do corpo, os pertences também deveriam passar por um importante controle ao se entrar na instituição. Deveria ser levado o mínimo possível, sendo os celulares, objetos com entrada proibida. Tudo tinha de ser revistado; as bolsas serem as menores possíveis e transparentes. Eram abertas sem pedidos de licença. Na lógica institucional, essa era uma ação óbvia e necessária para a manutenção da ordem. Do ponto de vista pessoal, modifiquei todos os meus hábitos, vestimentas e objetos que levava ao trabalho.

Essas práticas, realizadas cotidianamente no ambiente prisional, davam uma dimensão do quanto a invasão dos corpos, da intimidade e da singularidade era legitimada ali, bem como muitas vezes se colocava atravessada pelas relações de poder, de controle e de opressão.

Todo esse cenário e as restrições ali impostas, disparavam sensações de despersonalização, de diminuição de autonomia e de completo distanciamento do mundo existente do lado de fora, em meio aos detectores, às grades, grandes cadeados, e aos longos e frios corredores e galerias que levavam às unidades onde as pessoas institucionalizadas se encontravam. Os atendimentos deveriam ocorrer sempre com as portas abertas, com os agentes de segurança passando por elas.

Da perspectiva da pessoa que estava ali para ser cuidada, tal condição trazia fortemente o estigma do lugar da criminosa ou do criminoso, e esta marca gerava uma importante ruptura para o contato interpessoal com os profissionais da instituição. Na relação, sempre estava colocada a prerrogativa “nós, trabalhadores, cidadãos” e “elas(es),

infratoras(es), criminosas(os)”. Esse era o ponto de partida que já colocava as pessoas ali institucionalizadas, em um lugar de desigualdade e descrédito, que naturalizava a perda de seus direitos básicos e a prática de diferentes formas de violações e violências perpetradas, tanto pelos profissionais quanto pela instituição, assim como, pelo próprio Estado.

Este “nós” e “eles”, logo de início, já se colocava como um entrave com a equipe de segurança, visto que a equipe de saúde estava ali para um cuidado que, teoricamente, exigiria romper com estas prerrogativa e lógica. Dessa forma, por vezes, percebia-se uma certa hostilização para com o profissional de saúde, que se propunha a estar ali numa relação de cuidado com as pessoas que estavam presas. Tal postura, perante o olhar da equipe de segurança, nos colocava mais próximos dos “eles” do que do “nós”, situação esta, geradora de muitas desconfianças. Tal panorama se tornava importante obstáculo no trabalho cotidiano da equipe, mediante a um sufocante controle institucional.

Após algum tempo de imersão nessa realidade, fui sendo tomada pela percepção de pouca transparência nas regras, normas e práticas do sistema prisional. Evidenciavam-se ainda, violações de direitos básicos mediante às superlotações dos presídios, condições de vida estimuladoras para situações e práticas de risco e de diferentes formas de abuso. Dessa maneira, observava-se o agravamento das condições de saúde, bem como a falta ou o difícil acesso aos cuidados e tratamentos das pessoas que estavam privadas de sua liberdade.

Em meus primeiros anos no serviço, atuava somente com os homens que eram trazidos para os cuidados de algum processo de adoecimento. Apenas três anos depois de minha chegada, passei a atender as mulheres e seus bebês, ali albergados para o chamado “período de aleitamento materno”.

Desde a minha chegada, um importante questionamento passou a me acompanhar em meu dia-a-dia: Quais questões e necessidades poderiam ser disparadas ao se adoecer ou dar à luz a um bebê dentro de um presídio, com a perda do exercício da “liberdade”, direitos e autonomia? As condições de vida se mostravam precárias e as pessoas permaneciam submetidas a uma institucionalização homogeneizadora e severa, onde o que permanecia era a luta e a descoberta de formas de sobrevivência e de resistência a uma dura e violenta realidade. Nesse âmbito, muitas e complexas eram e continuam sendo, as dificuldades apresentadas por essas pessoas cotidianamente. Ora no que se concebe como questões de saúde, ora como questões sociais, ora no que concerne ao

cumprimento da pena no regime prisional e recursos disponíveis, e mesmo no entrecruzamento de todas essas e outras mais, se é que se pode separá-las.

No entanto, foi no encontro com as mulheres e seus bebês que minhas inquietações se intensificaram, ainda que já fossem muitas. Minha condição de mulher e as situações que pude eu mesma ir experimentando ao longo das revistas e de outras passagens a cada novo embate ou contradição com a lógica do sistema prisional, pareciam me introduzir em uma dimensão de questionamentos e sensações que me conectava, especialmente às histórias daquelas mulheres e de suas crianças.

Embora surgissem questões em torno de minha atuação profissional, outras foram disparadas do ponto de vista ético-pessoal, acerca de um sistema social mais amplo, que também é gerador daquele contexto, das lógicas ali colocadas, e mais do que isso, dá o próprio sentido e até legitimidade para que exista uma realidade como a de nosso sistema prisional.

Acompanhar os homens com as mãos para trás, cabeça baixa, com seus uniformes de calça cáqui e camiseta branca andando enfileirados, já era assustador. Mas sendo mulher, já profissional daquela instituição há alguns anos, olhar e começar a me dar conta, pela primeira vez, da existência daquelas mulheres na instituição, vestidas com os mesmos uniformes masculinos, levando seus bebês no colo, de cabeça baixa; no encontro dos sons das trancas e cadeados a competir com os choros e sons dos bebês, novos questionamentos passaram a ser suscitados, não só em torno do sistema, mas do ser mulher, do ser mãe e do ser criança e filha(o) dentro daquele contexto.

Tendo já alguma familiaridade com esta estrutura inóspita do sistema, inquietava-me com as delicadas condições de gestação, nascimento, maternidade, e do início da vida e desenvolvimento no sistema prisional. O quanto a mulher estava submetida às lógicas punitiva e destrutiva, com a imposição de outras diferentes formas de aprisionamento e perdas, especialmente relacionadas aos seus papéis sociais e afetos, e à fragilidade da continuidade de seus laços.

Observava, na proximidade com as histórias daquelas mulheres-mães, as singularidades que me afastavam de um olhar generalizador para elas, que as enquadrava na categoria de “as presas”, termo comum de se ouvir neste contexto. Por outro lado, também era possível perceber muitas passagens que as uniam ou as aproximavam em torno de histórias precoces de violência; vínculos familiares e institucionais frágeis desde a infância; empobrecimento na relação escolar e nas perspectivas de vida; na forma de

aproximação com as drogas; no envolvimento com os delitos; no aprisionamento e no engajamento em atos tidos como infracionais; e na diminuição da liberdade e das possibilidades para o cuidado de si. Dessa forma, estas passagens também me proporcionavam a dimensão de uma condição de vulnerabilidade já prévia ao aprisionamento, e que só se agravava com o mesmo.

Em princípio, mulheres e crianças chegavam encaminhadas para a Terapia Ocupacional por demandas para cuidados em torno de sua situação clínica ou alterações no desenvolvimento infantil. No entanto, as necessidades trazidas para os atendimentos passaram a ser disparadas pelas particularidades vivenciadas nos cuidados cotidianos das mulheres e de suas crianças no específico contexto do cárcere, em meio à intensa relação mãe-bebê e à esperada separação no prazo máximo de seis meses. Esta realidade inspirava delicadezas e cuidados.

Mais do que a intervir, comecei a perceber a importância de observar e tentar compreender que condições eram aquelas, quais eram as necessidades que surgiam nesse dia-a-dia. Passei a observar que, por vezes, entender estas necessidades era o melhor modo para compreender as atitudes e ações daquelas mulheres e, ao mesmo tempo, para sair de uma perspectiva e posicionamento de reprodução da prática de categorizá-las, condená-las em suas ações e naturalizar as violações institucionais no âmbito do cotidiano e da relação mãe-bebê.

A partir da proximidade com os cotidianos dessas mulheres, pôde surgir a percepção do esforço, das potencialidades e das dificuldades nos cuidados intensivos e solitários para com os seus bebês, em um contexto demarcado por diferentes formas de privações e violações. Esta situação me gerou questionamentos, tanto em torno das violações e privações experimentadas nesse cotidiano institucional quanto sobre o desenrolar disparado por esta particular experiência para as trajetórias de vida das mulheres e de suas crianças.

A partir disto, tais indagações encontraram na possibilidade de realização do mestrado, um importante caminho de construção. Dar espaço a estas inquietações e tornar pública a complexidade que envolve esta realidade, também se faz necessária para a construção de algum sentido para as minhas próprias vivências diante do inimaginável e invisível do mundo prisional. Tal realidade permanece ignorada por grande parte da sociedade, dando lugar a uma visão simplista e equivocada em torno das condições

vivenciadas pelas mulheres no sistema prisional brasileiro, situação que também reflete a urgência de discussão do tema.

Para tanto, o presente estudo apresenta como questão base a experiência da maternidade no cárcere. Em princípio, a construção deste projeto de pesquisa vislumbrava entrevistar as mulheres durante o período do aleitamento materno, na própria instituição penal. No entanto, havia um importante desconforto com a proposta, na medida em que a mesma parecia manter aprisionados à instituição, tanto as histórias das pessoas quanto o próprio projeto de pesquisa. Além disso, pensar em fazer um convite para a participação de mulheres, garantindo que se sentissem com o direito à negativa e sem qualquer constrangimento em meio a um ambiente tão opressor, bem como propor que narrassem a mim seu cotidiano e histórias com a porta da sala aberta e seguranças à espreita, me despertavam conflitos éticos com o projeto.

Foi necessário pensar alternativas que libertassem a pesquisa de todos estes aprisionamentos e buscar pessoas que também estivessem livres para optar ativamente acerca de sua participação e na forma de contar suas histórias. Ademais, passou a se delinear como um interessante caminho para a pesquisa entrevistar mulheres em um momento posterior à experiência do aprisionamento e da maternidade, podendo assim não só possibilitar uma discussão sobre este cotidiano no cárcere, mas propiciar uma compreensão mais longitudinal das trajetórias de vida disparadas a partir disso.

Dessa forma, tornou-se viável a busca de organizações não governamentais e sem fins lucrativos que atuam com essas mulheres, a fim de se apresentar a proposta da pesquisa, colocando-a à disposição para possíveis interessadas em colaborar com o estudo. A partir desse caminho, chegou-se a viabilidade para a construção das duas histórias de vida aqui relatadas.

1.2. De que forma esta dissertação foi organizada

A dissertação se inicia com a *Parte 1 “Introdução”*, foi dividida em três capítulos. No primeiro, *Capítulo 1.1 “O problema de pesquisa”*, compreendeu-se a necessidade de exposição da construção da questão base para a pesquisadora, assim como a problematização das experiências que a dispararam. No *Capítulo 1.2 “De que forma esta dissertação foi organizada”*, redigiu-se as atuais orientações e informações ao leitor sobre a forma de organização da dissertação e dos tópicos abordados para a problematização do tema.

O *Capítulo 1.3 “Maternidade no cárcere”*, traz a contextualização acerca da experiência da maternidade nos presídios brasileiros, tanto da perspectiva das legislações e regulamentações quanto no contraste com os estudos e pesquisas que problematizam como essa experiência tem se dado na realidade do cotidiano do sistema prisional brasileiro. Sendo assim, ele foi dividido em duas seções. A primeira, intitulada *1.3.1 “O encarceramento feminino na perspectiva legal-normativa e no acesso a direitos no sistema prisional brasileiro”*, apresenta um levantamento sistematizado das normas, regulamentos e direitos que abordam a experiência da maternidade no cárcere, tanto na perspectiva de direitos do bebê-criança quanto da mulher-mãe, em situação de privação de liberdade. A segunda, *1.3.2 “A mulher e a maternidade no cárcere: uma revisão da literatura”*, apresenta um levantamento de estudos e publicações acerca do tema, a fim de se mapear o que já foi pesquisado e problematizado em torno da questão base, e mais do que isso, apresentar a realidade de quem vivencia a maternidade nesse contexto.

A *Parte 2 “Cotidiano, prisão e maternidade: Uma perspectiva teórica”*, apresenta a sistematização de aportes teóricos para fundamentar a perspectiva de problematização que se pretende realizar em torno do tema. O conceito de cotidiano na modernidade foi tomado como foco central do trabalho. Dessa forma, optou-se por três capítulos. No primeiro, *Capítulo 2.1. “Cotidiano, história e sociedade”*, se apresenta o conceito de cotidiano nas perspectivas construídas por Henry Lefebvre e Agnes Heller, autores que partem do marxismo-dialético para problematizar a constituição da vida cotidiana na sociedade moderna capitalista e em suas relações de produção, bem como refletir sobre seu potencial para a transformação social.

O *Capítulo 2.2. “Cotidiano e suas capturas na prisão e nas instituições totais”* problematiza o cotidiano no contexto da prisão e das tecnologias de poder e de vigilância

que formatam e prescrevem as menores parcelas da vida cotidiana, assim como, os atravessamentos gerados pela prisão enquanto uma instituição total. Para tanto, partiu-se das contribuições de Michel Foucault e Erving Goffman¹. O Capítulo 2.3. “*Maternidade e história: entre normas e desvios*”, apresenta um resgate histórico das concepções sociais em torno da maternidade e a problematização dos rompimentos com os padrões hegemônicos do papel materno.

A Parte 3, “*Objetivo*”, expõe os objetivos do trabalho, e a Parte 4, “*Os caminhos metodológicos percorridos*”, apresenta as escolhas e perspectivas metodológicas utilizadas e construídas.

A Parte 5 “*Resultados e discussão*” está dividida da seguinte maneira: 5.1 “*Uma breve apresentação das colaboradoras*”, com os subcapítulos 5.1.1 “*Janaina*” e 5.1.2 “*Vitória*”; e o capítulo 5.2 “*O cotidiano em seus múltiplos tons*”, dividido em três fases das trajetórias das colaboradoras: 5.2.1 “*Gestação, parto e pós-parto no cárcere*”; 5.2.2 “*Maternidade no cárcere*”; e 5.2.3 “*A vida após o cárcere*”. A partir destas fases foram construídas dez categorias de análise.

A Parte 6 refere-se às “*Considerações finais*” e fechamento da dissertação.

Nos anexos estão colocadas, integralmente, a história oral de Janaina, “*Eu nasci na Liberdade. Que ironia do destino... e fiquei presa!*”, seguida da história oral de Vitória, “*Ninguém ia ser capaz de tirar o meu filho dos meus braços*”. Embora se tenha tido a intenção de iniciar o trabalho com a apresentação de uma das Histórias Orais construídas para a pesquisa, conforme proposto pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos em História Oral – Neho/USP, em razão da dissertação ter ficado mais extensa do que o previsto e como um cuidado com o leitor, optou-se por localizá-las ao final da dissertação. Contudo, se deixa o convite aos leitores, caso aceitem, de iniciar o encontro com esta pesquisa pela voz das colaboradoras, isto é, pela leitura de suas histórias.

¹ Tal escolha teórica é justificada no capítulo da metodologia desta dissertação.

1.3. Maternidade no cárcere

1.3.1. O encarceramento feminino na perspectiva legal-normativa e no acesso a direitos no sistema prisional brasileiro

A população carcerária no Brasil em 2012 totalizava 548.003, no que as mulheres representavam 6,4%, ou seja, 35.072 desse total (Brasil, 2012a, 2012b). Estima-se um aumento significativo desse percentual nos últimos quatro anos, visto que o número de mulheres presas tem aumentado vertiginosamente nas estatísticas. Entre 2000 e 2012, a população carcerária feminina teve um crescimento de 246%, enquanto que a masculina de 130% (Brasil, 2015). Em 2011 os déficits de vagas femininas no sistema prisional já estavam em 39,22% (Brasil, 2011a).

Na contramão deste significativo crescimento da população feminina, historicamente o sistema penitenciário tem se direcionado a uma ocupação predominantemente masculina, com a preconização de um modelo em torno desse gênero em sua organização. No entanto, diferentemente dos homens, as mulheres trazem consigo características e necessidades particulares no que se refere às diferenças e desigualdades de gênero, que exigem um tratamento e cuidados distintos na complexa experiência do encarceramento (Brasil, 2007, 2008, 2013; Pastoral Carcerária, 2012). Isto se evidencia especialmente nos cuidados em saúde, e mais ainda no que diz respeito às delicadas experiências de gestação, amamentação e maternidade (Cejil et al., 2007; Brasil, 2007, 2008, 2015).

Embora esse seja um tema de urgência, ainda são relativamente escassos seus estudos e pesquisas. No entanto, esse preocupante aumento do número de mulheres em situação de encarceramento e, por consequência, da experiência da maternidade no sistema prisional, só sinaliza, ainda mais, a necessidade de discussão do tema (Brasil, 2015).

A problemática tem ganhado maior espaço no debate público, com importantes reflexos no plano normativo e legal nos últimos cinco anos (Brasil, 2015). Tem sido fomentada principalmente por grupos e entidades relacionadas à defesa de direitos como a Pastoral Carcerária, a Defensoria Pública, o Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e, o Grupo de Estudos e Trabalho “Mulheres Encarceradas”, dentre outros. Pesquisas realizadas por estes grupos, assim

como pelo Ministério da Justiça, têm exposto as precárias condições, vulnerabilidades e violações vivenciadas tanto pelas mulheres privadas de liberdade e seus filhos, bem como feito proposições de mudanças para tal realidade (Pastoral Carcerária, 2012; Cejil et al., 2007; Brasil, 2007, 2008, 2013, 2015). Destaca-se ainda, o esforço do Governo Federal em priorizar e investir em ações que preconizam a equidade de gênero, o combate à violência e o enfrentamento das vulnerabilidades femininas (Brasil, 2015). Porém, o que ainda se encontra no dia-a-dia das mulheres no sistema prisional brasileiro é uma realidade muito distante das proposições realizadas.

Braga e Angotti (2014) apontam o perfil da mulher presa nos equipamentos do sistema penitenciário brasileiro - jovens entre 18 a 30 anos, de baixa renda e escolaridade, majoritariamente mulheres pretas e pardas, com histórias de vulnerabilidade social semelhantes “[...] em geral mãe, presa provisória suspeita de crime relacionado ao tráfico de drogas ou contra o patrimônio; e, em menor proporção, condenadas por crimes dessa natureza [...]” (Braga; Angotti, 2014, p. 4-5). Aproximadamente 65% das mulheres que têm filhos, referem-se como mães solteiras (Brasil, 2007). Em meio a este cenário, o cárcere brasileiro é apontado como lugar de exclusão social, onde se perpetuam vulnerabilidades e discriminações que já antecederiam o aprisionamento (Brasil, 2015).

Nesse espaço de exclusão social se efetivam graves violações de direitos. Há falta de acesso aos direitos à educação e ao trabalho², que acaba não sendo garantido em todas as unidades prisionais e para todas as mulheres. Esse fato, viola também o direito legal à remição de pena por meio de estudo e trabalho. No entanto, há especialmente graves violações dos direitos sexuais e reprodutivos³, bem como no acesso à saúde especializada

² Contrariando o que está preconizado no Plano Nacional de Políticas Públicas para Mulheres (Brasil, 2013) e pela Lei de Execução Penal, no Artigo 10 - “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. A assistência estende-se ao egresso. Artigo 11 - A assistência será: material; à saúde; jurídica; educacional; social e religiosa” (Brasil, 1984).

³ Adotam-se as definições de direitos sexuais e reprodutivos utilizadas pela pesquisa *“Dar à Luz na Sombra: Condições atuais e possibilidade futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão”* (Brasil, 2015): “os direitos humanos das mulheres incluem seus direitos a ter controle e decidir livre e responsavelmente sobre questões relacionadas à sua sexualidade, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, livre de coação, discriminação e violência. Relacionamentos igualitários entre homens e mulheres nas questões referentes às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito pela integridade da pessoa, requerem respeito mútuo, consentimento e divisão de responsabilidades sobre o comportamento sexual e suas consequências” (parágrafo 96 da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, citado por Brasil, 2015, p.15).

“Os direitos reprodutivos abrangem certos direitos humanos já reconhecidos em leis nacionais, em documentos internacionais sobre direitos humanos e em outros documentos consensuais. Esses direitos se ancoram no reconhecimento do direito básico de todo casal e de todo indivíduo de decidir livre e responsavelmente sobre o número, o espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer, e o direito de gozar do mais elevado padrão de saúde sexual e reprodutiva. Inclui também seu direito de tomar decisões sobre a reprodução livre de discriminação, coerção ou violência, conforme expresso em documentos sobre direitos humanos” (parágrafo 7.3 do Programa de Ação do Cairo, citado por Brasil, 2015, p.15).

das mulheres em situação de detenção⁴. Embora haja diferenças importantes entre as unidades prisionais de todo o país acerca da estrutura e tratamento fornecidos, sendo algumas mais garantidoras de direitos do que outras, pode-se afirmar que nenhuma delas funciona de acordo com os parâmetros legais vigentes (Brasil, 2013, 2015).

Maior vulnerabilidade é ainda apontada na experiência de mulheres estrangeiras no cárcere brasileiro, em razão dos burocráticos trâmites de acesso aos consulados, das barreiras disparadas pelas diferenças culturais e de idioma, da distância de sua rede familiar, bem como do que se refere aos direitos reprodutivos e à maternidade. Na medida em que essas mulheres não têm casa, emprego ou alguma rede que forneça suporte financeiro, também ficam restritas ao acesso para cumprir a pena em situação de prisão domiciliar, ou a se reinserir após a saída da prisão (Cerneka, 2012; Brasil, 2015).

Contudo, não somente as mulheres são afetadas com o aprisionamento, mas especialmente seus filhos e filhas, vivenciando importante situação de vulnerabilidade e de violações de direitos com a prisão da mãe. Sendo a maioria deles cuidados por elas, com a prisão materna eles ficam desamparados, não sendo incomum serem deixados sem o cuidado de algum responsável no momento em que a mulher é levada pela polícia. Não é dada a chance dessa mulher contatar parentes ou decidir sobre quem poderá assumir os cuidados de seus filhos, sendo esse um fator disparador de significativo sofrimento e angústia para elas⁵ (Cerneka, 2012).

⁴ Na busca de se efetivar o mandamento da Constituição Federal de 1988 “A saúde é um direito de todos e um dever do Estado” (Brasil, 1988), foi lançado através de uma parceria entre os Ministérios da Saúde e da Justiça, o Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário - Portaria Interministerial n.1.777, de 09 de Setembro de 2003. Caracteriza-se enquanto uma política pública de inclusão social, com o objetivo de garantir o acesso e a inclusão de pessoas em situação de aprisionamento aos serviços e ações prestados pelo Sistema Único de Saúde. No que tange a saúde da mulher, mais especificamente em relação a sua saúde reprodutiva, o Plano Nacional prevê enquanto objetivos: “implantação, em 100% das unidades penitenciárias, da assistência à anticoncepção; implantação, em 100% das unidades penitenciárias que atendem à população feminina, da assistência ao pré-natal de baixo e alto risco no primeiro ano do Plano; implantação da imunização das gestantes em 100% das unidades penitenciárias; implantar a assistência ao puerpério em 100% das unidades penitenciárias; implantação, em 100% das unidades penitenciárias, de ações educativas sobre pré-natal, parto, puerpério, anticoncepção, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, e doenças sexualmente transmissíveis; garantia do acesso das gestantes de 100% das unidades penitenciárias, para o atendimento de intercorrências e parto” (Brasil, 2005, p.35). Ainda segundo o Plano Nacional, as ações e os serviços de atenção básica em saúde necessitariam ser organizadas nas próprias unidades prisionais e realizadas por equipes interdisciplinares de saúde. O acesso aos demais níveis de atenção em saúde, seriam pactuados e definidos no âmbito de cada estado em consonância com os planos diretores de regionalização (Brasil, 2005). Além disso, em 1º de abril de 2014 foi instituída a Portaria nº 482, com normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 2014a).

⁵ Contrariando-se as proposições da Organização das Nações Unidas – ONU - Regras de Bangkok -Regra 2: 1. Atenção adequada deve ser dedicada aos procedimentos de ingresso de mulheres e crianças, devido à sua especial vulnerabilidade nesse momento. Deverão ser oferecidas às recém-ingressas condições para contatar parentes; ter acesso à assistência jurídica; informações sobre as regras e regulamentos das prisões, o regime prisional e onde buscar ajuda quando necessário numa linguagem que elas compreendam; e, em caso de estrangeiras, acesso aos seus representantes

No que diz respeito à maternidade, a situação do encarceramento se torna ainda mais complexa em meio à condição de gestação e eminência de um parto⁶. Embora sejam preconizados espaços apropriados tanto para a mulher no período de gestação, quanto para ela e seu filho após seu nascimento, a realidade se mostra muito distante das propostas de leis, normas e direitos formalizados⁷ (Brasil, 2007, 2015; Pastoral Carcerária, 2012).

As mulheres gestantes permanecem submetidas à precariedade do sistema prisional, mesmo nessa delicada condição. São mantidas em celas superlotadas, sob condições insalubres, agravadas pela falta de acesso à assistência em saúde, expondo assim a mulher e o feto a diversos riscos. Dentre eles, o de contaminação por doenças infectocontagiosas comuns ao ambiente prisional ou por doenças sexualmente transmissíveis, que por conta da ausência de diagnóstico e tratamento, podem ser geradoras de contaminação vertical dos bebês (Brasil, 2007; Pastoral Carcerária, 2012).

Há ainda falta de pré-natal adequado e de assistência ao parto⁸, e a referência de abordagens desumanizadoras e burocratizadas às parturientes. Tal realidade é exposta como propiciadora de graves intercorrências, que colocam em risco a vida de mães e filhos, com relatos de bebês que foram a óbito na precariedade desse contexto. Esse cenário invisível à sociedade em geral, expõe a gravidade da situação vivenciada por essas mulheres e crianças (Pastoral Carcerária, 2012)

O recém-nascido pode permanecer no sistema prisional, seja por nascer durante o cumprimento da pena da mãe ou durante o período de definição de sua sentença, pelo

consulares. 2. Antes ou no momento de seu ingresso, deverá ser permitido às mulheres responsáveis pela guarda de crianças, tomar as providências necessárias em relação a elas, **incluindo a possibilidade de suspender por um período razoável a detenção, levando em consideração o melhor interesse das crianças** (ONU, 2010, grifo nosso).

⁶ Vale citar que, embora a Organização das Nações Unidas - ONU já tivesse realizado a proibição do uso de algemas durante as dores do parto, no parto e pós-parto em 2010 – Regras de Bangkok - Regra 24 (ONU, 2010), apenas em 2012 o Estado de São Paulo lança decreto a respeito: Decreto Nº 57.783, de 10 de Fevereiro de 2012 – “Artigo 1º – Fica vedado, sob pena de responsabilidade, o uso de algemas durante o trabalho de parto da presa e no subsequente período de sua internação em estabelecimento de saúde. Na resolução proferida pelo Poder Executivo e publicada em Diário Oficial, Nº 39 – DOE de 29/02/2012 – Seção 1 p.24, Artigo 1º, acrescenta-se ainda que é vedado o uso de algemas “[...] no período de até 30 dias após o parto” (São Paulo, 2012).

⁷ “Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche[...]” (Brasil, 2009). “Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que contera dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m2 -seis metros quadrados” (Brasil, 1984).

⁸ “Art. 14. Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (Brasil, 2009a).

tempo mínimo de seis meses para o aleitamento materno⁹. Tal possibilidade é amparada pelo direito da mãe reclusa até que esse período se encerre e a criança seja entregue aos cuidados de um terceiro, familiar ou instituição, direitos estes preconizados pela Constituição Federal¹⁰ e pela Lei da Execução Penal - LEP (Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009)¹¹, e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990)¹².

Ainda segundo a Lei da Execução Penal - LEP, (Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009), embora seja estabelecido como tempo mínimo para o aleitamento o sexto mês de vida da criança, no texto, apresenta-se em aberto a idade máxima, sendo esta normatizada em torno dos sete anos de idade enquanto limite para essa permanência no sistema penitenciário¹³ (Brasil, 2009a). Dessa maneira, não ficam estabelecidas regras claras, sendo que em cada estado, e até mesmo em cada unidade em um mesmo estado, há variações nos períodos de permanência das crianças com suas mães. Esse tempo pode ser até inexistente, a depender dos dirigentes e gestores responsáveis, que utilizam a justificativa de falta de vagas, ausência de infraestrutura adequada, entre outros (Brasil, 2007, 2015; Pastoral Carcerária, 2012).

Em importante resolução apresentada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) em 2009 (Brasil, 2009b), dentre diversas normatizações realizadas, foi instituída a necessidade de garantia da permanência das crianças com suas mães, pelo período mínimo de um ano e seis meses. O CNPCP compreende o mesmo enquanto fundamental para o desenvolvimento infantil, nos diferentes aspectos da constituição da criança enquanto pessoa. Assim como, no que concerne à formação de sua vinculação com a mãe e na construção de recursos para melhor elaboração do processo de separação da mesma. Propõe ainda, que passado esse período, se inicie um

⁹ Aleitamento do bebê aqui está compreendido enquanto aleitamento materno exclusivo ou não.

¹⁰ “Art. 5º - Inc. L - Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação” (Brasil, 1988).

¹¹ “Art. 83. § 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no mínimo, até 6 (seis meses de idade)” (Brasil, 2009a).

¹² ECA Lei Nº 8.069 “Art. 9º. O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade” (Brasil, 1990).

¹³ “Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche **para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa**” (Brasil, 2009a).

processo gradual de separação mãe-criança, que poderá durar até seis meses, intercalando-se momentos de permanência mais prolongados com a mãe, que deverão ser diminuídos gradualmente, com progressiva aproximação e permanência com a família/responsável pela guarda. Além disso, o CNPCP aponta a necessidade de acompanhamento de todo esse processo por profissionais do serviço social e da psicologia (Brasil, 2009b).

No âmbito internacional, a Organização das Nações Unidas (ONU) não só aponta as vulnerabilidades e desigualdades de gênero vivenciadas pelas mulheres em situação de aprisionamento, contemplando de forma especial a condição de estrangeiras, como institui regras mínimas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, nomeadas como Regras de Bangkok (ONU, 2010). Dentre essas regras, afirma especialmente a necessidade de garantia dos direitos das mulheres e de suas filhas e filhos no âmbito da legislação nacional pertinente, “[...] reconhecendo que é necessário um tratamento igual mas diferenciado” para as mulheres (Cerneka, 2012, p.01). Ademais, o bem-estar e o desenvolvimento da criança estão preconizados como questões centrais para a tomada de decisões penais no contexto do aprisionamento das mulheres¹⁴, bem como no momento de separação mãe-criança. A ONU reitera que esse processo de separação deve ser conduzido com delicadeza e sob a garantia de condições para a manutenção do vínculo entre eles (ONU, 2010).

Embora o Brasil seja signatário de todas essas regras e normas internacionais, bem como das próprias normatizações criadas pelos órgãos nacionais, os achados mais recentes demonstram novamente realidades distantes da efetivação dessas prerrogativas (Pastoral Carcerária, 2012; Braga; Angotti, 2014; Brasil, 2015). Além disso, “O Estado brasileiro, por ser membro da ONU, tem o “dever” de respeitar as regras, mas não pode sofrer sanção por não cumpri-las” (Cerneka, 2012, p.01).

Ao se buscar o que preconizam a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Ministério da Saúde no Caderno de Atenção Básica, encontrou-se a duração do período de amamentação estabelecido em uma média dos dois aos três anos, idade em que costuma ocorrer o desmame naturalmente. Sendo recomendado o aleitamento materno

¹⁴ “Regras de Bangkok -Regra nº 64: Penas não privativas de liberdade serão preferíveis às mulheres grávidas e com filhos dependentes, quando for possível e apropriado, sendo a pena de prisão apenas considerada quando o crime for grave ou violento ou a mulher representar ameaça contínua, sempre velando pelo melhor interesse do filho ou filhos e assegurando as diligências adequadas para seu cuidado” (ONU, 2010).

exclusivo por seis meses e complementado até os dois anos ou mais, a fim de se garantir a saúde e o desenvolvimento da criança, bem como evitar seu adoecimento (Brasil, 2009c). Dessa forma, há uma inconformidade entre o que o poder público recomenda acerca do aleitamento materno em geral, e o que é preconizado e, principalmente, observado na experiência de mulheres e crianças no contexto da maternidade no cárcere.

Braga e Angotti (2014), abordam que há uma cultura do encarceramento e a priorização de uma lógica de ‘combate ao crime’ que dificultam a criação e até mesmo a efetivação de direitos já constituídos acerca de formas alternativas para se pensar as questões jurídicas, as penas e as políticas¹⁵. Problematicam o fato da maioria das mulheres que estão detidas serem presas provisórias que, embora não tenham tido condenação, permanecem elas e suas crianças no cárcere, esperando meses e meses por uma definição da justiça. Santa Rita (2006a, 2006b) contribui com a discussão ao referir que no Brasil prevalece a lógica punitiva, sem política de recuperação e reinserção social, sendo este um quadro perverso que se mostra agravado quando se trata das mulheres.

Na perspectiva dos direitos humanos, Tapparelli (2009) problematiza que a prisão não é lugar para gestantes ou lactantes, e que o aprisionamento com a privação da liberdade de uma criança é uma das violações mais graves dos direitos fundamentais do ser humano, sendo até mesmo grave violação do direito à cidadania e à saúde. E que as determinações da LEP quanto à infraestrutura dos presídios e às construções de berçários e creches, não podem ser concebidas enquanto medidas humanitárias, pois são elas medidas paliativas que aliviam o sofrimento, mas mantêm a condição de aprisionamento para as crianças nascidas no cárcere. O autor defende que deve ser assegurado à criança o direito à liberdade, especialmente sendo ela pessoa em desenvolvimento (Tapparelli, 2009).

Tapparelli (2009) refere que o fato do sistema penitenciário ser percebido como algo “natural” e única alternativa à prática do delito, conseqüentemente, nos leva a aceitar como inevitável o aprisionamento de crianças, já que a mãe se encontra presa. Assinala a necessidade de reflexão crítica sobre o fenômeno ao invés de se focar as “[...] ações unicamente para a solução de problemas práticos (existência de berçários, lugar para amamentar, creche etc.) como se as instituições penais fossem algo de natural, e sua

¹⁵ Lei Nº 12.403/11 “Art.318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: [...] III- imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência; IV-gestante a partir do 7º (sétimo) mês de gravidez ou sendo esta de alto risco. Parágrafo único. Para a substituição o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo” (Brasil, 2011b).

legitimidade não fosse fundamentada em convenções sociais [...]” (Tapparelli, 2009, p.114). Sugere ainda que os direitos da criança sejam garantidos e protegidos ao se pensar as propostas de políticas públicas, assim como os impactos que o aprisionamento ou a separação da mãe poderão trazer ao seu desenvolvimento, defendendo a criação de ações que apoiem a maternidade e o desenvolvimento da criança (Tapparelli, 2009).

Nessa perspectiva, Braga e Angotti (2014, p.08) posicionam-se partindo

[...] do pressuposto de que uma melhor possibilidade de exercício de maternidade ocorreria sempre fora da prisão e se a legislação fosse cumprida, tanto em relação à excepcionalidade da prisão preventiva como no tangente à aplicação da prisão domiciliar, grande parte dos problemas que afetam a mulher no ambiente prisional estariam resolvidos.

Outro importante apontamento são as incertezas em torno do destino das crianças nascidas no cárcere, especialmente ante às possíveis condições sociais desfavoráveis e de riscos nas redes familiares, possibilidade de acolhimento institucional da criança, e especialmente, em relação aos laços com a mãe, que podem não se sustentar ao longo do tempo em que a mulher permanece detida (Brasil, 2007). Tal condição trará, possivelmente, impactos diretos nas histórias dessas crianças e mulheres.

Na perspectiva da separação entre a mulher e seu(sua) filho(a) nascido(a) no cárcere, bem como de outros filhos, barreiras são problematizadas em torno da continuidade desses laços e da convivência com a mãe, especialmente acerca das visitas¹⁶. A saber, as longas distâncias entre a unidade em que essas mulheres se encontram detidas e seus locais de origem e familiares; os dias destinados para as visitas que, em geral, são dias úteis, dificultando tal prática para os familiares em relação aos seus trabalhos; a recusa dos familiares em passar pela revista íntima e vexatória, prática rotineira e comum nas unidades prisionais brasileiras; e, por fim, as dificuldades financeiras. Outro fator pontuado como fundamental para a manutenção dos laços afetivos, além das visitas, é a possibilidade de acesso aos telefones públicos, condição que nem sempre é fornecida nas unidades. Todos esses aspectos, acabam sendo alguns dos entraves para a continuidade de convívio entre as mulheres e seus filhos (Brasil, 2007; Cerneka, 2012).

¹⁶ ECA Lei Nº 12962 “Art.19, § 4º Será garantida a convivência da criança e do adolescente com a mãe ou o pai privado de liberdade, por meio de visitas periódicas promovidas pelo responsável ou, nas hipóteses de acolhimento institucional, pela entidade responsável, independentemente de autorização judicial” (Brasil, 2014b).

Outra grave violação comum ao encarceramento feminino é a perda da guarda dos filhos sem que haja qualquer audiência ou conhecimento do processo de destituição do poder familiar em curso, por parte da mãe¹⁷. Não há informações sobre o local para onde os filhos são encaminhados e tampouco sobre os cuidados que estão recebendo. Essas crianças simplesmente são encaminhadas para a adoção, sem o conhecimento e o consentimento da mãe (Pastoral Carcerária, 2012).

Esse cenário de vulnerabilidade dessas mulheres e de seus filhos demandou a construção de uma política iniciada em 2011 e institucionalizada em 2014 pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, em parceria com a Pastoral Carcerária, denominada “Mães em Cárcere”¹⁸. Suas ações são realizadas através de uma articulação junto às unidades prisionais femininas do Estado de São Paulo, a fim de se obter o mapeamento das mulheres em relação a sua situação de maternidade. Buscam, tanto garantir a experiência dos cuidados maternos e os direitos da mãe e da criança no intramuros da prisão como preservar e restabelecer os laços familiares, incentivando o contato entre mães e filhos quando o presídio os separa. Os defensores públicos atuam mapeando informações sobre a localização dos filhos das recém-chegadas às unidades prisionais, e quando necessário, interveem juridicamente no que tange ao processo criminal das mulheres e nas situações relacionadas ao risco de perda do poder familiar (Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2014). Embora seja uma importante iniciativa para a sistematização de formas de se evitar violações e de garantir a efetivação de direitos, é uma política em construção, e que está restrita ao estado de São Paulo.

Dessa forma, entende-se que há uma complexidade envolvida no aprisionamento das mulheres, das situações e desdobramentos gerados neste âmbito. Há um recente, mas importante debate que tem ganhado força em torno do tema, e assim, a necessidade de sistematização dos estudos e pesquisas realizados sobre esta complexa problemática.

¹⁷ ECA Lei Nº 12962 “Art.23. § 2º A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha” (Brasil, 2014b).

¹⁸ Essa política vai ao encontro à proposição da Regra 3 das Regras de Bangkok acerca da necessidade de que se identifique os dados pessoais da mulher recém-chegada na prisão, e principalmente os dados de seus filhos, sua localização, custódia ou situação de guarda, com a garantia do sigilo dessas informações e dos direitos dessas mulheres e crianças (ONU, 2010).

1.3.2. A mulher e a maternidade no cárcere: uma revisão da literatura

A revisão da literatura acerca da mulher e da maternidade no cárcere foi realizada a partir de levantamento sistematizado acerca do tema, nas bases de dados Banco de teses e dissertações da Capes e na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), em novembro de 2014. Optou-se pela exclusão de publicações de outros países que não o Brasil, na medida em que esse estudo objetiva problematizar experiências ocorridas no sistema penitenciário brasileiro, o qual é regido por leis e regulamentações específicas, especialmente na particular experiência da maternidade no cárcere. No entanto, não foi selecionado um recorte de tempo para a pesquisa, visto a relativa escassez de materiais encontrados.

Em um primeiro momento da pesquisa, foram utilizados os unitermos “*maternidade AND prisão AND mulheres AND sistema prisional AND crianças*”, porém não se encontrou qualquer produção.

Dessa forma, em um segundo momento, foram realizadas buscas que combinaram esses diferentes unitermos em pares, bem como os seus sinônimos, visto que não se encontrou uma padronização para os descritores. Dentre as diferentes configurações de unitermos utilizadas para a pesquisa nas referidas bases de dados, que possibilitaram achados de produções, encontrou-se: “*filhos / gestação / maternidade*” conjugados separadamente, com cada um dos unitermos “*prisão / sistema penitenciário / sistema prisional / sistema carcerário / encarceramento*”, chegando-se a um total de seis artigos e três dissertações.

A partir deste resultado, em um terceiro momento, ampliou-se a pesquisa para o uso dos seguintes unitermos: “*presídio / prisão / sistema penitenciário / sistema prisional / sistema carcerário / encarceramento*” combinados com os seguintes unitermos “*feminino / mulheres / gênero / direitos humanos*”, encontrando-se mais dezesseis artigos e dezesseis teses.

A pesquisa foi ampliada para “*a mulher e a prisão*”, neste terceiro momento, tanto por se observar a escassez de publicações nas duas primeiras etapas como também por perceber-se que, mesmo nos estudos que não se destinavam a abordar a condição da maternidade em particular e sim a temática da mulher no sistema prisional, este tema comumente era abordado, visto sua importante relevância no cotidiano e vivência de parte das entrevistadas. Somou-se a isso, o fato desses estudos apresentarem ainda os dilemas,

os riscos e conflitos vivenciados no cotidiano prisional, sendo que é neste contexto que se dá a experiência do ser mãe e dos cuidados do bebê.

A partir deste material, foi realizada leitura exploratória e seletiva para verificar-se a relevância dos trabalhos para o estudo em desenvolvimento e excluir aqueles que, ao abordarem temáticas muito específicas, não contribuiriam para a compreensão do cotidiano da maternidade no cárcere. Dentre os vinte e dois artigos e dezenove materiais encontrados, entre teses e dissertações, excluiu-se nove artigos e treze teses/dissertações, tendo sido mantidas do levantamento eletrônico realizado dezenove publicações no total, ou seja, treze artigos, cinco dissertações e uma tese (Tabela 1).

Além desse levantamento eletrônico, realizou-se varredura manual nas bibliografias dos artigos e teses consultadas, e a obtenção de indicação de materiais por pessoas que trabalham na área, a fim de ampliar a busca de outras referências potencialmente relevantes para a pesquisa, sendo elas agregadas a presente revisão. No decorrer da construção desta dissertação, foram publicados mais quatro artigos recentes e significativos para a pesquisa, sendo eles incorporados a este levantamento. Assim, chegou-se a inclusão de oito artigos por varredura manual, mais quatro publicados recentemente, duas teses e quatro dissertações, totalizando vinte e cinco artigos, três teses de doutorado e nove dissertações de mestrado utilizadas para a revisão apresentada a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 - Corpus da revisão da literatura

	Levantamento eletrônico	Varredura manual	Material recente	Total
Artigos	13	8	4	25
Dissertações de mestrado	5	4	-	9
Teses de doutorado	1	2	-	3
Total	19	14	4	37

Dentre as publicações selecionadas, duas teses foram construídas nas áreas das ciências humanas e sociais, assim como nove das dissertações utilizadas, restando uma

das ciências da saúde. Em relação as regiões do país de onde são provenientes, uma tese e cinco dissertações são da região sudeste, uma tese e duas dissertações do nordeste, uma dissertação do centro-oeste, uma do sul e, por fim, uma do norte do país. Elas datam do ano de 2004 até o ano de 2014.

Quanto aos vinte e cinco artigos escolhidos, dezesseis são derivados das ciências humanas e sociais e nove das ciências da saúde. Dentre eles, quinze originados na região sudeste do país, sete no sul, dois no nordeste e um no centro-oeste. Os artigos foram publicados entre os anos de 2001 a 2016, tendo em vista que após o levantamento realizado em 2014, foram incorporadas quatro novas publicações realizadas sobre o tema, conforme já justificado.

A seguir, as publicações são apresentadas a partir da problematização do cenário em estudo.

Pensar a experiência da maternidade no cárcere nos remete a retomada da história da mulher no sistema prisional. Porém, mais do que isso, a compreender o seu lugar dentro de uma sociedade que, ao longo do tempo, tem criminalizado determinados comportamentos e os penalizado a partir de lógicas que são regidas por convenções e crenças sociais (Andrade, 2011; Santa Rita, 2006b).

A criminalização e o aprisionamento das mulheres, no decorrer do tempo, esteve associado a situações de seu rompimento com o que se esperava delas com um “dever ser” feminino (Andrade, 2011). Ademais, por uma vinculação histórica entre os discursos, não apenas morais, mas também religiosos (Santa Rita, 2006b).

Através destas concepções sociais e históricas foram sendo construídos e compartilhados estereótipos mais propensos à penalização. Entretanto, que não se restringiam apenas a perspectiva dos desvios do feminino, mas a sua relação com a pobreza, através de uma legislação que criminalizava condutas como a vadiagem e a mendicância. Dessa forma, ficavam mais suscetíveis as pessoas sem “[...] empregos regulamentados, moradia, e que perambulavam pela cidade, evidenciando a desigualdade social e a desordem no espaço que tanto se buscava civilizar” (Andrade, 2011, p.120).

Dentre estes estereótipos de mulheres mais suscetíveis à penalização encontravam-se as prostitutas, as moradoras de favelas e cortiços, as negras e mestiças, as que frequentavam ‘lugares masculinos’ e, até mesmo, as que se expunham ao mundo do trabalho, visto que esse se destinava apenas aos homens (Andrade, 2011).

Ao serem presas, as mulheres eram encarceradas nos mesmos espaços que os homens, sendo que apenas no ano de 1923, após uma reforma penitenciária no Brasil, é que se passou a priorizar espaços separados para homens e mulheres. Tal fato se deu, não com o objetivo de fornecer melhores condições e dignidade às mulheres reclusas, mas sim, por se acreditar que as mulheres geravam um martírio à forçada ‘abstinência masculina’, tumultuando o convívio nos presídios e dificultando o cumprimento da pena para os homens (Soares; Ilgenfritz, 2002).

Apenas em 1942 foi criada a primeira penitenciária feminina brasileira, no estado do Rio de Janeiro. Proposta como um reformatório específico para mulheres, com o objetivo de dispensar um tratamento especializado e regido por uma moralidade religiosa, era administrada por freiras. Buscava-se a domesticação e purificação da mulher, através da vigilância de sua sexualidade, da reinstalação do sentimento de pudor e da busca pelo resgate de comportamentos socialmente desejáveis para o gênero feminino. No entanto, essa lógica de domesticação entrou em declínio em menos de duas décadas, uma vez que tal prática acabou tendo exatamente o efeito contrário, suscitando maior violência e agressividade nas mulheres (Santa Rita, 2006b).

Todavia, contrariando essa reforma pensada em meados de 1923, embora as mulheres tenham sido mantidas separadas dos homens, em geral, passaram a ser abrigadas em construções a eles destinadas, ou a ocupar alas e celas de presídios masculinos. Tal situação é encontrada ainda nos dias atuais, em muitos estados brasileiros, e impede que as mulheres possam habitar espaços apropriados às suas especificidades e necessidades (Santa Rita, 2006a).

Dessa forma, ao longo da história e da organização do sistema prisional contemporâneo, houve uma disposição de “presídios mistos” que contribuíram para uma invisibilidade em torno da condição da mulher e acabaram por ocultar suas necessidades e particularidades, bem como as especificidades de gênero. Tal invisibilidade trouxe reflexos para a sobreposição de uma lógica e orientação masculinas ao feminino, nas práticas, formas de organização, castigos e nas dinâmicas de encarceramento das mulheres (Colares; Chies, 2010).

Além disso, a associação entre a situação de desigualdade social e a prisão tem se perpetuado até os dias atuais. Pessoas provenientes de segmentos com menor poder aquisitivo se mostram mais suscetíveis à seletividade da justiça criminal, na medida em que a penalização se aplica de maneira desigual entre as diferentes classes sociais (Santa

Rita, 2006b; Cortina, 2015). Nessa perspectiva, assim como anteriormente, o sistema penal continua a aprisionar pessoas já em condições prévias de fragilidade e vulnerabilidades decorrentes do afunilamento da pirâmide socioeconômica (Santa Rita, 2006b; Mello; Gauer, 2011; Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015, Cortina, 2015).

Dentre estes grupos descritos como mais vulneráveis, Santa Rita (2006b) aponta especialmente a situação da mulher dentro de uma ideologia patriarcal, em que ela fica submetida a condições mais desfavoráveis, não apenas no que antecede o aprisionamento, mas durante e após o mesmo, visto as relações desiguais de gênero que vivencia (Santa Rita, 2006b; Lopes, 2004). Cortina (2015) problematiza ainda, a existência de uma interação entre a seletividade penal, as desigualdades de gênero e outros marcadores de vulnerabilidade, que envolvem raça/cor/etnia, classe social, geracional e a exposição e/ou o uso de substâncias psicoativas. Mais do que isso, afirma a necessidade de compreensão dos critérios de seletividade penal de mulheres em relação a chamada feminização da pobreza¹⁹.

Atualmente, há um expressivo crescimento do número de mulheres encarceradas, sobretudo por envolvimento com o uso ou o tráfico de drogas, em geral, ocupando funções periféricas e de subordinação no crime (Santa Rita, 2006b, Chernicharo, 2014, Cortina, 2015). Estas prisões têm aumentado, principalmente, no que se denomina como ‘rota do tráfico’²⁰, ou seja, nos estados de fronteira (Cortina, 2015). Tal crescimento também é associado a atual política de criminalização das drogas, com práticas de encarceramento em massa, que classificam o envolvimento com esse tipo de prática como crime hediondo (Brasil, 2015). Discute-se a necessidade de que se passe a estudar especificamente esse contexto social da criminalidade feminina, assim como, se leve em conta uma condição social mais ampla dessas mulheres, que são, em sua maioria, negras, pobres, e com histórias familiares e comunitárias marcadas por privações estruturais (Barcinski et al., 2013; Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015, Cortina, 2015).

¹⁹ Fenômeno que têm apontado o aumento de mulheres jovens, com filhas (os), como as únicas responsáveis pelo sustento de suas famílias monoparentais, em meio as dificuldades de inserção no mercado de trabalho lícito e formal, sendo atingidas de forma marcante e crescente pela condição de pobreza. Alguns dos efeitos da feminização da pobreza está na orientação das escolhas de vida, dentre elas, a participação no tráfico de drogas, com a garantia de obtenção de fonte de renda, reconhecimento e *status* social, enfrentamento das dificuldades com a baixa escolaridade, e a possibilidade de flexibilizar a jornada e a rotina de trabalho, aliando este, ao dia-a-dia de cuidados dos filhos no próprio domicílio (Cortina, 2015).

²⁰ Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Roraima, Rondônia, São Paulo e Espírito Santo, dentre outros (Cortina, 2015).

Essas mulheres são presas e passam a enfrentar os inúmeros desafios de sobrevivência ao cárcere. Necessitam sobreviver à superlotação, à ociosidade com pouca oferta de atividades educacionais, laborativas e de cursos profissionalizantes, às práticas de violência, tortura e corrupção, à falta de assistência jurídica e material efetivas, e às condições precárias de moradia. E mesmo o Brasil se posicionando como signatário das leis, regulamentações e diversos tratados internacionais para a normatização e humanização do encarceramento, não consegue se fazer garantidor de leis e direitos (Santa Rita, 2006a; Braga; Franklin, 2016).

Embora essas precárias condições do cárcere sejam vivenciadas tanto por homens quanto por mulheres, o que se vê na realidade do encarceramento feminino, são situações de invisibilidade e discriminação que acabam por particularizar as experiências e violações sofridas por elas nesse cenário (Santa Rita, 2006a; Viafore, 2005; Giordani; Bueno, 2001).

Tais questões evidenciam-se inclusive nas desigualdades entre gêneros acerca das visitas íntimas, por exemplo. Enquanto para os homens se estabelece como um direito, para a mulher, muitas vezes, se configura como um benefício e bem mais burocratizado para que seja autorizado. Esta realidade, demonstra a discriminação e a violação do direito sexual da mulher a partir de determinados estereótipos criados em torno de comportamentos morais que são tidos como aceitáveis para elas, diferentemente dos homens²¹ (Buglione, 2000; Viafore, 2005; Santa Rita, 2006b; Santos, 2011). Segundo Giordani e Bueno (2001), essas práticas configuram-se enquanto violações acerca dos direitos da mulher no exercício de sua sexualidade, o que as autoras relacionam a um protecionismo discriminatório.

Para Santa Rita (2006b), pode existir uma relação entre esse tipo de violação com uma tentativa institucional de se evitar a gravidez das mulheres em situação de reclusão. No entanto, a maioria das mulheres gestantes, já ingressam grávidas na instituição penal (Viafore, 2005).

Giordani e Bueno (2001) apontam ainda que esse protecionismo discriminatório se reflete na precariedade da assistência à saúde sexual e reprodutiva das mulheres, que

²¹ Embora o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP- tenha assegurado o direito à visita íntima para homens e mulheres no sistema penitenciário, através da Resolução n.01, em 30 de Março de 1999, no Estado de São Paulo (que detém quase metade da população penitenciária feminina) a legalização das visitas íntimas para as mulheres pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo ocorreu apenas a partir do ano de 2001 – Resolução SAP- 096, de 27-12-2001 (Santa Rita, 2006a).

apresentam maior risco de contaminação por doenças sexualmente transmissíveis - DST e pela síndrome da imunodeficiência adquirida- Sida/Aids (Giordani; Bueno, 2001; Miranda et al., 2004).

Tal precariedade é intensificada na medida em que o acesso prévio das mulheres aos cuidados em saúde sexual e reprodutiva já era deficitário antes do aprisionamento (Miranda et al., 2004). Além de maior susceptibilidade às doenças sexualmente transmissíveis, com riscos diretos à saúde reprodutiva da mulher, estudos apontam altas prevalências para o desenvolvimento de sintomas e transtornos psiquiátricos, e para o consumo, abuso e dependência de álcool e outras drogas, dentre as mulheres encarceradas (Quitete et al., 2012; Lopes et al., 2010). A religiosidade tem sido referida como forma de enfrentamento desses sintomas (Mello et al., 2013; Moraes; Dalgarrondo, 2006), demonstrando o quanto a fé acaba surgindo como o principal, senão o único suporte para situações de significativa gravidade.

Porquanto as mulheres presas não representam um número expressivo no sistema prisional brasileiro, quando em comparação à população masculina, observa-se menor interesse para a realização de estudos e a criação de políticas prisionais específicas para elas.

Miranda et al. (2004), assinalam ainda a importância do conhecimento acerca dos problemas de saúde existentes no contexto estudado e a urgente implementação de atividades educativas, preventivas e terapêuticas durante o encarceramento, uma vez que esse segmento da população feminina apresenta mais problemas de saúde do que a população geral. Nesse sentido, alguns aspectos que flagelam a mulher durante o encarceramento, especialmente nas experiências de gestação e maternidade, se referem, por um lado, à falta de acesso à saúde nos serviços carcerários e, por outro, à falta de autonomia para a busca por serviços alternativos para suas necessidades de cuidado (Viafore, 2005). Assim, essa realidade exige a implementação de novas e mais adequadas políticas de assistência à saúde para essa particular condição, já que o direito civil das mulheres encarceradas é frequentemente violado nas prisões brasileiras (Miranda et al., 2004).

No entanto, é o distanciamento familiar que acaba sendo apontado como um dos maiores prejuízos na experiência do aprisionamento feminino. Em pesquisa realizada por Santa Rita (2006b), a maioria das mulheres entrevistadas referiu possuir mais de um filho,

que permaneceu sob os cuidados de terceiros ou mesmo em abrigos. Foi constatado escasso contato entre eles e suas mães.

Dessa forma, o aprisionamento feminino promove, principalmente, consequências para a relação de afeto entre as mulheres e seus filhos, com a quebra de sentido para o que Giordani e Bueno (2001) nomeiam como uma experiência de família integral. Segundo a vivência das participantes do estudo, as perdas geradas nas relações mãe-filhos nem sempre são passíveis de serem resgatadas, já que ao se afastarem de seus cuidados cotidianos, delegando a outros esse papel, apresentam medos e ansiedades em torno de uma não aceitação futura de seu retorno. Essa experiência aparece no estudo como desencadeadora de diversos sentimentos nomeados como aperto, mágoas, tristeza intensa, angústias, saudades, solidão, dor, morte, perda, falta e arrependimento.

Giordani e Bueno (2001) concluem que o direito penal adota uma perspectiva masculina ao desconsiderar as especificidades femininas. Produz o que elas denominam de diferenças, que são também evidenciadas pelo Estado, quando este não oferece qualquer possibilidade de manutenção do vínculo mãe-filho. Para Lopes (2004), há uma penalização adicional no afastamento dos filhos, que se soma à pena de reclusão vivenciada pela mulher.

Além disso, é comum que sua inserção no trabalho na prisão, por exemplo, continue sendo reduzida a atividades domésticas, como de limpeza, costura e alimentação. Esse fato não possibilita o desenvolvimento de uma atividade profissional que possa auxiliá-la com a renda familiar, tanto durante a detenção quanto depois, visto que a maioria dessas mulheres já eram mães e responsáveis pelo sustento e cuidados dos filhos antes do aprisionamento (Santa Rita, 2006a).

Marques (2011), ao estudar os descaminhos da maternidade no contexto prisional no Estado do Amazonas, também problematizou as condenações judiciais enquanto promotoras de rupturas dos laços entre as mulheres em privação de liberdade e seus filhos e familiares, fora do cárcere. Além disso, assinalou que, mesmo no cárcere, as mulheres mantêm uma preocupação com o bem-estar e sustento dos filhos, somados a sentimentos de culpa, vergonha e tristeza por estarem presas. Tais apontamentos também são conclusivos em pesquisa realizada por Da Silva et al. (2011), em penitenciária feminina no Rio Grande do Sul.

Guedes (2006) acrescenta que, além de preocupações relativas aos cuidados dos filhos sem a sua presença e a quebra do vínculo familiar, as mulheres temem a exposição

deles ao mundo do crime. Referem ainda o constrangimento gerado nos familiares por sua prisão e o medo de não serem perdoadas, principalmente pelos filhos. Relatam preocupações com a família em torno dos vexatórios procedimentos adotados pela segurança para permitir as visitas, situação que, muitas vezes, aparece como justificativa para a ausência dos parentes.

Para Modesti (2011), a privação de liberdade caracteriza-se como um dos piores sofrimentos que se impõe ao ser humano e o rompimento com os filhos, um dos mais difíceis de serem suportados pelas mulheres. Diferentemente do que é divulgado pela mídia, o sistema prisional não oferece proteção, mas sim atua como manifestação de poder sobre essas mulheres e seus familiares. A pesquisadora reforça ainda que a convivência familiar deve merecer a prioridade nas políticas públicas e programas governamentais.

Marques (2011) alerta para as situações de desigualdades sociais e de vulnerabilidade em que já estavam colocadas essas mulheres e suas famílias *a priori*, e que o aprisionamento da mulher perpetua esses ciclos de exclusão social e até o seu agravamento. Segundo ela, isso ocorre na medida em que o Poder Público falha na garantia para o acesso dessa população a direitos fundamentais, dentre eles, de educação, saúde e trabalho. Dessa forma, a liberdade aparece como preocupação para muitas dessas mulheres, mediante a necessidade e os desafios na busca de estratégias para garantir o sustento dos filhos após a sua soltura, visto que, ao final da pena, perderão o trabalho exercido na prisão.

Tal preocupação, também surgiu como um tema recorrente na pesquisa de Guedes (2006). As entrevistadas abordaram ainda outros desafios que temem enfrentar após a liberdade. Dentre eles, as dificuldades em recomeçar a vida; em (re)iniciar atividades de cuidados com os filhos; na retomada dos estudos; em sustentar o afastamento do mundo das drogas; na reinserção no mundo do trabalho; e com os desafios frente ao estigma de ex-presidiárias.

Para Costa (2011), o encarceramento torna-se promotor de rupturas dos elementos identitários femininos, com a imposição de novos arranjos afetivos e profissionais, e com impactos que dificultam os processos de reintegração social da mulher na vida pós-cárcere.

Tais apontamentos também são colocados em outro estudo, realizado por Lima et al. (2013) em um presídio na Paraíba. Os autores obtiveram relatos da prisão enquanto

propiciadora de significados de morte civil, mutilações do eu, substituição do convívio familiar, vazio de ordem emocional e material e, de ausência de autonomia na experiência das mulheres entrevistadas.

No que diz respeito ao enfrentamento do cotidiano no cárcere, os estudos apontam algumas das estratégias utilizadas pelas mulheres. Segundo Guedes (2006), para maior tolerância ao encarceramento em unidade em Belo Horizonte, elas relataram a importância do engajamento no trabalho de limpeza; a realização de atividades artesanais; os cuidados com a própria aparência ou com o espaço da cela; o apego aos filhos e aos demais familiares; e a participação no grupo de alfabetização ou grupos de oração organizados por entidades religiosas diversas. Na pesquisa de Lima et al. (2013), o amor aos filhos e a relação com o trabalho também apareceram como importantes estratégias de enfrentamento. Ademais, a relação com a fé, a música e a espera pela liberdade, surgiram como auxiliares nesse processo.

Na pesquisa de Giordani e Bueno (2001) as mulheres também correlacionaram a esperança e o enfrentamento da vida no cárcere à existência dos filhos, embora a separação seja descrita como geradora de intenso sofrimento. Assim como no estudo de Lima et al. (2013), apontaram como uma das principais formas de enfrentamento e alívio para essas vivências e sentimentos despertados, o apego à religiosidade. Apresentaram percepções acerca da maternidade como um forte sentido de proteção e afeto pelos filhos, que apareceram ainda como propiciadores de uma experiência de vida mais favorável e relacionados à realização pessoal (Giordani; Bueno, 2001).

Já Stella (2009a), se dedicou a estudar os impactos do aprisionamento materno para seus filhos, mais especificamente em seu processo de escolarização. A autora problematizou a prisão materna enquanto possível geradora de uma condição de vulnerabilidade para o desenvolvimento escolar e a socialização, em razão dos impactos emocionais motivados pela situação. Ponderou ainda que, embora haja muitos trabalhos que discutam os impactos das separações entre mães e filhos em relação à população em geral, o mesmo não ocorre quando se trata das separações ocasionadas pela prisão materna ou paterna. Tal escassez de estudos foi apontada pela autora, tanto no Brasil quanto no mundo. Ela afirmou que os filhos de homens e mulheres presas são como uma população esquecida, tanto no âmbito das instituições escolares quanto nos meios acadêmicos e na sociedade em geral.

Assim, não se sabe quem são essas crianças e jovens, onde estão e quais necessidades apresentam a partir dessa peculiar realidade de separação que vivenciam. Situação esta, que gera uma condição de invisibilidade e a ausência de políticas públicas específicas para essa população, assim como o despreparo das instituições e dos profissionais para o seu acolhimento, especialmente nas escolas (Stella, 2009a).

A autora aborda importante impacto no desenvolvimento escolar e no processo de aprendizagem dessas crianças e jovens, em decorrência da separação, mais especificamente da mãe, na medida em que problematiza uma maior vulnerabilidade vivenciada por eles, quando se refere à prisão materna. Tal fato é referido, pois apenas 19,5% dos filhos das mulheres presas ficam sob os cuidados dos pais, enquanto que 86,9% dos filhos de homens em situação de prisão, permanecem sob os cuidados das mães. Sendo assim, essa realidade pode particularizar e diferenciar as consequências familiares geradas ao se tratar do aprisionamento feminino em comparação ao masculino, podendo provocar mudanças mais abruptas para os filhos dessas mulheres (Stella, 2009a).

Em outra pesquisa, Stella (2009b) aborda a influência do aprisionamento materno no processo de socialização dos filhos. Entrevista filhos de mulheres presas na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, com idade média de 21 anos. Sugere maior susceptibilidade deles para o envolvimento com o crime.

Portanto, os estudos apontam uma complexidade de situações envolvidas no aprisionamento da mulher, que se estendem às suas famílias, mas especialmente aos seus filhos. Todavia, o cenário da maternidade no âmbito do sistema prisional ganha outros tons de complexidade, quando o tornar-se mãe acontece no intramuros da prisão. Vivenciar a gestação, o parto e o puerpério, bem como o desenvolvimento da criança e os primeiros cuidados maternos nesse particular ambiente, evocam uma série de situações que sinalizam as privações e violações que alguns pesquisadores têm tentado problematizar (Santa Rita, 2006b; Gomes, 2010; Da Silva et al., 2011; Galvão, 2012; Monteiro, 2013; Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015). No entanto, caracteriza-se por ser uma temática ainda pouco conhecida, invisível e até esquecida pelo poder público (Mello; Gauer, 2011).

Galvão (2012), em pesquisa realizada em um presídio na cidade de Natal, se debruçou sobre a vivência de mulheres encarceradas durante o período gestacional. Levantou a falta de acesso ao pré-natal e a falta de estrutura do ambiente prisional para atender às necessidades das mulheres gestantes pesquisadas. Aponta que a assistência à

saúde dessas mulheres mostrou-se deficitária ou até inexistente, colocando em risco a vida da criança e da mulher. Conclui que a experiência da gestação no ambiente prisional caracteriza-se enquanto complexa, visto que não se contava com serviço de saúde na unidade prisional, tampouco com o acompanhamento sistematizado dessas mulheres nos períodos pré-natal, parto e puerpério. Essa situação era ainda agravada pela falta de escolta policial e de viaturas para acompanhá-las e levá-las aos serviços de saúde, bem como pela dificuldade de marcação de consultas na rede credenciada do Sistema Único de Saúde (SUS). Refere que todos os mecanismos legais para a garantia de assistência prioritária à mulher gestante, se mostraram desrespeitados nesse contexto (Galvão, 2012).

Torquato (2014), em pesquisa realizada com mulheres em penitenciária no Butantã-São Paulo, também observou a inadequação do espaço destinado a permanência das gestantes. Relata que elas permaneciam nos alojamentos convencionais até que dessem à luz ao bebê, em meio à superlotação, sem alimentação, higiene ou estrutura adequadas, que garantissem a assistência às necessidades inerentes à gravidez, inclusive às de saúde.

Viafore (2005), em estudo realizado em um presídio feminino no Rio Grande do Sul, também aponta a precariedade do acesso à saúde das mulheres, especialmente durante o período gestacional. Ao mesmo tempo, problematiza, especialmente, os segundo e terceiro trimestres gestacionais, durante os quais o estado nutricional do feto apresenta-se diretamente influenciado pelas condições ambientais, tanto pelos nutrientes ingeridos pela mãe como por suas condições emocionais e de vida, de maneira mais geral. Dessa forma, afirma ser esse um período que inspira cuidados para que a gestação e o desenvolvimento do feto ocorram satisfatoriamente.

A autora aborda a situação de gravidez como um período de crise, pois se caracteriza enquanto um momento de transformação, com mudanças corporais e emocionais para a mulher. Nessa perspectiva, problematiza a gestação no cárcere em conflito com tal condição, visto que a mulher vivencia essa crise da gravidez no estressante contexto do sistema prisional, em meio às privações e violações relatadas (Viafore, 2005).

Esse conflito entre a condição de gestação e a prisão também pode ser percebido nas contribuições de Galvão (2012). As relações interpessoais das mulheres entrevistadas se mostraram marcadas pelo distanciamento de seus familiares, especialmente por dificuldades socioeconômicas e pelo abuso de poder por parte dos profissionais da instituição. Ela observou que as gestantes entrevistadas nesse contexto, se mostraram

propensas à experimentação de sentimentos negativos e perturbadores, por preocupações, dúvidas, tristeza e medo, tanto pela saúde do filho quanto pelo contexto do ambiente prisional. Todas essas situações são descritas pela pesquisadora como dificuldades para o enfrentamento da experiência da gestação na prisão (Galvão, 2012).

Mello e Gauer (2011), acrescentam ainda uma outra condição de vulnerabilidade vivenciada pelas mulheres gestantes e bebês em desenvolvimento. A maioria das mulheres é presa durante o período gestacional e traz consigo histórico prévio de violência e de prejuízos com o uso de substâncias psicoativas. As autoras acenam que tal realidade já coloca essas mulheres, sua gestação e a própria criança em situação de maior vulnerabilidade, *a priori*.

Viafore (2005), assim como Santa Rita (2006b) e Monteiro (2013), problematizou que o contexto prisional impõe às mulheres gestantes situações de privação e punição que ultrapassam a sua sentença condenatória, condição esta também denominada de dupla penalização. Galvão (2012, p.69) reitera a necessidade de que se adote “[...]mecanismos de gestão que contemplem ações voltadas para a garantia dos direitos constitucionais” destas mulheres. Aponta que esta realidade inspira preocupações na perspectiva da saúde pública, sendo fundamental que se organize a atenção à saúde no sistema prisional, especialmente na particular situação da maternidade.

Gomes (2010), a partir dos achados de sua pesquisa realizada em unidade prisional no Rio de Janeiro, caracteriza o momento do parto de suas entrevistadas como uma das experiências mais desumanizadoras vivenciadas no contexto do encarceramento. Obteve relatos de partos em que as mulheres não receberam qualquer assistência das equipes de saúde, dando à luz sozinhas e até algemadas à cama, mesmo quando já se encontravam em serviços de saúde especializados. Houve relatos de mulheres que foram impossibilitadas de ter contato com o filho recém-nascido por mais de um dia após o seu nascimento.

A pesquisadora pontuou ainda, que muitas das entrevistadas relataram tais experiências sem qualquer crítica das violações sofridas, de forma a naturalizá-las já que eram ‘criminosas e presas’, portanto tendo que aceitar as piores condições possíveis de cuidados, sendo parte de seu castigo aprender com essas privações vivenciadas. Problematisa, tanto os preconceitos e estereótipos envolvidos na resistência dos profissionais de saúde em assistir a essa população, como também, a preocupante lógica penal e social em que as regras de segurança se tornam mais importantes do que a saúde

e a vida dessas mulheres e crianças (Gomes, 2010). Nesta perspectiva, Braga e Angotti (2015) afirmam que toda e qualquer experiência, não apenas de gravidez, mas também de maternidade vivenciadas na prisão, são vulneráveis.

Após o nascimento do bebê, novos desafios surgem. Dentre eles, a escassez de instituições que ofereçam a estrutura mínima para receber a mãe e seu bebê para a garantia do direito ao período de amamentação da criança. Tal realidade pode ser impeditiva para que ela permaneça sob os cuidados da mãe até a idade permitida (Giordani; Bueno, 2001).

Tanto esta situação quanto outras já apresentadas nesta revisão, corroboram com o apontamento de Santa Rita (2006b) acerca de que os preceitos legais e normativos parecem chocar-se com os aspectos subjetivos da realidade. Tal cenário também pode ser observado em pesquisa que analisa a efetivação e o acesso das mulheres em situação de prisão, gestantes ou mães, à lei que instituiu o direito à prisão domiciliar, em 2011. Segundo as pesquisadoras, uma postura de discriminação negativa dos juízes em relação às mulheres, em especial a aquelas processadas ou condenadas por tráfico de drogas, muitas vezes as impede de se beneficiar da concessão da medida, mesmo quando se enquadram em todos os requisitos prescritos pela lei. Dessa forma, têm seus direitos limitados, sendo obrigadas a permanecerem grávidas ou junto de seus filhos, no cárcere, ou mesmo separadas deles e sem poder garantir os seus cuidados, contrariamente ao que a regulamentação preconiza (Braga; Franklin, 2016).

Mesmo para os bebês que permanecem junto da mãe para o aleitamento, há maior risco para o desmame precoce por todas as vulnerabilidades e privações vivenciadas. Sendo que o aleitamento materno exclusivo se constitui enquanto uma medida preventiva de saúde pública. Nesta perspectiva, Da Silva et al. (2011, p.37) constata o cuidado materno-infantil no sistema prisional “[...] insuficiente e contraditório em relação aos princípios do Sistema Único de Saúde. ”

Ademais, a experiência da maternidade no cárcere acontece de forma muito diferenciada da maternidade fora dos limites institucionais. Dentre as muitas diferenças aqui problematizadas, há ainda uma particularidade em torno de uma vivência de dedicação exclusiva ao bebê nesse contexto. A mulher permanecerá como a única responsável pelos cuidados de seu filho, em tempo integral, por pelo menos seis meses (Santos, 2011). Essa particular vivência de maternagem, Braga e Angotti (2015) nomeiam como ‘hipermaternidade’. Sobretudo, segundo as autoras, este conceito representa um paradoxo que demarca o ser mãe nas prisões brasileiras: a experiência de uma

permanência constante e excessiva com o bebê, seguida de uma brusca separação mãe-criança, que elas denominam como uma experiência de ‘hipomaternidade’. Sendo que esta última, pode inclusive evoluir para uma ‘nula maternidade’, quando as mulheres perdem qualquer possibilidade de continuidade para o exercício de seu papel materno, após a saída da criança do ambiente prisional.

No que concerne à permanência com a criança, Mello e Gauer (2011) levantaram em sua pesquisa, percepções da permanência com o bebê sendo geradora de um cotidiano de cuidados que ameniza o sofrimento da perda da liberdade, das esperas e angústias decorrentes do cumprimento da pena por parte das mães. Os resultados apontam também a permanência com o bebê enquanto facilitadora na atenuação da dor da separação prévia de outros filhos e no processo de abstinência do uso de substâncias psicoativas (Mello; Gauer, 2011). No entanto, as mulheres relataram a percepção do ambiente prisional enquanto inadequado para o desenvolvimento do filho (Mello; Gauer, 2011; Da Silva et al.; 2011).

A experiência do cotidiano de cuidados maternos com os bebês, também surgiu em outras pesquisas como prazerosa, atenuante, e propiciadora de diminuição do sofrimento das mulheres na experiência do aprisionamento no cárcere (Santa Rita, 2006a; Torquato, 2014). No entanto, Torquato (2014), também concluiu que a vivência da maternidade na prisão esteve demarcada por experiências desprazerosas e geradoras de barreiras e sofrimento para as mulheres em torno da:

[...] falta de assistência médica a elas e principalmente às crianças, a solidão no momento do parto, o tempo ocioso na prisão, as limitações ambientais que influenciaram o estado emocional materno, a dificuldade de acesso à alimentação, como o leite em pó, materiais e produtos para a higiene e cuidados infantis, como lenços umedecidos, fraldas, falta de brinquedos para as crianças, queixas em relação ao preparo e condição da alimentação alternativa, falta de espaços adequados para os filhos, como um local mais apropriado para o banho de sol (Torquato, 2014, p.133-134).

Nessa perspectiva, a vivência da maternidade nesse contexto é apontada como disparadora de sentimentos ambíguos (Santa Rita, 2006b) e geradora de experiências de perdas, solidão, medos, insegurança e sofrimento em torno do próprio ambiente e da separação das crianças (Torquato, 2014). As pesquisas acenam também para um importante sentimento de culpa e sofrimento gerado nas mulheres, ao se sentirem responsáveis pelo aprisionamento dos filhos e por seu afastamento dos estímulos e

experiências do mundo fora da prisão (Gomes, 2010; Mello; Gauer, 2011; Da Silva et al.; 2011; Torquato, 2014).

Mediante a esses sentimentos, é que muitas mulheres acabam por entregar o filho antes do período dos seis meses se findar. Optam por evitar a permanência da criança no ambiente prisional por entendê-lo como inadequado para o seu desenvolvimento. Também tomam tal decisão em razão da impossibilidade de conseguir trabalhar durante o período de amamentação, condição, por vezes, fundamental para parte dessas mulheres (Gomes, 2010).

Santa Rita (2006a) aborda a permanência do filho junto da mãe na prisão como algo problemático e polêmico, que deve ser pensado dentro de argumentos em torno dos possíveis malefícios e benefícios para ambos. Cita enquanto fatores de risco tanto para a mulher gestante quanto para o bom desenvolvimento da criança e da maternidade, aspectos como: a vulnerabilidade da mãe em desenvolver depressão; um ambiente mais propício ao consumo de substâncias psicoativas; a maior fragilidade ou a ausência de redes de suporte; os conflitos existentes no ambiente prisional; e as regras institucionais. No entanto, aponta aspectos favoráveis em torno da possibilidade de vinculação mãe-filho, tendo em vista um melhor desenvolvimento emocional da criança, bem como os benefícios para a própria mulher nessa relação de cuidados maternos, ou ainda no enfrentamento de sua condição de encarceramento. Conclui que a situação de permanência da criança no sistema prisional após o seu nascimento, continua sendo ainda a única possibilidade de manutenção do vínculo maternal, em uma etapa fundamental na vida da criança.

Lopes (2004) afirma ainda que essas mulheres acabam sendo vistas pela sociedade como irresponsáveis ao terem seus filhos presas e são duramente criticadas, seja qual for a sua decisão, a de permanecer com eles ou a de entregá-los. Acrescenta que há uma visão desqualificadora da mulher categorizada como a “presa e criminosa”, especialmente no que se refere a sua capacidade para o exercício da maternidade, para o amor materno e os cuidados com o filho (Lopes, 2004). Assinala-se um imaginário que naturaliza essas mulheres como más, desatentas, descuidadas e incapazes (Lopes, 2004; Torquato, 2014). Tais assuntos são também problematizadas nos trabalhos de Braga (2015), Braga e Angotti (2015) e Braga e Franklin (2016), que colocam ainda em questão uma dissociação entre os ideários que se têm tanto da mulher-criminosa como da boa maternidade. Essa dissociação não só influencia a vivência da maternidade e o ser mãe na prisão, como

também coloca essa experiência como uma forma de ‘salvação moral’ dessa mulher. Estes estereótipos e imaginários criados em torno da mulher-mãe em situação de reclusão, acabam por gerar práticas prisionais insensíveis e desatentas às reais necessidades dessas mulheres e crianças (Lopes, 2004).

Dessa forma, ao chegar na unidade prisional para cuidar de seu bebê, essas mulheres não podem exercer a maternidade de forma espontânea, mas sim uma “maternidade vigiada-controlada” (Santos, 2011). Vivenciam uma rigorosa e contínua vigilância dos profissionais da instituição, sob o risco constante de vir a perder o filho, como forma de penalização por qualquer conduta que possa ser interpretada como descuidada (Gomes, 2010; Figueiredo et al., 2010; Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015). Nessa lógica social, esses profissionais assumem o papel de controle ao “zelar pelos cuidados da criança”, frente a uma mãe potencialmente incompetente para o desempenho dos bons cuidados maternos. Devem incutir nela uma forma padronizada de cuidar, baseada nas perspectivas do direito e da medicina. Sendo assim, o sistema prisional assume o papel “[...]de ensinar a esta mulher, ou melhor, de adaptar esta criminosa ao mundo materno” (Gomes, 2010, p.83).

Esse excessivo e ameaçador controle institucional, empobrece a espontaneidade das descobertas, choros e faltas na experiência dos bebês, na medida em que obriga a mãe a estar vigilante e a atender de pronto, todo e qualquer incômodo do filho, sob risco de penalizações (Figueiredo et al., 2010).

Sugere-se ainda que, ao temer a perda do filho sob essas ameaças, as mulheres temem principalmente o seu encaminhamento para abrigo, especialmente pelas más condições relatadas nesses locais. Temem perdê-lo para a adoção e, de maneira geral, receiam pelo seu destino, que não estará mais sob sua decisão, mas nas mãos de um terceiro, familiar ou instituição (Gomes, 2010).

Na pesquisa de Mello e Gauer (2011), houve relatos de que a vivência da maternidade na prisão era percebida por algumas das mulheres entrevistadas, enquanto sua primeira oportunidade de experimentar o ser mãe, mesmo já tendo tido outros filhos. No entanto, as autoras também afirmam que esse discurso surgia relacionado com experiências prévias dessas mulheres com situações de prejuízos sociais e violência, especialmente por condições de dependência química (Mello; Gauer, 2011).

Todavia, algumas pesquisadoras abordam um outro ponto de vista, ao referir surgir no discurso das mulheres, uma incorporação dessas lógicas ao assumirem para si que

somente na prisão é que conseguem aprender a ser mães e a exercer a maternidade pela primeira vez. Ou até mesmo, a naturalizar a vigilância institucional e uma forma hegemônica e padronizada para os cuidados do bebê como a única correta e possível (Lopes, 2004; Gomes, 2010).

Nessa perspectiva, há um importante prejuízo no exercício da autonomia dessas mulheres na experiência dos cuidados maternos. As decisões são assumidas pelos profissionais da instituição, em nome do Estado (Lopes, 2004; Gomes, 2010; Torquato, 2014). Sendo assim, “[...]o ato de estarem tuteladas faz delas objeto das decisões estatais, que devem obedecer sem maiores questionamentos” (Gomes, 2010, p.95).

A maternidade no cárcere é formatada pelas interferências do Estado e da política penitenciária. Entretanto, sofre com as ausências desse mesmo Estado (Santos, 2011). Dessa forma, o próprio Estado que tutela, também acaba se transformando no principal violador dos direitos dessas mulheres e crianças (Monteiro, 2013). As pesquisas sugerem ainda, que o descaso institucional e as ausências do Estado acabam sendo amparados por uma visão compartilhada pelo senso comum, onde se alternam sentimentos de “compaixão” e de “reprovação” com relação aos gastos que o Estado tem com o tratamento das mulheres em situação de detenção, e por consequência, com seus filhos (Lopes, 2004; Santos, 2011; Torquato, 2014).

Neste cenário, observa-se a falta de suporte profissional especializado, tanto no que se refere aos cuidados dos bebês quanto ao enfrentamento da situação de separação, que é vivenciada pelas mulheres com sofrimento desde o período gestacional (Torquato, 2014).

Evidencia-se a importância de uma rede social que forneça suporte para essa mulher e criança em um momento tão delicado. No entanto, são apontadas fragilidades nas redes dessas mulheres que, em geral, são mais vulneráveis ao abandono de seus companheiros (Costa; Barbosa, 2010; Gomes, 2010; Santos, 2011), não sendo incomum o rompimento e abandono prévio dos familiares. Mesmo nessas situações de rompimento, a maioria das mulheres prefere deixar os filhos sob os cuidados de parentes, a entregá-los aos abrigos (Gomes, 2010).

No entanto, é descrita uma diminuição da autonomia da mulher, principalmente para as decisões em torno da entrega e do futuro de seu filho, agravadas especialmente nessa situação de ausência de rede familiar e da necessidade de institucionalização da criança ou de sua entrega para famílias acolhedoras (Costa; Barbosa, 2010; Gomes, 2010).

Dessa maneira, Costa e Barbosa (2010) apontam a necessidade de programas e políticas de resgate e fortalecimento da rede familiar, quando possível, principalmente na perspectiva da entrega da criança e na posterior necessidade de manutenção de seu vínculo com a mãe. Quando não for possível acessar essa rede familiar, defendem a posição de que a própria mulher possa decidir sobre o destino da criança, e que tenha garantido o direito a continuidade de convívio com seus filhos (Costa; Barbosa, 2010).

Aponta-se que a maioria dos familiares que permanecem com as crianças, não consegue levá-las para visitar as mães por dificuldades financeiras e pelas longas distâncias dos presídios (Gomes, 2010). Neste processo de separação, as mulheres temem que os filhos não as reconheçam mais após sua saída da prisão e a perda deles (Gomes, 2010; Santa Rita, 2006b).

Agrava-se ainda mais a condição de vulnerabilidade quando se trata de mulheres estrangeiras, as quais, em geral, acabam tendo que enviar os filhos para abrigos. Sem contar todo o processo de impacto cultural e social que vivenciam neste processo de aprisionamento em um país diferente e estranho (Gomes, 2010; Santa Rita, 2006b).

Nesta condição de sofrimento vivenciado, uma rede de apoio apontada é entre as próprias mulheres reclusas. No entanto, essa rede também é descrita como frágil, na medida em que essas relações são construídas a partir de sentimentos ambivalentes de confiança e desconfiança, em meio ao hostil ambiente prisional (Buckeridge, 2011; Torquato, 2014). No que diz respeito a relação das mulheres com os profissionais das instituições, são comuns os relatos de sentimentos de desamparo e de desconfiança (Torquato, 2014; Gomes, 2010), diferentemente da realidade encontrada em países como Portugal, por exemplo, onde a própria equipe acaba se constituindo como rede de suporte na experiência da maternidade no encarceramento (Torquato, 2014).

Dessa forma, faltam ações institucionais para a experiência dos cuidados maternos na prisão e na manutenção do vínculo mãe-criança após a separação (Torquato, 2014). Mais do que isso, não há o reconhecimento, por parte das autoridades, de que as visitas familiares e a manutenção do vínculo, especialmente com os filhos, não só se constituem como direito e necessidade das mulheres em reclusão e de seus parentes, como também são mecanismos de apoio frente ao aprisionamento. Lopes (2004) acrescenta ainda, que a proximidade com os filhos se torna um fator protetivo para a saúde mental e um importante estímulo para o processo de reinserção social de mulheres em situação de reclusão.

Todavia, o que acaba se evidenciando é que os objetivos de segurança e disciplina, na perspectiva da lógica penal, acabam sendo os fins prioritários das ações institucionais. Essas ações acabam descaracterizadas das diretrizes de políticas públicas e infringem as regulamentações, leis e normas que poderiam minimizar a violação da dignidade e dos direitos dessas mulheres e crianças, no contexto do encarceramento (Santa Rita, 2006a; Moteiro, 2013; Torquato, 2014). Segundo Santa Rita (2006a, p.11), o contexto da prisão e da lógica penal ferem o “[...] direito a ter direitos das mulheres e crianças” que permanecem atrás das grades.

O encontro com essa realidade remete a reflexões em torno da defesa dos direitos da mulher e da criança neste contexto, visto a invisibilidade vivenciada pelas mulheres e, principalmente, pelas crianças nas prisões brasileiras, vivendo sob as mais diversas e adversas condições (Brasil, 2015).

Há a necessidade de maiores investimentos físicos e humanos do Estado no que tange a experiência da maternidade no cárcere, os cuidados com a saúde materna e infantil e a incompatibilidade entre a realidade encontrada e as diretrizes da legislação brasileira (Lopes, 2004; Torquato, 2014).

Embora estes estudos já tragam significativas reflexões acerca do tema, compreende-se como fundamentais novas formas de problematização sobre os desafios enfrentados por mulheres e crianças no cárcere.

2. COTIDIANO, PRISÃO E MATERNIDADE: UMA PERSPECTIVA TEÓRICA

Para que o cotidiano de mulheres e crianças no contexto do encarceramento seja problematizado, é indispensável o aprofundamento teórico sobre o conceito de cotidiano, suas imbricações com a função social atribuída à prisão e as particularidades envolvidas na experiência da cotidianidade no sistema prisional. Além disso, compreendeu-se como necessário um resgate histórico sobre as concepções e formas hegemônicas envolvidas na experiência de ser mãe e de se exercer a maternidade.

2.1. Cotidiano, história e sociedade

Aparentemente, apenas os poetas, romancistas, artistas e jornalistas pareciam demonstrar interesse pelas vicissitudes da vida cotidiana, sendo o tema pouco valorizado e até banalizado por estudiosos, em especial por filósofos (Lefebvre, 1991b; Carvalho, 2000). Contudo, nas últimas décadas, alguns intelectuais passaram a se dedicar ao seu estudo, apresentando sua riqueza e complexidade. Dentre eles, dois importantes filósofos são apontados como aqueles que até hoje melhor contribuíram com o tema em uma perspectiva marxista-dialética: Henry Lefebvre²² e Agnes Heller²³ (Carvalho, 2000; Martins, 1998). Ambos partem de uma compreensão marxista para problematizar a vida cotidiana e a cotidianidade e, como argumenta Lacombe (2007), tiveram suas obras influenciadas pela busca de compreensão da vida no pós-guerra.

A base teórica para a problematização do conceito de cotidiano neste trabalho está referenciada principalmente nesses dois autores, bem como em outros que partiram de

²² Henry Lefebvre nasceu em 16 de junho de 1901, na França. Filósofo e sociólogo marxista, seus estudos apresentam importante relevância e contribuição por sua amplitude e densidade, especialmente para o desenvolvimento da sociologia e da geografia. É apontado como o autor de maior relevância e mais completo da corrente que ele fundou: da busca pelo retorno à dialética e à Marx, ao mesmo tempo opondo-se e refletindo criticamente a um marxismo ortodoxo e idealizado, segundo ele, distante do que Marx havia proposto. Produziu uma obra extensa, com a publicação de cerca de 70 livros. Faleceu, aos 90 anos, em 29 de junho de 1991, na França (Martins, 2014).

²³ Agnes Heller nasceu em 12 de maio de 1929, em Budapeste, na Hungria; país até então socialista. Estudou filosofia e tornou-se uma das principais e mais produtivas seguidoras de Georg Lukács, integrando a famosa Escola de Budapeste, juntamente com outros discípulos desse pensador. Uma das principais questões problematizadas na obra de Heller diz respeito às relações entre a ética e a vida social, com consideráveis formulações teóricas sobre a sociedade contemporânea e significativo impacto para o estudo sociológico da vida cotidiana. Foi professora na Universidade de Trobe, na Austrália e, atualmente, segue lecionando na New School for Social Research, em Nova Iorque (Heller, 2008; Martins, 2014).

releituras de suas obras. Contudo, também foram utilizadas brevemente algumas contribuições pontuais de José Machado Pais.

Para pensar a vida cotidiana, Henry Lefebvre (1991b) traz a reflexão e problematização da modernidade e suas implicações na cotidianidade, partindo de uma atualização do pensamento de Marx e das relações de produção e de classes no mundo capitalista e na sociedade contemporânea. Segundo Lacombe (2007, p.147), Lefebvre busca, mais do que propor uma sociologia marxista da vida cotidiana com significativos avanços ao tema, “[...] fornecer uma leitura capaz de orientar uma atuação social transformadora” a partir de uma reflexão crítica e política da sociedade moderna, da vida cotidiana e de sua alienação. Dessa forma, “[...] o cotidiano, enquanto modo de vida, teria se tornado central” (Lacombe, 2007, p.148).

Na perspectiva de Martins (1998), a vida cotidiana transformou-se em objeto central de conhecimento científico na atualidade, pois, de algum modo, tem se apresentado como um enigma para a sociedade, em meio às desilusões disparadas pela capacidade de auto regeneração que a sociedade capitalista apresenta em seus mecanismos de funcionamento. Segundo Lefebvre (1991b), com a evolução do capitalismo na modernidade, a obra como práxis e capacidade criadora do homem passa a quase desaparecer da cotidianidade para dar lugar ao “mundo da mercadoria”, dos produtos, com a ascensão do individualismo, da lógica da propriedade privada e a predominância exacerbada do econômico na sociedade.

O cotidiano passa a ser delineado por imposições de tempo para determinadas atividades, assim como são criadas novas esferas da vida cotidiana cada vez mais implicadas em uma relação de consumo, atravessadas pelo mundo moderno. Essas relações de consumo passam a organizar e a estruturar a vida cotidiana, legitimadas pelas instituições, ideologias e pelas ciências (Lefebvre, 1991b).

As propagandas lhe acenam no que você deve acreditar e o que você deve ser; o desejo se torna alvo dessas capturas. Ademais, a lógica da produtividade sem limites gera uma sociedade de abundância, ao mesmo tempo em que uma generalização da pobreza, em meio ao consumo excessivo e desperdício por parte de algumas parcelas da sociedade, enquanto as demais vivenciam a escassez e a privação (Lefebvre, 1991b). Dessa forma, a vida cotidiana se transformou no centro da atenção da produção capitalista de bens de consumo e, conseqüentemente, no centro da reprodução de relações desiguais geradas a partir destas lógicas (Carvalho, 2000).

Todavia, como afirma Martins (1998), o homem comum, mergulhado em seu cotidiano, passa a ser o novo herói da vida, pois é no banalizado mundo do dia-a-dia que está o potencial de suas vontades individuais para a transformação das produções e relações sociais, e da própria sociedade. Nesse sentido, o interesse pela vida cotidiana resulta de um resgate de esperanças da humanidade para a transformação social, em busca de um mundo “[...] de justiça, de liberdade e de igualdade” (Martins, 1998, p.01).

Segundo Galheigo (2003), mediante o reconhecimento das potências que a vida cotidiana possibilita na busca por essa transformação social, na última década e em diferentes áreas (pedagogia, serviço social, psicologia social e sociologia), a palavra cotidiano e as suas derivações têm sido cada vez mais adotadas pelos pesquisadores, estudiosos e trabalhadores sociais e da saúde. Almeja-se o conhecimento construído a partir do olhar de quem vivencia de “dentro” as situações de sua vida cotidiana, deparando-se com suas “representações, sentidos e significados” (Galheigo, 2003, p.105). Mais do que isso, integra-se a essa forma de compreender, a subjetividade, a historicidade, as imbricações culturais e as relações de poder e de dominação que contextualizam e constroem a cotidianidade dos sujeitos estudados. Parte-se do pressuposto de “[...] que é o estudo das práticas sociais, que atravessam o cotidiano, que possibilita a compreensão da realidade social e abre as portas para a sua transformação” (Galheigo, 2003, p.105).

Galheigo (2003) pontua ainda que, desde o início dos anos 90, o conceito cotidiano vem sendo progressivamente mais incorporado também pelos terapeutas ocupacionais, como uma fundamental unidade de análise para sua produção teórica e prática. Esse profissional tem caminhado historicamente de uma visão mais positivista, em torno das atividades da vida diária, para a construção de um pensamento crítico e dialético, na medida em que a vida cotidiana lhe permite integrar a compreensão da complexa relação “sujeito-cotidiano-história-sociedade” (Galheigo, 2003, p.108). Dessa forma, busca exercer uma prática transformadora através do cotidiano, das atividades humanas e da inserção dos sujeitos na vida.

Para Lefebvre (1991b), o cotidiano é o tempo da mudança, das transições e dos transitórios, dos conflitos, da dialética, do trágico, onde coabitam o real e o sonho. Esse tempo não tem estrutura, mas sua narrativa produz a ‘imagem em movimento’ nesse tempo em que há fluidez, continuidade, lentidão, silêncios e monotonia. Não é possível apreender a vida cotidiana em sua finitude e infinidade, sendo a narrativa o que possibilita que se retire do anonimato as facetas contidas na e constituídas pela cotidianidade. Para

essa narrativa existe um lugar, um local, um tempo histórico e social, sendo as pessoas modeladoras e também modeladas por esse espaço-tempo; os sentidos coexistem, são plurais; o significante se torna significado e vice-versa; o tempo é cíclico, não há linearidade, sendo os começos, recomeços e renascimentos (Lefebvre, 1991b).

Dessa forma, ao abordar o cotidiano não se trata de explorar o repetitivo do dia-a-dia, mas sim o vir a ser que sempre se faz condição constituinte do cotidiano, integrando o individual e o social numa correlação constante e recorrente (Lefebvre, 1991b).

Segundo o autor, o conceito de cotidiano provém da filosofia e, embora por muito tempo seu estudo tenha sido desvalorizado, é no cotidiano que se encontram o real, o empírico e o prático, sendo que a história de um dia engloba a história do mundo e da sociedade, pois a narrativa do cotidiano parte sempre de contextualizações, das pluralidades de sentido, desvelando relações dialéticas, a historicidade, os determinismos e opressões sociais, e os conflitos presentes (Lefebvre, 1991b).

Acrescenta ainda que

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, de definir suas transformações e suas perspectivas, retendo, entre fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar esse conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc (Lefebvre, 1991b, p.35).

Nessa perspectiva, Heller contribui afirmando que a vida cotidiana está “no ‘centro’ do acontecer histórico: é a verdadeira ‘essência’ da substância social” (Heller, 2008, p.34). Em cada novo momento histórico da sociedade a vida cotidiana ganha novos ritmos, arranjos e regularidades, diferenciando-se. Essas diferenças também podem ser percebidas em um mesmo momento histórico, mas entre grupos ou classes sociais diferentes, sendo essas especificidades, fatores significativos que demarcam e impõem particularidades à cotidianidade vivenciada por cada pessoa (Heller, 2008).

Carvalho (2000, p.15) observa que os estudos a respeito da vida cotidiana revelam sua “[...] complexidade, contraditoriedade e ambiguidade.” Refere, de encontro aos demais autores supracitados, que a vida do dia-a-dia não pode ser rejeitada enquanto “[...] fonte de conhecimento e prática social.”

A vida cotidiana contempla as atividades rotineiras e habituais, os gestos, rituais, significados e ritmos singulares; se faz presente em todas as esferas de vida do indivíduo, não sendo possível vida humana sem cotidianidade. Contempla o espaço banal e privado de cada um; é onde se dão existência, relações e reproduções sociais. A rotina, parte constituinte da cotidianidade, demarca a sucessão e a repetição de gestos, atos e atividades (Heller, 2008).

O cotidiano se compõe dessas repetições, repetições de movimentos mecânicos, de motivos, de temas, de combinações, de sentimentos, de emoções e de intervalos, numa ligação entre vida ‘profunda’ e vida ‘superficial’ (Lefebvre, 1991b).

[...] essas pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar sua vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora (Lefebvre, 1991b, p.27).

Para Heller (2008), o homem já nasce inserido em sua cotidianidade e só é adulto quem é capaz de vivê-la de forma independente. Sendo que esse amadurecimento rumo à independência e à autonomia do indivíduo é desenvolvido através das relações e aprendizagens compartilhadas com os grupos dos quais a pessoa faz parte.

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (Heller, 2008, p.31).

Embora todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento, nenhuma delas pode realizar-se em toda a sua intensidade. A vida cotidiana é composta por diversas atividades que são heterogêneas no que se refere ao seu conteúdo, sua significação ou sua relevância, e que são também hierárquicas entre si. Essa hierarquia pode ser modificável a depender dos valores sociais e econômicos partilhados num determinado momento histórico, ou do próprio indivíduo, em função de seus interesses e necessidades em cada fase de sua vida (Heller, 2008).

O cotidiano é a unidade na qual o individual só existe referenciado em um coletivo, atravessado pelas representações sociais, culturais, que, conjuntamente, possibilitam os processos de singularidade. É, portanto, o lugar do particular e do genérico, da construção

das atividades humanas do sujeito em diferentes esferas de sua vida, atividades de trabalho, de lazer, de descanso, da vida privada, atividades de cuidado consigo e com o outro, bem como as atividades de participação social e política (Heller, 2008).

Assim sendo, a vida cotidiana traz em si uma série de atividades que, como afirma Carvalho (2000), demarcam a reprodução dos homens como indivíduos particulares, mas também como parte e reprodutores da totalidade social. Nessa perspectiva é que Heller afirma que na vida cotidiana está o potencial para a alienação, mas também para a transformação social do próprio sujeito e do coletivo (Heller, 2008).

Segundo Heller, essa particularidade social caracteriza cada homem com um caráter único e irrepetível. Nesse ‘Eu’ particular é que afloram as necessidades humanas, sob a forma de necessidades do ‘Eu’, e sua dinâmica básica gira em torno da satisfação dessas necessidades. É nele também que nascem os afetos e as paixões, ao mesmo tempo em que uma consciência do ‘Eu’ (Heller, 2008).

Porém, ainda assim, o indivíduo é também

[...] um ser genérico, já que é produto e expressão de suas relações sociais, herdeiro e preservador do desenvolvimento humano; mas o representante humano-genérico não é jamais um homem sozinho, mas sempre a integração (tribo, demos, estamento, classe, nação, humanidade) – bem como, frequentemente, várias integrações – cuja parte consciente é o homem e na qual se forma sua “consciência de nós” (Heller, 2008, p.36).

Dessa forma, o indivíduo contém em si, conscientemente ou inconscientemente, tanto a particularidade quanto o humano-genérico (Martins, 1998). Mesmo que de forma inconsciente, experimenta conflitos e choques entre essa particularidade e seu caráter humano-genérico em sua cotidianidade (Heller, 2008).

Com isso, aumentam as possibilidades que tem a particularidade de submeter a si o humano-genérico e de colocar as necessidades e interesses da integração social em questão a serviço dos afetos, dos desejos, do egoísmo do indivíduo (Heller, 2008, p.38).

Diante desses conflitos e choques que exigem escolhas e decisões numa perspectiva de superação dialética parcial ou total, entre particularidade e humano-genérico, há o surgimento da ética e da moral. Quanto mais complexa a decisão, mais o indivíduo se eleva acima de sua cotidianidade e menos passa a ser esta uma decisão cotidiana. Pois,

ele passa a concentrar toda a sua atenção em uma única tarefa, empregando sua inteira individualidade humana em sua resolução (Heller, 2008).

No entanto, a cotidianidade exige um economicismo nas atitudes e decisões para que possa existir. Sendo assim, o homem atua em sua cotidianidade baseando-se em probabilidades, possibilidades, de maneira pragmática, espontânea e a partir de juízos provisórios e ultra generalizações da realidade. Não é possível, para a continuidade da cotidianidade, que as decisões sejam feitas de outra forma, visto a riqueza e a escassez de tempo diante das múltiplas atividades cotidianas. Contudo, essa forma de agir na vida cotidiana não pode se cristalizar em absolutos, pois do contrário, leva-nos à alienação, dificultando a suspensão da cotidianidade rumo a uma “consciência de nós”, ao humano-genérico (Heller, 2008).

Portanto, para Heller (2008, p.49 e 50),

[...] a atividade cotidiana não é práxis. A atividade prática do indivíduo só se eleva ao nível da práxis quando é atividade humano-genérica consciente; na unidade viva e muda de particularidade e genericidade, ou seja, na cotidianidade, a atividade individual não é mais do que uma parte da práxis, da ação total da humanidade que, construindo a partir do dado, produz algo novo, sem com isso transformar em novo o já dado.

A práxis só é atingida quando se rompe com a cotidianidade em busca de uma obra, de um projeto ou um ideal que nos eleva e suprime a heterogeneidade da vida cotidiana rumo a uma homogeneização, que nos convoca enquanto seres humano-genéricos. Isso nos ocorre quando vivenciamos uma experiência inesperada ou intencional que gera uma suspensão dessa cotidianidade, fazendo com que possamos retornar a ela modificados. Como quando nos deparamos com a experiência de um novo amor, uma paixão, um prazer descoberto em alguma atividade significativa que nos transforma, etc... A cada nova suspensão, maior se torna a reapropriação que se faz dessa consciência de nós, do humano-genérico, gerando assim, um enriquecimento da percepção do cotidiano (Heller, 2008).

Entretanto, como já pontuado, a vida cotidiana e o indivíduo em sua particularidade, também ficam condicionados ao Estado e às lógicas de produção capitalista de bens de consumo, visto que é na vida cotidiana que o capitalismo encontra uma mina inesgotável de rentabilidade (Lefebvre, 1991b). Carvalho (2000) aponta que, para Lefebvre, o cotidiano é produzido pelo Estado, tanto direta como indiretamente. Para tanto, ele se

utiliza das leis, normas, proibições, do controle que exerce sobre as pessoas, da mídia e dos aparelhos de Justiça. Assim, o que escapa ao Estado é apenas o insignificante, as pequenas decisões, através das quais se pode encontrar e exercer a liberdade. O indivíduo busca alargar as fissuras, vãos e intervalos deixados pelo exercício político-burocrático do Estado, em busca de exercer essa liberdade. A vida cotidiana é modelada, controlada e organizada pelo Estado e pela produção capitalista, afastando o sujeito de sua condição de cidadão.

Lefebvre (1991b) afirma que ter um olhar crítico para a vida cotidiana, desvela importantes dilemas, na medida em que possibilita o encontro com o que ele denomina de ‘superestruturas’ que buscam controlar a vida cotidiana, ou seja, as instituições e as ideologias existentes (o Estado, as Igrejas, as culturas e a ciência). Dessa forma, um dos dilemas se coloca entre fortificarmos essas instituições e ideologias, ou então relativizarmos essas entidades para nos dedicarmos a ‘mudar a vida’, na valorização do que ele coloca como um precioso resíduo, o cotidiano.

O autor questiona o quanto as superestruturas servem à manutenção da divisão de classes e de um funcionamento social de distribuição desigual da escassez, que privilegia mais uns do que outros. Ao se validar essas ideologias e ciências, a condição de desigualdade passa a ganhar “belos nomes: restrições, determinismos, leis, racionalidades, cultura” (Lefebvre, 1991b, p.29 e 30) desprezando e desqualificando as complexidades e fatos significativos vivenciados na vida cotidiana.

As tentativas das ciências ditas “humanas” não se desembaraçam facilmente de um coeficiente ideológico, pois elas contém ideologias. [...] as ciências parcelares procuram uma racionalidade mais elevada, não sem conflitos, seja com a racionalidade limitada da sociedade existente, seja com suas absurdidades legalizadas e institucionais! O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro entre as ciências parcelares e alguma coisa mais. Mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional na nossa sociedade e na nossa época. Determina assim o lugar em que se formulam os problemas concretos da produção em sentido amplo: **a maneira como é produzida a existência social dos seres humanos, com as transições da escassez para a abundância e do precioso para a depreciação.** Essa análise crítica seria o estudo das opressões, dos determinismos parciais. Ela visa virar pelo avesso esse mundo em que os determinismos e as opressões passam por racionais, ao passo que a razão sempre teve como sentido e fim o domínio dos determinismos. [...] **A atitude que valoriza as opressões contém de fato uma ideologia disfarçada de racionalidade e de ciência** (Lefebvre, 1991b, p.29 e 30, grifo nosso).

O autor aponta a necessidade de se estabelecer um recuo, uma distância crítica da cotidianidade e da vida cotidiana, e das ideologias que a regem na modernidade, a fim de que se possa captá-las, não as aceitando passivamente. Deve ser analisada de forma que possa ser desvelada em “[...] sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza” (Lefebvre, 1991b, p.18). Não pode ser resumida à subjetividade dos filósofos, mas tão pouco pode ser reduzida à objetividade dos objetos da vida cotidiana (Lefebvre, 1991b). Como sugere Lima (1980, p.42), trata-se “[...] de abandonar a visão dicotômica do filosófico e do não-filosófico, do superior e do inferior, do espiritual e do material, do teórico e do prático, do culto e do inculto”.

A produção na vida cotidiana não diz respeito apenas à fabricação de produtos, mas à construção do tempo e dos espaços sociais. Designa, mais do que isso, a produção do próprio ser humano em seu processo de desenvolvimento histórico e na produção e reprodução das relações sociais, em um movimento complexo (Lefebvre, 1991b). Diferentemente de Heller, para Lefebvre é na própria vida cotidiana que está o centro real da práxis. Embora, para ambos, seja necessário o afastamento crítico e a suspensão da mera reprodução da cotidianidade, para se romper com a alienação, inovando-a e recriando-a (Lefebvre, 1991a, 1991b; Heller, 2008).

Martins (1998, p.6) acrescenta que as necessidades para a transformação social e as mudanças passam a ganhar sentido “[...] na falta de sentido da vida cotidiana. Só pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada.” É nesse momento de impossibilidade para a reprodução que são geradas possibilidades para se inovar, inventar, ousar, e mais do que isso, para o insubordinar-se. Sendo a partir dessa desordem que se pode instalar a criação.

A reflexão sobre o cotidiano exige compreender os atravessamentos que a cotidianidade apresenta em suas relações com o mundo moderno, com a organização social e com a própria sociedade de maneira mais ampla. Dessa forma, é necessário contextualizar a sociedade de nosso tempo como uma sociedade de classes, com posições desiguais e que, para assim permanecer, caracteriza-se também como repressiva e terrorista (Lefebvre, 1991b).

2.2. Cotidiano e suas capturas na prisão e nas instituições totais

Foucault (1987), em seu livro ‘Vigiar e Punir’, traz importantes contribuições que podem auxiliar para a reflexão crítica da vida cotidiana, em suas relações de dominação e aprisionamentos, até acerca da própria experiência da prisão propriamente dita. Refere que a partir do final do século XVII e o início do século XVIII, passa a ser desenvolvida uma descoberta do corpo enquanto objeto e alvo de poder, disciplina, controle e dominação. Esse processo é disparado em resposta às demandas geradas pela inovação industrial, às novas invenções de armamentos, às doenças epidêmicas, e entre outros, à ascensão da burguesia. Instaure-se a sociedade disciplinar e da vigilância a partir de amplos e diversos processos históricos com significados econômicos, jurídico-políticos, científicos, etc... Para tanto, passa a ocorrer um crescente aumento da intervenção e vigilância do Estado sobre a vida dos homens, mulheres e das crianças, na modernidade.

A vida cotidiana passa a ser controlada em suas menores parcelas, a fim de que se possa atender à disciplinarização dos corpos. Esses passam a ser controlados e vigiados minuciosamente em sua relação com o tempo, o espaço, os movimentos, os comportamentos, suas forças e no estabelecimento de relações de hierarquias. Há o desenvolvimento de uma técnica de controle e poder para a submissão dos corpos e sua disciplina, numa lógica de coerção ininterrupta que leva a uma “economia dos corpos” e a instituição de uma norma a ser atingida e respeitada. Essa nova “arte do corpo humano” torna a sociedade e as pessoas mais produtivas e disciplinadas para responder às novas demandas e pressões econômico-sociais (Foucault, 1987).

Permite assim, a fabricação de “corpos dóceis e úteis” para o trabalho, a obediência e a manutenção de uma determinada ordem social; possibilita uma nova ‘microfísica’ do poder. Sendo que o acúmulo de capital na modernidade, só se fez possível mediante a acumulação de homens e mulheres condicionados a essa nova tecnologia do poder disciplinar e dos mecanismos de vigilância e coerção empregados para a fabricação de corpos dóceis, úteis e submissos (Foucault, 1987).

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma <aptidão>, uma <capacidade> que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (Foucault, 1987, p.127).

O corpo sob novos mecanismos de poder e de dominação, possibilita também novas formas de saber, sempre numa busca pelo progresso. Para tanto, a disciplina exige a criação e organização de instituições e exercícios de controle específicos. Cada instituição, assumindo uma função própria dentro desse complexo e articulado mecanismo, deve atuar sobre todo o corpo social: as escolas, os hospitais, as organizações militares, as indústrias, as prisões, etc... “A mística do cotidiano aí se associa à disciplina do minúsculo” com “a minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo [...]” (Foucault, 1987, p.129).

A criação da prisão enquanto punição penal, embora seja apenas uma parte desse processo, apresenta significativas relações e contribuições com o desenvolvimento geral dessas novas tecnologias de poder sobre a vida cotidiana e os corpos. Passa a existir como parte nessa engrenagem maior da tecnologia de disciplinarização sobre o corpo social, bem como a funcionar como observatório e local de experiências para os exercícios de vigilância, dominação, coerção e controle dos corpos, institucionalizados sob essa lógica penal também em outras instituições. Cria-se assim, uma nova sanção normalizadora, sendo que “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal [...] com suas leis próprias, seus delitos especificados, suas formas particulares de sanção, suas instâncias de julgamento” (Foucault, 1987, p.159). Nessa perspectiva, a punição na tecnologia disciplinar, se caracteriza como elemento de um duplo sistema que se polariza entre a gratificação e a sanção dos corpos.

A prisão deve ser um aparelho disciplinar exaustivo. Em vários sentidos: deve tomar a seu cargo todos os aspectos do indivíduo, seu treinamento físico, sua aptidão para o trabalho, seu comportamento cotidiano, sua atitude moral, suas disposições; a prisão muito mais que a escola, a oficina ou o exército, que implicam sempre numa certa especialização, é **<onidisciplinar>** [...] é sem exterior nem lacuna; não se interrompe, a não ser depois de terminada totalmente a sua tarefa; sua ação sobre o indivíduo deve ser ininterrupta: disciplina incessante [...] Ela tem que ser a maquinaria mais potente para impor uma nova forma ao perverso; seu modo de ação é a coação de uma educação total (Foucault, 1987, p.211, grifo nosso).

No entanto, o surgimento da prisão e a função das penas também têm outra significativa função. As disciplinas e a nova política de normas jurídicas e penais criadas a partir delas, foram instrumentos importantes para a manutenção da dominação de classes, ao permitir a redistribuição do poder entre elas. Isso foi possível, na medida em

que essa nova tecnologia permitiu que alguns ficassem irreversivelmente subordinados em relação aos demais, numa fixação assimétrica e desigual do poder em um mesmo lado (Foucault, 1987).

A forma jurídica legal que garantia um sistema de direitos em princípio igualitários era sustentada por esses mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas. [...] Além disso, enquanto os sistemas jurídicos qualificam os sujeitos de direito, segundo normas universais, as disciplinas caracterizam, classificam, especializam; distribuem ao longo de uma escala, repartem em torno de uma norma, hierarquizam os indivíduos em relação uns aos outros, e, levando ao limite, desqualificam e invalidam. De qualquer modo, no espaço e durante o tempo em que exercem seu controle e fazem funcionar as assimetrias de seu poder, elas efetuam uma suspensão, nunca total, mas também nunca anulada, do direito. Por regular e institucional que seja, a disciplina, em seu mecanismo, é um <contradireito> (Foucault, 1987, p.194 e 195).

Na Era Clássica as punições se davam através dos suplícios dos corpos e era a soberania do rei que, de maneira despótica, atuava seu poder de crueldade numa lógica vingativa que só o deixava mais poderoso, pelo temor que gerava. Ao final do século XVII e começo do século XVIII, os reformadores passam a pedir por penas ‘mais humanas’ e esse processo funda o surgimento do ‘sujeito de direitos’. No entanto, Foucault (1987) contrapõe esse aparente interesse de reforma penal com o objetivo de penas mais humanas por um outro interesse. Segundo ele, após a revolução industrial há um crescimento da comercialização, das lógicas produtivistas, acúmulo de riquezas, recursos e de propriedades, e a ascensão da burguesia. Crescem também os crimes contra o patrimônio, em meio a uma série de novas e crescentes proibições e sanções sofridas pelas camadas mais pobres, que passam a transgredir cada vez mais na busca de sua sobrevivência. Situação essa, que gera a necessidade de novas formas de vigilância e segurança para a manutenção da ordem (Foucault, 1987).

Há assim, um novo cenário de pressões econômicas que passam a redefinir também as infrações e as tolerâncias para as ilegalidades. Antes, a ilegalidade dos atos se centrava especialmente nos ataques aos corpos. Porém, a partir desse novo período, são os ataques aos bens, às propriedades, e as resistências à nova moralidade, ligados às tentativas de disciplinarização e normatização para o trabalho, que passam a ser entendidas como as ilegalidades que deveriam sofrer sanções penais mais severas. A justiça assume uma

conotação burguesa, na medida em que se torna uma justiça de interesses de classe (Foucault, 1987).

Nesse sentido, o que os reformadores buscavam para atender a essas novas demandas e pressões econômico-sociais era, mais do que as penas nas prisões, penas que pudessem disciplinar as pessoas às novas lógicas e recolocá-las como força de trabalho. Para tanto, em princípio, as penas em prisões foram pensadas para a minoria dos casos, na dependência do grau de gravidade da infração que tivesse sido cometida, sendo outras formas de penalidades pensadas como principais. Contudo, em pouco tempo, a pena de prisão se transformou na regra. E, embora tenha iniciado se contrapondo ao despotismo do soberano, a autonomia de gestão do encarceramento nas prisões retoma um funcionamento despótico como sua característica central, indo ao oposto do que, em princípio, se dava no encontro com a busca pela criação do “sujeito de direitos” e das relações de igualdade (Foucault, 1987).

[...] a prisão com toda a tecnologia corretiva de que se acompanha deve ser recolocada aí: no ponto em que se faz a torsão do poder codificado de punir, um poder disciplinar de vigiar; no ponto que os castigos universais das leis vêm aplicar-se seletivamente a certos indivíduos e sempre aos mesmos; no ponto em que a requalificação do sujeito de direito pela pena se torna treinamento útil do criminoso; **no ponto em que o direito se inverte e passa para fora de si mesmo, e em que o contradireito se torna o conteúdo efetivo e institucionalizado das formas jurídicas.** O que generaliza então o poder de punir, não é a consciência universal da lei em cada um dos sujeitos de direito, é a extensão regular, é a trama infinitamente cerrada dos processos panótipos (Foucault, 1987, p.196, grifo nosso).

Nesse sentido, o cotidiano do indivíduo na prisão é completamente controlado e prescrito, visto que sua liberdade e seu tempo são de apropriação da instituição e, conseqüentemente, do Estado. As atividades mais banais, simples e rotineiras da vida cotidiana, como o sono-vigília, o estudo, o trabalho, o momento de tomar o sol, de orar ou exercer a espiritualidade, ou até mesmo os horários, a quantidade ou a qualidade das refeições, por exemplo, passam pelo controle e pela prescrição institucional (Foucault, 1987).

Goffman (2010), por uma outra perspectiva de pesquisa em que se propôs a analisar o mundo social das pessoas institucionalizadas, também oferece significativas contribuições ao tema. Caracteriza a prisão enquanto uma instituição total, na medida em que todas as esferas da vida cotidiana - descanso, trabalho e lazer, bem como todos os

seus aspectos, passam a ser realizados e a estar restritos a um mesmo lugar e sob uma única autoridade, sendo classificadas ainda como instituições ‘fechadas’. Cada fase ou etapa das atividades do dia-a-dia são realizadas juntamente com outras pessoas, estando todos submetidos a uma mesma rotina prescrita e rigorosa, em torno de horários e de sequências de atividades e regras obrigatórias, que formam um “[...] plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição [...]” e não às necessidades dos indivíduos ali colocados (Goffman, 2010, p.18).

Para o autor, as necessidades humanas passam a ser controladas a partir de uma lógica institucional burocrática, centrada, não no controle do indivíduo, mas de grupos completos de pessoas. Mais do que isso, Goffman (2010) problematiza que a prisão corrobora, em suas práticas cotidianas, para a mortificação e mutilação do eu, apontamentos que serão pormenorizados mais adiante.

De encontro a essa discussão, Foucault aponta que a vida cotidiana controlada e prescrita na prisão, mais do que uma simples privação da liberdade do indivíduo, promove uma recodificação de sua existência (Foucault, 1987).

Segundo Foucault (1987), essa recodificação é ainda baseada em três esquemas de práticas cotidianas. O primeiro denominado de “*esquema político-moral do isolamento individual e da hierarquia*”, o qual se baseia no isolamento dos indivíduos em relação ao mundo exterior e na tentativa de minar práticas de solidariedade ou de cumplicidade internas. O segundo, “*o modelo econômico da força aplicada a um trabalho obrigatório*”, parte do princípio do trabalho penal, o qual não objetivaria, em princípio, um lucro. Tampouco a formação de alguma habilidade ou ofício úteis. Mas sim a retomada de uma relação de poder em que se resgata as relações de hierarquia e de submissão individual e um ajustamento a uma lógica de produção, tendo o salário o papel de (re)introduzir no detento o sentido de propriedade (Foucault, 1987, p.220).

Por fim, o terceiro esquema se refere ao “*modelo técnico-médico da cura e da normalização*”, ou seja, em uma lógica de individualização da pena não a partir da infração, mas daquele que está sendo punido e em função de suas transformações de comportamento e da lógica de recompensa-punição. Assim, são criadas graduações, modulações das penas, por exemplo, a liberdade condicional (Foucault, 1987, p.220).

O autor afirma ainda, que toda a arbitrariedade outrora retirada do poder judiciário e do soberano, se vê gradativamente retomada. Isto se dá, na medida em que o funcionamento penal moderno exerce um poder em sua autonomia administrativa em

gerir e controlar a pena, a punição e a existência dos chamados detentos, além de uma soberania punitiva em seus mecanismos internos e autônomos de repressão e castigo. Há uma forma de administração baseada num despotismo que privilegia, e que pode ainda ser visto na autonomia de violências inúteis perpetradas pelos próprios guardas, fiscais e pessoas que conduzem a detenção, ao assumirem uma função corretiva, enquanto detentores desse poder penal. Para o autor, esse funcionamento da prisão é o que forma a complexidade do que se nomeia como sistema carcerário (Foucault, 1987).

Contudo, embora o castigo legal ocorra mediante a um ato qualificado como infracional, a técnica punitiva vai de encontro não a esse ato, mas à vida do indivíduo que cometeu a infração, relacionando-se não à especificação da lei, mas sim à norma. Em meados do século XIX, essa lógica passa a ser compartilhada e a gerar novas concepções em torno do tema. O delito, segundo esse pensamento e a tecnologia de poder e vigilância que a prisão permite, passa a possibilitar que se revele o ‘delinquente’ e a ‘delinquência’. Já que a técnica punitiva se foca na vida e não no ato, essa lógica introduz sentido para a investigação biográfica desses indivíduos, o que faz existir o ‘criminoso-delinquente’, antes mesmo do ‘crime-delito’ (Foucault, 1987).

Partindo de uma outra ótica de análise, Lefebvre (1991a) traz contribuições significativas em relação a essa perspectiva de Foucault, ao utilizar-se da figura de Charles Chaplin. Aponta que o mundo burguês produz desviantes, cria ‘o vagabundo’, seu reverso em imagem. Assim o faz, uma vez que produziu máquinas e homens-máquinas e a partir de uma falsa, ilusória e presunçosa prerrogativa de “mundo livre”. Para o autor, a crítica da vida cotidiana necessita de uma compreensão que componha formas de vida em par dialético: de um lado o capitalismo, a burguesia, as técnicas e a tecnicidade; e de outro, o desviante, ‘o vagabundo’, numa complexa relação onde um produz e destrói o outro, incessantemente (Lefebvre, 1991a). Mas que em Foucault, ganha outra complexidade diante da figura do ‘delinquente’. Porém, para ambos, esse processo se dá amparado por tecnologias, tecnicidades e pelas ciências e racionalidades criadas na modernidade.

Se estabelece progressivamente um conhecimento positivo dos delinquentes e de suas espécies, muito diferente da qualificação jurídica dos delitos e de suas circunstâncias [...] Nesse novo saber importa qualificar cientificamente o ato enquanto delito e principalmente o indivíduo enquanto delinquente. Surge a possibilidade de uma criminologia (Foucault, 1987, p.225).

Cria-se assim, uma nova ciência que ganha um caráter de ‘verdade’ em torno da ‘mulher/homem-delinquente’, na medida em que constrói a percepção de existência de uma outra classe, uma outra espécie humana, com uma tipologia desviante da normalidade. Ou melhor, a delinquência configura um desvio patológico da espécie humana. Essa nova ciência, a criminologia, vai se amparar também na medicina e na psicologia para a construção desse novo arcabouço de saber. Confundem-se as fronteiras entre os discursos penal e psiquiátrico. Sob essa perspectiva, “[...] o castigo poderá funcionar em plena luz como terapêutica e a sentença se inscrever entre os discursos do saber” (Foucault, 1987, p.227).

Foucault (1987, p.226) afirma que a prisão fabrica delinquentes, não apenas pela famosa reincidência que dispara nos indivíduos, mas principalmente em outro sentido, ela própria é quem a cria e a introduz “[...] no jogo da lei e da infração, do juiz e do infrator, do condenado e do carrasco, a realidade incorpórea da delinquência que os liga uns aos outros.”

Isso se dá não apenas pela própria dinâmica que se cria e se encerra na prisão e no sistema penal, mas para além disso: a delinquência precisa existir pela sua utilidade no corpo social maior. Ela se faz útil ao existir em sua ilegalidade e assim deixar à sua sombra a sua exploração na obtenção de lucros, do controle, e na manipulação que se exerce sobre ela dentro de uma aparente legalidade realizada por grupos dominantes, regidos por uma falsa e reprimida moralidade. Mas na verdade, “[...] a delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes” (Foucault, 1987, p.246). Tal realidade é encontrada, por exemplo, em sua relação com o tráfico de drogas psicoativas, de armas, de prostituição, entre outros. Dessa forma, “[...] a delinquência, solidificada por um sistema penal centrado sobre a prisão, representa um desvio da ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante” (Foucault, 1987, p.246).

A polícia assume uma função central para a manutenção da homeostase dessa dinâmica e da vigilância que deve exercer para a organização da ilegalidade. É ela quem fornece infratores a serem transformados em delinquentes, à prisão. E, embora a delinquência e a prática delinquente virem objetos da vigilância policial, elas próprias passam a ser contempladas e utilizadas nos métodos e técnicas policiais, mas como uma “ilegalidade lícita do poder” (Foucault, 1987, p.250) sendo autorizadas e exercidas em nome da manutenção dessa homeostase social e nas “[...] cumplicidades que o crime estabelece com o poder” (Foucault, 1987, p.249).

Dessa forma, “[...] diante da disciplina com aspecto da lei, temos a ilegalidade que se impõe como direito. A ruptura se dá mais pela indisciplina do que pela infração” (Foucault, 1987, p.256). Indisciplinas estas, que são deflagradas por vidas e cotidianos desviantes: nas relações familiares ou na ausência delas (muito comum no caso de crianças/adolescentes abandonados); na falta de permanência em um domicílio e a ruptura com uma relação de propriedade privada; na ausência de um patrão - que o situa dentro de uma relação hierárquica e de dominação; e no exercício de uma profissão que expressa uma ordem social estável e necessária para a continuidade de um futuro ‘controlado’, que possa prevenir a sociedade de qualquer risco futuro, dentre outras.

A prisão integra conhecimento e poder sobre aqueles que resistem à normalização disciplinar, normalização disciplinar essa, que já vinha sendo exercida por instituições anteriores no curso da história e da vida cotidiana desses indivíduos, as quais falsamente se faziam crer que tinham seu objetivo em evitar a prisão. Dessa forma, “[...] a prisão é apenas a continuação natural, nada mais que um grau superior dessa hierarquia percorrida passo a passo. O delinquente é um produto de instituição” (Foucault, 1987, p.263).

Nessa perspectiva, há uma organização do cotidiano na modernidade, disparada pelas novas formas do direito, dos rigores e exigências das regulamentações, do Estado, dos empregadores ou proprietários, das técnicas cada vez mais enrijecidas e insistentes de vigilância e de coerções disciplinares. Esse cenário só tem feito aumentar a seletividade do sistema penal, visto que há uma parcela da população que fica mais desfavorecida nessa dinâmica. Além disso, a aplicação da lei não é feita de forma igualitária, o que gera um outro tipo de seletividade desse sistema. Portanto, Foucault aponta que a prisão não fracassa, ela obtém sucesso, pois consegue formar uma ilegalidade, uma ‘delinquência’ e ‘delinquentes’, os isolando e sublinhando para deixar de lado aquelas ilegalidades que se deve tolerar (Foucault, 1987).

Esse sucesso, é também o que perpetua a existência da prisão, mesmo com todos os ‘fracassos’ que se costuma atribuir a ela. E tendo em vista que a prisão e o sistema carcerário são uma perpetuação gradativa e progressiva dessa disciplinarização que se inicia fora dela, há uma legitimação e naturalização de seu poder disciplinar, sem que se faça críticas de excessos, abusos e violências, pois o que é feito, assim é em nome de um bem social maior e dentro dessa lógica claramente estabelecida e aceita. No aparelho carcerário “[...] nada mais lembra agora o antigo excesso do poder soberano quando vingava sua autoridade sobre o corpo dos supliciados” (Foucault, 1987, p.264).

A prisão acaba sendo um dispositivo que só pode ser pensado nessa contextualização histórica, social e econômica maior, para ser compreendida em suas funções, atribuições, e significados que a justificam em sua existência e em sua prática diária na vida cotidiana daqueles que nela se fazem institucionalizados. Como diz Foucault (1987), o dispositivo de encarceramento é uma extensão dessa organização maior do corpo social.

A fim de se compreender a vida cotidiana no cárcere em seus microprocessos, as análises realizadas por Goffman (2010) acerca do mundo da pessoa institucionalizada e dos impactos vivenciados por ela em seu dia-a-dia na prisão, são indispensáveis para a problematização aqui proposta.

Goffman (2010), assim como Foucault (1987), também vai problematizar as relações de poder, mas a partir de uma outra perspectiva e de outros elementos. Aborda que o cotidiano institucional tem como base central de seu funcionamento relações demarcadas por assimetrias de poder, especialmente entre os internados e a equipe dirigente. As pessoas internadas se tornam os objetos e produtos sobre os quais a equipe deve atuar, equipe esta que assume o papel de defender a perspectiva institucional, bem como suas contradições, especialmente entre o que diz fazer e o que realmente faz (Goffman, 2010).

Desde a chegada da pessoa na instituição, diversos e complexos processos de mortificação e mutilação do eu passam a ser gerados no cotidiano da instituição, sendo esses processos muitas vezes padronizados e iniciados logo no ingresso da pessoa ao ambiente institucional, com a sua exposição a situações de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do eu, em busca dessa ruptura com seu mundo externo e doméstico (Goffman, 2010).

São criados rituais em que se demarcam ‘as boas vindas’ do ‘novato’ e a delimitação entre o mundo externo e sua nova vida institucional, sinalizando a despedida da vida que ficou para trás e a vivência de um novo começo. Há a destituição de pertences pessoais, aos quais eram atribuídos sentimentos e significados; a perda do nome com a atribuição de um apelido ou codinome; a pessoa é despida de tudo que constituía um caráter de identidade pessoal e se promove uma desfiguração. A instituição se sustenta através da tensão e ruptura geradas entre o mundo doméstico do indivíduo e o mundo institucional, e se utiliza, estrategicamente, dessa tensão constante para controlar as pessoas ali institucionalizadas (Goffman, 2010).

A partir de então, a pessoa passará a se vestir com uniformes que serão recolhidos regularmente para serem higienizados de qualquer marca ou identificação. Os objetos já não pertencem mais aos sujeitos, mas sim à instituição. Ocorrem ainda, com certa regularidade, buscas e confiscos de objetos que possam vir a ser conseguidos e acumulados pelos internos, reforçando a necessidade da ausência de bens (Goffman, 2010).

Comumente são realizadas nesse cotidiano institucional, ações em que se promovem testes de obediência como forma de dominação das vontades e das reações de resistência da pessoa, e a ruptura de papéis comuns à sua vida civil, com até mesmo a sobreposição desses papéis anteriores pelo novo: o de presa. A pessoa é obrigada a assumir posições e respostas verbais humilhantes, em uma relação de deferência que se perpetuará ao longo de seu processo de institucionalização (Goffman, 2010).

Toda a rotina institucional pauta-se na tentativa de homogeneizar aqueles que nela são institucionalizados, e mais do que isso, gerar a destruição da heterogeneidade entre eles através de um complexo processo de padronização, que enquadra o recém-chegado como um objeto a ser categorizado através de suas impressões digitais, da catalogação de seus pertences e da criação de um número de matrícula. Somam-se a isso, rituais de rotina que envolvem mudanças em sua forma de se vestir, em sua apresentação pessoal e aparência, em sua forma de se reportar à equipe dirigente e até aos outros internos (Goffman, 2010).

Os mais diferentes territórios do eu são violados no cotidiano vivenciado na instituição total. Em geral, sua intimidade fica delimitada e exposta, os banheiros frequentemente são coletivos, assim como os quartos, com estruturas arquitetônicas que permitem que possa ser visto e ouvido por qualquer um, interno ou equipe. A precariedade e a falta de higiene nas instalações prisionais também geram um outro tipo de exposição, uma “exposição contaminadora”: as pessoas precisam dividir celas, camas, permanecer por longos períodos com pessoas gravemente enfermas, com quadros infecciosos e com um acesso precário aos cuidados em saúde (Goffman, 2010).

A vida daquele que se encontra institucionalizado passa a ser redigida em um dossiê que é disponibilizado ao livre acesso da equipe dirigente. Suas atitudes ganham novos sentidos, mais do que isso ocorre um fenômeno que Goffman chama de ‘processo de circuito’, no qual provocam-se atitudes do internado para que essa sua resposta seja avaliada e se torne passível de novos ataques e punições, criando-se assim um circuito

em que se provoca reações da pessoa para que elas justifiquem punições que retornem ao próprio indivíduo em um circuito sem fim. Sendo assim, as necessidades, as dificuldades, os desejos suscitados e apresentados em meio às situações provocadas pela própria equipe, deixam de ser qualificadas como da ordem do humano, para serem classificadas como da ordem do desvio, da atitude do delinquente. Nessa perspectiva, o simples fazer e decidir cotidiano ganha um outro e complexo sentido dentro da instituição, destituindo a pessoa de seu direito ao exercício de sua autonomia.

Numa instituição total, [...] , os menores segmentos da atividade de uma pessoa podem estar sujeitos a regulamentos e julgamentos da equipe diretora; a vida do internado é constantemente penetrada pela interação de sanção vinda de cima, sobretudo durante o período inicial da estada [...] Cada especificação tira do indivíduo uma oportunidade para equilibrar suas necessidades e seus objetivos de maneira pessoalmente eficiente, e coloca suas ações a mercê de sanções. **Violenta-se a autonomia do ato** (Goffman, 2010, p.42, grifo nosso).

Essa perda de autonomia também é perpetrada através de outras ações e especificidades nesse novo cotidiano. A pessoa passa a pedir permissão ou instrumentos para atividades que anteriormente realizava de maneira independente e autônoma; passa a ter que submeter-se para realizá-las. Além disso, ela necessita permanecer passiva diante de possíveis reações de injustiça e violência com outras pessoas, também institucionalizadas. Perturba-se o indivíduo na sua relação com os seus próprios atos, vontades, crenças, e em sua eficiência diante de sua vida cotidiana. Há assim a destituição de sua própria autoridade, que passa a estar na instituição através da figura dos membros da equipe. Estes últimos, gozam de autonomia e de direitos para impor e definir acerca de quais necessidades das pessoas serão atendidas, de que forma e quando; sobre o que se define como prática de disciplina; quais atitudes e ações são passíveis de punições; e quais serão as punições adotadas, exercendo uma autoridade que não deve ser questionada (Goffman, 2010).

Para Goffman (2010), essas práticas de mortificações do eu são racionalizadas a partir de diversos fundamentos, mas na prisão, o fundamento que mais se faz presente para justificá-las é o da manutenção da ‘segurança’.

[...] as várias justificativas para a mortificação do eu são muito frequentemente simples racionalizações, criadas por esforços para controlar a vida diária de grande número de pessoas em espaço restrito e com pouco gasto de recursos. Além disso, as mutilações do eu

ocorrem [...] mesmo quando o internado está cooperando e a direção tem interesses ideais pelo seu bem-estar (Goffman, 2010, p.48).

Sob essa perspectiva, as progressivas mudanças que se seguem, geram a morte civil daquela que se encontra institucionalizada, na medida em que implica ainda em sua perda de direitos. Através desse complexo processo, modifica-se as crenças que a própria pessoa tem a respeito de si e daqueles que lhe são significativos (Goffman, 2010).

A pessoa institucionalizada passa a ser envolvida numa dinâmica de sanções em meio ao que o autor chama de ‘sistema de privilégios’, que também atuam sobre o eu, reorganizando-o. Em troca de obediência a pessoa passa a receber prêmios ou privilégios bem definidos. Tal cenário gera uma lógica de ganhos-privilégios secundários que assumem um lugar central na cultura das pessoas institucionalizadas, com a utilização de gírias e lógicas que só fazem sentido na própria instituição. Para o autor, as possibilidades de redução da pena nas prisões, por exemplo, fazem parte desse sistema, que influencia muitas das ações e comportamentos cotidianos das pessoas em situação de reclusão (Goffman, 2010).

Esse sistema de privilégios, cria ainda, uma permissividade para algumas práticas dos internos, mesmo que proibidas ou por meios proibidos, mas que não desafiam diretamente a equipe dirigente, que passa a fazer ‘vistas grossas’ para certas situações. A partir disso, gera-se também a criação de um código e um controle social entre os internados, para que não se delatem, e um sistema informal para se conseguir bens ilícitos, e até mesmo a organização de um mercado informal. Todos esses elementos parecem devolver uma certa autonomia aos internados, perdida em razão da institucionalização (Goffman, 2010).

Goffman (2010) afirma que, embora alguns papéis possam ser restabelecidos após a desinstitucionalização da pessoa, sempre se tem perdas que serão irrecuperáveis e intensamente dolorosas.

Pode não ser possível recuperar, em fase posterior do ciclo vital, o tempo não empregado no progresso educacional ou profissional, no namoro, na criação dos filhos. Um aspecto legal dessa perda permanente pode ser encontrado no conceito de “morte civil”: os presos podem enfrentar, não apenas uma perda temporária dos direitos de dispor do dinheiro e assinar cheques, opor-se a processos de divórcio e adoção, e votar, mas ainda podem ter alguns desses direitos permanentemente negados (Goffman, 2010, p.25).

Além disso, os processos de mortificação do eu contribuem para uma experiência de fracasso pessoal e permanente, através principalmente da experiência de um “tempo perdido”, na medida que se instala o sentimento de que a pessoa foi exilada de sua própria vida. Embora as fantasias em torno do dia em que vai chegar a esperada liberdade tomem importante parte do cotidiano na prisão, o receio de uma inabilidade para o agora estranho mundo externo gera um significativo temor de fracasso e uma desmoralização naquele que vivencia finalmente a liberdade (Goffman, 2010).

Compreende-se então, que a vida cotidiana na prisão perpetua e intensifica o espaço de exploração, de dominação, de formatação, de subjugação, de diminuição da liberdade e de acesso a direitos. Entretanto, embora a instituição tente minar aproximações coletivas, e a solidariedade seja geralmente mais limitada na instituição total em razão de relações de desconfiança entre as pessoas institucionalizadas, ela surge. Há a descoberta, entre as pessoas em situação de prisão, de um outro, não a partir do senso comum compartilhado na figura do delinquente-criminoso, mas de um outro que é também humano, e que está experimentando coisas parecidas e próximas. Há um senso de injustiça que passa a ser compartilhado nas experiências cotidianas. Nesses processos nascem as relações de aproximação e solidariedade (Goffman, 2010).

Dessa forma, o cotidiano passa a ser também o lugar onde podem se dar os processos de inovação, nos vãos que a cotidianidade permite para a construção de afetos, das relações de trocas, de reciprocidade e da criatividade para se reinventar essa cotidianidade, em meio a formas do resgate e exercício da autonomia, do desejo e da liberdade (Lefebvre, 1991b).

Portanto, problematizar o cotidiano das pessoas que vivenciam a prisão implica nesse afastamento crítico para todas essas complexidades que formatam e submetem a vida cotidiana de maneira mais ampla, mas que vão se intensificar e ganhar novas proporções na experiência da cotidianidade no cárcere. Sob essa perspectiva, a vida cotidiana só pode ser compreendida em seus microprocessos, quando articulada a esses macroprocessos, tanto em seus aprisionamentos e mazelas quanto em seus vãos e espaços para a criação e a transformação. Nessa perspectiva, é que este aporte teórico embasa as reflexões e problematizações acerca da experiência cotidiana de mulheres com a maternidade no cárcere.

2.3. Maternidade e história: entre normas e desvios

A maternidade, bem como a própria figura idealizada da mãe, conforme concebese ainda hoje, resultam de processos sócio históricos e econômicos que, ao longo do tempo, vêm se desenhando e modificando. A maternidade nem sempre foi valorizada e objeto de interesse social como nos últimos séculos. Diante dessas mudanças, passou a ser alvo de uma série de prescrições e normativas construídas processualmente. Ainda nos dias atuais, discursos evidenciam um determinado modelo hegemônico para o exercício da maternidade, com algumas de suas raízes na crença do que se nomeia como ‘instinto materno’. Este instinto, compreendido como naturalmente feminino e partilhado por todas as mulheres ditas ‘normais’, possibilitaria a todas elas desenvolver o amor materno e a própria maternidade como partes constituintes de sua natureza (Badinter, 1985).

Contudo, muitas são as contestações a essas formas de se conceber e de prever o exercício da maternidade (Badinter, 1985; Fonseca, 1997; Scavone, 2001; Klein, 2007; Freire, 2008; Mattar; Diniz, 2012) e que interessam para a construção do problema apresentado nesta pesquisa, visto que, tanto o contexto do encarceramento como a figura da ‘mulher criminosa’ trazem uma série de rupturas com esses ideários em torno das figuras da ‘boa mãe’, da ‘boa mulher’ e da própria experiência da maternidade (Santos, 2011; Mattar; Diniz, 2012; Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015).

Badinter (1985, p.11), importante estudiosa do tema, contesta exatamente esse “‘caráter inato’ do sentimento materno e o fato de que ele seja partilhado por todas as mulheres.” Mais do que isso, afirma “que uma mulher pode ser ‘normal’ sem ser mãe, e que toda mãe não tem uma pulsão irresistível a se ocupar do filho”. Para a autora,

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada (Badinter, 1985, p. 22-23).

No entanto, ainda na atualidade há uma relutância em se compreender a maternidade como mais um sentimento humano. A fim de problematizar o tema, Badinter (1985) faz um resgate histórico de épocas em que o lugar social da mulher e os interesses

nas crianças eram outros, gerando assim formas diversas de relação com a experiência da maternidade. Dessa forma, seus achados corroboram contrariamente à essa crença em um determinado instinto para a maternidade e o amor materno, colocando essa relação como resultante das construções sociais, econômicas e culturais de cada época.

Segundo a autora, já no século XIII, na França, existia enquanto prática corrente, socialmente aceita e compartilhada a entrega do recém-nascido às amas de leite, com as quais as crianças permaneciam por anos, muitas vezes sem qualquer contato ou busca de notícias por parte dos pais. Muitas delas eram esquecidas e abandonadas com as amas, em condições precárias de cuidados. Apenas uma parte das crianças sobreviviam ao primeiro ano de vida e, muitas das que sobreviviam, sofriam danos irreparáveis a sua saúde e desenvolvimento em razão de diversas situações de negligência. Os bebês habitualmente ficavam enfaixados, sem ter contato físico com suas amas e permaneciam por longos períodos sozinhos. Eram amamentados conforme a disponibilidade e desejo da mesma que, em geral, cuidava de dezenas de crianças concomitantemente. As amas quase sempre eram camponesas pobres que recebiam quantias miseráveis para amamentar e cuidar de crianças em detrimento de cuidar de seus próprios filhos (Badinter, 1985).

Não se observava o amor materno tão celebrado na atualidade ou até mesmo a preocupação ou intervenção paterna diante do que hoje, se classificaria como negligência nos relatos realizados. Esse cenário dispara questionamentos acerca de que as mulheres pudessem agir assim porque fossem más, egoístas e frias. Contrariamente à culpabilização das mulheres, o que Badinter (1985) problematiza é um contexto social e histórico em que as relações não eram construídas por laços de amor, ternura e intimidade entre mães-mulheres, pais-homens e filhos-crianças. Não se tinha a concepção atual de família ou mesmo de infância. As concepções e práticas acerca de compreender e atender ao choro dos bebês, por exemplo, ainda não existia. Essa realidade resultava de uma determinada divisão de papéis e do poder, disparada por interesses políticos, econômicos, religiosos e jurídicos que objetivavam a manutenção da conformação social desses períodos e limitavam o lugar da mulher e dos filhos em relação aos homens. Dessa forma, pensar a história da maternidade, exige localizá-la nesse contexto maior que não implica pensar a mulher-mãe apenas, mas a sociedade em suas transformações (Badinter, 1985).

Desde a Antiguidade e por muitos séculos, o poder paterno acompanhou a autoridade marital e era exprimido enquanto um direito absoluto do homem para julgar e punir tanto os filhos como as mulheres. Elas tinham o seu valor restrito ao dote e ao ventre

e passaram a ser demonizadas especialmente pelo discurso religioso, ocupando um lugar de semi-humanas. Já o homem, personificava a inteligência e o pensamento divinos. Esse era um dos principais discursos que fundamentava a autoridade da monarquia, na soberania do pai em relação à família e do rei em relação aos seus súditos (Badinter, 1985).

A criança também foi demonizada por séculos, amedrontava e era vista como um transtorno, pois, trazia em si o símbolo do mal e do pecado original. Era o produto da própria corrupção dos homens e mulheres. Não se via a criança com inocência, mas ao avesso disso, especialmente na leitura pecaminosa e moral que se fazia do choro dela pelo desejo do seio da mulher. Essas ideologias eram amparadas principalmente na teologia cristã. Além disso, especialmente para as famílias mais pobres, a criança era um fardo custoso, um estorvo com quem a mulher não poderia gastar o seu tempo que era todo destinado ao trabalho, uma vez que isso poderia colocar em risco sua própria sobrevivência e a do marido. Sendo comum, não somente nas classes mais pobres como em todas, o abandono da criança que caminhava do físico ao moral e da indiferença até o próprio infanticídio (Badinter, 1985).

Portanto, os eventos que motivavam cada mulher em seu próprio contexto social a estabelecer as relações aqui problematizadas, tinham justificativas coletivas e amplamente compartilhadas pelas sociedades em que estavam inseridas, mas também diversas entre si, envolvendo desde a necessidade de trabalho para a sobrevivência em detrimento dos cuidados dos filhos, ou até mesmo sua justificativa na ativa vida social das aristocratas. Um outro importante apontamento, é o de que o exercício da maternidade não tinha nenhum valor social ou conferia à mulher-mãe qualquer tipo de estima. Apenas a partir de meados dos séculos XVII e XVIII passam a ocorrer transformações que vão aproximar a maternidade e o papel da mãe às visões mais atuais. Assim como, a surgir a concepção de infância, embora ainda não lhe fosse atribuída a atenção e urgência encontradas nas sociedades contemporâneas (Badinter, 1985).

O surgimento da demografia, entre os séculos XVIII e XIX, também influenciou significativamente as novas mudanças. Trouxe a percepção da importância da população para os países, e mais do que isso, evidenciou o expressivo número de mortes de crianças. Ademais, os homens passam a ser vistos como matéria-prima para trabalhar todas as outras e valorados quantitativamente e a partir de suas ocupações e utilidades para o

Estado, tanto por sua capacidade de produzir riquezas, já numa lógica capitalista nascente, como por garantir provisão para o poderio militar.

Essa lógica passa a atribuir um valor mercantil à criança, na medida em que ela representa um potencial de riqueza econômica para a sociedade diante da possibilidade de vir a tornar-se futura força de trabalho. Sobretudo, o Estado precisava estar povoado por pessoas produtivas, sendo fundamental a sobrevivência das crianças para que se tornassem adultas e úteis para o crescimento das nações. A infância se transforma em um investimento potencialmente lucrativo. Mais do que nunca, era necessário que as mães amamentassem seus filhos e garantissem os cuidados maternos para a sua sobrevivência, especialmente durante os vulneráveis primeiros anos de vida (Badinter, 1985).

No entanto, apenas os discursos econômicos e políticos não eram suficientes para modificar as práticas e hábitos das mulheres e homens, sendo esse discurso apoiado por um outro, mais gratificante na busca pelos novos conceitos de igualdade, felicidade e amor e de um papel que passa a ganhar valor social para as mulheres, o de mãe. Segundo Badinter (1985, p.147), “... algumas delas perceberam que ao produzir esse trabalho familiar necessário à sociedade adquiriram uma importância considerável, que a maioria delas jamais tivera [...] finalmente uma tarefa necessária e ‘nobre’, que o homem não podia, ou não queria, realizar.”

No decorrer desse processo de transformações do lugar social da mulher, esta deixa de ser assemelhada a uma serpente do Gênesis e demonizada, para ser transformada na mãe, “uma pessoa doce e sensata, de quem se espera comedimento e indulgência. Eva cede lugar, docemente, a Maria” uma “criatura modesta e ponderada, cujas ambições não ultrapassam os limites do lar” (Badinter, 1985, p.176).

São construídas novas concepções de casamento e de relação entre o casal, gerando assim, as concepções da vida privada e da família nuclear-moderna, ou seja, aquela que é fundada no amor materno. Essa relação passa a ser estabelecida cada vez mais baseada nos novos conceitos de liberdade, escolha, amor e ternura, para a busca da felicidade. E a procriação se transforma em uma das doçuras do matrimônio (Badinter, 1985).

Já a partir dos séculos XVII e XVIII, na França, há o surgimento progressivo de publicações que orientam as mães sobre seus deveres e os cuidados a serem dispensados aos filhos, com a priorização de sua saúde e higiene e a indicação da obrigação da mulher em amamentá-lo como parte fundamental desses cuidados. Suas obrigações já se iniciam na gestação com a prescrição para mudanças de hábitos cotidianos e de dietas alimentares.

Em contrapartida, os bebês, libertos das faixas, passam a corresponder as novas formas de relação com as mães, reagindo às suas carícias, toques, experimentando brincadeiras e novas explorações, intensificando os laços entre eles, diferentemente de outrora (Badinter, 1985).

Consequentemente, a figura da mãe e de sua importância alteram-se de forma expressiva, embora na prática, os comportamentos das mulheres em relação à maternidade tenham demorado a se alterar, especialmente entre as diferentes classes sociais. Apenas no século XIX passam a ser localizadas práticas mais unificadas. Essa mudança na imagem da mãe-mulher dispara a construção de uma nova corrente de pensamento em que se exalta o amor materno, qualificando-o como um valor natural e social e necessário à continuidade da espécie, bem como da sociedade. Contudo, para atender a esse novo papel social, “a mãe deve dedicar a vida ao filho. A mulher se apaga em favor da boa mãe que, doravante terá suas responsabilidades cada vez mais ampliadas” (Badinter, 1985, p.206).

A maternidade

[...] deixa de ser um dever imposto para se converter na atividade mais invejável e mais doce que uma mulher possa esperar. Afirma-se, como fato incontestável, que a nova mãe amamentará o filho pelo seu próprio prazer e que receberá como prenda uma ternura infinita. Progressivamente, os pais se considerarão cada vez mais responsáveis pela felicidade e a infelicidade dos filhos (Badinter, 1985, p.179).

Essa nova concepção de responsabilidade parental, principalmente a materna, iniciada no século XVII, seguiu se acentuando ao longo dos séculos XVIII e XIX. Contudo, teve o seu ápice no século XX, disparado pela teoria psicanalítica que impulsionou a modificação do conceito de responsabilidade materna para culpa materna. Badinter (1985) afirma que essa responsabilidade atribuída à mãe, em torno da felicidade de suas filhas e filhos bem como de seus desejos e inconscientes, surgiu como uma aparente promoção da imagem da mãe. Porém, na verdade essa responsabilidade “...dissimulava uma dupla armadilha, que será por vezes vivida como uma alienação. Enclausurada em seu papel de mãe, a mulher não mais poderá evitá-lo sob pena de condenação moral” (Badinter, 1985, p.238). Ao mesmo tempo em que se valoriza essa figura materna, passam a ser condenadas todas aquelas mulheres que, por algum motivo, não conseguem, não sabem ou não aceitam atender às novas normativas da maternidade.

Todavia, mais numerosas do que se esperava foram as mulheres que se distanciaram desse papel, mas não sem angústia e culpa, já que a ‘natureza feminina’ foi sendo definida ao longo desse processo, tanto pela religião quanto pela própria ciência e sociedade, a partir das características da figura da boa mãe, aquela que abdica de si, em meio a uma rotina de sofrimentos e dedicação, amparados em um masoquismo inato às mulheres, pelo simples prazer de ver sua prole feliz e saudável. Segundo Badinter, tanto Rousseau quanto Freud “sublinham o senso da dedicação e do sacrifício que caracteriza, segundo eles, a mulher ‘normal’” sendo que “àquela que desafiava a ideologia dominante só restava assumir, mais ou menos bem, sua ‘anormalidade’” (Badinter, 1985, p.238 e 239).

Embora o discurso maternalista brasileiro se apresentasse amparado no modelo francês de sociabilidade e civilização e já estivesse sendo vinculado a natureza feminina, é na virada dos séculos XIX para XX que ele ganha novas perspectivas no país, extrapolando a esfera doméstica e se distinguindo com características próprias. Suas particularidades envolveram os cenários econômico, político e social do Brasil, que traziam em seu bojo o projeto modernizador republicano. Este último, colocava a criança como o centro da esperança para a viabilidade da nação. O ideário da maternidade incorporou, progressivamente, tanto atributos de função patriótica como de prática científica (Freire, 2008). Amparou-se em “um discurso médico-psicológico, fundamental à construção de uma lógica de família saudável, funcional, estruturada, que inicialmente difundiu-se entre as famílias abastadas e, mais tarde, entre as famílias pobres” (Franco, 2013, p.6).

Nessa função devotada à pátria, à mãe cabia “a importante tarefa de preparar na criança, o homem do futuro”, e ainda, “promover a regeneração da família e da sociedade” (Freire, 2008, p.166). Exerciam assim, o papel de dirigentes morais e de educadoras em uma missão tida como imaculada, de bases morais e religiosas. Nesse período, uma nova corrente de pensamento passa a ser compartilhada, a de que já não bastava só o instinto materno para o cuidado dos filhos, sendo ele básico, mas insuficiente. Posto isso, se fazia necessário o uso de técnicas embasadas cientificamente, a fim de se garantir o bom desempenho e um alcance mais elevado de civilidade no preparo das crianças para o futuro da nação. Dessa forma, os médicos, amparados nos conhecimentos de higiene e eugenia, e tomados por um desejo de regeneração da raça e de um sentimento nacionalista dominante, passam a exercer a nobre tarefa de preparar as mulheres para a maternidade

(Freire, 2008). Logo, o médico adquiriu um status de cientificidade e a mãe um status social (Franco, 2013).

Nessa perspectiva, o cotidiano doméstico e os cuidados dos filhos, suas atividades e brincadeiras, ganharam um caráter medicalizado e científico, com a responsabilidade materna acerca daquilo que lhe era orientado, sobretudo em torno dos hábitos de higiene da criança, de sua saúde, seu desenvolvimento e de seus comportamentos. Na menor possibilidade de ‘fracasso’ a mulher era responsabilizada, fosse por perturbações, doenças ou possíveis desvios de comportamentos que a criança pudesse apresentar, ou especialmente na recusa da mulher à maternidade ou a essa forma prescrita de exercê-la. Nesses casos, sua conduta estava passível de ser classificada como patologia, pecado ou mesmo crime (Freire, 2008).

A imprensa, com suas novas revistas femininas, teve uma função determinante nesse processo, no Brasil. Passa a disseminar o novo modelo de maternidade, entreteendo, doutrinando e seduzindo as mulheres para esse novo papel: o da mãe moderna. Difundia os novos ideários de comportamentos e, mais do que isso, fazia uma mediação cultural e política com os discursos direcionados às novas identidades e papéis sociais que se almejavam em relação às mulheres e à maternidade (Freire, 2008).

Um outro apontamento significativo encontrado na literatura localiza-se em torno de uma valorização que passa a ser estabelecido entre a experiência da maternidade e sua dimensão regeneradora (Freire, 2008). Badinter (1985), vai abordar a relação entre a dor expiadora vivenciada na maternidade e a redenção, especialmente na aproximação entre a figura da mulher-mãe a uma santa, em meio as suas ações de devotamento e sacrifício. Nessa lógica, caberia às boas mães a recompensa na redenção e a punição para as más e egoístas, que se ocupam do filho apenas quando lhes convêm e não segundo as necessidades da criança, não realizando os sacrifícios inerentes a maternidade.

Nessa perspectiva é que Klein (2007) afirma que problematizar as formas prescritas para o exercício da maternidade implica na realização da compreensão e embates com as relações de gênero. Pois, não é somente uma determinada maneira prescrita e normalizada de ser mãe e exercer a maternidade que se criam a partir dos séculos XVII e XVIII, mas estereótipos das boas e más condutas das mulheres, centrados nesse novo modelo de família nuclear-burguesa (Freire, 2008).

Ademais, em meio as mudanças e transformações com as novas divisões sociais e econômicas do trabalho²⁴, à mulher, coube o mundo privado, doméstico, e ao homem, o mundo público, da rua, da política. Gerou-se uma dicotomia entre público e privado a partir dos sexos. Nesse processo o discurso médico ‘científico’ também teve significativa influência, pois, não somente auxiliou na definição das naturezas feminina e masculina, como as categorizou como diferentes e desiguais. A partir dessa dicotomia entre público e privado destituiu-se da mulher o direito ao mundo do trabalho sob risco de penalização, já que esse era vivido no espaço público. Houve de tal modo, a reelaboração das antigas e hierárquicas distinções entre os sexos a partir da nova configuração da família conjugal moderna. À mulher cabia o papel de mãe e esposa devotada e, ao homem, como pai e marido, o de provedor material (Vaitsman, 1994).

No entanto, esse padrão de família jamais se generalizou na sociedade, embora tenha se difundido com sucesso enquanto ideal de comportamentos e papéis sexuais, expresso ainda nas políticas e legislações (Vaitsman, 1994). Nas camadas sociais mais pobres muitas foram as dificuldades apresentadas para a restrição da mulher ao mundo privado bem como para o alcance ou a aproximação a esses novos ideários, ao longo de todo o processo histórico (Badinter, 1985; Fonseca, 1997; Sarti, 2007). Badinter (1985), por exemplo, aponta a existência dessas discrepâncias entre as diferentes classes sociais já em meados dos séculos XVII e XVIII. Segundo a autora, as mulheres pobres seguiram com dificuldades de assegurar sua sobrevivência e a do marido com sua força de trabalho, em detrimento do tempo gasto com os cuidados de sua prole. Não havia tempo para os cuidados dos filhos, especialmente para atender a tantas normativas e obrigações, que passaram a ser prescritas para essa relação. O filho continuou um fardo pesado, situação agravada ainda por uma fecundidade generosa nessas camadas sociais (Badinter, 1985).

Já no Brasil, em meados dos séculos XIX e XX, esses novos ideários colocaram as mulheres-mães-pobres em situação de maior susceptibilidade a desvios a essas formas prescritas e, conseqüentemente, a condenações morais (Franco, 2013; Fonseca, 1997). Essas discrepâncias já podiam ser percebidas na frequente precariedade conjugal nas

²⁴ O trabalho passa a ser reconhecido apenas quando remunerado, portanto, aquele que é desenvolvido no mundo público, sendo o doméstico destituído enquanto trabalho. Para aprofundar o tema, ver Vaitsman (1994).

famílias populares²⁵ do país, somada a aspectos culturais relacionados a uma construção histórica diferente das outras classes sociais (Fonseca, 1997; Sarti, 2007).

Houve assim, um desencontro com o modelo hegemônico de família e, conseqüentemente, com as expectativas em relação aos papéis da mulher e ao exercício da maternidade. Pois, embora à mulher coubesse o espaço privado e os cuidados com os filhos, na medida em que, o marido garantiria o sustento da família, nas camadas populares, dificilmente se conseguiu reproduzir e atender a esse modelo. Essa condição se apresentava tanto porque o salário do homem era insuficiente para tal quanto por essa precariedade de relações conjugais, tendo a mulher que contribuir ou mesmo assumir o sustento da casa. Tais cenários exigiram que a mulher pobre ocupasse, mesmo que arbitrariamente e sob risco de julgamentos morais e penalizações, o espaço público na busca do sustento dos filhos, não lhe sendo possível, por conseguinte, atender ao modelo de maternidade esperado (Fonseca, 1997).

Mediante os percalços encontrados por essas mulheres de grupos populares, novos arranjos familiares foram necessários. Sendo comum, a constituição do que Fonseca (1997) nomeia como ‘natureza aberta da unidade doméstica’. Característica que Sarti (2007, p.44) também vai apontar ao afirmar que “a família ultrapassa os limites da casa, envolvendo a rede de parentesco amplo”. Sobretudo, para Fonseca (1997), tal peculiaridade de abertura dessa rede doméstica se dá com naturalidade, conferindo a extensão dos cuidados das crianças às avós e avôs, tias e tios, vizinhas... configurando o que a autora denomina de ‘maternidade compartilhada’. Chega ainda a apresentar um outro conceito baseado em um hábito comum nesses grupos, denominado como ‘circulação de crianças’. Isto é, quando essas podem vir a ser criadas por parentes ou conhecidos que assumem o lugar de ‘mães ou pais de criação’ por certos períodos, sendo comum que não se perca a ideia de consanguinidade e de laços entre mães e filhos, e esse convívio possa ser retomado, mesmo após anos de distanciamento (Fonseca, 1997).

Desse modo, Fonseca (1997) afirma que as concepções de família, suas formas de organização e a experiência da maternidade bem como os cuidados das crianças, partem de outros valores, constituem-se a partir da construção de outras redes, hábitos e

²⁵ Família popular é um conceito utilizado por Fonseca (1997) em referência a famílias de baixa renda, sendo que quase todas as mulheres em situação de privação de liberdade, senão todas, encontram-se inseridas nessas ditas famílias populares a que a autora se refere, conforme pontuado por diversas pesquisas citadas neste estudo. Dentre elas, na recente pesquisa ‘Dar à luz na sombra’ (Brasil, 2015).

comportamentos que não podem ser comparáveis com as concepções liberais, hegemônicas e burguesas da família nuclear e da maternidade. Segundo a autora,

[...] nas sociedades complexas, não é correto imaginar um só modelo familiar que se distribua de forma homogênea entre todas as camadas sociais. Às diferentes classes correspondem diferentes versões da família. O reconhecimento dessas ‘outras’ dinâmicas familiares seria essencial para controlar o moralismo inerente no olhar escrutinador – classificador e normatizador – da ciência (Fonseca, 1997, p.545).

Fonseca (1997) conclui ainda, que a experiência da maternidade tem relação direta com as noções, valores e configurações de família partilhadas por uma determinada classe social. Paim (1998) também discute essa posição e aponta que, embora a gestação ocorra no corpo das mulheres e a maternidade possa vir a ser disparada por esse processo inicial, seus significados são construídos amparados na experiência social, em meio a uma complexidade de variáveis que envolvem a posição e a classe social das mulheres, suas idades, bem como diversos outros fatores. Portanto, não podem ser vistos como fenômenos isolados, mas contextualizados e articulados a todos esses aspectos (Paim, 1998). Contudo, o discurso legal em torno da família no Brasil ainda se mantém profundamente reducionista, articulado ao modelo da família patriarcal, nuclear e monogâmica e descontextualizado das mudanças sociais ocorridas ao longo da história (Fonseca, 1997).

Desse modo, até os dias atuais, a maternidade que escapa a essas normas rapidamente é caracterizada enquanto um problema social (Moreira; Nardi, 2009). E, embora tenham ocorrido mudanças na busca de uma divisão mais equilibrada do trabalho doméstico entre homens e mulheres, elas ainda são escassas e as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados dos filhos. Tal cenário as mantém mais restritas à esfera doméstica (Mattar; Diniz, 2012). Tal situação se agrava quando se aborda a situação das mulheres pobres, visto que as políticas sociais têm sido direcionadas a figura materna, aprisionando as mulheres à hegemonia da família nuclear e burguesa. O que se observa é a ausência dos pais-homens nas políticas e nas discussões (Klein, 2007). Nesse contexto, é comum que as mulheres da família formem uma rede de solidariedade a fim de garantir um suporte mútuo para o cuidado das crianças (Mattar; Diniz, 2012).

Reis (2010) também problematiza o tema e afirma que esses ideários em torno da maternidade vêm sendo condicionados às mulheres, principalmente, por meio da atuação

dos profissionais de saúde. Sustenta, inclusive, que ao não corresponderem às expectativas dos profissionais, as mulheres são colocadas em situação de julgamento moral e discriminação, estando aquelas em condição de pobreza mais susceptíveis a não satisfazerem essas expectativas que, em geral, seguem incompatíveis com a sua realidade, como já pontuado pelos autores supracitados.

Tal cenário pode ser ainda agravado por uma relação de linearidade que se estabelece entre a maternidade e o ‘desenvolvimento saudável’ da criança, a partir de teorias psicológicas do desenvolvimento e das ciências sociais. Estas últimas, amparam tanto as políticas públicas quanto as próprias instituições, sejam elas de ensino, de saúde, as próprias associações comunitárias, entre outras. Esse valor de verdade, baseado em discursos científicos, define as normas e os desvios, assim como, aqueles que têm autoridade sobre o tema, sendo necessário que se leve em conta “quem está autorizado a falar, quais lugares e pontos de vista preponderam sobre outros, quais instituições incitam e tornam legítimo o que é ser mãe ou materno em nossos dias” (Klein, p. 183, 2007). Estes apontamentos são fundamentais para se problematizar o cotidiano da maternidade no sistema prisional, em meio a tantas ‘inadequações’ da ‘mulher criminosa’.

Ademais, atualmente, a chegada de um filho tem tido obrigatoriamente algumas regras que geram altas penalizações às mulheres, quando não atendidas. O nascimento da criança deve sempre estar relacionado ao sentimento de alegria e felicidade bem como ser vivido enquanto um momento de celebração, não se levando em conta qualquer condição contextual dessa família ou, especialmente, da mulher. Nessa perspectiva, a normatização da maternidade envolve também aspectos afetivos, sociais, econômicos e, inclusive, o número de filhos e a idade que a mulher deve ter para ser mãe (Moreira; Nardi, 2009). Principalmente estas últimas, são normativas com as quais as mulheres pobres e aquelas que se encontram na prisão, geralmente rompem, não sendo incomum ainda, julgamentos pela correlação moral que se faz de que a mulher pobre deveria optar por ter menos filhos (Pinho, 2010) ou a condenação que lhe é imposta por tê-los muito jovem. No caso das adolescentes pobres, por exemplo, as autoras apontam que a experiência da gravidez acaba sendo associada a um problema social e marginalizada (Moreira; Nardi, 2009) o que também ocorre em diversas outras experiências de maternidade de mulheres pobres, inclusive no sistema prisional brasileiro (Mattar; Diniz, 2012).

Moreira e Nardi (2009) acrescentam ainda que, na atualidade, a figura da ‘boa mãe’ tem sido relacionada a imagem da ‘boa trabalhadora’, visto que, teoricamente, a mulher passou a ocupar o mundo público do trabalho, integrando assim uma nova normativa ao ideário atual da maternidade. No entanto, segundo Chernicharo e Boiteux (2014), apesar de não estarem mais restritas à esfera privada, as mulheres pobres adentraram a esfera pública a partir de uma ‘entrada subalterna’, enfrentando limitações e dificuldades para se inserir no mundo do trabalho. Não é raro o acúmulo em múltiplas jornadas, a inserção em subempregos ou mesmo o desemprego dentre essas mulheres que, geralmente, são as únicas ou principais responsáveis pelos filhos. Para as autoras, assim como para Mattar e Diniz (2012), tal condição ainda as mantém dependentes do auxílio de outros, em geral, de um homem (Chernicharo; Boiteux, 2014), ou mesmo, como Klein (2007) pontua, do próprio Estado.

Para Chernicharo e Boiteux (2014), esse cenário deixa as mulheres mais vulneráveis em relação a condição de pobreza e, conseqüentemente, ao tráfico de drogas, de encontro ao que Cortina (2015) discute em torno do fenômeno da feminização da pobreza²⁶. Esse desfecho pode se dar, na medida em que as mulheres tentam manter seus papéis sociais de ‘chefes de família’, como mães e donas de casa, na busca de garantir o sustento dos filhos. No entanto, na intenção de manter esse papel social e cultural que lhes é atribuído, paradoxalmente rompem com os parâmetros idealizados em torno do que seja classificado como ‘boa’: maternidade, mulher, família, trabalhadora, ou um ‘bom’ contexto de vida. Tal cenário é observado na experiência das mulheres que adentram os presídios brasileiros, na atualidade.

Mattar e Diniz (2012) contribuem com a discussão ao complexificar que a experiência da maternidade, enquanto um fenômeno social, é demarcada por desigualdades raciais/étnicas, de classe social, de gênero, sendo essas desigualdades transformadas em aspectos que passam a ser atributos das mulheres, e que vão gerar o que elas nomeiam como ‘hierarquias reprodutivas’²⁷. Dessa forma, a somatória e a

²⁶ Apresentado na revisão de literatura desta pesquisa.

²⁷ Atende a determinados ideais de reprodução, maternidade e de cuidado com os filhos, compartilhados socialmente. Estando no topo da pirâmide hierárquica as experiências que mais ‘aspectos positivos’ somam em relação a características sexistas, classistas, homofóbicas e racistas. Ou seja, experiências de “relação estável, entre um casal heterossexual monogâmico branco, adulto, casado e saudável, que conta com recursos financeiros e culturais suficientes para criar ‘bem’ os filhos” (Mattar; Diniz, p.112, 2012). Sendo o cuidado da ‘boa maternidade’ “exercido primordialmente por uma mulher, frequentemente com suporte financeiro provido pelo homem (mesmo que a mãe tenha trabalho fora de casa remunerado, ela contrata outra mulher para realizar este trabalho) (Mattar; Diniz, p.114, 2012)”. Assim, aproximam-se progressivamente da base da pirâmide aquelas experiências que mais rompem com esses

interação desses atributos/aspectos, somados ainda, a idade, ao tipo de parceria sexual ou a sua inexistência²⁸, vão ditar, hierarquicamente, se essa maternidade será ou não aceita pela sociedade, sob risco de ser considerada como subalterna, ilegítima ou marginal. Mais do que isso, quanto mais ‘aspectos negativos’ essa mulher ou casal apresentarem nos seus exercícios de reprodução, maternidade ou nos próprios cuidados com os filhos, mais estarão próximos da base dessa pirâmide hierárquica, submetidos à discriminação e à exclusão social. Tal cenário diminui ou extingue as possibilidades para o exercício de direitos humanos dessas mulheres, casais e crianças, os deixando ainda, mais susceptíveis à naturalização de violações de seus direitos.

A assistência à saúde fornecida às mulheres é atravessada por esses valores sociais, como já pontuado por Reis (2010). No entanto, Mattar e Diniz (2012) avançam na discussão, ao referirem que a qualidade dessa assistência, assim como a segurança e conforto oferecidos às mulheres, fica condicionada ao posicionamento que elas alcançam nessa pirâmide das ‘hierarquias reprodutivas’, perpetuando-se práticas discriminatórias, punitivas e correcionais durante a ‘assistência’ prestada. Problematicam tais práticas, especialmente durante o parto, quando se intensificam as violações de direitos perpetradas e naturalizadas entre os profissionais de saúde, que assumem posturas e práticas moralizantes e abusivas. A partir da pesquisa de Gomes (2010), é possível perceber que essas práticas se mostraram agravadas na experiência de mulheres presas que se encontravam em trabalho de parto. A pesquisadora observou diversas violações de direitos perpetradas pelos profissionais e narradas pelas mulheres, inclusive repetidas situações de omissão a qualquer suporte durante o parto.

Mattar e Diniz (2012) vão problematizar que a aceitação da experiência da maternidade também está relacionada ao acesso ao direito reprodutivo e sexual das mulheres que, para muitas, fica negado pelos aspectos problematizados acima. Tal situação, conforme já problematizado no levantamento bibliográfico realizado, habitualmente se observa no cárcere, onde poucos são os presídios em que as mulheres

ideais, mediante a somatória e interação de ‘aspectos negativos’. Dessa forma, os principais fatores que atravessam transversalmente essa pirâmide hierárquica são a raça/etnia, a classe social e a idade da mulher, bem como sua parceria sexual (Mattar; Diniz, 2012).

²⁸ As mulheres-mães solteiras ficam mais susceptíveis a serem estigmatizadas e a terem sua(s) experiência(s) de maternidade marginalizada(s) e deslegitimada(s) (Mattar; Diniz, 2012).

podem exercer seu direito sexual e, quiçá, seu direito reprodutivo, ficando susceptíveis a discriminações ou a naturalização da violação de seus direitos.

Para as autoras,

[...] quanto menos as mulheres exercitarem seus direitos humanos em geral, e os reprodutivos e sexuais especificamente, em piores condições vivenciarão o exercício da maternidade ou arcarão com as consequências da falta de respaldo do Estado e da sociedade (Mattar; Diniz, 2012, p.112).

Mattar e Diniz (2012) afirmam que a interação dos aspectos que atravessam a pirâmide das ‘hierarquias reprodutivas’, quando em combinação com outras condições específicas vivenciadas pelas mulheres, tornam mais difíceis o exercício da maternidade, bem como a sua legitimidade e o cuidado com os filhos. Dentre essas condições especiais, descrevem a situação de mulheres com algum problema de saúde, como Aids ou sífilis, por exemplo, ou com algum tipo de deficiência ou doença mental; moradoras de rua; usuárias de substâncias psicoativas; profissionais do sexo ou as que são consideradas promíscuas; e, por fim, as chamadas infratoras, especialmente aquelas que se encontram na prisão.

Dessa forma, pode-se pensar que todas as condições descritas anteriormente à condição de se encontrar presa, coloca as mulheres que as vivenciam, também mais susceptíveis a seleção do sistema penal brasileiro, como já aventado anteriormente. Portanto, pensar a maternidade no contexto do encarceramento, coloca o pesquisador em um embate direto com os aspectos de desigualdades e de ‘contravenções’ das mulheres a muitas normativas que as deslegitimam como mães e mulheres. Pois, o que se encontra nos presídios femininos, geralmente, são mulheres pobres, negras, jovens, usuárias de drogas, moradoras de rua, profissionais do sexo... enfim, figuras que deflagram ‘diversos desvios’, visto que não cumprem muitas das prerrogativas prescritas para o feminino e, consequentemente, rompem com o modelo da ‘boa maternidade’. Nessa perspectiva é que a pesquisa no contexto da prisão gera um encontro direto e necessário com as questões de gênero, raça e pobreza (Braga, 2015).

Segundo Braga (2015, p.523), “ a criminosa e a mãe ocupam lugares opostos no repertório de papéis designados às mulheres na nossa sociedade”, na medida em que, a mulher que comete um crime rompe moralmente com a figura sacralizada da mãe. Dessa forma,

O entrelaçamento dos universos da prisão e da maternidade produz um exercício da maternidade no registro do sacrifício e da disciplina, atendendo ao projeto mais amplo de domesticar o desvio e o desejo feminino, criminal e sexual. A casa e a cria são trazidas para dentro do cárcere, vigiadas, ensinadas, disciplinadas a partir de parâmetros restritos de normalidade de gênero e família (Braga, 2015, p.528).

A autora vai problematizar que, mesmo ao se exercer discursos e práticas para o reconhecimento de direitos e particularidades de gênero, o Estado, representado pelo sistema de justiça, incorpora e reproduz uma racionalidade normalizante, biologicista, binária e moralizante, definindo subjetividades e legitimidades e sujeitando as mulheres a uma determinada forma de exercer a maternidade e o feminino. Mais do que isso, na busca de garantir direitos, sob essa racionalidade, se permite a produção de violações, visto que a mulher-mãe em situação de encarceramento, tem muitas de suas possibilidades para o exercício da maternidade deslegitimadas, assim como seu contexto de vida, sua organização familiar e suas formas de ser mulher, as quais são distintas dos ideários tradicionais de feminino, de maternidade e de família (Braga, 2015) como já pormenorizado anteriormente através de outras autoras.

Nesse sentido, a maternidade acaba sendo uma peça-chave para os discursos de salvação da ‘mulher-desviante’, tendo em vista que a reaproxima de sua missão original, de sua ‘verdadeira natureza feminina’: ser mãe (Braga, 2015; Braga; Franklin, 2016). Isso leva o exercício da maternidade a ser controlado, disciplinado e normatizado nas menores parcelas do cotidiano dessas mulheres e crianças e, mais do que isso, “a maternidade pode funcionar como incremento punitivo para a mulher encarcerada” (Braga, 2015, p.530). Ademais, já nas pequenas ações e hábitos de cuidados do bebê, a maternagem passa a ser prescrita e domesticada, sob o risco de sanção, com a corroboração de novas formas de violações de direitos, sendo a abrupta interrupção da permanência com a criança utilizada constantemente como ameaça de penalização (Braga, 2015; Braga; Angotti, 2015). A esse emaranhado de práticas e discursos que regulam, dominam e submetem as experiências de maternidade das mulheres, no sistema prisional, Braga (2015) vai denominar de ‘dispositivo da maternidade encarcerada’²⁹.

Já para Santos (2011), a mulher-presa vivencia o que ela denominou de ‘maternidade vigiada-controlada’, ou seja, a experiência com a criança fica submetida ao

²⁹ A pesquisadora faz essa denominação amparada no conceito de ‘dispositivo’ criado por Foucault, em seu livro “Microfísica do poder”.

controle, a vigilância e as decisões conferidas ao contexto institucional e não a mãe. Até mesmo a decisão sobre o percurso que será traçado para essa construção e convívio mãe-bebê, o tempo de duração dessa permanência da criança com ela, ou o mais dramático, sobre possíveis destituições do pátrio-poder da mãe, passam a ser do poder institucional, que é realizado a partir da mulher-presa corresponder ou não as suas prescrições e aos ideários já problematizados. O que se vê nesse cenário é o cerceamento de todas as decisões inerentes a vivência da maternidade.

Portanto, a maternidade no âmbito do encarceramento, exige esse resgate histórico das concepções em torno dos ideários da ‘boa mãe’ e da ‘boa mulher’, para que se possa compreender muitas das ações institucionais no controle desse cotidiano da maternagem que deve ocupar intensamente a mulher. Tal situação pode ser vista, por exemplo, na negativa às mulheres-mães-presas de continuidade ou acesso a atividades laborais, escolares, culturais e até mesmo religiosas, a fim de que se dediquem exclusivamente aos cuidados dos filhos. Consequentemente, se limita o seu convívio com as demais, isolando a mulher-mãe-presa (Torquato, 2014; Braga; Angotti, 2015). A maternidade ganha características de punição (Braga, 2015) e é vivenciada como um paradoxo, a partir de experiências que vão de uma ‘hipermaternidade’ até uma ‘hipomaternidade’. Ou seja, de uma permanência constante e intensa com o bebê, seguida de uma brusca separação mãe-criança, que pode chegar a uma ‘nula maternidade’, quando essas mulheres deixam de vivenciar a continuidade de seu papel materno, após a saída da criança do ambiente prisional³⁰.

Do mesmo modo, a experiência da maternidade na prisão mantém a perpetuação dos estereótipos de gênero ao partir da naturalização das mulheres como cuidadoras exclusivas de seus filhos, não permitindo novas formas para o exercício da paternidade. Tal realidade, reforça o que já existe, fora das prisões: as mulheres como principais responsáveis pela organização familiar (Braga, 2015).

O que se observa é que discutir o conceito de maternidade no contexto do cárcere, enquanto um fenômeno social e cultural e numa perspectiva dialética-crítica, torna-se uma tarefa significativamente complexa. Afinal, o tema exige a compreensão e a articulação de diversas questões que abarcam desde as desigualdades sociais, geracionais,

³⁰ Tais conceitos de Braga e Angotti (2015) são apresentados no subcapítulo 1.3.2. *A mulher e a maternidade no cárcere: uma revisão da literatura*.

de gênero, e raça, tão presentes no sistema prisional, como a reflexão acerca das idealizações que legitimam ou deslegitimam o ser mulher, o ser mãe e a própria maternidade. Portanto, a abordagem do tema, exige um olhar crítico e cuidadoso, pois, embora aqui se parta da experiência materna como não instintiva ou a partir de pressupostos universalizantes em torno das práticas das mulheres, se compreende que a maternidade deve ser vivenciada como um direito da mãe e da criança, se assim for o desejo dessa mulher. Contudo, a transformação da prisão enquanto um aparato para o seu exercício, não pode ser uma solução efetiva, na medida em que a experiência da maternidade é capturada pela lógica punitiva da instituição e vira nova forma de cerceamento da liberdade dessas mulheres e de violações dos seus direitos, de seus filhos e familiares.

Ademais, não sendo o amor materno instintivo, mas sim uma construção, essa só pode se dar no compartilhamento de um cotidiano comum entre as mulheres e suas crianças. Sendo que as mulheres não nascem com uma vocação ou sabedoria naturais para a maternidade, mas necessitam se constituir como mães e construir soluções para os novos desafios que vivenciarão com a criança, dia após dia (Badinter, 1985), sendo fundamental que essas mulheres tenham o direito a exercitar a ‘maternidade compartilhada’, conforme Fonseca (1997) apresenta, dessa forma, para além dos muros da prisão. Ainda como afirma Badinter (1985), o amor materno é, apenas, mais um sentimento humano que pode se desenvolver mais ou menos, condicionado ao desejo e escolha da mãe em fazê-lo e à possibilidade de um convívio que o estimule, que cuide dele, pois, do contrário e como qualquer outro sentimento, ele pode desaparecer. Portanto, mesmo quando há esse desejo da mulher, esse amor só pode ser desenvolvido ao longo dos dias que ela venha a passar na presença dos filhos, nos pequenos cuidados cotidianos que dispense a eles, na ação de tocá-los, acariciá-los, mimá-los, beijá-los. Dessa forma, “Se a criança não está ao alcance de sua mão, como poderá a mãe amá-la? Como poderá apegar-se a ela?” (Badinter, 1985, p.15).

3. OBJETIVO

Estudar a experiência da maternidade no cárcere, a partir do cotidiano e das trajetórias de vida de mulheres egressas do sistema penitenciário.

3.1. Objetivos específicos

- Descrever a experiência de mulheres em relação à gestação, parto e puerpério vividos no cárcere;
- Descrever a experiência de mulheres em relação ao cotidiano de cuidados e a separação mãe-bebê vividos no cárcere;
- Descrever a experiência de vida de mulheres mães após a saída do cárcere, em particular, ao que se refere à maternidade;
- Compreender e refletir sobre a precariedade do acesso a direitos no âmbito da experiência da maternidade no cárcere e de seus impactos sobre as trajetórias de vida de mulheres e de suas filhas e filhos.

4. OS CAMINHOS METODOLÓGICOS PERCORRIDOS

Diante da complexidade de situações e condições envolvidas na experiência da maternidade no contexto do encarceramento, foi necessário conhecer, compreender e refletir sobre e através do cotidiano e trajetórias vividas e narradas pelas colaboradoras da pesquisa. Para tanto, foi realizado estudo exploratório, descritivo e reflexivo, de caráter qualitativo, balizando-se no uso nos pressupostos da hermenêutica-dialética e na construção da história oral de duas mulheres egressas do sistema penitenciário, Janaina e Vitória.

A hermenêutica teve como função central a compreensão das histórias orais construídas, na busca de um entendimento não no sentido contemplativo, mas ativo. Baseou-se na importância e exploração dos eventos cotidianos através do uso da linguagem, onde não coube a procura de uma verdade essencialista, mas sim dos sentidos que foram expressados pelas colaboradoras da pesquisa. A urgência dessa compreensão se fundou diante de um estranhamento em relação à realidade da maternidade na prisão, gerando assim o questionamento em torno do tema que necessitou ser compreendido em profundidade e complexidade (Minayo, 1999, 2008).

A hermenêutica oferece as balizas para a compreensão do sentido da comunicação entre os seres humanos; parte da linguagem como terreno comum de realização da intersubjetividade e do entendimento (...) propõe a intersubjetividade como o chão do processo científico e da ação humana (Minayo, 2008, p.97).

A linguagem como o núcleo central da comunicação, mais do que a expressão verbal de um cotidiano vivenciado, possibilitou a compreensão simbólica de uma realidade a ser penetrada. A hermenêutica trouxe para o primeiro plano, na construção e análise das histórias, as condições e experiências cotidianas da vida das colaboradoras, possibilitando o esclarecimento das estruturas profundas desse mundo do dia-a-dia, sem que se buscasse objetivismos ingênuos. Conforme Minayo propõe, manteve-se um compromisso com o contexto histórico, com o tempo e com os grupos dos quais, participante e pesquisador são parte (Minayo, 1999).

A linguagem foi colocada aqui, apenas como mais um elemento da totalidade do mundo real, o qual foi entendido como composto pelas relações sociais historicamente dinâmicas, antagônicas e contraditórias de poder e acessos, e entre diferentes grupos e

classes, contextualizados em uma determinada tradição cultural. Dessa maneira, partiu-se do pressuposto de relações sociais com produções desiguais, onde a comunicação se apresenta perturbada, própria de uma realidade conflitiva, que expressa relações de dominação e alienação. Nessa perspectiva, colocou-se como objeto de análise a práxis social maior e o sentido de uma afirmação ético-política do pensamento (Minayo, 1999, 2008).

Por meio da hermenêutica, buscou-se a compreensão de um determinado tempo, contexto e narrativa, mas também uma crítica-dialética que dirigida contra esse mesmo tempo, possibilitou a elucidação das diferenças, dos contrastes, dos dissensos e das rupturas de sentido na peculiar experiência da maternidade no contexto do cárcere. Sob essa ótica, a dialética complementou esse caminho metodológico da compreensão, na medida em que possibilitou que esta se realizasse sob um enfoque crítico em relação à realidade social. A compreensão desta peculiar realidade foi feita partindo-se do princípio do conflito e da contradição como algo permanente onde se articulam ideias de negação, oposição, mudanças, processo e transformação da realidade social (Minayo, 1999, 2008, 2013).

Minayo (2008) afirma que para se apreender determinado recorte, cotidiano, trajetória, sob essa perspectiva, exige daquele que busca compreender, uma integração constante em relação aos diferentes contextos nos quais estas “situações/condições/processos” estão inseridos. Dessa forma, é necessário que se compreenda o todo no qual a parte ou o contexto se articulam e vice-versa, num círculo em movimento. Portanto, a compreensão que integra os contextos sempre afeta a compreensão do individual (Gadamer citado por Minayo, 2008).

Neste sentido, toda construção de cotidianos e trajetórias de vida se fundam historicamente e contextualizadamente em processos que se articulam e transitam entre parte e todo dentro de uma perspectiva histórica (Lefebvre, 1991b). Ou seja, entre as dimensões micro e macrossociais. Assim, na busca de realizar esse caminho metodológico proposto pela hermenêutica-dialética, partiu-se da experiência cotidiana enquanto uma trilha para o conhecimento entre macro e microprocessos. Para tanto, optou-se por valer-se das contribuições de autores, que para muitos pesquisadores, não poderiam ser utilizados em um mesmo trabalho: estruturalista (Foucault) e interacionista simbólico (Goffman). Contudo, amparada na discussão realizada por Pais (2003), é que se compreendeu que a pesquisa do cotidiano exige este transitar entre uma observação e

reflexão crítica de diferentes dimensões, isto é, tanto do olhar dos ‘janeleiros’, a uma certa distância, como também o dos ‘arruadeiros’, descendo ao próprio ‘terreno’ da vida de todos os dias, para “apalpar a semântica da coisa” (Pais, 2003, p.103), tornando-se assim necessário o suporte das contribuições desses diferentes estudiosos. Por esta perspectiva,

A dimensão ‘microsociológica’ das unidade analíticas goffmanianas não é, afinal, incompatível com a dimensão mais ampla das estruturas sociais e com a apreensão das normas e estruturas que pautam, ao nível macro, as ‘interações sociais’ (Pais, 2003, p.113).

Assim, as cenas cotidianas e as trajetórias narradas pelas colaboradoras da pesquisa, configuraram-se, metodologicamente, como espaço-tempo onde se revelaram a vida social com a complexidade da experiência da maternidade no cárcere e a partir dele, de encontro ao que Pais (2003) propõe.

Definimos o cotidiano como uma rota de conhecimento. Quer isto dizer que o cotidiano não é uma parcela isolável do social. Com efeito, o cotidiano não pode ser caçado a laço quando cavalga diante de nós na exacta medida em que o cotidiano é o laço que nos permite ‘levantar caça’ no real social, dando nós de inteligibilidade ao social (Pais, 2003, p.31).

Diante destes pressupostos é que a escolha pelo uso da história oral se justificou, na medida em que este estudo se propôs a resgatar a experiência cotidiana prévia de duas mulheres que haviam vivenciado, anos antes, a condição de maternidade no cárcere. Ou seja, com a necessidade da construção de um cotidiano em suspenso. Ademais, a história oral é realizada de modo narrativo e se destaca pela busca por oferecer a oportunidade de pesquisa sobre o que um determinado grupo social tem a dizer, através do uso de entrevistas. (Meihs e Ribeiro, 2011). Tendo sido, nessa pesquisa, adotados os pressupostos e contribuições teóricas realizadas pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos de História Oral da Universidade de São Paulo – Neho-Usp.

Segundo um desses pesquisadores, a história oral pode ainda ser

[...] compreendida como um procedimento metodológico interdisciplinar [que] contribui na produção do conhecimento que se caracteriza, em especial, pela atenção aos grupos silenciados e excluídos socialmente, priorizando suas raízes, seu cotidiano, a vida privada, e suas territorialidades (Guiraldeli, 2011, p.140).

Segundo Meihy e Holanda (2014), há ainda um crescimento progressivo no uso da história oral, visto seu potencial para a

[...] penetração em territórios pouco viáveis pelas disciplinas em geral. Por, também, dar voz a setores desprezados por outros documentos, a história oral ganha significado ao filtrar as experiências do passado através da existência de narradores no presente (Meihy e Holanda, 2014, p.28).

Embora venha sendo muito utilizada como *fim*, para a construção de bancos de histórias e de acervos, a história oral também é utilizada enquanto *meio* para se realizar análises e articulações que possibilitem avanços e formas ampliadas de aproximação com as experiências desses determinados grupos sociais (Meihy e Ribeiro, 2011).

A história oral é caracterizada por um conjunto de procedimentos. Segundo os pesquisadores do Nêho-Usp, a depender dos procedimentos empregados ou das formas de utilização das histórias, há diferentes subtipos de história oral (Meihy e Holanda, 2014).

Sendo assim, acerca dos procedimentos utilizados neste trabalho, optou-se pelo que se chama de *história oral plena*, que consta das etapas de entrevistas, da análise dessas entrevistas e do posterior diálogo entre as diferentes entrevistas realizadas. Em relação ao tipo do gênero narrativo adotado, foram realizadas histórias orais com a combinação de dois gêneros, da *história oral temática*, em torno do tema específico da experiência da maternidade no cárcere, e também da *história oral de vida* (Meihy e Ribeiro, 2011).

Para a entrevista, Meihy e Ribeiro (2011) abordam a necessidade de perguntas que permitam maior abertura para o contexto a ser problematizado, assim como maior objetividade analítica em sua análise. Essa maneira de formulação de perguntas é nomeada como *procedimento dedutivo*. Sob essa perspectiva, as entrevistas partiram de duas perguntas centrais: “*Como foi ser mãe e cuidar de seu filho no dia-a-dia da prisão? Como essa experiência da maternidade na prisão tem se relacionado com sua história de vida aqui fora?*”

Foi ainda adotada uma postura estimuladora e motivadora ao longo das entrevistas, com o uso de perguntas, como: “*Você poderia me falar mais sobre isso? Você poderia me explicar mais isso? Você poderia me contar mais sobre isso?*” Sendo estas, realizadas, especialmente, em torno de aspectos da narrativa que pudessem contextualizar e

historicizar as questões relacionadas ao tema e na construção de uma lógica explicativa dos eventos e cotidiano (Meihs e Ribeiro, 2011).

Após terem sido gravadas em áudio, as entrevistas passaram por algumas etapas durante o processo de transposição de material oral ao escrito, até a sua constituição em documento, passível de análises e reflexões. Sendo elas a de *transcrição*, *textualização*, *transcrição e validação* (Meihs e Ribeiro, 2011; Meihs e Holanda, 2014).

Na *transcrição*, foi realizada a passagem da entrevista do estilo oral para o estilo escrito; na *textualização*, as perguntas foram retiradas e fundidas ao texto que permaneceu em primeira pessoa, reorganizado a partir de indicações cronológicas e /ou temáticas, a fim de garantir a compreensão de coerências linguísticas ao leitor; na *transcrição* houve maior interferência da pesquisadora, pois outros elementos da entrevista foram integrados ao texto, a fim de que pudessem facilitar uma proximidade do leitor à atmosfera da entrevista (Meihs e Ribeiro, 2011). Além disso, buscou-se a realização de sua *transformação e recriação*, no sentido de facilitar o entendimento do leitor, bem como na construção de um senso estético para a história, que se aproximasse aos textos de literatura e de um sentido poético (Meihs e Holanda, 2014).

A validação, caracterizou-se como uma etapa fundamental do processo, especialmente enquanto um cuidado ético. Foi realizada a apresentação e leitura das histórias transcritas para as colaboradoras, a fim de que pudesse dizer se a forma de apresentação de sua narrativa estava de seu agrado, e possibilitar que ela pudesse pontuar a necessidade de possíveis modificações, para novos encontros e validações (Meihs e Ribeiro, 2011).

Conforme Meihs e Ribeiro (2011) propõem, as pessoas a serem entrevistadas são denominadas como colaboradores, na medida em que há um *co-labor-ação* entre pesquisador e entrevistado e um protagonismo daquele que narra, sendo ele o sujeito de sua própria história, portanto, ativo no processo da pesquisa tanto quanto o pesquisador. Para além disso, o que se cria no processo de construção de história oral é uma *história viva* (Meihs e Holanda, 2014). O colaborador é gerador de visões de mundo que, conforme aponta Minayo (2008) ao discutir a hermenêutica, só poderão ser compreendidas dentro de sua própria lógica e contexto.

Embora se parta desta discussão, não se iguala a responsabilidade de pesquisador e colaborador, visto que o primeiro será o responsável pela condução do estudo (Meihs e Ribeiro, 2011).

Todas as narrativas foram intituladas a partir de seu “tom vital”. Ou seja, a partir da escolha de uma frase guia extraída da própria história oral, sendo este um recurso constituinte de seu processo de construção, na medida em que essa frase a qualifica e demarca seu eixo central, deflagrando sua essência (Meihy e Holanda, 2014).

Embora para alguns grupos a história oral já se caracterize como o próprio resultado da pesquisa, outros defendem a análise dos documentos produzidos. Para os pesquisadores que optam por esse processo de análise, Meihy e Holanda (2014), defendem a necessidade de um resgate da dimensão social das histórias e a realização de cruzamentos e intercessões internas e externas às mesmas. Mais do que isso, ao problematizar o cuidado para não se fragmentar as histórias de forma que percam seu contexto de historicidade, resgatam o que Kant afirmava, ao referir que “[...]a boa análise implicava o regresso do todo às suas partes constitutivas de maneira que análise não se torne a divisão racional das entrevistas em conjunto, mas a definição de seus temas relevantes” (Kant citado por Meihy e Holanda, 2014).

Neste estudo, optou-se por esse processo de análise posterior das histórias, com a leitura exaustiva delas e uma primeira divisão em três momentos das trajetórias das colaboradoras. A partir deles, foi realizada a decantação das principais temáticas narradas, a partir do encontro de novos tons vitais. Assim, pretendeu-se resgatar elementos significativos para problematizar o tema central da pesquisa e as particularidades dos cotidianos e das trajetórias de vida implicadas nas histórias.

A pesquisa foi fundamentada nos cuidados éticos propostos pela Resolução nº 466, de 12/12/2012 e pelo Comitê de Ética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, tendo sido aprovada em sessão de 17 de Setembro de 2014, sobre o número de Protocolo de Pesquisa 241/14³¹. Tais cuidados éticos ofereceram pressupostos balizadores ao longo de todas as etapas do estudo, inclusive durante as análises das histórias construídas no campo.

Do ponto de vista prático dos encontros e das construções das histórias orais, inicialmente, fazia-se necessário viabilizar possíveis colaboradoras para a pesquisa. Dessa forma, buscou-se organizações não governamentais que prestassem suporte a pessoas egressas do sistema penitenciário, disponibilizando o contato da pesquisadora para possíveis interessadas em colaborar com o estudo. A partir disso, em duas diferentes

³¹ Documento consta na seção de anexos, como Anexo A.

organizações, se chegou até as duas participantes. Foram realizadas duas histórias, já que se compreendeu que essas narrativas forneceram material suficiente para a exploração da temática em questão.

Primeiramente, realizou-se alguns contatos telefônicos iniciais com as colaboradoras, para a explicação do projeto e a efetivação de combinados iniciais para um primeiro encontro. As duas colaboradoras optaram que a pesquisadora fosse até as suas casas, onde foi realizada uma apresentação mais detalhada da pesquisa e o convite formal para a colaboração no estudo.

Informou-se às participantes, de maneira cuidadosa, os objetivos e aspirações da pesquisa, suas etapas, e a utilização do recurso do gravador; que se primaria pelo seu anonimato de maneira sigilosa; que o conteúdo expresso durante as entrevistas seria posteriormente analisado em sua temática sem que se fizesse qualquer juízo de valor; que, embora a entrevista pudesse oferecer riscos mínimos à participante, esses riscos existiam; que a sua recusa a participar não traria qualquer repercussão a sua pessoa e que poderia desistir a qualquer momento da pesquisa; e de que o material gravado seria destruído ao final de sua transcrição.

Conforme já pontuado, entendeu-se que a pesquisa resultaria em riscos mínimos às participantes, todavia esses riscos não eram passíveis de mensuração, na medida em que as participantes seriam convidadas a abordar experiências intensas e de sofrimento, não sendo possível dimensionar o que a vivência da narrativa poderia suscitar em cada uma. Dessa forma, entendeu-se como fundamental uma postura cuidadosa, respeitosa, sensível e acolhedora ao longo dos processos de entrevistas, na observação de limites e excessos. Tendo em vista, que o interesse pelas histórias para a construção da pesquisa não poderia ser priorizado em detrimento do bem-estar e desconforto gerado nas colaboradoras (Meihy e Holanda, 2014).

Após terem afirmado o desejo de participação mediante os esclarecimentos supracitados, foi lido o termo de consentimento livre e esclarecido³², e devidamente assinado para a continuidade da pesquisa.

³² Documento consta na seção de anexos, como Anexo B. Tem como objetivo respaldar a autorização do uso do material das entrevistas no estudo, mas principalmente garantir às participantes que, em qualquer etapa da pesquisa, seus consentimentos poderão ser retirados.

Ao todo, foram realizados quatro encontros com Janaina e cinco encontros com Vitória³³, para o desenvolvimento de todas as etapas previstas no processo de construção da história oral. Cada encontro teve duração de três horas, aproximadamente. Dois encontros foram utilizados para as entrevistas, e o restante desses encontros para os processos de validação e devolutivas. Todo o processo ocorreu na casa das colaboradoras, pois ambas definiram esse local como o mais confortável para si.

Embora, no primeiro encontro, Janaina tenha apresentado certa preocupação por expor uma passagem delicada de sua vida, ao longo do processo de construção das histórias apresentou envolvimento crescente com a proposta. Durante o processo de validação não solicitou alterações, referindo reconhecer-se na história narrada e transcrita. Contudo, quis contar o final de sua história de forma mais poética. No último encontro, lhe foi entregue uma cópia do material impresso, e ela pediu para chamar os familiares para verem e ouvirem a sua história oral. Aquilo que pareceu se iniciar em meio a um constrangimento com o passado, foi finalizado com um visível orgulho para além da construção de sua história documentada, mas na perspectiva de ter sido vista pela própria colaboradora, de um outro lugar.

Vitória, no primeiro encontro, também se apresentou mais desconfiada com a proposta. Porém, ao longo dos encontros, não apenas ela, mas também sua mãe, que fez pequenas participações nos encontros, pareceu encontrar, na possibilidade de narrar a experiência em questão, uma importante via para abordar os sofrimentos e violações sofridas. Vitória não solicitou qualquer modificação após o processo de transcrição de sua entrevista.

No decorrer das análises das histórias orais, as percepções e compreensões em torno do cotidiano foram se modificando para a pesquisadora. Em um primeiro momento, nos estudos bibliográficos e teóricos, tomou-se o cotidiano como um conceito central, partindo dos objetivos de compreender e refletir sobre os impactos vivenciados no cotidiano de mulheres e seus filhos a partir da experiência da maternidade no cárcere, Como se a experiência de maternidade das mulheres fosse conduzir a revelação de seus cotidianos. Dessa forma, embora já se tivesse assumido a premissa proposta por Lefebvre

³³ Tendo em vista que no primeiro encontro a colaboradora estava mais sensibilizada por uma situação pessoal que havia vivenciado, embora se mantendo disponível a realizar a entrevista, a pesquisadora achou mais cuidadoso sua não realização. Optou por uma postura de escuta ao que se passava, e deixou em aberto para a colaboradora repensar sua participação, quando estivesse melhor. Ao que a participante acabou retomando o contato para a continuidade da entrevista. Dessa forma, o processo para a construção de sua história oral acabou tendo um dia a mais em relação ao planejado, inicialmente.

(1991b) para a exploração do cotidiano como um fio-condutor para acessar as reproduções sociais, na prática, isso ainda se fazia insuficiente para a pesquisadora.

Foi a partir das leituras de Pais (2003) e Stecanela (2010), e das leituras exaustivas das histórias orais, que essa compreensão se clarificou mais e aproximou o referencial teórico da experiência prática ao percurso metodológico do pesquisar. Assim, conforme pesquisadora e pesquisa foram amadurecendo em meio as (re)leituras realizadas, a construção do trabalho e a exploração de seus resultados, foi possível uma compreensão cada vez mais concreta e prática, de que o cotidiano não seria apenas esse espaço-tempo composto a partir dessa peculiar experiência, e que deveria ser problematizado em profundidade para ser apreendido nesse caminhar da pesquisa. Mais do que isso, ele próprio, os cotidianos construídos-vividos-narrados por Janaina e Vitória, seriam as principais rotas (Pais, 2003) metodológicas de conhecimento para a própria experiência vivenciada pelas colaboradoras.

Para tanto, buscou-se exercitar, conforme proposto por Lefebvre (1991b), uma distância crítica da vida cotidiana e da cotidianidade, bem como das ideologias e racionalidades que regiam as cenas narradas, na busca de identificá-las criticamente, e não naturalizá-las. Para além disso, exercitando esse caminhar hermenêutico-dialético-crítico já na forma de pensar a construção da vida cotidiana em camadas-contextos que se articulam para constituí-la, mas que são também por ela constituídas.

Após a banca de defesa da dissertação, pretende-se, conforme proposto por Meihy e Ribeiro (2011), fazer a devolutiva sobre as análises e construções realizadas a partir das narrativas para as próprias colaboradoras. Além disso, assumiu-se com as mesmas, o compromisso de tornar públicas as contribuições do estudo para a discussão do tema, a fim de que, mesmo que indiretamente, possamos contribuir para as mulheres que continuam a vivenciar a experiência da maternidade em prisões brasileiras.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Uma breve apresentação das colaboradoras

A fim de iniciar a problematização aqui proposta, optou-se por retomar brevemente as narrativas das colaboradoras da pesquisa, reiterando que as suas histórias orais se encontram disponíveis na íntegra, na seção de anexos desta dissertação, para leitura.

5.1.1 Janaina

Janaina, é uma mulher jovem e negra, moradora de uma comunidade na periferia de Ferraz de Vasconcelos, onde vive com os três filhos e o companheiro, que trabalha em outro estado e volta de tempos em tempos para casa.

Carismática, afetiva e comunicativa, ela traz em sua história duas experiências distintas de maternidade em unidades prisionais paulistas, por conta de uma mesma condenação por tráfico de drogas. Foi presa, a primeira vez, após ter sido flagrada tentando entrar com drogas em um presídio. Ou seja, exercendo a função denominada na atualidade como “mula do tráfico”. Era usuária de substâncias psicoativas e passava por um relacionamento amoroso turbulento, com dificuldades que se intensificaram após o nascimento de seu primeiro filho, Jeferson, que tinha um ano quando ela foi presa a primeira vez. Foi abandonada pelo companheiro, também usuário de substâncias psicoativas, e não recebia visitas dos familiares.

Logo em sua chegada ao sistema prisional, descobriu-se grávida e relatou ter obtido todo o suporte de saúde que considerava necessário, em sua gestação e parto. Permaneceu no CHSP³⁴ (COC³⁵) com a filha, Yara, até o seu décimo mês de vida, quando a mesma passou para os cuidados de suas irmãs. Recebeu a liberdade quatro meses depois. Retomou os cuidados dos dois filhos e conheceu outro rapaz com quem iniciou novo relacionamento.

Estava em sua terceira gestação e no dia em que faria a cesárea da filha, Mariane, foi presa novamente, no fórum, ao ir buscar um documento. Sem o seu conhecimento ou

³⁴ Centro hospitalar do sistema penitenciário do estado de São Paulo- CHSP.

³⁵ Sigla em referência ao nome antigo do atual CHSP.

chance de defesa, teve a pena revogada e a condenação ao seu cumprimento em regime fechado aumentada. Ao ser presa precisou arcar com o ônus da decisão de dar à luz à filha em uma unidade de trânsito e perder o direito ao período de aleitamento materno, ou aguardar sua transferência para o presídio feminino para dar à luz. Optou pela segunda. A criança necessitou permanecer na UTI e em observação por complicações, por três dias. Ela não pôde ver a filha ou ter acesso a notícias de sua saúde até que ela e a criança recebessem alta hospitalar.

Janaina permaneceu até o sexto mês de vida de Mariane com a filha, novamente no CHSP (COC), quando a mesma também foi entregue para os cuidados de suas irmãs. Passou mais um ano e meio presa, sem ter contato com os três filhos. Referiu dificuldades, mais especificamente na retomada da relação com a terceira filha, embora todos os filhos também chamem e considerem sua irmã como mãe deles.

Atualmente, encontra-se em liberdade condicional e vive em uma casa de dois cômodos, vizinha às irmãs. Eventualmente faz faxina, já que ainda não conseguiu uma vaga na creche para a filha caçula, que nessas suas ausências, fica sob os cuidados das sobrinhas adolescentes. Tem buscado um emprego fixo, mas sem sucesso. Atribui essas dificuldades e outras, que segue enfrentando, aos preconceitos relacionados a sua prisão.

Durante os encontros para a construção de sua história oral, repetidas vezes abordou a opção de não ter contado a sogra, que vive em outro estado, sobre a sua prisão. Temia o peso que teria para ela, caso descobrisse que, além de ser negra, ela é uma ex-presidiária.

Embora Janaina tenha se mostrado inicialmente preocupada com a participação na pesquisa, a construção de sua história oral foi sendo vivenciada, a cada novo encontro, de forma positiva. Durante a validação, convidou familiares para que ouvissem a sua história, e diversas vezes questionou se poderia virar livro.

5.1.2 Vitória

Vitória é uma mulher jovem e parda, que vive em uma região mais central da zona norte da cidade de São Paulo. Comunicativa e afetiva, também teve duas experiências de maternidade na prisão, na cidade de São Paulo.

Iniciou o uso de substâncias psicoativas aos treze para catorze anos, ficando dependente, principalmente do crack. Vivia como moradora de rua, na cracolândia, em São Paulo. Foi

presa a primeira vez aos 23 anos, gestante de João, acusada do roubo de um ônibus. Já tinha uma filha com mais ou menos dois anos, Milena, que estava sob os cuidados da avó materna.

Passou por dificuldades para conseguir ser assistida durante o seu trabalho de parto e teve o seu bebê algemado. Permaneceu com João até o seu terceiro mês de vida, na unidade do Butantã, quando teve que entregar o filho para a sua mãe por falta de vagas para o período de aleitamento materno, na unidade em que estava. Sem acesso jurídico, não teve chances de diminuir o tempo de pena cumprido em regime fechado, conforme benefício previsto em lei. Foi reencontrar os filhos passados quase três anos. Teve dificuldades em retomar a relação com os mesmos, especialmente com João, que não a reconhecia mais.

Diante desse reencontro delicado, narra ter voltado às ruas e ao uso de drogas. A partir disso, teve diversas prisões sob a acusação de tráfico de drogas, e mais um filho que também ficou sob os cuidados da avó materna.

Após treze anos da primeira experiência de maternidade no cárcere, foi detida novamente gestante, e teve o seu segundo filho na prisão - Miguel. Durante parte do puerpério permaneceu na PFC³⁶, e depois foi transferida para o CHSP³⁷ (COC).

Não pôde acessar suporte de pré-natal ou qualquer cuidado preventivo para os riscos de uma possível contaminação do vírus HIV que poderia resultar em contaminação vertical para o seu filho. Dessa forma, no terceiro mês de vida de Miguel, e sob o suporte da defensoria pública, Vitória recebeu o direito a cumprir a sua pena em regime aberto, para cuidar da criança.

Em sua narrativa apresentou a reconstrução de sua vida disparada por essa experiência de cuidados com Miguel que não foi interrompida pelo sistema prisional, nessa segunda vez. A partir de sua saída, fez tentativas de refazer planos e projetos, assim como de estabelecer um caminho profissional. Atualmente, trabalha com confeitaria de doces e abriu uma microempresa com conquistas significativas. Contudo, apontou dificuldades nesse percurso, em razão dos preconceitos enfrentados.

Desde a sua saída da prisão, reside na casa de sua mãe com os quatro filhos, ainda que siga com dificuldades na retomada da relação, especialmente, com João. Segue em

³⁶ Penitenciária feminina da capital.

³⁷ Centro hospitalar do sistema penitenciário do Estado de São Paulo, conhecido antigamente pela sigla COC.

meio as incertezas de uma disputa judicial para não voltar a cumprir o restante de sua pena em regime fechado.

Durante os encontros para a pesquisa, Vitória tem atuado em um trabalho social na cracolândia. Ademais, participa junto a grupos de defesa de direitos das mulheres em situação de privação de liberdade, denunciando as violações vivenciadas na experiência da maternidade no cárcere.

5.2 O cotidiano em seus múltiplos tons

O cotidiano da maternidade no cárcere revelou-se como uma experiência distinta da vivida em outros contextos e se expressou de forma complexa pelas variadas questões que envolveu, como já exaustivamente apontado neste trabalho e até levantado em literatura específica. Dificuldades e restrições apresentaram-se presentes, demarcando as pequenas passagens do dia-a-dia, assim como as formas de cuidado e a interação da mãe com a criança, não apenas durante a experiência da maternidade no cárcere, propriamente dita, mas atravessando o cotidiano das mulheres e crianças ao longo de suas trajetórias de vida.

Este estudo propôs a construção de histórias orais acerca de cotidianos em suspenso, ou seja, pós-experiência, o que também necessitou ser considerado. Dessa forma, as colaboradoras narraram experiências de maternidades que vivenciaram anos antes, sendo que tal escolha possibilitou contextualizar brevemente os cenários que antecederam e as trajetórias que se seguiram, ao particular cotidiano do cárcere, tendo sido esta uma opção para a pesquisa, já explicitada e justificada na apresentação e metodologia.

Conquanto não tenha cabido encontrar “verdades” nas histórias, foi necessário um posicionamento e afastamento críticos acerca de que essas foram as narrativas construídas sobre como esses cotidianos puderam ser vividos por Janaina e Vitória, com os sentidos próprios que tiveram para cada uma delas. Ademais, muitos dos sentidos construídos, em parte, relacionaram-se tanto com as percepções de cada uma quanto com os ideários e as formas prescritas hegemônicas de ser mulher-mãe e até da figura da mulher ‘criminosa’ compartilhadas socialmente. Contudo, também com os sentidos que foram disparados pela própria proposta de convidá-las a narrar suas histórias, possibilitando às colaboradoras um outro reencontro com as suas experiências.

Compreendeu-se que as próprias histórias orais na íntegra, já são parte significativa dos resultados dessa pesquisa, apresentando elas próprias um sentido e uma complexidade no todo contado pelas colaboradoras (Meihy e Holanda, 2014). Porém, em meio a todas as questões deflagradas pelas histórias orais, compreendeu-se enquanto uma necessidade o exercício de decantar essas narrativas e cenas do cotidiano, como fio condutor para a produção do conhecimento e reflexões em torno da experiência da maternidade no cárcere. Como abordou Stecanela (2008, p.34) pesquisar o cotidiano é realizar uma arqueologia dessa vida de todos os dias, na busca de tentar “desencobrir o que está oculto”

através da ‘escavação’ para se apreender e compreender o que está ali, no que a autora denomina de ‘estado bruto’, e que necessitará ser ‘escovado’, através da mediação das palavras e do uso das teorias e conceitos enquanto ferramentas fundamentais neste trabalho artesanal.³⁸

Nesta perspectiva, foi proposta uma divisão temporal e didática de três fases significativas das trajetórias narradas, para esse exercício exploratório da pesquisa: i) Gestação, parto e pós-parto no cárcere, em que se explorou a vivência da gravidez e parto, bem como as experiências após o parto e os primeiros cuidados dos filhos recém-nascidos; (ii) Maternidade no cárcere, que compreendeu o cotidiano de cuidados com os bebês no cárcere, a separação mãe-bebê, a permanência das colaboradoras na prisão e seus enfrentamentos após a separação; e, por fim, (iii) A vida após o cárcere, que abrangeu os reencontros e a retomada das relações e da vida após o aprisionamento.

A partir da definição das três fases, buscou-se revisitar as narrativas a procura de cenas que pudessem deflagrar questões mais emblemáticas nesses cotidianos e trajetórias, e que concretizassem a complexidade e algumas das marcas vivenciadas e disparadas pelas experiências de maternidade no cárcere. Assim, foram definidas dez categorias que abordaram questões mais específicas dos cotidianos e trajetórias, agrupando cenas e temáticas, nas três fases das trajetórias.

A seguir, apresenta-se uma tabela onde se encontram as divisões realizadas para a análise e discussão dos resultados da pesquisa.

³⁸ A partir da crônica intitulada “Escova”, de Manuel de Barros, a autora utilizou o trabalho do arqueólogo e a escovação de ossos realizada por ele, como metáfora para pesquisar o cotidiano de jovens de uma periferia urbana do interior do Brasil.

Tabela 2 - Análise das histórias orais: fases e categorias

Fases	Categorias
Gestação, parto e pós-parto no cárcere	A vivência da gravidez: vulnerabilidades no contexto prisional e no acesso à saúde
	O parto e os primeiros cuidados ao bebê: experiências marcadas por violações de direitos
Maternidade no cárcere	Desamparo, a busca por recursos e a construção da solidariedade
	A maternidade no cárcere: entre afetos, durezas e cansaço
	O cotidiano de cuidados e as estratégias de enfrentamento
	A vivência do cotidiano na maternidade: submissões e reinvenções às normas institucionais
	Separação: imaginários, perdas e modos de lidar
	Após a separação: quando a família assume o cuidado
A vida após o cárcere	De volta à casa: idas e vindas, reencontros e desencontros
	Recomeços da vida: os dilemas e enfrentamentos na vida após o cárcere

5.2.1 Gestação, parto e pós-parto no cárcere

O período gestacional, o nascimento e o puerpério já disparam em si diversas inquietações e expectativas entre as mulheres, em geral, configurando-se como condições que exigem cuidados especiais para com as mães e seus bebês. Entretanto, há uma intensificação dessas experiências no contexto do cárcere, como já apontado. Ao longo das narrativas foi possível observar diversas cenas em que sentimentos, pensamentos, receios e ações foram produzidos nesse particular cenário, em meio as diversas privações e violações sofridas.

Esta fase foi dividida em duas categorias de análise: 5.2.1.1. *A vivência da gravidez: vulnerabilidades no contexto prisional e no acesso à saúde*; e 5.2.1.2. *O parto e os primeiros cuidados ao bebê: experiências marcadas por violações de direitos*; apresentadas a seguir.

5.2.1.1 A vivência da gravidez: vulnerabilidades no contexto prisional e no acesso à saúde

A experiência de ser gestante ou descobrir-se nessa condição, gerou dilemas, preocupações e expectativas, mesmo que, por vezes, diferentes entre as colaboradoras. As situações vividas remetem à privação de recursos materiais, às tensões no contexto prisional e à precariedade no acesso à saúde.

Para Janaina, sentimentos de culpa, pensamentos e desejo de morte se seguiram à descoberta de sua primeira gestação no cárcere.

Depois de três semanas presa, passei mal. [...] fiz o teste de urina e descobri a gravidez. E foi difícil e complicado. Ao mesmo tempo em que eu me sentia culpada, eu queria desistir de tudo. Pensei em me matar, e pensei em muita coisa. (Janaina)

Emergiu assim, uma experiência de desamparo frente à constatação de que viveria sua gravidez na prisão, tal condição pode ainda ter disparado outras questões para Janaina, levando-a a se perguntar sobre como poderia uma mãe dar ao filho a prisão como lugar para o seu nascimento. E ainda, como poderia a gravidez e nascimento, considerados socialmente como ‘eventos de felicidade’ (Moreira e Nardi, 2009), se darem em meio a um momento tão delicado da vida de uma mulher, como a prisão. Tal incoerência, entre as expectativas geradas pela experiência de maternidade e as condições vivenciadas no contexto do encarceramento, também pôde ser problematizada na pesquisa de Gomes (2010), e referenciada na experiência de mulheres participantes do estudo de Diuana et al. (2016).

Assim, de algum modo, mesmo na prisão as colaboradoras dialogaram com os ideais de maternidade compartilhados socialmente e problematizados pelos diversos autores apresentados no capítulo sobre maternidade. Para Moreira e Nardi (2009) as experiências de maternidade que não correspondem a esses determinados padrões implicam em diferentes formas de penalização da mulher. Tal problemática pôde ser observada nessa vivência de Janaina em que ela própria se culpabiliza e penaliza. Relatou pensamentos de que talvez sua própria vida não pudesse seguir em meio a tantas incompatibilidades e a sua própria responsabilidade por essas ‘inadequações e rupturas’ diante da descoberta da gestação.

Foram comuns nos relatos, as preocupações ou a necessidade de se pensar estratégias de sobrevivência em um cotidiano solitário e, até mesmo, diante do afastamento dos familiares e companheiro. Mesmo quando a família seguia sem romper laços, a ausência nas visitas e no suporte às necessidades materiais cotidianas (alimentos, material de higiene dentre outros) acabou por resultar em que as mulheres, como mostram tanto Janaina quanto Vitória, tivessem que trabalhar para obter tais recursos.

[...] eu não tinha condições nem para me manter com o básico, lá dentro, porque minha mãe não queria saber de mim. [...] Gestei o João quase os nove meses lá dentro. Lavava roupa, fazia faxina, fazia unha, fazia cabelo e as sobrancelhas das meninas. (Vitória)

Além disso, o relato de Vitória descreveu outros disparadores de tensões e preocupações no cotidiano prisional, potencialmente hostil e violento, e a necessidade de apreender o jogo do convívio na prisão, deflagrando riscos e tensões, especialmente no particular momento da gestação.

Tinha muita faca dentro da prisão e era mais pesado. Mas pelo menos eu tinha essa noção de onde estava pisando e tive a postura de chegar e dançar conforme a música. Entrei no ritmo do que era, foi isso que eu fiz para sobreviver. (Vitória)

Essa experiência mostra a constante busca por estratégias de sobrevivência que se apresentam como parte do cotidiano na instituição total (Goffman, 2010).

Por outro lado, Janaina relatou que a seu ver, embora a prisão fosse um lugar ruim, não tinha ‘somente pessoas ruins’, mas pessoas que estavam tentando sobreviver. Esta percepção aponta que a vida na instituição total possibilita a descoberta, não de ‘outros delinquentes’ na prisão, como geralmente se imagina no senso-comum, mas sim de outros humanos (Goffman, 2010). E para a colaboradora, foram as relações humanas que pôde vivenciar nesse ambiente que possibilitaram sua sobrevivência à descoberta da gravidez e ao período de gestação que se seguiu.

Mas graças a Deus eu tive pessoas amigas, porque o fato da prisão ser um lugar ruim, não significa que só tem gente ruim. Tem muita gente legal, gente do bem, gente que, infelizmente, de um modo errado, está tentando sobreviver. E foi assim que consegui levar a gravidez. (Janaina)

Outras inquietações e preocupações puderam ser problematizadas em torno dos cuidados e suporte em saúde durante a gestação. Como já apresentado anteriormente, no Brasil, são sistemáticas as violações em torno do acesso à saúde das mulheres em situação de aprisionamento, especialmente na situação de gestação e parto (Diuana et al., 2016, Leal et al., 2016; Ventura et al., 2015; Galvão, 2012; Gomes, 2010) e no envolvimento de doenças como a SIDA/HIV (Giordani e Bueno, 2001). Vitória, por exemplo, permaneceu durante toda a gravidez sem uma devolutiva sobre ter ou não contraído a síndrome da imunodeficiência adquirida – SIDA/HIV de seu parceiro.

[...] fui presa em janeiro e o Miguel nasceu em vinte e sete de maio, então passou fevereiro, março, abril, maio, quase junho... eles tiveram cinco meses para mandar o resultado do meu exame, mas não mandaram. (Vitória)

Assim, pôde-se aventar o quanto a dificuldade de acesso aos cuidados e suporte à saúde, nesse particular cenário, acabaram disparando inquietações e preocupações. Mais do que isso, geraram sofrimento pelo desamparo vivenciado diante dos riscos à saúde a que mulheres e crianças ficaram expostas, em uma etapa frágil e de tantas mudanças corporais e psicológicas como a gestação (Viafore, 2005). Dessa forma, geram não apenas um risco a integridade física da mulher e de seu bebê, mas também a sua integridade emocional, em meio a sentimentos de solidão, impotência, inseguranças, medos, desestabilizações psicológicas, gerando assim intenso estresse na mulher diante da precária realidade do cárcere (Galvão, 2012). Tal sofrimento se expressou em Vitória, não apenas na condição de susceptibilidade a contaminação pela SIDA/HIV, mas na dificuldade geral ao acesso aos cuidados em saúde e ao próprio pré-natal, porém, de maneira diferente quando em comparação a experiência de Janaina.

Janaina narrou, ter tido um acesso que considerou adequado em sua primeira gestação, o que disparou questionamentos em torno de práticas que são realizadas de forma irregular e provavelmente desigual a depender da unidade prisional em que a mulher se encontre, ao acesso à escolta e a outros fatores que não foram possíveis de serem levantados neste estudo. Contudo, a instabilidade no acesso e garantia de suporte às mulheres grávidas no contexto do cárcere foi deflagrada nos recentes estudos publicados por Leal (2016) e Diuana (2016).

Vitória problematizou a sua percepção acerca de algumas mudanças nas formas de violações perpetradas nos treze anos que se passaram entre as duas experiências de

maternidade que viveu no sistema prisional, no acesso aos cuidados em saúde e no violento tratamento fornecido à mulher gestante. Sendo que, em algumas passagens, ela se referiu as pequenas melhorias como privilégios e não como direitos no que se refere às pequenas ações e práticas cotidianas no tratamento com as mulheres grávidas.

*Pré-natal mesmo ainda hoje também não faz, mas naquela época fazia menos ainda. Era trágico. Porque hoje em dia, você ainda tem **alguns privilégios mínimos**, como... antigamente, você grávida, era algemada para trás. Hoje, você grávida, é algemada para frente. Hoje, estando grávida você vai algemada dentro da ambulância. Mas antes, você ia algemada grávida dentro do camburão, aquele camburão fechado. As coisas eram um pouco piores do que são hoje. (Vitória, grifo nosso)*

As vivências de gestação e parto na prisão surgem como disparadoras de situações de fragilidade e violações de mulheres e crianças, em desacordo às normas e legislações previstas (Diurana, 2016, Santa Rita, 2006b), tanto no tratamento fornecido pelos profissionais do sistema prisional às mulheres quanto no seu acesso aos cuidados em saúde (Galvão, 2012; Gomes, 2010). Segundo Leal et al. (2016), há uma significativa desvantagem vivenciada pelas mulheres em situação de aprisionamento no acesso ao pré-natal no SUS, mesmo quando comparadas a outras mulheres em condições sociais semelhantes. Nessa perspectiva, a narrativa de Vitória expôs outras cenas de graves violações, por exemplo, na falta de acesso a exames necessários ao pré-natal.

O primeiro ultrassom que fiz foi quinze minutos antes dele nascer, dentro da própria Santa Casa. (Vitória)

Ou mesmo, ao ser levada para a maternidade sem o seu prontuário médico e o resultado de suas sorologias para SIDA/HIV.

Então fiz um exame na hora do parto e o resultado só ficou pronto duas horas depois que o meu filho tinha nascido. (Vitória)

As preocupações em torno de sua gestação se concretizaram e intensificaram na falta de qualquer forma de cuidado preventivo à SIDA/HIV, e que foi reproduzido até mesmo durante o parto, colocando a ambos, mãe e criança, em uma condição de risco.

Vitória narrou ainda, a vivência de outra mulher gestante que, embora já tivesse o diagnóstico de SIDA/HIV e até mesmo o acesso ao tratamento preventivo para evitar a

contaminação de sua bebê, acabou tendo a filha exposta ao vírus, por razão de ter sido levada ao hospital em cima da hora do parto, e também sem o prontuário.

*[...] a criança nasceu de parto normal e acabou contraindo o vírus do HIV. Precisou tomar coquetel, um monte de remédio... e foi desnecessário! Você sabe que é uma coisa que a bebê não precisava passar, independentemente da mãe dela ser soropositivo, ela poderia ter nascido em segurança. Bastava que eles tivessem tido o cuidado de mandar o prontuário dela e o médico **tivesse feito o favor** de fazer uma cesárea. A criança não teria que passar por nada daquilo. Mas ela contraiu o vírus no nascimento... uma judiação! (Vitória, grifo nosso)*

Esta experiência mostrou que embora sejam preconizados todos os cuidados preventivos ou o acesso ao tratamento na particular condição das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente por SIDA/HIV, e as atuais políticas e o SUS preconizem essas ações e assistência especialmente para as mulheres em situação de aprisionamento (Brasil, 2014a, 2013, 2007, 2005), o que se vê são as violações e contradições (Galvão, 2012; Da Silva et al., 2011), que também foram vivenciadas e descritas por Vitória. Ademais, é comum o precário acesso das mulheres a resultados de exames, especialmente aqueles realizados no bebê após o seu nascimento (Torquato, 2014).

5.2.1.2. O parto e os primeiros cuidados ao bebê: experiências marcadas por violações de direitos

Fui ter minha outra filha, Mariane, somente depois de quatro dias que tinha sido presa. [...] Como eu fiquei em uma delegacia aqui onde eu moro, em Ferraz de Vasconcelos, a delegada falou para mim – “Você vai ter que escolher, se você for ter sua filha aqui, vai ter que entregar ela imediatamente. [...] Ou você aguenta mais um pouco, espera até você ter a sua transferência para o presídio, para quando chegar lá a gente poder te incluir para a vaga de amamentação e você ir direto para o hospital. E o que eu fiz, eu segurei. (...) Quando a escolta chegou, uma delegada, muito até que humana, falou para o policial – “Olha, tem uma grávida aí” - e ele falou – “Caramba meu, essas mulheres grávidas ficam aprontando para ir presa! Dá licença, não quero nem saber.” [...] E a delegada disse – “Então, só que ela não aprontou, o que aconteceu foi que o promotor [...] recorreu da sentença e ‘fechou da cadeia dela’”. Nisso, ele já ficou mais maleável comigo. Eles me colocaram na parte da frente da viatura e toda hora eles olhavam para mim, perguntando se eu estava bem. Tinha um que olhava, colocava a mão na minha barriga e falava assim – “Olha, fica tranquila, se sua bolsa estourar eu sei fazer parto”. E eu falava – “Não, não, meu parto é cesariana”. [...] Quando eu cheguei na PFS, porque minha cadeia de origem é lá, o policial falou para mim – “Olha, vamos mentir, entendeu? Fica aí sentada, e vamos esperar. Fica quietinha. Na hora que eu der o sinal, você fala que sua bolsa acabou de estourar, porque senão eles não vão querer te aceitar aqui”.

Eu ainda com muita dor, cansada, estressada de tudo o que eu estava passando. [...] Tive que me manter calma e pacientemente, quando ele me piscou os olhos, eu o chamei e falei – “Senhor, minha bolsa estourou”, e ele – “Não, pelo amor de Deus, a bolsa dela estourou, pelo amor de Deus.” [...] Tive que entrar [na penitenciária], assinar papel, ser revistada, fazer todos os procedimentos para eu poder ir ganhar minha filha. (Janaina)

Essa passagem torna visível a realidade da maternidade no cenário prisional ao apresentar a série de violações e sofrimentos experimentados por Janaina. O parto e o nascimento de uma criança não são vistos como um direito humano nem como um momento de vulnerabilidade em que a mulher e bebê são considerados como a prioridade do cuidado. Ao contrário, são as normas institucionais e sua gestão que definem a lógica de tratamento dispensado às gestantes no cárcere.

Este episódio revelou também uma força surpreendente de Janaina em manter a filha consigo a todo custo. Mais do que isso, sua habilidade para comunicar-se e negociar com as pessoas com quem teve contato - delegada, agentes de segurança... - conseguindo inclusive sensibilizá-los para a sua situação, ao passo que um dos agentes chegou a fazer uma aliança com ela tentando auxiliá-la durante o seu deslocamento de unidade. Dessa forma, as situações e passagens, vão expondo também a necessidade das próprias mulheres no agenciamento de situações limite para a própria sobrevivência e a de seu filho e, para a proteção e o acesso a seus direitos.

O cotidiano prisional, visto por essas pequenas passagens, exigem não apenas das mulheres a resistência e o rompimento com as normas da prisão, mas de profissionais, mesmo que raramente e por diversos motivos, as transgridem para favorecer a mulher. Estas passagens nos mostram como a ‘equipe dirigente’ ‘fecha os olhos’ para determinadas transgressões, compactuando com elas, como nos mostrou Goffman (2010).

A narrativa de Vitória também mostrou outros modos de violação de direitos, que demonstram o abuso de poder dos funcionários responsáveis por seu cuidado.

[...]eles não levam você [para o hospital] enquanto eles não veem a criança aparecendo ali em baixo... (Vitória)

Estas práticas correntes no sistema prisional colocam em risco a vida de mulheres e crianças (Pastoral Carcerária, 2012; Gomes, 2010), e pôde ser observado na cena que continua a seguir, que mostra a falta de acesso da colaboradora aos cuidados que necessitava. Frente às primeiras contrações sentidas por Vitória houve a necessidade de

que as próprias mulheres que estavam presas reagissem pressionando a equipe da unidade por auxílio, situação descrita como comum (Pastoral Carcerária, 2012).

E ainda lembro que no dia em que o João nasceu, as outras presas quase fizeram rebelião para eu poder sair de lá de dentro, porque eles não vinham me tirar. Já tinha umas quatro horas que eu estava passando mal, aí as outras mulheres começaram a gritar[...] e a bater nas grades [...] me retiraram de dentro da ala, do andar de cima, mas [...] permaneci lá na frente por mais três horas. Minha bolsa estourou e continuei esperando ali na frente, sentada no chão, até que eles me enfiassem no camburão e me levassem para o Hospital [...] (Vitória)

Dessa forma, mesmo após sair da cela, ela seguiu esperando a disponibilidade dos funcionários para lhe encaminharem ao hospital, possivelmente aguardando uma escolta, outras burocracias ou até mesmo sendo punida pelas lógicas compartilhadas nesse contexto institucional. Para Gomes,

A precariedade do serviço de transporte das presas se agrava pela má vontade dos funcionários [...], que são produzidos para ignorar o sofrimento e a urgência dos apenados, neste e em vários outros momentos em que as mulheres precisam de socorro e são reduzidas a coisas, não tendo suas vidas respeitadas em qualquer sentido (Gomes, 2010, p.65).

Sob essa lógica, não apenas os funcionários do sistema penal limitam e violam o acesso de mulheres aos cuidados no momento do parto, mas acabam envolvendo também os outros serviços e profissionais de saúde, conforme previamente apontado por outras pesquisas (Leal et al. 2016; Galvão, 2012; Gomes, 2010).

Quando eu cheguei no hospital do Mandaqui, descobri que ali eu não poderia ficar. Parece que é muito fácil fugir desse hospital, então eles não aceitam mais. Só aceitam quando a presa chega com a cabeça do bebê para fora. Então, do Mandaqui fui levada para o Vila Penteado. (Janaina)

Gomes (2010) referiu como comum no relato das participantes de sua pesquisa terem, em geral, sido levadas a dois hospitais diferentes no momento do parto, situação denominada pela autora como uma prática de tortura.

A experiência do parto, descrita pelas colaboradoras, apresentou outro conjunto de violações vividas, tal como relatou Vitória.

Fiquei algemada, sentindo dores. Eles algemaram o meu pé e minha mão e ninguém vinha falar comigo. Era uma coisa assim... cada um que me olhava, me olhava distante da porta, como se eu fosse um bicho, um animal que estivesse ali, e eu com dor. Eu acho que quase me transformei num animal naquela hora e, se pudesse, teria grudado alguém pelo pescoço, porque você abandonada e esquecida.... Tanto que o João nasceu no meio do corredor e o médico falava para mim “Para de fazer força!” Mas eu queria que aquilo passasse, eu queria que ele nascesse. [...] O João ficou parado dentro de mim, só com uma parte da cabeça para fora, e ele me arrastando pelo corredor... foi horrível! Eu já estava quase sem forças [...] Tinha mais de cinco horas que eu estava dentro do hospital e ninguém me atendia. Só vieram olhar quando eu gritei “Meu filho está nascendo!” (Vitória)

A complexidade da relação parturiente-equipe foi exposta nas práticas de violações e desumanização apresentadas pela experiência de Vitória. A percepção da colaboradora de se ver transformada em bicho pelo olhar e a atitude dos profissionais de saúde e, além disso, de experimentar o parto sob o uso de algemas, mostraram o parto como uma das vivências mais desumanizadoras no contexto do cárcere, como já descrito em outras pesquisas que apontam para o não cumprimento das normativas e leis referentes ao assunto (Galvão, 2012, Leal et al., 2016; Gomes, 2010). A prática do uso de algemas durante o parto:

[...] ignora a condição física, a fragilidade psíquica e emocional que, além da dor e do desconforto físico, marcam, de maneira geral, este momento da vida das mulheres e o tornam muito pouco propício à fuga ou à violência (Diuana et al., 2016, p.2048).

Essa passagem contribui para problematizar a vivência de violações e descuidos nesse encontro com o serviço hospitalar que pareceu, por vezes, não só se omitir diante desta lógica punitiva-prisional, como reproduzi-la. Problematisa-se que não apenas a pressão realizada pelos agentes penais sobre os profissionais de saúde explica que eles tenham práticas que violam seus preceitos éticos, tanto no âmbito da profissão quanto no que o SUS preconiza, mas sim os preconceitos que eles próprios apresentam em relação a condição de aprisionamento das mulheres (Leal et al., 2016). Tal realidade aponta um percentual significativo de mulheres que vivenciaram e seguem vivenciando violências e maus-tratos, não apenas pelos profissionais de segurança, mas especialmente pelos profissionais de saúde (Gomes, 2010). Nesta perspectiva é que Leal et al. (2016, p. 2068) afirmam que “[...] o serviço de saúde não tem funcionado como barreira protetora e de garantia dos direitos desse grupo populacional. ”

Vitória fez uma contextualização sobre as diferenças de atenção entre as suas duas experiências de maternidade na prisão, e em sua narrativa abordou as mudanças nesse tratamento, que, mesmo que possam sugerir melhoras, nada mais são do que reinvenções das formas de violações e de perpetuação no acesso a direitos. Dessa forma, a violação se reinventa ou é reinventada, através das lógicas despótica e punitiva encontradas na prisão (Foucault, 1987).

Tiraram as algemas, mas colocaram o policial dentro do quarto. [...] E eu também não tinha esse entendimento, porque quando cheguei, ainda achei que ia ser algemada, mas não fui. Então no automático a minha mente conduziu de que “Bom, não é algemada, mas eles têm que estar aqui dentro na hora que a criança nasce.” Só vim saber depois, na defensoria pública, que isso não existe. (Vitória)

Assim, em sua segunda experiência de maternidade não foi algemada como na primeira, no entanto, relatou a permanência de profissionais da segurança no momento do parto, o que remete a violações já apresentadas em outras pesquisas (Gomes, 2010; Diuana et al., 2016).

A colaboradora ainda tentou relativizar a presença do segurança como uma prática de constrangimento e humilhação. Mesmo assim, ciente da possibilidade de perder a guarda de seu filho, se silencia como uma estratégia de sobrevivência

Quer dizer, talvez seja normal [a permanência do agente de segurança na sala de parto], eu não sinto isso tão pesado, mas ainda assim eu acho que eu tinha o direito de não ter ninguém lá dentro, já que a minha família não ia poder acompanhar. Eles não precisariam estar ali para assistir o meu parto, porque eu não ia ter condições de sair correndo dali com o meu filho nascendo. Quando penso nessa cena... é o que eu sinto até hoje, é como se eu não tivesse o... quer dizer, o que eu penso, o que eu sinto, não importa para ninguém, entendeu? É como se eles tivessem o direito sobre a minha vida, é como se eu não tivesse nenhum direito de escolher, de optar por nada. Eles escolheram que era daquela maneira e foi daquela maneira. Meu filho poderia ter nascido comigo sozinha, mas já que não tenho direito... que não pode... não pode! [...] Eu só não queria perder aquele momento. Porque eu sabia que era muito fácil eles pegarem o seu filho e jogarem ele em um abrigo. E eu não ia arriscar. Não ia discutir com eles o porquê estavam dentro do quarto. Minha palavra não valia nada. (Vitória)

Vitória assim fez significativas reflexões acerca da perda de autonomia e direitos sobre o próprio corpo, privacidade e experiências durante o parto e o pós-parto, que passaram a ser de poder e decisão da instituição e das práticas penais. Foram geradas, na

colaboradora, vivências de impotência e de conformismo, que impôs a ‘submissão’ como única possibilidade de ação diante desse contexto, para evitar novas violações e represálias ainda mais graves, como a perda do filho. Nesta perspectiva, o que se evidencia é a descaracterização da mulher enquanto humana (Gomes, 2010), isto é, o que se cria, é a sua própria invisibilidade enquanto sujeito. O que se observou também, foi a ritualização da perda de decisões que, em princípio, seriam pessoais, em consequência ao processo de institucionalização, ou seja, a perda da própria autonomia do ato (Goffman, 2010).

Além disso, se sobressaiu mais uma violação dentre tantas outras, o não acesso ao direito da mulher a ter acompanhante no momento de seu parto, conforme preconizado pelo SUS (Diwana et al., 2016). Tal impedimento deixa a mulher ainda mais vulnerável diante das particularidades do parto e puerpério, ao tratamento ofertado, e em relação ao contexto das próprias violações perpetradas.

Janaina, a outra colaboradora, compreendeu a mesma experiência de modo distinto.

[...] do meu lado estava uma guarda, uma mulher gente boa, uma pessoa que me deu força. Falou muito de Deus e me fez refletir. A gente conversou muito, ela segurou na minha mão, e... nossa, foi bom para mim, muito bom. (Janaina)

Deste modo, apesar da permanência de um(a) policial ou agente de segurança se configurar como uma violação, Janaina não apresentou questionamentos em relação a esse fato. Tampouco narrou essa experiência vivenciada por ela, como uma violência. Pelo contrário, a relatou como positiva diante da tensão que vivenciava durante o nascimento da filha e da postura da profissional que a acompanhou. Tal passagem novamente corrobora para as reflexões sobre o não acesso a acompanhantes da rede afetiva-pessoal da mulher no momento do parto; fato que aumenta inseguranças, medos, e sensações de solidão e desamparo (Torquato, 2014). Neste sentido, diante da interação da colaboradora com uma profissional da segurança possivelmente mais amistosa e disponível, de fato, talvez ela tenha conseguido ter diminuída as sensações descritas, sentindo-se mais amparada. Porém, esta passagem também apontou para a produção de certo conformismo e naturalização que a institucionalização impõe às mulheres que se encontram em tal condição de privação e vulnerabilidade.

Ademais, as famílias dessas mulheres tiveram também os seus direitos violados. Uma parcela ínfima de familiares de mulheres encarceradas é avisada sobre a

transferência delas para o hospital e/ou o nascimento da criança (Leal et al., 2016; Torquato, 2014). Realidade que se manteve, mesmo na experiência de Janaina, em que houve complicações no nascimento da criança.

Minha família não pôde estar lá enquanto eu tinha o meu filho, porque ninguém podia saber, inclusive em que hospital você estava, por segurança. (Vitória)

Além de tudo, meu marido aqui fora também sofrendo e chorando. Minha família... todo mundo. Eles também não podiam ver a Mariane (Janaina).

Essas passagens mostraram ainda as violações de direitos a que as crianças foram submetidas, ao nascerem sem poder ter o contato com os seus pais, avós e outros familiares ou pessoas significativas de sua rede. Estas práticas, realizadas em nome da ‘manutenção da ordem e da segurança’, violam gravemente os direitos das crianças que já nascem privadas de sua própria dignidade (Tapparelli, 2009) e rede de suporte e afetos. Assim, já nascem com os direitos à convivência familiar e comunitária, preconizados pelo ECA, violados (Brasil, 2009d).

Estas experiências apontaram para a necessidade de reflexão acerca do quanto o compartilhamento de lógicas e práticas que extrapolam os muros da prisão, compartilhadas pelo senso-comum, retiraram as mulheres de sua condição de humanas e de sujeitos de direitos, mas também os seus filhos e familiares (Ventura et al. (2016).

As colaboradoras contaram ainda sobre as suas experiências de pós-parto e das primeiras vivências com os seus bebês, em meio a novas formas de violações vividas. A permanência de agentes de segurança e, por vezes, da escolta policial dentro do quarto hospitalar ocasiona o desrespeito à intimidade, à privacidade e às necessidades especiais disparadas pela delicada condição do pós-parto (Leal et al., 2016). O que se observou na fala de Vitória, foram vivências de constrangimento no cotidiano, naturalizadas pelas práticas penais, até mesmo em espaços que, teoricamente, teriam a função de cuidar, tais como as expostas a seguir:

[...] sem escova de dentes, sem pasta... porque o presídio não deixava levar nada [para o hospital]. Então, catorze dias sem escovar dente, sem pentear o cabelo, sem vestir uma calcinha, um sutiã, sem calçar um chinelo, sem passar um desodorante e sem nenhum absorvente. [...] E aí era aquele constrangimento, porque você estava nua e tinha a camisola do hospital. Você tinha acabado de ter um filho... aquele monte de sangue, suja... porque você só tinha um lençol no meio das pernas. [...] E mesmo usando a camisola suja para trás e a limpa para frente para não ficar com

o corpo aparecendo, ainda assim era complicado, porque quando tinha que amamentar era bem difícil! Precisava tirar a da frente. Então a melhor opção era amamentar sentada na cama, porque aí dava para cobrir o resto do corpo com o lençol e dar de mamar. Já que eram vinte e quatro horas com o policial militar dentro do quarto. (Vitória)

A precariedade de acesso a objetos de uso pessoal, como roupas e objetos de higiene, afetam também a própria condição do recém-nascido, em meio as demais privações, acarretando em sofrimento adicional para as mulheres;

Foi difícil e torturante, porque a gente ter a filha num lugar como aquele... [...] Ver seu filho nascendo sem ter roupa, e você não ter uma visita no hospital, não poder receber ninguém, depender da roupa que eles te dão, e ver seu filho ali, daquela forma... é muito torturante! É ruim mesmo. E ao mesmo tempo, você fica culpada, porque seu filho não tem culpa para ter que passar o que você está passando. Mas você não quer entregá-lo e ao mesmo tempo você quer entregá-lo. É complicado. (Janaina)

Em uma fase de vulnerabilidade e suscetibilidade, como a do pós-parto, que marca os primeiros encontros mãe-bebê, a ameaça da perda do filho, conforme apontado por Vitória, compõe outras práticas de constrangimento e violação de direitos vividos no cotidiano.

O médico e o enfermeiro queriam levar o meu filho embora. Eles falavam – “Não, você não precisa nem assinar papel nenhum, você volta e eu cuido do seu filho.” Eles queriam pegar o meu filho para eles e eu falava o tempo todo que não. Mas eu estava algemada por um pé e uma mão e ele ficava no bercinho. Então eu só tinha um braço para pescar ele [...] quando eu via que eles começavam a circular muito pelo meu quarto, eu colocava o corpo para a frente e pescava o neném sozinha, para colocar ele do meu lado. Tinha medo de dormir[...]Não sabia o que eles podiam fazer [...]Eu ouvi muitas histórias.[...] As mães já retornavam sem criança e era uma luta para tentar localizar o filho, mas não conseguiam. O pessoal da igreja vinha em busca de ajudar também. [...] Era triste. (Vitória)

Vitória narrou, ainda, outras ameaças de perda da criança quando reclamava das condições a que eram submetidas quando estavam na unidade de trânsito aguardando a vaga para o período de amamentação

Então nós fomos tentar conversar com a Asp, uma das meninas falou “Meu filho não merece passar por isso.” E ela falou “Eu te dou toda razão, o seu filho realmente não precisa pagar pelo erro que você cometeu. Ele não merece! O BO não é seu? Então se você quiser assinar o papel eu peço para a sua família vir buscar

ele. Aí você vai cumprir a sua pena lá dentro do pavilhão." Então quer dizer, não tinha conversa. Não tinha o que argumentar, era assim e pronto! (Vitória)

A experiência de Janaina foi também emblemática no que toca os primeiros contatos mãe-bebê, tendo em vista que após ter postergado o nascimento da filha como única forma de garantir o seu acesso ao direito de permanecer com ela, não pôde vê-la nas unidades de terapia intensiva - UTI e de observação, ou mesmo ter o simples acesso a informações sobre as condições de saúde da criança.

[...] a Mariane ficou três dias de observação, porque ela passou um pouquinho do tempo. E também nasceu magrinha, [...] Mas graças a Deus, foi tudo bem. Foram só intercorrências, coisinhas bobas que acontecem. Estava um pouco amarelinha. Ficou no banho de luz e precisou passar umas vinte e quatro horas na UTI e depois ir para a observação [...] Mas nesses três dias foi difícil, porque quando a gente é uma pessoa que está presa - que está presa, não que é presa, porque estar presa é só um estado - é muito difícil. Minha filha estava dois andares abaixo do meu, eu dois andares acima. Só que a escolta que estava na minha porta não queria me levar para vê-la, então fiquei três dias sem ver minha filha. [...] desesperada. Médico não me dava resposta, ninguém me falava nada... Todas as mães com os seus bebês ao lado e eu sem ela, chorando e sofrendo. Estava me sentindo culpada, achando que ela estava muito mal... [...] Dois policiais estavam fazendo a escolta na porta, um negro e um branco. O negro falava assim – “Pô meu, que dó, vamos levar ela para ver a filha” - e o branco falava – “Está com dosinha dela, então leva ela para a sua casa. Eu não vou levar! Não é para levar! Não vai levar!” E eu lá, tendo que ouvir tudo aquilo. (Janaina)

Essas decisões e práticas que, *a priori*, deveriam ser médicas e de responsabilidade da instituição hospitalar, deixaram de ocupar o âmbito dos cuidados em saúde e passaram a ser de decisão daqueles que “representavam a lei e o sistema prisional” fazendo a escolta da mulher, isto é, dos agentes de segurança e policiais. Tal prática de não permitir o contato das mães com os filhos recém-nascidos também foi descrita na experiência das colaboradoras do estudo de Gomes (2010). Dessa forma, não houve lei ou direito, não houve respaldo nem dos profissionais ou instituição de saúde e, tampouco, dos profissionais do sistema prisional, que acabaram lançando mão de práticas em acordo com as suas aspirações, crenças e julgamentos pessoais.

O que se observa é que a autoridade penitenciária goza de discricionariedade a ponto de violar legislações, normativas e direitos, principalmente os reprodutivos e parentais das mulheres, mas também de seus filhos. Sendo o campo normativo-legal insuficiente para protegê-los no contexto do cárcere (Ventura et al., 2016).

Assim, as penas das mulheres ganharam punições que ultrapassaram a privação de liberdade, se enraizando nestas pequenas parcelas do cotidiano de cuidado de seus recém-nascidos, na perspectiva da prisão como dispositivo onidisciplinar onde se localizam, de forma naturalizada, as práticas de contradireito no lugar do acesso e garantia de direitos (Foucault, 1987).

A situação de violação se agrava ainda mais no momento em que as mulheres e os recém-nascidos, aguardando vaga em unidade própria para o período de aleitamento materno, são transferidos provisoriamente para uma penitenciária. Lá, como mostrou Vitória, as mulheres e as crianças recém-nascidas ficavam em celas individuais, trancadas, sem acesso às necessidades mais básicas e até de atenção à saúde.

[...] já tinha a grade lá embaixo e mais as grades de cima, que ficavam trancadas vinte e quatro horas por dia. Para que eles precisavam fechar você dentro da cela com uma criança pequena, de dias de nascida? E se acontecesse alguma coisa? Com tanta gente que... a neném com HIV estava lá, ou outras pessoas... neném que nasceu prematuro, eu com a minha pressão alta... [...]E não consigo entender a necessidade de você trancar a cela se já tem a galeria inteira trancada. Você ia sair por onde? E você ficar trancada numa cela que não chegava nem a dois por dois [...] (Vitória)

Esta passagem da história da colaboradora, novamente reforçou o quanto o cotidiano do nascimento e puerpério ficaram capturados e submetidos às lógicas punitivas-prisionais, quase se constituindo como práticas de tortura, sem que se pesasse os riscos a que se expunham mulheres e crianças, que traziam consigo diferentes condições e necessidades de cuidados. Essas necessidades especiais evidenciaram-se no seguinte relato:

[...] a neném com HIV não podia mamar no peito da mãe, mamava só mamadeira. Só que eles punham a garrafa com água quente para fora das grades dos quartos trancados! Chegava de madrugada, ela tinha uma garrafinha térmica [...] para encher de água quente antes de entrar para a tranca. Mas a água da garrafa acabava de madrugada e a menina tinha que mamar a água do chuveiro. Fazia o leite com a água do chuveiro! (Vitória)

Naturalizaram-se assim, práticas para dificultar o cotidiano e a permanência com a criança, deixando como única possibilidade de garantia de melhoria desses cuidados, a desistência da mãe ao convívio com o mesmo, ou seja, que ela própria, a partir das

violações e torturas perpetradas, ao se sentir culpada pela precariedade das condições, abrisse mão do seu direito e da criança em permanecerem juntos.

As experiências de sofrimento das mulheres e de violações de direitos por elas vividas acabam impactando a decisão de engravidar novamente, tal como o relato de Janaina em seu pedido de laqueadura de trompas.

Eu já não aguento mais ter filhos. Essa é a segunda filha que eu estou tendo nessas condições. Fui presa há quatro dias, por uma coisa que eu já tinha pago e ainda descobri que vou ter que pagar mais, e eu não aguento mais ter filho. E outra, doutor, toda vez que eu engravidar, eu vou ter a sensação de que vou ter a criança presa, então não quero mais ter filhos. (Janaina)

Os resultados desta pesquisa mostraram, assim, o quanto as experiências de maternidade podem impactar e influenciar as decisões e as trajetórias de vida das mulheres, diante do sofrimento e das restrições que acompanham a experiência da maternidade no cárcere. Pôde-se observar como as experiências de violações e violências neste particular cotidiano demarcaram as histórias que, embora aqui estejam sendo abordadas no recorte da gestação, parto e pós-parto, percorrem e seguem estas mulheres em vivências atemporais na cotidianidade da vida.

As particularidades narradas acerca destes delicados momentos de vida da mulher e criança se intensificaram e ganharam outra complexidade nas narrativas de Janaina e Vitória, em torno do acesso aos cuidados à saúde, na obtenção de recursos materiais para a sobrevivência, na falta de suporte familiar, nas peculiaridades do dia-a-dia no ambiente prisional e nas diversas formas de violações, opressões e violências que se entrelaçaram às cenas de seus cotidianos.

5.2.2 Maternidade no cárcere

A fase ‘Maternidade no cárcere’, compreendida aqui como a experiência de cuidados do bebê no sistema prisional, o processo de separação mãe-criança e o seguimento da pena pela mulher, desvelou uma série de emblemáticas vivências nas histórias orais das colaboradoras. O cotidiano de cuidados mãe-bebê esteve permeado pelas limitações, prescrições e particularidades relacionadas ao contexto e lógicas institucionais, que demarcaram os tempos e ritmos dessa relação em cada passagem do dia-a-dia. Além disso, tal realidade expôs ainda a complexidade envolvida, tanto no

processo de separação vivenciado pelas colaboradoras e suas filhas e filhos como nas consequências geradas para elas e seus familiares, ao longo do processo de permanência com o bebê e após a separação das crianças.

Esta fase foi dividida em seis categorias, sendo elas as seguintes: 5.2.2.1. *Desamparo, a busca por recursos e a construção da solidariedade*; 5.2.2.2. *A maternidade no cárcere: entre afetos, durezas e cansaço*; 5.2.2.3. *O cotidiano de cuidados e as estratégias de enfrentamento*; 5.2.2.4. *A vivência do cotidiano na maternidade: submissões e reinvenções às normas institucionais*; 5.2.2.5. *Separação: imaginários, perdas e modos de lidar*; e, por fim, 5.2.2.6. *Após a separação: quando a família assume o cuidado*.

5.2.2.1. Desamparo, a busca por recursos e a construção da solidariedade

O estudo do cotidiano, que envolveu as experiências das maternidades de Janaina e Vitória no cárcere, revelou uma condição de desamparo, nem sempre diretamente relacionada ao ser mãe, mas que atravessava esta peculiar vivência. Assim como, demandou a busca de formas de enfrentamento a esse contexto, por parte das colaboradoras da pesquisa.

Janaina expôs o isolamento e a distância de sua rede de suporte familiar em meio à vivência da maternidade. Embora seus familiares não tivessem rompido relações com ela, não a visitavam. Dessa forma, ela não só precisava encontrar meios de garantir os recursos necessários para si e para a filha como também para buscar contato e ter notícias de seus parentes, em particular de seus filhos. Observou-se o quanto não foi narrada, em sua história, qualquer ação ou suporte institucional para facilitar o contato com essa rede ou estratégias para ativá-la, nem mesmo as priorizando em razão da criança, que futuramente seria cuidada por essas pessoas. Assim, eram os grupos religiosos, como a pastoral carcerária, principalmente, que se ofereciam para mediar e fornecer algum tipo de recurso ou suporte para as mulheres, que precisavam agenciar por conta própria tal necessidade.

Mas tinha uma senhora da pastoral que ia lá, conversava e auxiliava a gente. Ligava para nossa família, via se estávamos precisando de alguma coisa, e então as coisas chegavam. Deixava envelope, selo, folha para a gente escrever. Sempre estava lá, toda semana. Tinha igreja evangélica também. Faziam culto, conversavam com a gente. Foram sempre muito amorosos. (Janaina)

Não menos dramático foi o relato das próprias organizações religiosas como única via de acesso destas mulheres, quando não recebiam visitas de familiares, às informações acerca de seus processos judiciais. Tal desamparo legal, comumente observado na falta de suporte jurídico neste contexto (Brasil, 2015), comprometia uma possível organização da mulher em relação à experiência de maternidade, diante da falta de conhecimento do período em que ficaria sem contato com a criança. Contudo, esse acesso via pastoral carcerária também foi cerceado pela instituição, na experiência de Janaina.

E quando a pessoa tinha advogado, sabia como estava o andamento do seu processo. Quando não tinha, não sabia. Porque quem trazia essas notícias era o pessoal da pastoral, mas depois a segurança proibiu eles de fazer isso. Eles traziam as anotações dos processos num caderninho, mas depois, a polícia não deixou mais entrar. Então, quem tinha sua família para se informar, sabia, quem não tinha, não sabia. (Janaina)

Para além do desamparo familiar e legal, as colaboradoras seguiram com a necessidade de realizar pequenos trabalhos em troca de garantir os recursos que careciam para si e para as crianças. As condições de precariedade e de dificuldade de sobrevivência com os recursos materiais foram agravadas pela gestão do sistema prisional, que não permitia às mulheres que levassem consigo os seus pertences e objetos pessoais para a maternidade e demais unidades prisionais, para onde iam transferidas após o nascimento de seus bebês.

Porque você vinha sem nada do seu presídio de origem, eles não deixavam entrar nada. Muitas vezes, suas coisas que tinham ficado no presídio, dificilmente você ia encontrar quando voltasse. Porque a gente deixava com alguém lá, mas de repente, aquela pessoa ia embora e dava todas as coisas dela para os outros. Esquece. Daí se perdiam as suas coisas. (Janaina)

É usual e naturalizada a falta de acesso a bens relacionados à sobrevivência no cárcere, durante a experiência de cuidados com o bebê (Torquato, 2014), mas o que se vê é que as mulheres acabavam criando estratégias para comprar, não apenas os recursos básicos de sobrevivência, mas pequenas aquisições que mostravam um investimento afetivo na existência dos filhos.

Quando eu ganhei minha filha [Yara], meu ex-marido me abandonou. Me deixou lá, e aí eu tive que lavar roupa para as outras mulheres. Em troca da roupa, eu ganhava o shampoo, o condicionador uma roupa nova para ela, um brinquinho para colocar na orelha dela... e assim eu fui levando.[...] Quando a gente está no cárcere, não tem muita coisa, e você sobrevive de doações, do que a família traz. A minha família não tinha tempo de ficar levando jumbo³⁹ e as outras coisas. Eu tinha que me virar por lá mesmo. Por isso eu lavava a roupa de outras, para conseguir ter as coisas que precisava. (Janaina)

A necessidade de “se virar por lá” implicou também em buscar ampliar uma certa rede de suporte com as demais mulheres, mesmo às custas de superar os sentimentos ambivalentes despertados nas relações construídas no cárcere (Torquato, 2014), diante do hostil ambiente prisional e das dificuldades impostas pelo contexto.

E nesse convívio com as outras mães, eu tive algumas amigas próximas. Outras pessoas, não muito. Mas todo mundo se respeitava. Todo mundo estava ali, não para brigar ou ser inimiga, mas para cuidar dos bebês. Todo mundo respeitava seus espaços, graças a Deus. Caso desse para ajudar, a gente ajudava. (Janaina)

As mulheres também criavam outras estratégias de sobrevivência. Em meio a tantas restrições, Janaina descreveu uma certa prática geral de solidariedade e auxílio mútuo, em nome de uma condição comum entre todas: os cuidados com os filhos. Nesse cotidiano com a maternidade e a experiência da falta de recursos, a colaboradora relatou práticas de recepção e suporte para aquelas mulheres que chegavam sem qualquer recurso e sem o amparo familiar.

Se chegasse uma mãezinha que não tinha nada, a gente saía batendo de porta em porta. Pedia um sabonete, pedia uma roupa, uma toalha, uma fralda, um leite... e assim ia. Porque, logo de primeiro, quando uma mãezinha chegava com a criança, a gente ajudava e perguntava para a companheira, - “Você tem alguma coisa para o seu bebê?” - “Ah, eu não tenho.” - “Não? Então beleza, espera aí.” Então a gente recolhia e doava. Logo de primeira, tinha que ter aquela recepção. A gente estava na mesma situação, então se alguém precisasse de uma fralda, ou alguma outra coisa... claro! Quando uma criança ia embora, também. A gente doava leite, fralda, roupa... porque tinha que ter esse espírito de solidariedade. (Janaina)

³⁹ Jumbo é uma gíria utilizada no dia-a-dia do sistema prisional para se referir às sacolas com alimentos, produtos de higiene, roupas, objetos para os bebês ou qualquer outro tipo de utensílio ou produto levados pelas visitas ao familiar que está em situação de privação de liberdade. O jumbo passa por vistoria e só entra no sistema penitenciário após autorização da segurança.

Foram criadas neste cenário, práticas de trocas e auxílio, como formas de sobrevivência.

Lá no Centro Hospitalar eles davam para a gente o leite em pó, tipo leite nam, nestrogeno... e a fralda. A roupa, passava de mãezinha para mãezinha. Então a gente tinha aquele cuidado: vamos cuidar direitinho, vamos lavar, porque daqui uns dias vai para outro bebê. A gente fez um quarto só de doação de roupa, para as mãezinhas que chegavam. Lá tinha banheiro, tinha roupa... já tinham umas coisinhas. (Janaina)

Essas acabavam sendo estratégias criadas pelas mulheres, diante da desumana condição de restrições que vivenciavam na lógica de expropriação gerada pelo cárcere, que ia para além dos recursos com os bebês, envolvendo as necessidades de cuidados e higiene delas próprias. Essas ações de solidariedade, comuns na vivência do aprisionamento (Guedes, 2006), parecem se intensificar na particular experiência da maternidade no cárcere e diante do compartilhamento de uma experiência complexa de cuidados do bebê e de si em um ambiente tão inóspito como a prisão, por parte das mulheres (Torquato, 2014).

E até mesmo para a gente, se precisasse de algo, como um absorvente, alguma coisa para higiene, por exemplo. “Me empresta uma pasta de dente? Quando estiver dando, eu te devolvo.” Porque eles davam um ‘kit’ de pasta e escova de dentes, mas às vezes demoravam para mandar, logo quando a pessoa chegava. E nesse tempo de espera ela ficava sem nada. (Janaina)

Vale retomar, por fim, a experiência de destituição do direito de manter bens pessoais dentro da prisão (Goffman, 2010). Tal situação também pode ser problematizada a partir de um valor moral atribuído à pena em que a pessoa presa deve aprender a viver com pouco para dar mais valor ao que tinha antes (Gomes, 2010). Além disso, mesmo quando os seus familiares podem suprir esses recursos que faltam no cotidiano, não serão eles ou as mulheres a definirem o que é de sua necessidade, mas sim os funcionários da prisão, que julgarão o que cabe ou não ter a entrada autorizada (Santa Rita, 2006b).

Estas práticas se apresentaram intensificadas na condição de mulheres vivendo a maternidade nesse ambiente, tendo em vista que transitam obrigatoriamente por diferentes unidades no decorrer dos períodos gestacional, parto, aleitamento, até o retorno ao presídio onde devem cumprir o restante de sua pena após a separação do bebê. Isso significa que em cada uma dessas passagens por esses diferentes locais, elas perdem tudo

o que tentaram acumular de objetos pessoais na tentativa de construir um espaço-tempo próprios.

Essa se torna uma experiência com significativos impactos, pois é na singularização de um espaço-tempo que se pode resgatar ou demarcar concretamente a própria história, cultura e existência, mesmo que através de pequenos pertences, no resgate de alguma particularidade e experiência de conforto. Ou mesmo na demarcação de uma rotina, com o estabelecimento de hábitos e costumes que podem particularizar uma determinada forma de ser e fazer no dia-a-dia. A condução da vida cotidiana exige de cada pessoa, “uma vida própria”, uma apropriação, a seu modo, da realidade, a fim de que se possa imprimir nela sua própria marca (Heller, 2008, p.61). Por esta perspectiva, é que a vida cotidiana na prisão fica empobrecida de muitos sentidos e significados, e a punição ultrapassa a privação da liberdade alcançando a própria existência das mulheres, aprisionando as pequenas parcelas da vida de todos os dias (Foucault, 1987), e promovendo o despojamento do próprio eu e a desfiguração pessoal (Goffman, 2010).

Portanto, na condição da maternidade no cárcere, as estratégias de sobrevivência ao desamparo vão além da busca pela aquisição concreta dos objetos, utensílios e materiais de higiene, em princípio, banalidades da vida cotidiana. Mulheres buscam para si e seus filhos bens que lhes tragam conforto, afetos e memórias, permitindo assim ter: o sabonete de que se gosta; a pasta de dentes que habitualmente se utilizava; o hidratante e shampoo com um determinado cheiro; o brinquedo que pode distrair seu filho; fotos e imagens que resgatam lembranças; ou seja, tudo aquilo que pode imprimir marcas pessoais, singulares e da história e cultura da pessoa. Portanto, é nesse movimento de obtenção do necessário e de resgate de pequenas banalidades, que as mulheres se organizam em pactos de solidariedade, mesmo que tênues, para produzir sentido em um cotidiano tão árduo e assim extrapolar os muros da prisão.

5.2.2.2. A maternidade no cárcere: entre afetos, durezas e cansaço

A maternidade no cárcere pôde ser vivenciada em meio a ambiguidades, ambivalências e contrastes, que envolveram experiências de prazer com a convivência com o filho, permeadas pelas durezas, cansaço, sofrimento, privações e violências

peculiares ao contexto. Janaina, em seu relato, mostra o contraste de sentimentos dessa vivência de cuidado cotidiano com o bebê.

Eu fiquei com a minha filha por dez meses, e foi bom porque ficamos juntas, eu curti ela e ela me conhecia, e foi... ela me ajudou muito em todo esse processo da minha vida que foi muito difícil. Ela era minha companhia. E a gente com o filho do nosso lado, na prisão, é ruim, tem um sentimento de culpa, mas também tem a parte que eles dão força para a gente. Ela me deu muita força, porque quando eu estava triste, ela sorria. (Janaina)

E, embora a rotina fosse composta pelos afazeres que as auxiliavam a ‘ganhar a vida na prisão’, como Janaina disse,

[...] o resto do dia-a-dia era a gente com o nosso bebê. Alimentava, dava banho, ficava ali com ele, dormia junto. Era muito bom e aconchegante, porque, às vezes, a melhor coisa é poder estar com um pedacinho da gente ali do lado. Você pode estar no lugar que for, mas está bem. (Janaina)

Vitória construiu em sua história, sentidos muito parecidos para a experiência cotidiana de convívio com o seu bebê.

Eu estava presa com ele, então se você não tem ninguém... naquele momento você tem um pedacinho que é seu, e é só você e ele vinte e quatro horas por dia. Onde eu ia ele ia atrás. Eu tinha que levar ele comigo, não ia deixar no quarto, nem nada. Andava na galeria e ele ia comigo[...] (Vitória)

Assim, a própria rotina de cuidados mãe-bebê se apresentou amenizando a experiência de isolamento, os sentimentos de abandono e solidão, e a ausência dos familiares; resultados também encontrados em outro estudo (Torquato, 2014). O relato das colaboradoras também evidenciou que o contato com o bebê atenuou vivências de despersonalização com o aprisionamento, reumanizando o inóspito ambiente da prisão e produzindo novos sentidos para as mulheres.

E às vezes, dava uma vontade de chorar... mas sabe, Deus é tão maravilhoso, que Ele envia anjos para nos ajudar em nosso momento de dificuldade. E os meus, foram minhas duas filhas. Eu acho que não teria aguentado, não teria conseguido passar sem elas. (Janaina)

Ao longo das histórias, os bebês pareceram quase se transformar em seres sagrados que chegavam para oferecer bálsamo aos sofrimentos disparados pelo aprisionamento, porém, mais do que isso, uma oportunidade de redenção.

E era mágico, porque eram vinte e quatro horas por dia só você e seu filho. Eu acho que é o melhor momento, se você quiser restaurar uma pessoa, você restaura naquele momento, de verdade. Porque eu me sentia, na época, completamente restaurada por tudo aquilo que eu vivia. (Vitória)

Em contraponto, Janaina narrou também o cansaço, o desgaste, a tristeza e a falta de energia produzidos em resposta à intensidade exigida neste cotidiano exclusivo mãe-bebê, no contexto do encarceramento. Todos esses, disparados pelas situações de incertezas, restrições, perdas e de impossibilidades que nem mesmo a presença do bebê pôde ser capaz de tornar invisível. Para Janaina, tal experiência ainda foi agravada quando ela a vivenciou pela segunda vez.

Mas depois que eu tive minha filha, Mariane, passei um período muito mal. Eu fiquei muito 'depressiva'. Eu não aceitava aquela situação de novo. Eu olhava aquelas paredes e vivia tudo de novo. Eu chamava minha filha Mariane, de Yara. Eu ouvia alguém gritando "-Papinha..." tudo de novo... eu ia buscar o leite... tudo de novo... as mesmas coisas, só não as mesmas pessoas. Mas o mesmo lugar, a mesma situação. E situações piores, porque não tinha mais o postinho de enfermagem. Sem o postinho era difícil. E foi complicado para mim, muito complicado. Acabei me descuidando, bem mais do que da primeira vez. Acho que foi mais difícil. (Janaina)

Para a colaboradora, essa falta de ânimo se estendeu e teve consequências e prejuízos no dia-a-dia com a filha, tendo sido disparada, especialmente, pela impossibilidade de estar com a família. Portanto, o que apareceu e pôde ser problematizado nesta cena, é um cuidado com a criança, que exige para além do pragmatismo de alimentar, higienizar, atender aos choros.... Exige-se da mulher repertórios e disponibilidade emocional e subjetiva, que muitas vezes se encontram empobrecidas e enfraquecidas diante das próprias perdas e desamparo gerados na prisão. Dessa forma, a lógica institucional exige das mulheres, o que ela própria delas expropria.

Eu queria ir embora. Não aceitava aquela situação e chorava bastante. Minha filha me via chorando e ela percebia, não tinha como. Eles percebem quando a gente está triste e quando a gente está feliz. Eu me sentia culpada, queria estar com meus filhos aqui fora, com o meu marido. Foi muito difícil. E aí, mais um natal, mais um ano

novo... [...] Muitas vezes, faltava energia para brincar com a Mariane, faltei muito nesta parte. Faltou ânimo, e em momentos em que eu estava chorando, ela estava rindo. Então tinha que aproveitar daquele momento que ela estava rindo, parar de chorar e brincar com ela. [...] Essa falta de energia, na verdade, era falta de estar com eles, com meus outros filhos e marido. (Janaina)

Assim, foram também revelados o cansaço em ‘ser mãe em tempo integral’, o desgaste com a rotina intensiva de cuidados com o bebê e a falta de compartilhá-la com outras pessoas, até mesmo para garantir momentos para o cuidado de si no cotidiano. O que se observa é a imposição de uma experiência de maternidade que deve ser vivenciada 24 horas por dia, e que, em geral, promove maior restrição da circulação das mulheres, limitando-as às rotinas de cuidados dos filhos e dificultando ou impedindo seu acesso às poucas atividades oferecidas no sistema prisional (Braga e Angotti, 2015).

Quando eu tive o Jeferson, na rua, tinha um monte de gente para ajudar a cuidar, mas com a Yara, por dez meses e depois com a Mariane, por seis, eu fui a mãe de período integral. Era cansativo, porque bebê é muito cansativo, tem hora certa para tudo. Mas como a gente tinha o dia inteiro para cuidar deles, era gostoso. Era muito bom! Porque a gente se descobria como mãe, tinha experiência. E tinha que ser só a gente pela gente mesmo. Na hora de dormir, de madrugada, tinha que ter atenção com a criança, porque às vezes, podia engasgar, podia cair. Então foi tudo dobrado, cuidado dobrado, atenção dobrada... foi tudo em dobro. O estresse também, às vezes, era em dobro. Quando a gente está em casa, tem o pai ou tem alguém... você dorme um pouco e aí a pessoa olha. Você consegue tomar um banho, a pessoa olha. Você consegue fazer alguma coisa dentro de casa... Mas lá, não. Lá era a gente para cuidar da criança, das roupas, de tudo. Mas para mim foi tranquilo. (Janaina)

Em meio a estas intensas experiências de sofrimento e demandas dos cuidados dos filhos, Janaina trouxe significativas reflexões acerca de um determinado ‘modo de ser na prisão’, e do julgamento moral que permeia as relações nesse contexto, baseado em torno destes estereótipos. Suscitou ponderações sobre a dureza do ambiente e das relações, e da pouca permeabilidade e suporte para os sofrimentos disparados por todo o processo de maternidade no cárcere. Mais do que isso, falou sobre a necessidade do reconhecimento de responsabilidade de quem se encontrava presa, sobre os seus próprios atos e a sua prisão.

Na cadeia, aprendi que a pessoa que chora muito, para todo mundo, não é uma pessoa muito confiável. Não é que você tivesse que ser durona, mas você também não devia ser aquela pessoa que chorava toda hora, para todo mundo ver. Não, você

tinha que tentar controlar seus sentimentos. Se você quisesse chorar, você entrava para dentro do seu quarto e chorava, debaixo da sua coberta. E você tinha que ser firme também. Ter a consciência de que você havia causado aquilo para a sua vida e não ficar chorando como se a culpa não fosse sua, como se a droga não fosse sua. Porque era verdade que você tinha culpa. Então você precisava assumir o seu erro. (Janaina)

Mencionou uma certa prática de evitar o choro para não levar as outras, com problemas ainda piores, a chorarem. Dessa forma, também pareceu acenar para outra maneira de exercitar a empatia, o cuidado e a solidariedade com as demais.

Eu sou muito chorona, mas eu não gosto de chorar na frente dos outros. Se eu fosse chorar, era eu e eu, e acabou. Agora se tinha uma companheira, eu procurava não chorar. Mesmo porque, às vezes a pessoa também não estava em um momento legal, e quando você chorava do lado dela, você fazia ela chorar. E lá você conhecia pessoas com problemas piores do que o seu. Gente que estava presa há mais anos que você, que tinha quinze, dez, cinco anos que não via um filho. E então você pensava – “Poxa, estou há um ano só, então dá para eu aguentar mais dois, três meses. Se ela está aguentando, por que eu não vou aguentar?”. Você via pessoas com problemas piores do que o seu e gente que tinha sido presa, mas era inocente. (Janaina)

Neste raciocínio, afirmou que perceber uma gravidade maior no problema de quem estava ao lado, também acabava sendo uma forma de fortalecimento que utilizava para enfrentar as próprias dificuldades que vivenciava.

As histórias trouxeram, em repetidas passagens, a descrição de uma experiência com a maternidade que ora era classificada como ‘mágica’ ora como extenuante. Embora se possa atribuir esse discurso da ‘magia’ a uma experiência idealizada da maternidade (Gomes, 2010), compreende-se a necessidade de reflexão para uma possibilidade de reumanização que a permanência e a relação com a criança pode oferecer às mulheres, em um contexto tão hostil e inóspito como o do cárcere.

5.2.2.3. O cotidiano de cuidados e as estratégias de enfrentamento

No contexto da prisão, o enfrentamento das durezas e privações exige das mães variadas estratégias para o cotidiano de cuidados de seus filhos. Janaina encontrou criativas soluções para suprir suas próprias necessidades, mantendo os cuidados de suas

bebês nesse solitário dia-a-dia, em pequenas e aparentemente simples passagens, criando marcas singulares de fazer e de construir a rotina.

No contexto da prisão, o enfrentamento das durezas e privações exige das mães variadas estratégias para o cotidiano de cuidados de seus filhos. No relato de Janaina, novamente puderam ser observadas, tanto as fragilidades e precariedades desse cotidiano como também a potência para, em pequenas e aparentemente simples passagens do dia-a-dia, resgatar a autonomia pelo agenciamento das próprias necessidades e cuidados, criando marcas singulares com uma determinada forma de fazer e de construir a rotina.

No quarto, tinha a latrina, e então dava para usar o banheiro, se desse vontade. E, como o berço era de rodinha, você ficava balançando enquanto usava o banheiro. (Janaina)

Outra simples cena do cotidiano como o banho do bebê, também deflagrou muitas das particularidades e dificuldades da vida na prisão. Janaina contou como fazia para cuidar do banho das filhas recém-nascidas.

Logo quando elas nasceram, quando eu ia cuidar delas no dia-a-dia, eu dava o banho na banheira, dentro do quarto. Pegava água quente do chuveiro. Pegava mais ou menos uns dois litros de água quente, colocava em cima do carrinho e, do carrinho, empurrava até o quarto para não pegar peso. E no quarto, como tinha torneira, colocava um pouco de água gelada. Achava tranquilo dar banho nelas lá, porque a gente, querendo ou não, aprende tudo isso na vida, a dar banho, a cuidar de criança... (Janaina)

Relatou que após crescerem um pouco, passou a valer-se de outras estratégias para os cuidados das bebês, na utilização dos banheiros coletivos. Os cuidados eram compartilhados com as outras mulheres. Revelaram-se a construção de ações práticas na vida de todos os dias na prisão, e a otimização e adaptação do ambiente e dos recursos de que dispunham para essa reinvenção de um cotidiano de precarizações e violações. Além disso, a experiência da mãe como cuidadora exclusiva da criança, exigiu que esse cotidiano fosse otimizado para a garantia dos cuidados da própria mulher consigo, como já afirmado. Nesta perspectiva, o banho do bebê era o banho da mãe. O berço era levado ao banheiro coletivo para facilitar e adaptar essa passagem do cotidiano. Passa a ser um recurso compartilhado e usado conjuntamente pelas mães que precisam se articular para tal solução.

O berço de rodinha ia para o banheiro, também. Você levava a criança que já estava um pouco maior, dava banho nela e deixava o berço lá. Era um banheiro coletivo, que ficava no corredor. Nele cabiam dois berços, e ia um monte de mãezinha lá para tomar banho. Isso porque era mais fácil dar banho na criança, no chuveiro. Depois que você tomava seu banho, pegava a criança, tirava a roupa dela, dava o banho nela com a toalha forrada no berço. Enrolava ela, desligava seu banho, se enrolava na toalha e saía empurrando o berço, com aquele monte de criança. Duas a três crianças no mesmo berço. E tinha que se virar. (Janaina)

Assim, o cuidado rotineiro da mulher consigo passa a ser demarcado e ritmado pelos cuidados com as filhas.

Chegava no quarto de toalha e trocava primeiro a criança. Dava o peito, e colocava ela deitadinha um pouco, enquanto se trocava. Dava a papinha da bebê e só depois jantava. Era um ritmo puxado [...] (Janaina)

Vitória, já trouxe uma outra perspectiva em relação as suas experiências nas formas de adaptação desses cuidados diários, evidenciando outras precariedades e particularidades do contexto. Embora, evidentemente, fizesse uso de soluções cotidianas baseadas no espontaneísmo, pragmatismo e economicismo, tal como fala Agnes Heller (2008).

Você dar banho em um banheiro coletivo no seu bebê pequenininho, recém-nascido, não é simples. São coisas que a gente até consegue. Mas em um banheiro coletivo nem todo mundo tem o mesmo tipo de higiene, a mesma... tem mãe que fuma maconha, mãe que tem doença, mãe que não toma banho, mãe que tem sarna... tem mãe de tudo quanto é jeito, assim como existem todas as pessoas no mundo. E lá é um lugar que tem de tudo um pouco. (Vitória)

A colaboradora apontou divergências entre as mulheres no uso coletivo desse espaço. Bem como, acerca da própria higienização e organização da instituição, a qual narrou como precária, tanto pelo uso descuidado das mulheres quanto pela limpeza do local.

Nesse banheiro coletivo quem fazia a limpeza não eram as presas, mas uma empresa paga pelo hospital, e eu acho que eu limpava melhor do que eles. O chão e as paredes eram feitos com aquele monte de pedrinhas, então você via aquele chão cheio de limo, o banheiro fedendo a urina, papel de menstruação e absorvente no chão.... Tinha gente que fazia as necessidades no chão... e aí você era obrigada a ir lá dar banho no seu bebê. (Vitória)

Dessa forma, além das ações de solidariedade e auxílio mútuo, já descritas como práticas correntes entre as mulheres, também surgiram, na história de Vitória, as dificuldades em abordar as divergências e conflitos cotidianos relacionados ao convívio contínuo e a divisão de espaços coletivos entre elas. Tal realidade a fazia optar por evitar possíveis confrontos e desentendimentos que pudessem piorar o convívio e as relações, em um ambiente que já trazia uma certa tensão. Logo, ela também apontou formas pragmáticas de adaptação e estratégias de sobrevivência a esse cenário.

Devia poder, mas não existia, não tinha como você entrar num consenso. Muitas vezes quando você chegava o banheiro já estava sujo, você não conseguia saber quem tinha sujado e as demais não queriam limpar. Era aquele conflito o tempo todo... Já era um ar tão pesado por ser prisão, que se a gente fosse causar problema entre nós mesmas ficava pior. Então, quando eu ia dar banho no meu filho, eu mesma lavava [...] Pelo menos o quadrado onde eu ia. Minha cela eu limpava também. Não deixava que o pessoal que vinha de fora limpasse. (Vitória)

Janaina não abordou ou pareceu minimizar possíveis conflitos e divergências com as demais mulheres. Escolheu priorizar e contar, em sua história, sobre a necessidade das ações e práticas colaborativas, compartilhadas e solidárias, embora as tenha relacionado ao estabelecimento de certa afinidade entre as mulheres. Resgatou cenas do cotidiano em que construiu um sentido para estas ações, diante da urgência colocada pelas necessidades de cuidados das crianças, em meio as demais demandas e atividades significativas desse dia-a-dia, que podiam estar indiretamente ou não, também relacionadas aos cuidados dos bebês.

[...] mas a gente era muito unida. E conforme a gente pegava amizade, afinidade, uma mãe com a outra, a gente se ajudava. Eu sempre tive pessoas que me ajudavam e pessoas que eu ajudava também. Por exemplo, uma ia limpar o quarto enquanto eu ficava com as duas crianças. Depois, ela pegava as duas crianças, e eu ia limpar meu quarto, fazer minhas coisas. Sempre tinha que ter alguém no auxílio de alguém... – “Olha, troca aqui para mim, porque está ‘embaçado’”- e trocava. Sempre era assim, sempre. Dessa minha segunda vez, tinha minha amiga, Alessandra. Ela olhava, cuidava das crianças e eu lavava todas as roupas. Em outras vezes, eu ficava com as duas crianças e ela ia lavar todas as roupas. (Janaina)

Para Janaina, as ações colaborativas no cotidiano se mostraram fundamentais para a sobrevivência na experiência de maternidade no cárcere, em meio às normas e

características institucionais, e as atribuições e intensas demandas geradas pelo cotidiano de cuidados dos filhos.

E era assim, porque senão a gente não dava conta. Com algumas pessoas dava para ter essa ajuda e era bom, porque às vezes, a gente precisava descansar. E tinha que ter essa ajuda, essa coisa toda. (Janaina)

Novamente surgiram soluções compartilhadas e coletivas das mulheres, com criatividade, invenções e adaptações dos recursos e ambiente, a fim de resgatar e garantir o brincar de seus filhos e filhas.

Para elas brincarem no presídio, a gente fazia uns brinquedinhos. Tinha uma seringa da agulha, com uma tampa azul. Nessa tampa tinha um buraco e dava para você fazer um colar com ela. A lata de leite você colocava... como que era... a gente colocava alguma coisa... ah tá, carocinho de laranja! E fazia o chocalhinho para eles brincarem. Dava para fazer uns brinquedinhos até que legais. É que não me lembro mais, mas dava para fazer umas coisas legais. (Janaina)

Assim, segundo Torquato (2014), tanto as práticas colaborativas quanto as situações de conflitos aparecem evidenciadas e colocadas como vivências que despertam sentimentos de ambiguidade entre empatia, solidariedade e afeto, mas também de desconfiança no convívio e no compartilhar da experiência de maternidade no cárcere entre as mulheres (Torquato, 2014).

Desse modo, a experiência dos cuidados maternos nesse contexto nos remete a discussão de Heller (2008) em torno do pragmatismo e espontaneísmo e da alienação da vida cotidiana. Neste sentido, em meio à vida cotidiana no contexto do cárcere, surge a necessidade de certo economicismo e o pragmatismo para a sobrevivência. Contudo, para esse ‘tocar’ a vida cotidiana e as atividades rotineiras de forma mais pragmática e espontânea, foi necessária também, uma certa alienação em relação as arbitrariedades e violências perpetradas, para que as colaboradoras, e em especial Janaina, pudesse viver a sua cotidianidade com as suas bebês, e promover a otimização deste cotidiano e dos recursos de que dispunha.

5.2.2.4. A vivência do cotidiano na maternidade: submissões e reinvenções às normas institucionais

A vivência da maternidade no cárcere apresentou uma demanda constante no lidar com as prescrições da equipe dirigente e com as normas institucionais, o que levava às mulheres a atitudes ora de submissão ora de reinvenção do cotidiano. Soluções eram criadas diante das restrições impostas tanto pela segurança e regras prisionais quanto pela falta de recursos e de visitas das famílias.

[...] alguns brinquedinhos a segurança deixava entrar. A Mariane teve brinquedinho, porque o pai dela mandou. A Yara, não muito. Quando a Yara saiu, para ela foi tudo novidade. A motoca, um brinquedo diferente, grande, uma bola... (Janaina)

De mais a mais, o contexto institucional, não só demarcava o cotidiano de cuidados pelas restrições e limitações que impunha às colaboradoras e suas crianças, mas também pela normatização e prescrição de determinadas formas fixadas para o cuidado na experiência de maternidade na prisão.

As duas mamaram bem no meu seio. Mas lá, era a nutricionista que via quando mudar a alimentação da criança. Lá tinha tempo para tudo. Não me recordo muito bem se a primeira frutinha comecei a dar com três meses e quinze dias, mas eu acho que foi isso. E ia mudando conforme a idade, cada vez ia colocando alguma coisa nova na alimentação da criança e aumentando as vezes que ela comia, até completar o sexto mês. (Janaina)

Os posicionamentos de Janaina e Vitória em relação a essa regra institucional destoaram ao longo de suas histórias. Para Janaina, pareceu soar com naturalidade que a própria instituição controlasse tais decisões e passagens do dia-a-dia, demonstrando assim, a incorporação e a reprodução do discurso institucional, não apenas nesta cena como em outras. Tal situação tem sido descrita como comum na vivência e discursos de mulheres em experiência de maternidade no cárcere, através da incorporação que elas acabam fazendo de uma prática de maternidade higienista imposta como ‘uma forma correta para o cuidado’ (Gomes, 2010) e ‘controlada-vigiada’ pela instituição (Santos, 2011).

Eu achava tranquilo, a comida era bem gostosa, do tipo que até a gente come quando está doente, como por exemplo uma sopinha de lentilha, ou algo assim. (Janaina)

Já Vitória, teve outra compreensão dessa mesma experiência, fazendo diversas críticas a essa prescrição e normativa institucional, e assim atribuindo sentidos punitivos e opressivos para tais dinâmicas.

Com três meses entrava a primeira fruta [...] e assim ia... aos poucos eles iam tirando a criança do peito. Diziam que era assim que funcionava. Você tinha que dar a sopinha, tinha que dar a comida e tirar o peito. E eu acho que era pelo simples prazer de tirar de você um direito de escolha. Eu não acho que fosse pelo bem da criança. Era simplesmente para mostrar que você não mandava nada, que você não tinha direito nenhum e que quem escolhia eram eles! É esse o sentimento que eu tenho. Não vejo outro motivo. (Vitória)

Tal cenário demonstrou a instituição atravessando e retirando das mulheres o poder e o direito em realizar escolhas inerentes à relação e convívio mãe-bebê, especialmente, em torno da amamentação e dos processos que a envolviam. Desta forma, ocorre com a institucionalização, a ritualização da perda de decisões pessoais (Goffman, 2010). Para além disso, o que se tem observado nestas práticas da prisão, é que a mulher que resiste a essa ritualização e não segue as normativas, regras e rotinas impostas pela instituição para os cuidados dos bebês, sofre grave risco de perder o direito de permanência com a criança, quando não, o próprio pátrio poder (Gomes, 2010).

Emprestando de Agnes Heller (2008) sua visão de cotidiano, essa experiência viola o que é mais básico e parcelar no cotidiano: a construção de uma forma de fazer singular, a partir de uma história de vida própria que traz consigo tradições, hábitos, cultura, contextualizações de classe social e a construção de um saber próprio, que cada mulher pode desenvolver, na medida em que se constrói como mãe, processualmente, no dia-a-dia de cuidados do filho. Mas também, em uma perspectiva mais ampliada desse cotidiano, violenta-se o próprio direito da mulher de exercer a maternidade a partir de um reconhecimento legal da sociedade civil, na medida em que a instituição tem o poder de destituí-la e privá-la desse direito, alegando práticas de negligência ou a sua incapacidade para tal, baseando-se na imposição de um modelo higienista como ideal para o exercício da maternidade no cárcere, conforme já apontado (Gomes, 2010).

Além do flagelamento das mulheres, na história de Vitória, pode-se refletir ainda sobre o sofrimento dos bebês, nas decisões e práticas institucionais que, em princípio, parecem ser em defesa de seus cuidados, mas que na verdade, fazem deles objetos de controle e punição às mulheres, sendo eles pouco poupados ou compreendidos em suas necessidades nesse delicado e complexo início da vida. Ademais, descumpre-se, uma vez mais, as recomendações do próprio sistema de saúde brasileiro (Brasil, 2009c). Vitória, novamente, problematizou as regras de alimentação dos bebês em meio a sua imaturidade fisiológica.

Então com três meses já vinha a primeira frutinha do neném, banana, goiaba... e é aquilo, o organismo da criança é diferente. Quando eles cismavam de mandar goiaba todo dia... era uma choradeira, ressecava a criança, prendia o intestino... Mas você tinha que dar a goiaba para o seu filho! [...] Acho que nem era na intenção de judiar da criança, mas na intenção de judiar de você, porque você via a criança que gritava, fazia cocô com sangue... o organismo é mais frágil. É aquela questão, dar um mamão para um bebê... se eu comer um mamão não dá nada, agora se ele comer solta o intestino dele. Um bebê novinho que só mama no peito. Mas se você desse, eles conseguiam tirar ele do seu peito, e era exatamente o que eles faziam. (Vitória)

Para Torquato (2014), a necessidade de inserção de dieta para os bebês pode ser uma maneira de realizar o desmame da criança, a fim de que se facilite o processo de separação a ser vivenciado. Contudo, Vitória discorreu sobre o sentimento e a percepção dessa prática de ‘retirar a criança do seio da mãe’ enquanto um mecanismo para atingir e causar sofrimento à mulher. Deu seguimento ao seu raciocínio referindo que ao ver a criança em sofrimento, em razão dessas pequenas práticas cotidianas, a mulher começava a se questionar sobre manter ou não a criança consigo. Poderia ainda, ser levada ao seu limite de suportabilidade, confrontando a lógica institucional e a segurança, sendo consequentemente punida com a perda do direito de permanecer com o bebê. Dessa forma, para a colaboradora, este era um mecanismo institucional, que além de punir as mulheres e crianças, tinha um intuito de levá-las a se separarem mais cedo dos filhos.

E também acho que faziam na intenção de que você visse sua criança sendo massacrada, aí você pensaria “Será que é justo deixar o meu filho aqui? Será que eu tenho esse direito de permanecer com ele? De deixar meu filho preso, junto comigo?” Porque a maioria das mães entregava por conta disso, porque as crianças eram obrigadas a passar por coisas que elas não precisavam passar. Por isso eu acho que é um mecanismo. Eles trabalhavam a sua mente para você entregar por

conta própria. E se você não entregasse, eles mediam a sua febre a ponto de uma hora você reagir e aí ser obrigada a entregar, porque eles tomavam de você, e era automático.... Nem todo mundo tinha o mesmo pensamento de se segurar, de ficar quieta. Eu acho até que eles faziam as coisas na intenção de que você mandasse a criança embora. E quem nunca tinha vivido nada daquilo... eu já tinha vivido uma vez, eu sabia como era. Mas cada uma assimilava a maternidade de uma maneira. (Vitória)

Aqui o que parece surgir é o ‘processo circuito’ discutido por Goffman (2010), em que é criada, na instituição e pela equipe, uma perturbação entre os institucionalizados e seus atos, na medida em que são provocadas reações diante da pressão de obediência a regras impostas, muitas delas absurdas como a descrita na cena acima. Estas reações de resistência disparadas, tomadas pela equipe como novas arbitrariedades praticadas pelos internos, tornam-se alvo de outras penalizações. Sendo ainda, estas últimas, muitas vezes caracterizadas como terapêuticas/educativas, diante da ‘desobediência’ e da ‘insolência’ dos internos. Nesse sentido, a terapêutica colocada se localizaria na tentativa de, através da obediência para uma prática de maternidade dentro do que a instituição preconiza, ‘restaurar essas mulheres desviantes’ ou retirar delas as possibilidades de ‘desvirtuar’ os seus filhos.

Diante dessas experiências, Vitória narrou a necessidade de resistir aos mecanismos institucionais como estratégia para permanecer com o filho através da ‘submissão’, como forma de evitar outras sanções e inclusive a perda do convívio com o mesmo.

Eu sei como assimilei. Eu sabia o que eu queria naquele momento, então, nada que eles fizessem ia fazer com que eu entregasse o meu filho. E eu não ia dar o ponto para que eles pegassem o meu filho do meu braço e entregassem para a minha família. (Vitória)

Todavia, é interessante notar como, mesmo na história de Janaina em que aparece um discurso mais conformista com algumas das regras impostas, a narrativa do cotidiano revelou ações de escape às normas e formas prescritas no cuidar e alimentar a criança. Sendo que essas, também puderam se configurar como ações de resistência às práticas institucionais e a retomada de alguma autonomia e singularidade para o cuidar materno e diário da criança.

[...] com cinco meses a vida dela era só ficar de pé no colo, não queria saber de mais nada. Comia de tudo. O que desse para ela, ela comia. Lá no centro hospitalar

davam para a gente uns suquinhos, uns bolinhos [para a alimentação das mulheres]. A gente ficava com dó de ver a criança olhando... Eu dava coxa de frango para ela, ela adorava. (Janaina)

Portanto, tomando como base as ideias de Lefebvre (2009b), pode-se afirmar que é nos estreitos vãos que a cotidianidade permite, que se encontram espaços para a realização de pequenas ações aparentemente banais nos cuidados dos filhos, mas significativas para a retomada de algum exercício político de liberdade e de autonomia, com a fuga das prescrições normatizadas para a maternidade no cárcere.

Outras peculiaridades desse contexto institucional também apareceram no relato de Janaina atravessadas pelas relações estabelecidas entre as mulheres e suas crianças e as agentes de segurança. O trecho a seguir, por exemplo, mostra as ambiguidades e contradições dessa relação com as profissionais que, mesmo quando parecia evidenciar a construção de uma certa proximidade afetiva, se apresentava frágil e ameaçadora. Rapidamente deu lugar a sentimentos de desconfiança e perigo, ainda que disparados por falas ditas em tom de ‘brincadeira’, mas que podem ser entendidas enquanto uma reiterada iminência da perda do filho, experiência identificada também em outra pesquisa (Gomes, 2010).

A segurança, até que sempre tratou bem os nossos filhos, e às vezes trazia um pirulitinho escondido. Mas muitos da segurança pediam nossos filhos - “Dá para mim? Ai que lindo!” Tinha uma guarda lá, que pedia minha Yara. Ela falava, “Não dorme não, senão quando eu for fazer a contagem eu levo a sua filha para mim! Ela é muito linda!” (Janaina)

Entretanto, são experiências marcadas pela ambiguidade, já que no discurso da mesma colaboradora, Janaina, apareceram marcas e afirmações de ‘um bom tratamento’, nesta relação.

Mas até que sempre fomos bem tratadas, graças a Deus. (Janaina)

Contudo, quase concomitantemente, as relações de poder, de opressão e constrangimento, vivenciadas nesta interação com os agentes de segurança, ressurgiram em sua história oral. Embora Janaina não tenha relatado possíveis receios em relação a perda das filhas como retaliação, expôs a necessidade de assumir, como já problematizado antes por Vitória, uma postura dócil e submissa. Mais especificamente para a manutenção

de uma certa ‘cordialidade’ em seu cotidiano no cárcere, o que demonstra que tal lógica não se restringia às normativas da alimentação e amamentação das crianças, mas atravessava todas as interações e ações desse contexto encarcerado.

Agora, se os agentes de segurança falassem com a gente, tinha que responder com educação, e eu sempre fiquei na minha, porque tem coisas que não adianta... É aquele tipo de coisa, manda quem pode, obedece quem tem juízo. E eu queria ir embora, eu queria sair daquele lugar. Então, o que tive que fazer? Tive que engolir! Tinha que engolir sapo, tinha que engolir algumas coisas e olhar para a frente. Pensar que amanhã iria ser melhor. Agora, se você se entregasse, começasse a fazer burrada, aí não dava certo. (Janaina)

Evidenciaram-se mais uma vez, as assimetrias de poder na relação com os profissionais da instituição, implicando diretamente no acesso a direitos e no exercício de liberdade nas ações de cuidados com os filhos. Nesse contexto, qualquer profissional passa a ter privilégios para “impor disciplina a qualquer pessoa” institucionalizada (Goffman, 2010, p.45), amplificando assim, a possibilidade das mulheres em sofrer punições. Ademais, observa-se a busca institucional incessante de dissociação do poder das mulheres sobre si mesmas, e em produzir corpos dóceis e submissos (Foucault, 1987)

Assim como Janaina, Vitória novamente apontou a necessidade de ‘olhar para a frente’ e ‘dançar conforme a música’ como formas de sobrevivência e defesa diante dos conflitos e confrontos em potencial na interação diária com as profissionais de segurança, principalmente para garantir a permanência com o filho.

Eu tirei os meus dias assim, “Hoje todo mundo vai...” e eu “Está bom, sim senhora.” Teve dia de blitz que você tinha que ficar com a criança no colo o dia inteiro. Eu passei o dia inteiro sem comer, com o meu filho mamando no meu peito, em pé e sem poder sentar, só porque era blitz. E eu sabia que aquilo era só um ponto para um passo... então passei o dia inteiro assim e sem reclamar! Nem todo mundo passou, muitas foram para o castigo. Quando ia para o castigo a família tinha que vir buscar o bebê a não ser que desse para ter uma conversa e a segurança deixar ficar. Aí quem ficava cuidando da criança era a enfermagem, até que a mãe saísse do castigo. Eu não tive que passar por isso, graças à Deus! (Vitória)

Vitória referiu acreditar que o fato de ter vivido duas experiências de maternidade na prisão, lhe tenha possibilitado um maior amadurecimento e reconhecimento das práticas e lógicas deste dia-a-dia no cárcere. No entanto, o que ela chama de educação, parece muito mais ser uma apropriação que pôde fazer, a partir de suas experiências

prévias, de como ‘jogar esse jogo’ do poder disciplinar da prisão, como nos fala Foucault (1987).

E nesta perspectiva é que o poder despótico e de sanção dado a qualquer pessoa da equipe na prisão (Goffman, 2010), se intensifica e ganha uma outra gravidade no contexto da maternidade, na medida em que, diante da desobediência com o ‘dever ser mulher’ e o ‘dever ser mãe’ (Andrade, 2011), uma das possíveis penas a ser sofrida, como já abordado, pode ser a própria destituição do pátrio poder do filho (Santos, 2011; Gomes, 2010).

Só que eu já tinha vivido tantas coisas antes, eu já sabia... eu não sei se eu já vinha assustada lá de trás, porque ‘gato escaldado tem medo de água fria’.... [...] Por isso eu já estava preparada para tudo que tivesse que vir, e eu tentei o tempo todo ter educação para que eu sofresse menos. [...] mesmo já sentenciada, eu pensei “Vocês não vão me tirar o direito de ser mãe, dessa vez! Eu vou construir um vínculo com o meu filho e mesmo que não dê nada certo eu quero viver intensamente esse momento. Então vocês podem passar por cima de mim com rolo compressor, que o meu filho eu não entrego antes dos seis meses.” (Vitória)

Vitória, para ‘ter o direito de viver intensamente esse momento’ da maternidade, precisou resistir, junto com o filho, às dificuldades e privações presentes no cotidiano prisional.

E eu tinha os meus momentos, mas tudo que eu podia fazer de melhor por mim era agir com a inteligência. Eles não precisavam de muito para tirar o meu filho de mim. É muito pouco! [...] Se eu tivesse batido de frente com eles e falado tudo o que eu pensava, falado tudo que estava errado... poxa, [...] às quatro horas da tarde... você trancada numa cela que estava ou completamente gelada ou pegando fogo, com um bebê de dias de nascido.... Não era justo, entendeu? Só que nós encontramos a melhor maneira de superar o frio e o calor, juntos, trancados na cela, às quatro horas da tarde. Eu abanava ele o tempo todo. E são coisas que você faz, você não tem opção. Ou você vive aquilo ou você vive aquilo. Eu tinha o direito de escolher, de mandar ele embora ou dele estar comigo. Então a gente viveu o calor juntos e a gente viveu o frio juntos e, ou dormiam os dois agarradinhos ou eram os dois sendo abanados, e sem reclamação! “Está tudo bem?” “Está tudo ótimo!”... “Tem algum problema?” “Nenhum!” (Vitória)

Dizer que ‘está tudo bem’ e que ‘não há problema’ se configura enquanto uma estratégia de sobrevivência, em que o subjugar-se torna-se presente e constante nas violências simbólicas sofridas e na impossibilidade de ter a sua palavra reconhecida. A passagem abaixo vem complementar estas ideias.

Mas acho que no nascimento do Miguel eu já estava mais experiente, devido ao que eu já tinha vivido. [...] Eu não podia dar o direito de ver elas tomarem o meu filho de mim e mandarem ele embora. Porque se elas quisessem, elas faziam. Minha palavra não valia nada e qualquer coisa que inventassem e colocassem no papel, meu filho ia embora. Então eu sempre tive consciência de baixar a minha cabeça e não deixar que nem na inteligência deles eles conseguissem me tirar aquele momento. A única coisa que eu não queria era viver pela segunda vez o que eu tinha vivido há treze anos atrás.

Como pode-se perceber acima, a vivência desse complexo cotidiano de cuidados de seu primeiro filho, João, com o desfecho de uma separação precoce treze anos antes, teria fortalecido a colaboradora para enfrentar e ‘jogar este jogo’ em sua segunda experiência. Esta é uma prática comum nas vivências asilares, que implicam no desenvolvimento de táticas e estratégias de sobrevivência em que se prevê as armadilhas para possíveis sanções e opta-se por se submeter antecipadamente, mas de forma ativa, evitando-se novas penalizações e antecipando a lógica de funcionamento de ações em ‘circuito’ na instituição total (Goffman, 2010).

Mesmo assim, como em várias outras passagens de sua história, o discurso religioso de Vitória ressurgiu ao atribuir o que vivenciou com Miguel, também ao suporte divino.

E, graças à Deus, Deus conduziu da melhor maneira e Ele me fortaleceu e eu venci. Eu venci! (Vitória)

Entretanto, a perda da autonomia e as dificuldades para exercitar poder, nesse contexto, também se apresentaram em outras situações corriqueiras e, ao mesmo tempo, mais complexas nos cuidados de si e dos filhos. Por exemplo, a dificuldade de acesso à saúde aparece em situações de algum mal-estar vivenciado por elas, ou pior, no adoecimento dos filhos, com a necessidade de acesso ao hospital, a consultas, a medicações e até vacinas, situação comum à experiência de cuidados das crianças neste contexto (Torquato, 2014; Santa Rita, 2006b).

Já a vacina, não tomava. O Miguel mesmo, só tinha tomado uma, logo quando nasceu. Então depois que veio embora, levei quase um mês para repor todas as vacinas. O resto ele veio tomar com quatro, cinco meses. Foi uma vacina atrás da outra, com picada para todo lado, porque lá dentro do presídio não funcionava esse negócio de vacina. (Vitória)

Ademais, o acesso acaba ficando sob o controle das agentes de segurança, às vezes nomeadas pelas colaboradoras de ‘polícia’.

A gente tinha que ir na gaiola, chamar a polícia e pedir para a polícia chamar a enfermagem, que estava em outra unidade. A polícia às vezes não queria chamar, e não chamava. (Janaina)

Acho que a diferença de ter um filho aqui fora, em liberdade, e o outro lá dentro, é que aqui fora você sempre tem pessoas para te ajudar. A criança engasga, você tem alguém para te ajudar, ou a criança fica doente, você mesma pega e leva para o hospital. Lá dentro, não. Tem que esperar a boa vontade da polícia, esperar a hora que você vai ser atendido. E se você reclamar, reivindicar, te prejudica no teu processo. (Janaina)

Portanto, as mulheres ficavam submetidas ao poder decisório das agentes de segurança. Situação que também as colocava, juntamente com os filhos, em uma situação de maior vulnerabilidade, tendo em vista a burocratização para acessar os cuidados em saúde e o poder decisório destes profissionais em avaliar e validar suas necessidades e as da criança. Assim, as mulheres, que já apresentavam uma condição de vulnerabilidade prévia, experimentam ver tal condição estendida aos seus filhos recém-nascidos (Santos, 2011; Gomes, 2010).

Eu me lembro de um dia em que passei uma situação complicada com a Mariane. Ela estava com uma febre, mas uma febre... Eu ia, chamava a enfermeira, dava um remedinho, amenizava, mas não passava. Ela passou o dia assim, e no outro dia, continuou. A enfermeira me acalmava dizendo que ia dar tudo certo. No dia seguinte, ela voltou a ficar com muita febre. Eu fiquei desesperada, comecei a chorar e a pedir ajuda para todo mundo, até para a polícia. Tinha uma polícia bem ‘gente fina’ lá, tentou me acalmar e chamou a médica para mim, na grade. Porque nós não tínhamos acesso. A médica veio e quando viu a temperatura, disse – “Não mãezinha, você arruma a roupinha dela que ela vai sair para o médico da rua”. Mesmo tendo médico lá, acho que algumas especialidades só tinham no hospital da rua. (Janaina)

Logo, há uma perda de autonomia pelos cuidados dos filhos. Outros decidem quando a criança deve ou não ser encaminhada para o hospital, na dependência ainda, de profissionais ‘gente fina’ que possam viabilizar algum tipo de assistência. O que se vê nessas práticas cotidianas, são as ações entendidas como infracionais-criminosas praticadas pela mulher, sendo generalizadas para outras esferas e domínios de sua vida, seu dia-a-dia e história, por parte da equipe, sendo utilizadas contra ela e lhe retirando

qualquer credibilidade sobre suas próprias avaliações, decisões e ações nos cuidados das crianças. Sendo comuns ainda, práticas de tratamento em que elas são ignoradas, confrontadas e interrogadas repetidas vezes por seus pedidos, em tons de desconfiança quanto a sua intencionalidade, podendo ainda receber negativas e falas que ridicularizam os seus pedidos e queixas, sendo estas práticas apontadas como comuns na instituição total (Goffman, 2010).

E a gente não podia brigar, porque a gente estava lá para cuidar dos nossos filhos, não para ficar brigando. (Janaina)

Janaina assim, acata a obrigatoriedade da obediência, dissociando que o cuidado da filha e as violações de direitos sofridas, pudessem lhe disparar possíveis reações de resistência e rebeldia, assumindo no discurso e para a garantia de sobrevivência, uma posição mais passiva e conformista com esse lugar da ‘presa-tutelada’ (Gomes, 2010).

Uma outra situação comum de violação de direitos é a mulher não poder acompanhar o bebê ao serviço de saúde (Torquato, 2014), e não poder ampará-lo em um momento de fragilidade.

Quando a criança tinha algum problema e precisava passar no pediatra, ia para a rua e você ficava. Às vezes quem levava era a enfermeira, mas às vezes nem era ela, mas a guarda, a escolta. A agente penitenciária pegava o seu neném e levava para o médico da rua. Elas que definiam o que tinha a criança, como se fossem elas que soubessem o que seu filho tinha, que dormissem com ele... explicava para o médico, voltava com a medicação e tudo pronto! Você só tinha o trabalho de olhar! O resto elas faziam, entendeu?! (Vitória)

Janaina expôs em detalhes a experiência que viveu quando foi decidido que sua filha precisava passar por atendimento hospitalar.

Minha filha foi por volta de umas dez horas da manhã, mais ou menos. E só voltou entre dez e meia e meia-noite. Eu já estava desesperada. [...] Quando a enfermeira chegou, simplesmente olhou para minha cara e falou – “Mãe, está aqui sua bebê.” Não me falou se ela tinha A, B, C, ou D. Eu fui saber depois de uns cinco dias que a minha filha estava com estomatite. Quer dizer, me deram um antibiótico fortíssimo para eu dar para ela, que não tinha nem cinco meses. Não tinha nem cinco meses! E como que eu ia saber o que a menina tinha?! Porque lá é assim, tem a semana do pediatra. O dia do meu pediatra era terça-feira, passou terça-feira, mediu, pesou, olhou garganta, olhou tudo, acabou! Por isso, passei dias sem ter notícias. (Janaina)

Além disso, essas experiências despertaram uma série de sentimentos e inseguranças nas colaboradoras.

E seu filho sai com eles, pessoas que você não conhece. Você não sabe quem são, você não confia em ninguém. Você não pode ir junto, então fica ali, esperando, pensando se alguém pode ter sequestrado, se alguém pode ter roubado seu filho. Porque é um mundo em que a gente não conhece ninguém. (Janaina)

Ademais, as cenas acima mostram que as mulheres necessitavam ser representadas ‘por quem realmente saberia cuidar e decidir pela criança’, ou seja, profissionais de segurança e de saúde. Sob esta perspectiva, não fazia qualquer sentido que as mães fossem consultadas, questionadas acerca do cotidiano da criança, de suas particularidades, suas queixas, seus sintomas, ou até mesmo informadas, assumindo quase que uma figura decorativa nesta relação. A nomeação da mulher como “mãezinha”, tal como referido pela médica, acaba reduzindo a mãe a uma mera imagem infantilizada e tutelada. As experiências relatadas mostram o constrangimento e a humilhação do papel submisso imposto às mulheres no cotidiano de cuidados com os filhos, diante do paradoxo colocado entre se ter competência física para desempenhar determinada ação, mas não se dispor de autoridade para tal, sendo esta mais uma forma de mutilação do eu (Goffman, 2010).

Dessa forma, acessos que deveriam ser de direito delas e dos filhos, ficaram susceptíveis a práticas de barganha por postura submissa e a serviço das lógicas punitivas e disciplinares, fazendo jus a prisão como um aparelho disciplinar exaustivo, em que toda e qualquer parcela da vida cotidiana, passa a ser pensada e controlada (Foucault, 1987) na perspectiva de correção e domesticação da ‘mulher delinquente’ (Braga, 2015). Neste sentido, a ‘maternidade encarcerada’ se torna mais um dispositivo a ser utilizado (Foucault citado por Braga, 2015), sobre experiências de maternidade marginalizadas e deslegitimadas, com a perpetuação de práticas discriminatórias, punitivas, correcionais, moralizantes e abusivas em torno da assistência prestada às mulheres e crianças nesse contexto, contribuindo ainda para práticas de violação de direitos humanos (Mattar e Diniz, 2012). Ademais, esta realidade destitui mulheres e crianças de uma experiência cotidiana com a maternidade que, geralmente, se dá de forma autônoma, compartilhada e em rede (Fonseca, 1997).

A instituição assume o poder de incitar e tornar legítimo o que é ser mãe ou materno (Klein, 2007). Nesse sentido, perceber e nomear as necessidades dos filhos, geram lutas

cotidianas a serem travadas e defendidas, pelas mulheres, na tentativa de serem ouvidas e atendidas pela equipe da instituição.

Em suma, a complexidade do saber de quem cuidava diariamente e daquilo que era vivenciado e construído na experiência cotidiana com a criança, se transformara em nada diante do saber-poder da ciência e da instituição que tutelava ‘essas mulheres criminosas’. Como discute Lefebvre (1991b), as ciências, especialmente o direito, a medicina e a psicologia, com frequência, emprestam suas retóricas para justificar “absurdidades legalizadas”.

5.2.2.5. Separação: imaginários, perdas e modos de lidar

O medo com o processo de separação mãe-criança e o sofrimento com a antecipação da perda estão presentes no imaginário das mulheres, mesmo antes da concretização da norma institucional de encaminhamento da criança ao atingir, em princípio, os seis meses de idade.

Tinham momentos, de passar a noite inteira olhando para o meu filho e para o céu, pedindo que alguma coisa acontecesse na minha vida, porque a experiência que eu tinha com a defensoria pública era a pior. [...] Por isso eram o dia e a noite inteira eu falando para Deus “Tem misericórdia da minha vida! Eu não quero viver isso de novo. Não deixa eu ficar sem o meu filho, porque eu vou morrer dessa vez. Dessa vez eu vou morrer de verdade!” [...] eu pedia a madrugada inteira, enquanto o meu filho mamava, olhando nos meus olhos. (Vitória)

Às vezes tal experiência da separação era antecipada, inclusive com sentimentos de culpa.

E eu me sentia egoísta por um instante. Depois eu escrevia carta para o meu marido, ele respondia para mim e falava - “Não, você não é egoísta, você tem que curtir ela, porque quando ela [Mariane] for embora eu não vou levar, eu não vou poder levar [às visitas no presídio].” - e então eu me acalmava mais. (Janaina)

Assim, Janaina e Vitória trouxeram as inquietações acerca de um tempo e cotidiano demarcados, em cada passagem dessa relação com a criança, com o sabido processo de separação. Tal realidade atravessa e condiciona todo o período de cuidados dos filhos no contexto de prisão, sendo algo que está previsto e dispara diferentes formas de sofrimento

e ansiedades nas mulheres (Torquato, 2014; Gomes, 2010). O que se observa diante da vivência de desamparo e da falta de acesso a direitos, em especial os jurídicos, é a utilização da fé como único recurso para pedir que um milagre ocorra e elas possam sair do cárcere junto com os filhos, não precisando vivenciar a tão dramática separação.

No relato de Janaina, surgiram a relutância e o desejo de postergar a separação da filha, enquanto um torturante dilema. Revelou-se o paradoxo dessa experiência de cuidados diários com a bebê, entre a sua própria ‘entrega’ na relação de cuidados da filha e ao mesmo tempo o preparo para a ‘entrega’ da criança aos familiares, exigindo dela maior disponibilidade para as explorações e construções neste cotidiano.

E a cada mês ela crescia mais e ficava mais engraçadinha, e cada vez era mais torturante para mim. Minha família, aqui fora, me cobrava para que eu entregasse ela para eles cuidarem. Minhas irmãs e minha mãe querendo que eu a entregasse, e eu não queria. (Janaina)

A culpa surgiu em diversas passagens da história de Janaina, em torno das decisões, e das condições e perdas que envolveram a permanência com as filhas, diferentemente do que foi trazido na história de Vitória. Este sentimento é frequentemente identificado no processo de separação mãe-bebê na experiência da maternidade na prisão (Torquato, 2014; Gomes, 2010).

Acho que fui egoísta, porque é um egoísmo. A criança tem que ver que tem um mundo aqui fora. E eu não quis. Eu quis, mas eu escolhi que ela ficasse comigo, do meu lado. Isso foi bom e foi ruim. Foi bom para mim, mas eu percebi que fui egoísta demais, porque não deveria ter ficado o tempo que fiquei com ela. Eu fiquei dez meses. [...] E eu também me sentia egoísta com a Mariane, porque os irmãos dela aqui, loucos de saudades. Saudades não, querendo conhecer ela. Mas não podiam, porque ela estava lá, comigo. E aí eu falava - “Meu Deus, será que eu estou segurando minha filha para o tempo passar mais rápido?” (Janaina)

Especialmente com a primeira filha, Yara, o fato de ter protelado a saída normatizada em torno do sexto mês, até o décimo mês, levou a colaboradora a se questionar se isso poderia ter trazido prejuízos para a capacidade de interação social de sua filha, mesmo aos quatro anos de idade.

Quando a minha filha [Yara] saiu, ela não podia ver um cachorro, não podia ver um homem, não podia ver nada que já chorava desesperadamente. Ela é uma

criança mais arredia até hoje, com quatro anos. Não é com todo mundo que ela vai. Para ela ser amiguinha de alguém na escola é difícil, é mais chorona. Não sei se foi isso que influenciou no jeito dela. [...] Eu não sei porque, mas acho que a Yara já saiu muito madura, com dez meses, muito madura. Mas a Mariane não. A Yara já saiu mais acuada, a Mariane já saiu aberta. (Janaina)

Como já citado, Janaina pareceu colocar constantemente em questão os benefícios que ela própria teve com a permanência das filhas consigo, em detrimento do bem-estar geral delas diante de muitas perdas que vivenciaram por serem mantidas no cárcere, com ela. Além disso, não foram aventadas que as características da criança pudessem se dar, em torno de suas diferenças e particularidades na forma de se relacionar com o seu contexto e com as pessoas. Sendo assim, o seu jeito de ser pareceu ficar limitado a experiência do início da vida na prisão, especialmente nas comparações realizadas com a irmã, e mais ainda, na responsabilidade de Janaina sobre o longo tempo de permanência de Yara neste ambiente.

Janaina não abordou qualquer reconhecimento dessa permanência com as meninas enquanto um direito dela e/ou das crianças, e/ou especialmente, conseguiu identificar os benefícios gerados para as filhas por terem tido a chance de receber os cuidados maternos no início da vida. Tal posicionamento apareceu ainda nas duras críticas e julgamentos que fez a outras mulheres.

Na época em que eu fiquei lá, de 2010 para 2011, tinham bebês de dois anos de idade. As crianças identificavam a prisão como o lar delas. Imagina como foi para eles saírem dali e verem o mundo lá fora, verem um cachorro, um bicho... Por causa do egoísmo da mãe. Porque a mãe não queria ficar sozinha. Porque queria ir com a criança. Isso foi egoísmo. (Janaina)

A permanência com a criança qualificada enquanto um ‘benefício’ para amenizar o sofrimento da mulher no contexto do encarceramento, tem sido afirmado por diversas pesquisas sobre o tema (Torquato, 2014; Santa Rita, 2006a; Mello; Gauer, 2011). Entretanto, problematiza-se que tal premissa seja tomada como ‘verdade’ a partir do discurso das próprias mulheres, sem que se reflita sobre o fato de que essas falas reproduzem as lógicas institucionais e sociais a que são submetidas e o sofrimento desse fenômeno para elas.

Embora se concorde que há significativos benefícios para mulheres e crianças, isso se dá no âmbito delas poderem exercer o cotidiano de cuidados dos filhos, quando assim o desejam, como um direito seu e do próprio filho. Contudo, quando suas falas são

tomadas em ‘estado bruto’, emaranhadas à complexidade inerente a todo esse contexto maior tornando-se afirmações e conhecimentos sobre o tema, podem trazer ainda mais prejuízos, na medida em que fragilizam a permanência das mulheres com os filhos enquanto um direito, e perpetuam um discurso que pode implicar em significativos processos de culpabilização delas.

Na história de Janaina, o cotidiano não foi narrado apenas a partir do vivido, mas também por aquilo que não pôde ser construído, presenciado e experimentado nos cuidados com os filhos em razão desse dia-a-dia encarcerado. Logo, surgiram relatos dessa cotidianidade construída entre vivido e o não vivido, em que as ausências possibilitaram narrativas acerca de cenas não vivenciadas, mas imaginadas através de memórias que os familiares emprestaram à Janaina, e do próprio desejo de resgate daquilo que não presenciou.

Hoje fiquei muito feliz. Estou tirando a fralda da Mariane e ela me pediu para ir no banheiro. Pela primeira vez, eu que estou tirando a fralda de um dos meus filhos. Muitas coisas deles eu não consegui acompanhar. Meu filho, eu não vi ele começar a falar. Andar eu vi, falar não. A Yara, eu vi bater palminha, andar e falar, mas não vi a fase dela engatinhar. Dela, eu perdi muito pouco na verdade, porque fiquei quatro meses, sem vê-la. Da Mariane, já perdi mais. Eu perdi a fase dela de andar, porque ela foi uma criança muito rápida. [...] Eu não pude ver, mas quando ela já estava em casa, com uns sete meses, meu irmão colocou ela no andador. Ficou no andador dos sete aos oito meses e com nove meses, ela desceu da cama e andou. Com nove meses de vida! Todo mundo via um toquinho bem pequenininho na viela, descendo correndo. Muito esperta, muito esperta. (Janaina)

A experiência de maternidade no cárcere e a separação mãe-bebê remeteu Janaina também às perdas e ao sofrimento disparados pela separação dos outros filhos, que não puderam estar junto com ela na prisão.

E eu também perdi muitas coisas dele [Jeferson], muitas mesmo. Uma criança muito esperta, muito inteligente. Perdi festinha na escola, perdi apresentação, perdi muita coisa boa dele. E enquanto eu estive presa, eu não pude vê-lo. (Janaina)

Vitória também fez referências a ausência dela nesse cuidado diário dos filhos, ao que ela denominou de ‘contato real’. Mas que para ela, não foi superada mesmo quando passou a vê-los duas vezes por dia, durante o semi-aberto. Dessa forma, há uma perda na construção de um compartilhar cotidiano e nos pequenos cuidados, que se torna um tempo

perdido na prisão, não sendo ele, em muitas histórias e relações, passível de ser reparado, em especial na criação dos filhos, como bem aponta Goffman (2010).

O contato real mesmo, de mãe e filho, não existia. Porque não era eu quem dava comida para ele, não era eu quem punha ele para dormir.... Quando ele estava doente não era eu quem cuidava, não era eu quem acordava de madrugada na hora da febre.... Não existia isso. (Vitória)

Contudo, Janaina apontou a firmeza que pôde construir, a partir de suas experiências na prisão. Tal passagem disparou questionamentos sobre uma possível tentativa da colaboradora em construir algum sentido positivo para tantas perdas e o que viveu nesse período com as filhas, embora novamente também traga reflexões em torno da incorporação e reprodução do discurso institucional, em que essa experiência traria ‘ensinamentos corretivos’ para as mulheres (Gomes, 2010).

Foi muito diferente da experiência de ter um filho na rua. Mas foi uma experiência bem válida porque me deu mais firmeza. É claro que eu nunca mais quero passar por isso, nunca mais. (Janaina)

E para ela [Mariane] também foi bom, foi maravilhoso. Ela saiu no tempo certo. Não estranha ninguém, não estranha bicho... ela é uma criança normal. Aí eu percebo que quando você entrega no momento certo, você acha que talvez tivesse que entregar até um pouco antes, para a criança viver. Porque depois dos seis meses a criança já sabe, e aí é perigoso ela identificar aquilo, o presídio, como o lar dela, e na verdade aquilo não é o lar da criança. (Janaina)

Sendo assim, tal cena suscitou reflexões e questionamentos acerca da reprodução do discurso institucional e social por parte de Janaina, enquanto disparadora de sofrimento e a construção de sentidos negativos para o tempo de permanência da filha com ela, bem como, para a esperada necessidade de adaptação da criança aos novos estímulos do mundo fora da prisão.

Aponta-se que as mulheres que vivenciam a permanência com os filhos na instituição acabam construindo opiniões em que elegem como ‘tempo correto’ de permanência dos filhos no cárcere, o período regulamentado pela própria unidade em que se encontram (Santa Rita, 2006b). Dessa forma, há uma incorporação não apenas do discurso institucional, mas também local, tendo em vista que o período de permanência, conforme já problematizado na introdução deste trabalho, varia de unidade para unidade.

Contudo, faz-se ainda necessária a reflexão de uma crença compartilhada socialmente e colocada na lógica institucional que influencia as definições acerca dos processos de separação mulher-criança. A ideia de que o filho deve ser retirado do convívio com a mãe o quanto antes, tendo em vista as concepções de uma certa ‘essência e hereditariedade’ que podem trazer consigo dessas ‘mães-criminosas’, e em sendo assim, precisam ser retirados o quanto antes do convívio e da má influência delas, para que tenham alguma chance de recuperação (Gomes, 2010). Portanto, esses são todos pensamentos e crenças que balizam a definição desse ‘tempo certo’, que passa a ser racionalizado e a ser justificado em discursos quase científicos que naturalizam uma determinada prática de separação de mãe-criança e que é incorporada ao cotidiano e, conseqüentemente, à experiência dessas mulheres e crianças, e reproduzida no próprio discurso delas mesmas.

Nesta outra passagem, o tempo de permanência de Yara com a mãe, novamente apareceu explicando as dificuldades e cuidados necessários na fase de adaptação da criança.

A Yara sim, a Yara sempre foi mais doentinha. Porque, como a Yara ficou até muito grande, o que aconteceu, ela se acostumou com aquele leite que eles davam no Centro Hospitalar, que é Nan, Nestogeno... E quando deixou de tomar esse leite para tomar um leite de bar, bagunçou seu intestino. A criança fica com o intestino todo bagunçado. Ela vomitava e passava mal. Tinha que ter muita paciência com ela, nesse sentido. Teve que dar leite de soja para ela, porque tinha que achar alguma coisa que se encaixasse, que não fosse tão gorduroso como são esses leites. (Janaina)

Diante das particularidades, rotinas e hábitos normatizados para a criança em seu cotidiano na instituição são descritos como comuns estranhamentos no seu processo de adaptação após essa saída do cárcere (Santa Rita, 2006b).

Porém, a história de Janaina revelou um outro fantasma que a rondou ao longo de seus dias de cuidados com as filhas no cárcere: o temor de não ser reconhecida e lembrada por elas após a separação.

Antes de entregar minhas filhas, meu medo era delas não me reconhecerem depois. (Janaina)

Nesse processo de separação, descreve-se como comum esse medo vivenciado pelas mulheres (Santa Rita, 2006b). Sendo que este sentimento é pautado pela realidade, em que se torna comum que a criança deixe de reconhecê-las ocupando o papel materno, e passem a chamar os seus novos cuidadores de mãe, após certo período de separação, situação disparadora de intenso sofrimento para as mulheres (Santos, 2011; Santa Rita, 2006b).

Passada a fase de convivência com a criança, em que aparecem todas as expectativas e imaginários acerca da separação, há o momento em que a experiência finalmente se concretiza. Vitória conta o processo de separação em sua primeira experiência de maternidade no cárcere, João, aos três meses de vida.

No dia em que ele ia, eu olhei da janela, do canto e... era longe da portaria, mas com a cabeça encostada na grade, eu consegui enxergar por baixo da porta de ferro os pezinhos 'da minha filha e os pés da minha mãe, no momento em que elas chegaram, e foi... ali parece que... me desfez... porque eu descii o João e o entreguei.... Ele ainda me olhou... mas eu virei de costas e não olhei mais para trás... [...] no momento da partida, foi... eu acho que a minha destruição, de verdade. (Vitória)

Assim como Janaina, Vitória também relutou com o processo de separação de João, tentando negociá-lo com a direção da unidade onde se encontrava, mas sem sucesso. Acreditava que, em pouco tempo, iria receber benefício judicial, condição que lhe dava mais esperanças em permanecer com o filho até a sua liberdade, e para tentar minimamente fazer alguma previsibilidade de seu futuro e da relação com ele. Porém, tal crença também não se concretizou frente a falta de acesso à assistência jurídica. O sistema carcerário retira das mulheres a sua autonomia de organização diante da previsibilidade de futuro, com prejuízos diretos para as suas trajetórias de vida.

Quando a diretora da unidade avisou que eu tinha que entregar o João, pelas minhas contas, eu já estava próxima de montar o pedido para o regime semiaberto, então era uma questão de dois ou três meses e eu implorei para ela que me permitisse ficar ali. Não tinha o porquê me separar dele se o meu semiaberto estava quase montado. Não tinha razão para ela não me manter ali. Mas ela não permitiu, e o João foi embora. (Vitória)

Janaina também referiu um sentimento de desamparo e desorganização ao ter que se despedir e passar os cuidados da filha, Yara, para os familiares. A experiência de

separação entre mães e seus filhos, nesse contexto, é descrita como uma das mais violentas mutilações perpetradas no contexto da prisão, vivenciada como uma dupla penalização e uma perda que nunca poderá ser superada (Santa Rita, 2006b).

[...] parecia que o meu mundo tinha acabado. Quando eu andava aquele corredor, com a Yara no colo, enquanto puxava o saco de coisas dela para entregar para minha família... Nossa, foi o fim para mim. Foi uma sensação indescritível, que eu não sei explicar. Só sabe quem sente. (Janaina)

Contudo, Janaina trouxe a amenização desse sofrimento em sua segunda experiência de separação, com a outra filha, Mariane, em decorrência da rede de suporte fornecida pelo companheiro e pai da criança, e por saber que ele estaria cuidando e garantindo as necessidades dos filhos, bem como as suas. Citou brevemente a possibilidade de ter programado esse processo de separação da segunda bebê, o que pode ter lhe facilitado essa ‘despedida’. Nesse contexto, o apoio do companheiro mostrou-se fundamental diante de tantas perdas, incertezas e inseguranças vivenciadas. Ademais quanto menos autonomia a mulher pode exercer na preparação desse processo de separação da criança, mais danosa torna-se a já trágica experiência de despedida do filho (Torquato, 2014).

[...] minha separação da Mariane foi muito melhor do que da Yara. [...] com a Mariane, foi mais tranquilo, foi mais ‘light’, porque eu tinha alguém do meu lado, eu tinha alguém que eu sabia que estava ali, me dando um suporte. O meu marido. Embora ele não me visitasse, eu sabia que ele estava ali. Eu sabia, porque chegavam minhas coisinhas. Eu escrevia para ele, e ele mandava minhas coisas e as coisinhas da bebê, toda semana. Então eu sabia que estava tranquila. E também fui eu que pensei a data da entrega dela para a minha família. Mesmo assim, entregar minha segunda filha foi triste. (Janaina)

A colaboradora resgatou a possibilidade da exploração afetiva e sensorial da filha com o mundo fora da prisão. Com novos cheiros, sons, sabores, ritmos, experimentações, rostos, afetos e lugares, que a vida na prisão teimava em limitar. Através da narrativa, ela resgatou uma memória possivelmente construída pelos sentidos e vivências de seus familiares, contando, como se ela própria tivesse participado das cenas. Para Gomes (2010), pensar no bem e ganhos da criança com a saída da prisão, acaba amenizando as dores disparadas pelo processo de separação.

Quando eu entreguei ela para eles foi muito difícil, porque eu ia ficar sem ela. Mas ao mesmo tempo, me senti feliz, aliviada, porque eu sabia que ela era esperta e precisava conhecer o mundo. E realmente foi o que aconteceu, ela não estranhou ninguém. O metrô... ela amou o metrô! Já chupou um pirulito, agarrou nos cabelos da minha irmã, nos óculos dela, foi no colo do meu cunhado e comeu uva. E foi muito feliz. Ela é muito feliz! Minha filha é muito feliz! Então, no final, eu me senti aliviada, porque eu sabia que ela estava com as melhores pessoas para ela estar naquele momento. Era bom saber que minha filha estava bem, estava tranquila, comendo cada dia uma coisa diferente e sentindo o amor da família inteira. Todo mundo estava querendo... todo mundo estava feliz por ela. E ela também estava feliz, estava saindo, conhecendo o mundo, chupando sorvete... Por isso, foi muito bom para mim. (Janaina)

Vitória trouxe outras perspectivas vividas, por ela própria, pelo filho João, e também por sua mãe em seu processo de separação. Contou outras passagens, dificuldades e necessidades de superação geradas a partir de seu particular cotidiano da maternidade no cárcere, que esteve atravessado pelo processo de separação, e seguiu sendo vivenciado em suas consequências e perdas, por todos os envolvidos.

Logo que eu entreguei ele [João], eu fiquei muito mal, muito mal. Meu filho só mamava no meu peito. Quando ele chegou em casa, minha mãe teve que dar o leite na colherinha para ele, porque ele não aceitava mamadeira com bico nenhum, só mamava no meu peito. E eu, por minha vez, lá do outro lado, fiquei com o peito imenso e aquilo tudo doía, aquilo tudo... chegou a ficar preta a pele do meu seio, porque não tinha medicação, não tinha nada, e aquilo foi inchando... Nossa, eu sofri demais! Tive febres de quarenta graus, de madrugada. (Vitória)

A colaboradora pontuou a vivência de impotência e distanciamento das experiências cotidianas do filho.

E também, nos problemas, nas dificuldades, eu não podia ajudar em nada, eu não tinha... estava de mãos e pés atados, não existia o que eu pudesse fazer por ele naquele momento. (Vitória)

Vitória narrou as suas dificuldades em se reorganizar após a ida de João e a sua sensação de ‘enlouquecimento’ disparada pela situação. Até que passou a se utilizar da estratégia de fingir que os filhos não existiam, como forma de sobrevivência.

Aí eu comecei a ficar bitolada, sabe? De olhar tudo que eu podia.... Naquela época a pessoa na visita levava as coisas e quando iam crianças ficava uma fralda, ou alguma outra coisa e... aquilo tudo eu ia juntando na minha cama, fralda, chupeta, shampoo, condicionador de criança. E eu fui ficando louca, de verdade.

Por isso eu tive que arrumar um jeito de tirar... e a única maneira que eu achei foi essa, de.... Minha mãe tinha mandado fotos e outras coisas deles. Mas eu me desfiz de tudo que tinha deles comigo e fiz de conta que não existia mais ninguém. [...] E eu criei esse mundinho paralelo para mim, onde só existia eu. (Vitória)

Janaina descreveu o suporte das amizades realizadas na prisão, como uma de suas importantes estratégias de sobrevivência, após a separação da filha Mariane.

Depois de entregar de me separar da Mariane. quando voltei para a PFS, reencontrei muita gente. [...] Então elas conversavam muito comigo, me davam conselho. [...] porque eu não tinha visitas. Eu fui morar com uma dessas minhas amigas, e que também teve sua bebê comigo. Então a gente conversava e lembrava das nossas filhas. Ria das coisas boas e chorava das coisas ruins. E assim íamos levando. (Janaina)

Ademais, contou sobre outras estratégias de enfrentamento.

Comecei a trabalhar e o trabalho ajudou muito. Chegava cansada, e por isso não pensava tanto. [...] . E também, o que ajudava era que eu escrevia e lia muito. Sou uma pessoa que escreve bastante. [...] E leio bastante. Leio a bíblia e converso muito com Deus, porque sei que Ele me ouviu. Por mais que eu estivesse sozinha, Deus estava me ouvindo [...] Assim foi mais fácil. (Janaina)

Entretanto, levantou ainda o cansaço com o cumprimento da pena, ocasiões em que apresentou maior dificuldade em tolerar a condição de aprisionamento e o cotidiano na instituição, com a vivência da perda de esperança em relação a chegada da liberdade e julgamentos autocríticos. Relatou pensamentos e desejo de morte nas situações mais intensas, e a lembrança dos familiares e filhos como suporte diante dos momentos mais difíceis.

Chegou uma época que a comida não descia mais, tudo era enjoativo. Você não queria comer, só andar no pátio[...] Eu cheguei a dar voltas um dia inteiro no pátio. [...] tentando achar uma saída, uma solução para o meu problema. [...] Chegou um momento que eu achei que ali era o fim, que eu não ia sair nunca mais, que não ia aguentar.... Parecia uma prisão perpétua. Nesses momentos, passavam mil e uma coisas na sua cabeça, até vontade de se matar. Mas aí você pensava na sua família, nos seus filhos... E esses pensamentos iam e vinham. Tinha dias que você não queria ver e nem conversar com ninguém, que tudo que você queria era a bendita liberdade. Mas tinha dias que você conseguia dar risada, se divertir com alguma coisa, assistir um programa e se sentir mais ou menos bem. Mas quando você estava sozinha, eram os piores momentos. Era você com você mesma. Você olhava para aquela cela, só parede, grade. E você começava a se dar conta de tudo que havia acontecido na sua vida, das suas escolhas, do quanto você tinha sido idiota... (Janaina)

Todavia, Vitória apresentou um outro desfecho vivido com Miguel, em que este ‘tempo da separação’ não chegou. Aos três meses de vida da criança, mãe e filho saíram do cárcere, amparados pela defensoria pública.

[...] é um direito das gestantes... quando o presídio não tem condições de oferecer um acompanhamento médico, um pré-natal, que ele coloque a presa em liberdade.
(Vitória)

Entretanto, o desfecho mais comum vivido por mulheres e crianças nesse contexto é a da separação. Uma particularidade nas histórias das colaboradoras da pesquisa, se coloca em relação a terem podido acessar a sua rede familiar para os cuidados dos filhos. Contudo, isso não é a realidade de uma parte significativa das mulheres que vivenciam a maternidade na prisão, conforme apontado pelas pesquisas (Torquato, 2014; Santa Rita, 2006b; Lopes, 2004). Tal cenário traz graves riscos para a possibilidade de retomada dos laços entre mãe-criança após a saída da mulher do cárcere (Gomes, 2010).

Mesmo quando há essa rede de suporte familiar para a mulher e criança, são disparados processos que trazem diferentes formas de prejuízos para ambas, com significativa vulnerabilidade para esses laços afetivos. Ainda que a tranquilize ter a família para dar continuidade aos cuidados dos filhos, com isso, ela tem também que abrir mão de seu papel de figura central em seus cuidados e ‘aceitar de bom grado’ que outros assumam este lugar que antes ela ocupava. Dessa forma, os novos cuidadores assumem as decisões, a autonomia e a autoridade sobre a criança, inclusive decidindo ou não por levá-la para visitar a mãe. A mulher, pode necessitar adotar uma posição de abstenção em torno dos cuidados da criança, contrariamente ao período anterior, em que as 24 horas de seu dia eram maciçamente voltadas para o exercício de uma maternidade (Braga; Angotti, 2015). Por fim, a mesma instituição que obrigava a mulher a exercer uma determinada maternidade para ‘merecer’ o lugar de mãe, é a que a destitui e gera nela a sua impossibilidade para a continuidade dos cuidados do filho, gerando intenso sofrimento para as mulheres.

5.2.2.6. Após a separação: quando a família assume o cuidado

A situação de aprisionamento das mulheres e especialmente da maternidade no cárcere, em geral, traz diversas implicações para a organização do próprio cotidiano da família.

Embora se apresente como recorrente o abandono das mulheres pelos familiares, por questões morais em torno de seu aprisionamento diferentemente da experiência de homens quando são presos (Gomes, 2010), essa não foi uma realidade vivenciada pelas colaboradoras da pesquisa, especialmente após o nascimento dos filhos na prisão. Apesar de se apresentarem com os laços familiares mais fragilizados ao serem presas, e descreverem pouco contato com suas famílias ao longo do cumprimento da pena, a continuidade dos cuidados de seus bebês pareceu possibilitar uma maior aproximação com essa rede de suporte, conforme também apontado em outras pesquisas (Pereira, 2016; Gomes; 2010).

Na experiência de Vitória, por exemplo, sua mãe foi a figura que assumiu os cuidados de seus filhos.

[...] foi o momento mais difícil da minha vida quando tive que entregar o João para a minha mãe. Ainda que eu tinha a minha mãe para ir buscar meu filho. (Vitória)

Ao terem que assumir os cuidados dos bebês, novos papéis passam a ser demandados da família, como o vivenciado pelo marido de Janaina.

Emagreceu, ficou depressivo, voltou a beber, chorou bastante.... Não conseguia se virar sozinho, mas depois conseguiu. Nunca tinha trocado uma fralda. Ele aprendeu porque não tinha mulher. Então teve que aprender a trocar uma fralda, fazer um leite e tudo. E ele não trocava fralda, não dava banho em criança. No menino era mais fácil, agora em menina ele não gostava, não se sentia bem. Então ele colocava as meninas no banho e falava – “Filha, esfrega aqui, esfrega ali...” E elas tomavam banho de qualquer jeito, e para ele estava bom. E quando faziam cocô, ele chamava a minha irmã, podia ser a hora que fosse, quatro horas, cinco horas da manhã – “Vem trocar essa menina aqui que ela fez cocô” -sempre assim, sempre. (Janaina)

Janaina trouxe a importância de seus filhos terem tido o cuidado das tias maternas. Pôde-se observar a facilitação dessa experiência com a proximidade das moradias de Janaina e das irmãs, que forneceram suporte para o seu companheiro, especialmente em

razão da distribuição de papéis e atribuições marcadas pelas diferenças de gênero. Porém, mostrou-se a sobrecarga vivenciada pelas irmãs ao assumirem os cuidados de seus filhos.

Para as minhas irmãs, ficou muito cansativo [...] porque foram elas que assumiram mais os cuidados dos meus filhos. Mesmo depois, com o meu marido, porque ele trabalhava muito. Então, ficou muito puxado para elas. Minhas sobrinhas tinham que perder dia na escola[...] (Janaina)

A história de Janaina, principalmente, evidenciou a complexidade dos cuidados das crianças, mesmo quando a figura do companheiro se mantém presente, não tendo tido ele condições de assumir sozinho os cuidados das crianças e necessitando de figuras femininas para tal. Surgiu assim, a realidade extramuros também aprisionada aos ideais de cuidados maternos localizados nas mulheres. Outras situações foram descritas, para serem cuidadas pelas familiares, sendo elas complexas em torno do sofrimento e das repercussões geradas nas crianças, a partir do aprisionamento da mãe.

*[...] quando eu fui presa pela primeira vez, [Jeferson] ficou com uma doença chamada de Encoprese. [...] ficou uma criança muito especial, fazia cocô na roupa, batia a cabeça na parede, tinha surto. Ele precisou ir para o psicólogo, e era difícil. A situação vai desenvolvendo tudo isso na criança. Ele tinha um ano e cinco meses. [...] **Minhas irmãs foram dois anjos que resgataram ele, trouxeram ele para cá e cuidaram dele. Levaram no médico, acompanharam...** [...] **Então ele foi se sentindo mais aconchegado, foi melhorando** [...] depois que eu saí a primeira vez, ele se recuperou mais.[...] E de repente, de uma hora para outra, a mãe dele desaparece de novo. [...] Da minha casa, ele foi a pessoa que mais sofreu com toda essa situação. Porque ele acompanhou [...] e ficou sem a mãe dele todo esse tempo. Teve que se virar, porque tem que se virar, a gente não tem dinheiro. (Janaina)*

Janaina conseguiu resgatar, em seu relato, outras passagens do cotidiano em que a família tem que lidar com o sofrimento dos filhos frente à ausência da mãe que estava no cárcere.

E sentem saudades, sentem falta, e choram... E nesse intervalo [...] meu filho engoliu uma moeda. Minha irmã levou ele para o médico e precisou ficar a noite inteira com ele em observação. E ele chorava e me chamava, mas eu não estava lá. Foi dolorido para ele e para mim também... (Janaina)

Vitória também pontuou o sofrimento da filha, Milena, diante de seu aprisionamento e ausência.

E foi muito difícil para a Milena, também, principalmente há treze anos atrás. Depois que fui presa, minha mãe dizia que ela pegava as minhas roupas e arrastava pela casa toda. Quando tirava dela ela ficava desesperada. (Vitória)

Nesse sentido, muitas são as complexidades envolvidas na experiência da continuidade dos cuidados das crianças saídas do cárcere, mas também dos filhos que já estavam fora e que ficaram principalmente sob a responsabilidade das mulheres da família, fato que também gerava preocupação para elas.

Ademais, embora não tenha surgido no relato das colaboradoras dessa pesquisa, é comum ainda a preocupação das mulheres em situação de encarceramento, com a situação de pobreza de suas famílias, especialmente ao passarem os cuidados de seus filhos aos parentes (Santa Rita, 2006b). Dessa forma, com o aprisionamento da mulher, há uma mudança radical na logística financeira e na rotina no lar, sendo o mais problemático o cuidado das crianças (Pereira, 2016).

Embora Janaina tenha podido contar com o apoio de seu parceiro, em geral, as figuras masculinas e até mesmo a paterna, parecem ganhar certa invisibilidade na complexa experiência da maternidade no cárcere, assim como a pesquisa de Klein (2007) já apontava ocorrer em outros contextos. Normalmente o que se vê são as avós maternas assumindo os cuidados das crianças, em especial daquelas nascidas na prisão (Torquato, 2014; Gomes, 2010). Como aponta Pereira (2016), há um cansaço vivenciado pelas mulheres da família, na medida em que os cuidados dessas crianças habitualmente são transferidos para outra familiar do sexo feminino. Muitas vezes, as responsáveis precisam deixar os seus empregos para dar conta das novas atribuições e responsabilidades, a partir de um precário acesso a políticas públicas e a direitos sociais, que só aumentam ainda mais o seu cansaço em meio a muitas buscas de auxílio seguidos de negativas do Estado. Assim, necessitam agenciar por conta própria soluções para os impasses que vivenciam no cuidado dessas crianças, sendo a construção de redes de solidariedade nas suas próprias comunidades, com a vizinhança e amigos, uma significativa forma de enfrentamento dessa condição (Pereira, 2016)

5.2.3 A vida após o cárcere

A vida após o cárcere desvelou uma série de emblemáticas dificuldades e barreiras enfrentadas pelas colaboradoras da pesquisa, não apenas na retomada da relação e laços com os filhos, mas na relação de confiança com os familiares, nos obstáculos para garantir alguma inserção profissional, na impossibilidade de acesso a programas e serviços de suporte à reconstrução da vida após o encarceramento, no enfrentamento das práticas de preconceito e discriminação, e no desenrolar da própria pena e ‘dívidas’ com a justiça. Dessa forma, a retomada do cotidiano da maternidade foi vivido em meio a essa complexidade da vida de todos os dias.

Na análise desta fase, chegou-se a construção de duas categorias, sendo elas: 5.2.3.1. *De volta à casa: idas e vindas, reencontros e desencontros*; e 5.2.3.2. *Recomeços da vida: os dilemas e enfrentamentos na vida após o cárcere*, conforme apresentadas logo abaixo.

5.2.3.1. De volta à casa: idas e vindas, reencontros e desencontros

O processo de retorno para a casa muitas vezes não se dá abruptamente, ocorrendo variações nas experiências de cada mulher mediante a ida ou não para o regime semiaberto. Assim, este regime pode possibilitar uma retomada gradual do contato com o lar e a família e, conseqüentemente, com os filhos. No caso das colaboradoras, cada uma vivenciou uma experiência de passar pelo semiaberto, o que possibilitou idas e vindas entre a prisão e a casa, seja nas saídas autorizadas para Natal e outras festas comemorativas seja pelas oportunidades criadas pelas próprias mulheres.

Vitória, que se deslocava utilizando o transporte público para ir trabalhar durante o semiaberto, relatou ter encontrado formas para burlar as regras e conseguir passar na casa da mãe, diariamente, para ver a família.

E durante o semiaberto, eu ia ver eles durante o dia, vinte minutos de manhã e vinte minutos de tarde, mas era só. [...]sobravam uns vinte minutos desse tempo de deslocamento para eu ficar na casa dela, e depois para poder voltar, pegar o metrô [...] e entrar às 8 horas no trabalho. Porque se me atrasasse, eles me recolham do trabalho externo. Então era contado no relógio. [...] Eu não sei dizer por quanto tempo eu fiz isso, mas foi bastante. E era escondido, porque não podia fazer esse desvio. (Vitória)

No caso de Janaina, foi nas, por ela chamada ‘saidinhas’, que iniciou um contato com os filhos. Abordou os sentimentos ambíguos disparados por essa experiência.

Foram o meu marido e a minha bebê me buscar. Quando cheguei em casa, vi meus filhos. Começou a amenizar mais. Eu voltava triste, mas eu voltava feliz também, porque eu sabia que faltava pouco tempo e eu via que eles estavam bem. Meu marido, me dando aquela força, me levava até a porta e chorava junto comigo, e mandava eu parar de chorar. Porque homem é desse jeito. (Janaina)

Descreveu a sua saída no Natal, como a mais difícil de vivenciar, tendo em vista que esta é a saída de duração mais longa, tendo lhe propiciado uma maior permanência de convívio com a família e uma construção conjunta de cotidiano.

A ‘saidinha’ de Natal foi a mais difícil para mim, porque eu fiquei em casa 11 dias. Então pensa: 11 dias... eu voltei à minha rotina normal, fazia comida, cuidava da casa, limpava a casa e para voltar... nossa, foi muito difícil! Eu deixei meus três filhos dormindo e saí chorando. Parecia que estava acontecendo tudo aquilo de novo na minha vida. [...] Poxa, saí de dentro de casa e deixei meus filhos. Saí chorando e correndo para eles não me verem, porque se me vissem iam chorar. Foi difícil para mim voltar nessa última saída, porque é a maior que tem. (Janaina)

Os primeiros contatos com as crianças eram sempre difíceis porque essas, às vezes, não as reconheciam mais ou as aceitavam como suas mães, necessitando de um período de adaptação para que tal reencontro pudesse de fato acontecer.

Minha filha sim, me conhecia mais. Mas ele não, o João, não. Ele não me reconhecia. (Vitória)

A Yara, ela me conheceu, agora a Mariane não. Hoje, depois de seis meses que eu voltei da prisão, ela é um grude comigo, mas os primeiros quatro meses foram difíceis. Tudo, tudo, tudo, foi difícil. Nós duas, sozinhas dentro de casa... nossa! Ela gritava pela minha irmã. Gritava da forma dela. Ela não me queria, queria minha irmã. Hoje sim, depois de seis meses que eu fui solta... Porque, dessa última vez, fiquei um ano e seis meses presa e depois de ter entregue a Mariane, fiquei mais um ano. Foi um ano sem vê-la... Quando o meu marido me visitou na PFS, na visita administrativa, ele não levou a bebê. Ele falava, “Imagina, a minha filha está traumatizada, ela não quer vir.” No primeiro encontro... nossa, ela correu de mim. Ela não me quis. (Janaina)

Entretanto, em algumas situações o período de adaptação, como na experiência de Vitória, não é suficiente para superar a ruptura da relação mãe-filho, fazendo com que o reencontro seja dificultado diante de perdas irreparáveis.

Quando eu vim encontrar com ele de novo eu era uma completa desconhecida. Ele se escondia de mim no canto da parede. Meu filho já andava, já falava... e eu me lembro de chegar em casa e ele me olhar do canto da parede. E até hoje, a gente mora há quilômetros... estou anos luz de distância do meu filho. Nunca mais eu consegui trazer ele para dormir no meu peito, nunca mais! [...] Depois que ele foi embora, com três meses, só fomos nos ver de novo uns três anos depois. E eu não sei se naquela época eu não sabia conduzir as coisas, mas eu não aceitei a negativa dele, então... [...] Minha filha, quando eu fui presa, tinha mais ou menos dois aninhos e o João... quando fui encontrar de novo, tinha mais de três anos. Então eu tinha perdido os dois [...] (Vitória)

As dificuldades expressas por Vitória em vivenciar e suportar o estranhamento de João ao reencontrá-la apontaram para o fato de que é a mulher-mãe que fica com o ônus do resgate deste relacionamento, imposto pelo Estado. O sucesso ou o insucesso da retomada da relação com os filhos depende assim das possibilidades (ou impossibilidades) de enfrentamento das mulheres que vivenciaram um longo afastamento de seus filhos, após um convívio tão intenso com eles quando bebês no cárcere, e dos recursos pessoais para tolerar essa rejeição inicial no reencontro com a criança. São as marcas do reencontro que podem trazer consequências diretas e indiretas para o rumo dos cotidianos e das trajetórias de vida delas e de suas filhas e filhos, como no caso de Vitória. Além disso, a dor pela separação do filho nascido no cárcere, é intensificada e somada à dor da ausência e às perdas relacionadas a outros filhos, que já estavam fora do cárcere (Santa Rita, 2006b).

Quando consegui a liberdade não dei conta de segurar a barra com eles. [...] eu tinha perdido os dois e não vi motivo para reconstruir, para lutar por nada, e continuei...[...] Voltei de novo para as ruas, para a cracolândia. Voltei para a rua para usar drogas e.... morava embaixo do viaduto da rua das noivas, ali na Luz, e passei esse tempo... desde que saí até a gestação do meu outro filho, Miguel... só usando droga... morando debaixo da ponte, dormindo na calçada.... virei mendiga. (Vitória)

Na história da colaboradora, a experiência da separação pareceu ter sido tão devastadora que, não apenas a criança não a reconheceu, como ela própria referiu não ter reconhecido em João, aquele bebê a quem deu à luz e cuidou por três meses. Para ela,

isso ocorreu por conta da forma como conduziu e enfrentou as suas dificuldades com o processo de separação de João, quando optou por acreditar que os filhos não existissem como forma de amenizar o seu sofrimento.

[...] até hoje nós somos completamente estranhos. E foi assim... foi um corte tão grande na minha vida, que eu não sinto ele meu filho até hoje. Eu nem posso cobrar que ele não me sinta como sua mãe, porque eu não sinto ele meu filho. É como se ele não fizesse parte da minha vida. Talvez eu tenha criado isso, quer dizer, na verdade eu mesma criei isso quando estava dentro da prisão, de não querer foto, de não querer... porque me fazia muito mal! Eu sabia que eu não ia poder ver, não ia poder acompanhar... não vi dentinho nascer, não vi primeira palavra, não vi primeiro passo... não vi nada! Eu não vi nada! [...] Então eu fiz de conta que só existia eu, presa, e que não tinha mais ninguém do lado de fora. E até hoje eu me sinto assim. E até hoje... é engraçado, porque só existe eu, e por mais que eu queira trazer ele para perto de mim... não sei se é porque a idade dele também não permite.... Então a gente não tem ligação nenhuma, eu e o meu filho. Às vezes, eu não sinto ele como o meu filho, porque... é como se ele fosse meu irmão ou alguma coisa parecida, mas meu filho... longe disso! É como se não fosse aquele bebê... não é aquele bebê, de verdade. Quando falo disso eu choro, porque... aquele bebê... eu perdi lá atrás! (Vitória)

Já na segunda experiência de Vitória, ela pôde sair em liberdade com Miguel quando ele estava com três meses de vida, por meio da ação da defensoria pública. Essa condição lhe permitiu uma experiência diferenciada em relação a que havia vivido anteriormente.

Ainda mais depois da suspeita do HIV, da possibilidade de estar doente, e eu pensei “Deus, eu queria tanto ser mãe pelo menos uma vez na vida. Eu queria tanto amamentar meu filho e cuidar dele, do jeitinho... desde pequenininho e acompanhar tudo”, e tudo isso eu consegui fazer.[...] a presença da minha família, dos meus filhos, do meu bebê... que eu pude ver tudo... o primeiro dente, o primeiro passo, a primeira palavra... o primeiro tudo eu tive a oportunidade de viver. [...] eles queriam que eu tirasse o meu filho do peito com três meses e eu tirei com 2 anos e seis meses, e não precisei viver tudo aquilo. [...] E Deus foi tão maravilhoso que permitiu que eu viesse embora com ele nos meus braços. E eu tenho certeza que veio de Deus esse presente, porque eu pedia a madrugada inteira, enquanto o meu filho mamava, olhando nos meus olhos. (Vitória)

A volta à casa também traz para a mulher uma entrada de contato com a sua própria história na prisão que, também será a história do início da vida de seus filhos que, em algum momento, acabará sendo a eles revelada.

Esses tempos eu conversei com ele, porque sinto ele procurando nas coisas... por que que ele não tem uma foto. E até então eu estava poupando ele [...] mas ele se achava excluído por mim, por não ter uma foto de pequeno. Tem foto da irmã, tem foto do outro... dele não tem foto, por quê? E eu contei para ele. Eu falei, ele não sabia. Mas eu tive que contar. Isso foi há uns três, quatro meses... eu disse "Quando você nasceu eu estava presa, por isso não tem foto, porque não podia entrar uma câmera fotográfica." [...] Não tem nada que ele tenha de consistente para me ligar a ele também. Não existe nada que diga, que ele consiga olhar e pensar, "Não, realmente eu nasci dela." Por algum motivo não existe nada entre eu e ele, nada. Nenhuma ligação em nenhum sentido. Existe uma semelhança minha com ele, mas é só. Porque ligação ou algo que lembre ele ou que prove que ele nasceu e foi amado por mim... não tem nenhuma. Não tem. (Vitória)

E eu peço desculpas, peço perdão, não tenho medo de pedir, porque... coitados, eles foram as maiores vítimas dessa situação inteira. Porque a gente é adulta, a gente se vira, mas eles não. Eles não têm culpa. E sentem saudades, sentem falta, e choram... [...] Hoje em dia, meus dois filhos mais velhos, o Jeferson e a Yara, sabem do que me aconteceu. Mamãe estava presa..., mamãe foi presa. - "Ai mamãe, porque você foi presa?". (Janaina)

Assim, o retorno para a família e, especialmente para os filhos, acontece processualmente, entre idas e vindas, encontros e desencontros. Dessa forma, na perspectiva do convívio mãe-criança, foram descritas retomadas pontuais de contato, mas que se seguiam a novos desaparecimentos das mulheres na experiência dos filhos, sendo esta, possivelmente uma situação de difícil assimilação por parte deles. Em algumas situações, o aparecimento da mulher se dava via liberação do sistema prisional, em outras, a própria mulher era quem agenciava esses encontros, buscando estratégias para tais reencontros com os filhos. Ademais, outra complexidade que se coloca aí é o vácuo que pode ser vivido por eles em sua própria história de início de vida, em meio as dificuldades para conhecerem e integrarem esse passado da mãe, também compartilhado por eles, em sua própria história.

As experiências de Janaina e Vitória, em princípio, mostraram como fundamentais a manutenção dessa relação e convívio mulher-criança depois do fim do período de aleitamento materno concedido pelo sistema prisional, e a retomada o mais rápido possível desse cotidiano que une e permite uma relação entre mães e filhos. Contudo, isso não se mostra suficiente, em meio as sabidas perdas que o aprisionamento da mulher sempre irá gerar para a maternidade. Assim, as histórias acenam por fim, para a importância de permanência da criança junto da mãe, com a oferta de medidas alternativas de pena, conforme previsto pelas normativas (Brasil, 2015), e que possam permitir a

constância da presença materna para os filhos, e garantir o compartilhamento de um cotidiano de cuidados e afetos que produzam memórias e histórias para mulheres e crianças.

5.2.3.2. Recomeços da vida: os dilemas e enfrentamentos na vida após o cárcere

A retomada da vida fora do cárcere implicou em uma série de dilemas, dificuldades e desafios, mas também de estratégias de resistência e reinvenção por parte das colaboradoras. As histórias orais de Janaina e Vitória apresentaram uma complexidade e riqueza de passagens em torno das experiências vividas após a saída da prisão e de reflexões sobre este tema, e que não puderam ser exploradas em seu todo, tanto pela abundância de relatos quanto, principalmente, por excederem os objetivos propostos para esta pesquisa.

Desta forma, frente ao extenso material produzido nas narrativas e entendendo-se que a leitura das histórias na íntegra pode dar ao leitor uma maior possibilidade de compreensão desse cenário vivenciado por elas, para esta categoria de análise optou-se por privilegiar quatro temas principais observados de modo mais marcante, a saber: os (re)enfrentamentos da condição de vulnerabilidade presentes nas histórias de Janaina e Vitória antes do aprisionamento; as barreiras e preconceitos vivenciados na retomada da vida após o cárcere; a projetualidade e os processos de reconstrução da vida; e, por fim, as dificuldades no acesso a políticas sociais e de inclusão de pessoas egressas do sistema penitenciário,.

De uma maneira geral, as histórias orais de Janaina e Vitória apresentam proximidades acerca de um determinado tempo histórico: mulheres; uma negra e a outra parda; pobres; jovens; mães; usuárias de drogas; moradoras em regiões de baixo investimento de políticas: uma na periferia da cidade de São Paulo e a outra de uma região mais central, com significativo acesso às drogas e, por muito tempo, em situação de rua; presas por tráfico no momento histórico em que as prisões femininas, principalmente por essa infração, têm subido vertiginosamente. Uma em situação de rua, com dificuldades para administrar um processo de dependência de substâncias psicoativas, e a outra, também com dificuldades com o uso de drogas, mas, principalmente com dificuldades

para administrar a relação com o companheiro em meio à chegada do primeiro filho e às vivências de privações e agressões.

Esses contextos, desvelaram um determinado cotidiano de vulnerabilidades, impossibilidades e possibilidades para essas mulheres. Especialmente, as colocou também mais próximas de chegar às capturas dos sistemas penal e prisional (Cortina, 2015), isto é, com uma maior predisposição “à seleção das instâncias de controle formal do Estado penal” (Braga; Franklin, 2016, p.350). Contudo, essas condições de vulnerabilidades prévias, se mantiveram enquanto barreiras enfrentadas na saída e retomada da vida após o cárcere, sendo parte dos enfrentamentos de seus cotidianos, mas somadas a outros obstáculos.

Essas novas barreiras enfrentadas por elas após a saída da prisão, impuseram desafios cotidianos, em torno das marcas deixadas pelo cárcere, na vivência do medo constante de novas recapturas pelo sistema penal e na experiência de um passado que, de modo complexo, passou a atravessar e a demarcar o dia-a-dia e as relações das mulheres.

Porque lá [na prisão], a gente tem uma dificuldade que é para sair, querer estar em casa e tal.. mas quando a gente chega, a dificuldade é bem maior. Para tirar um documento é a maior burocracia... as pessoas já não te olham com aquele olho... Já dá aquele medo, aquele negócio... Para você tirar um documento você tem que pedir uma certidão no fórum e nessa certidão vai tudo! Então aparece... Começa a puxar toda a sua vida, tudo... e é horrível. Tanto que tem pessoas que quando devem alguma coisa, se forem tirar um documento, já ficam presas lá mesmo. (Janaina)

Assim, enquanto se está no sistema prisional, a espera da desejada liberdade apresenta-se como uma das principais preocupações, entretanto, para Goffman (2010), as maiores dificuldades são vivenciadas após a saída da instituição total. Tal vivência é narrada na experiência de Janaina, diante das barreiras e dos preconceitos sociais que passou a vivenciar após a saída do cárcere. Vivenciou a partir disto, a imposição de novos desafios em torno das desconfianças que o seu passado passou a despertar, tanto acerca das marcas formais que recebeu em certidão e documentos, modificando a sua condição civil, quanto em relações mais informais, em que esse passado foi compartilhado pelas pessoas que se relacionavam com ela, gerando significativas repercussões e até dificuldades para que pudesse se desvencilhar de um julgamento moral aprisionante. Este julgamento moral passa a ocupar desde as mais simples até as mais complexas passagens

de seu cotidiano, lhe retirando credibilidade e ainda colocando em questão a sua capacidade para desempenhar os seus papéis sociais.

Na experiência de Janaina, as práticas de preconceito e de discriminação seguiram aprisionando o próprio exercício da maternidade, sendo este colocado em questão e atravessado pelo ‘papel de ex-presidiária’, carregado de uma série de atributos pejorativos e desqualificadores compartilhados pelo senso-comum. Tais atributos se estenderam inclusive para uma certa desconfiança em torno do papel materno desempenhado, retomando uma certa dissociação entre a imagem social da ‘mulher criminosa’ e a imagem ideal da mãe e mulher (Braga; Franklin, 2016).

No hospital, por exemplo... se o seu filho se cortar com uma faca... se você for uma pessoa normal, tudo bem, agora se você for uma pessoa que tem uma manchinha na justiça, então é tudo mais difícil. – “Mãe, como foi isso? Como que aconteceu? Mãe, fala a verdade! Mãe, mãe, mãe...” É tudo mais difícil. [...] Aqui em casa eles são proibidos de se cortar, de se matar, de fazer qualquer coisa um com o outro, porque senão eu vou ser a responsável. [...] no fundo, é muito complicado. (Janaina)

Com as mães das outras crianças na escola, também. Se tiver alguma coisa com meus filhos... que bateu, que machucou alguma coisa... eu digo, - “Não, pode falar, tudo bem”. Aí acho que elas ficam esperando uma reação agressiva, e aí eu preciso falar - “Não gente, tudo bem, isso acontece”. Elas ficam me olhando com surpresa, sabe. E eu digo - “Gente, não é porque eu saí da cadeia que eu sou um bicho, eu não sou um bicho”. É difícil, é complicadinho. Parece que depois da prisão a gente carrega um rótulo, um rótulo de presa. (Janaina)

As dificuldades foram intensamente vivenciadas também na tentativa de retomada de inserção no mercado de trabalho, exigindo em muitas situações, que o passado fosse ocultado por elas, pois, quando não, disparavam uma série de constrangimentos e embaraços, em meio a diferentes modos de discriminação.

Eu sou diarista, mas as minhas patroas não sabem que eu sou ex-presidiária. Porque se elas souberem, elas não vão me deixar mais limpar a casa delas e aí vai ser difícil. - “Ah mas hoje está tudo diferente...” Gente, não é assim, não é dessa forma. O preconceito ainda existe! Já fui arrumar serviço, na hora de chegar lá... - “Ah, mas você é ex-presidiária?! Ah não, não dá.” Eu já fui, eu já vi isso, eu já vivi. Tem muita discriminação, muita mesmo. Então, às vezes você tem que dar uma mentida [...] E emprego é difícil, porque sou diarista e não posso falar para minha patroa quando vou no fórum, porque senão perco minhas diárias. Perco o meu serviço. (Janaina)

[...] no dia da minha entrevista, que era na área de cozinha, foi bem constrangedor. Fui na empresa e a pessoa se limitou a me perguntar do meu passado. Não queria

saber das minhas experiências na cozinha. Queria saber quantas passagens eu tinha, porque eu tinha ido, porque tinha voltado, quanto tempo tinha ficado... e foi muito humilhante para mim. Fui entrevistada na frente de mais dez pessoas e eu simplesmente não tinha como mentir. Passei por essa situação duas vezes. Fiz duas tentativas. Então decidi que não queria mais passar por aquilo e continuei com os meus doces. (Vitória)

Portanto, tal cenário coloca em questão as dificuldades reais dessa retomada da vida e a inserção no mundo do trabalho, especialmente para ocupar cargos formalizados e com registro em carteira, obrigando essas mulheres a buscar saídas alternativas para manter o próprio sustento e o da família, como o trabalho informal e doméstico, por exemplo.

Na verdade, não conseguia emprego com registro em carteira. A minha situação indefinida me prejudica muito, não só o antecedente. O antecedente já é o fim do mundo porque ninguém quer te aceitar! (Vitória)

Contudo, além das barreiras relacionadas à discriminação, ao preconceito, à consequente dificuldade de reinserção no mundo do trabalho, e à experiência de perda de credibilidade em diferentes papéis sociais desempenhados, houve um outro tipo de credibilidade que também ficou fragilizada. Isto é, a relação de confiança com os próprios familiares.

[...] quando saí, ninguém acreditava que eu quisesse realmente uma mudança. Passei tanto tempo usando droga e perdida na rua que... as pessoas não acreditavam mais em mim. (Vitória)

Surgiu, especialmente de Janaina, falas em que pareceu reproduzir o discurso de um não pertencimento social, inicialmente, como se estivesse à margem da sociedade. Contudo, tanto ela quanto Vitória, mesmo frente às dificuldades e barreiras experimentadas, passam a tecer sonhos e traçar projetos, ainda que da ordem do imaginário e, em parte desfechados por sua necessidade de valorização pelo outro e por um certo ideal de que um diploma poderia ofertar este reconhecimento social. Assim, o sonho de um futuro melhor para os filhos, pareceu motivar a construção de projetos de vida, mesmo que em conformação com o discurso hegemônico da formação universitária e da busca do diploma.

Sei que falta muita coisa ainda para eu fazer, para eu conseguir estar de novo na sociedade. Falta um estudo, um curso, alguma coisa... me graduar... Para poder dar um futuro para os meus filhos, porque também não é fácil a vida aqui fora. (Janaina)

Parei de estudar no primeiro colegial. Então gostaria muito de retomar meus estudos. Mas meu maior sonho é conseguir fazer faculdade de gastronomia. Esse é o meu maior sonho! Eu quero ter um diploma, quero que as pessoas me enxerguem de uma forma diferente, quero ser olhada com outros olhos! (Vitória)

No entanto, as narrativas em torno dos projetos do campo do imaginário, deram lugar ao que pôde se concretizar. No caso de Vitória, as perdas se faziam presentes em relação a própria imagem. O seu desejo de retomada do cuidado consigo foi também um disparador de pequenas ações no cotidiano, trazendo novos caminhos de possibilidades e esperança em relação ao futuro.

Eu não tinha mais os meus dentes, perdi todos na rua. E era constrangedor. Então, no começo, minha vida se resumiu a ficar dentro de casa cuidando do meu filho e das minhas coisas. Comecei a fazer uma faxina ou outra para fora e saía só para isso. Queria juntar dinheiro para fazer uma prótese dentária, para que eu me sentisse menos pior. Consegui pagar a prótese superior completa, porque eu não tinha dente nenhum. Depois disso as pessoas começaram a confiar mais em mim, mas só tinha mais liberdade dentro da minha própria casa. Apenas depois do primeiro ano em casa é que as coisas foram ficando mais tranquilas, porque eles viram que eu tinha um foco... fui fazendo planos, reconstruindo sonhos... coisas que tinham ficado paradas muito tempo atrás... porque passei vinte e um anos usando drogas. E nesses anos todos, não posso dizer que eu tive grandes coisas, grandes perspectivas de vida, porque eu achava o tempo todo que eu ia morrer ali e que ali era o meu fim. Não via mais saída daquele mundo. Hoje quando eu olho para mim, eu mesma não acredito! Engraçado, porque eu não via saída, mas as coisas mudaram. (Vitória)

A partir disso, para Vitória iniciou-se um processo de descoberta de projetos, sonhos e de novos sentidos e possibilidades para a vida, e que também envolvia o cuidado com o filho Miguel. Outras perspectivas puderam ser construídas entre o reconhecimento de habilidades outrora esquecidas e invisibilizadas pelas dificuldades da vida, e as pequenas e novas oportunidades neste cotidiano de reconstrução. Diante dessas novas perspectivas de vida, um caminho profissional pôde ser construído por Vitória.

Fiz um cofrinho para o Miguel. Porque no primeiro aninho de vida dele eu não tive condições de fazer nem mesmo um bolo. E eu queria muito ter feito isso, porque eu nunca tinha feito antes. Fui juntando dinheiro [...] Fiz brigadeiros e foi uma coisa louca... adoraram! Depois disso, todo mundo que ia fazer festa de aniversário começou a pedir para que eu fizesse brigadeiro. E foi assim que recomencei, fazendo

brigadeiro. [...] sempre gostei de cozinhar, mas nunca pensei em fazer alguma coisa parecida com isso. Pensava inúmeras coisas, mas não tinha dinheiro para dar início a nada. Também não tinha a confiança de ninguém que fosse dar o dinheiro na minha mão para fazer alguma coisa. Então eu fui fazendo as coisas aos poucos, conforme as minhas possibilidades. [...] me pediam para fazer os doces de uma festa, a pessoa que ia como convidado também me chamava para fazer a sua... e foi dando certo. [...] E fui desenvolvendo outras coisas, bolos, tortas, outros tipos de doces... e as coisas foram fluindo melhor do que eu imaginava. Mas a gente fica defasada com o tempo. Eu tinha vinte anos de paralisia cerebral na droga, então decidi que eu ia estudar. [...] Queria fazer curso de pães artesanais, mesmo porque era uma renda extra para mim. E o primeiro curso que fiz foi o de panificação, pelo instituto Paula Souza. Quando terminei esse, fiz o de auxiliar de cozinha. Depois, acabei conseguindo uma bolsa do Senac e fiz um curso de salgadeira. (Vitória)

Portanto, o que se observou nas histórias de Janaina e Vitória, foram os agenciamentos que elas próprias tiveram que fazer na vida após o cárcere e em meio a uma série de desencontros e falta de acesso às políticas sociais e de inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, em não conformidade inclusive com o que está preconizado em leis e normativas (Brasil, 2016, 2013, 1984). Nesse sentido, as experiências das colaboradoras estão em consonância com os resultados das pesquisas de Santa Rita (2006b) e de Guedes (2006).

Como falei, o preconceito é grande. E essa história de cotas... eles dão emprego se eles quiserem, se não quiserem, não dão! Não adianta falar que é obrigatório... Aqui mesmo, tem um serviço que se chama 'Frente de Trabalho'⁴⁰. Esse programa era da Marta Suplicy, junto com o 'Começar de Novo'⁴¹. Lá para São Paulo já acabou, mas aqui tem. É de trabalhar nas escolas, nas creches... Eu fui lá, mas me disseram que não pode ser ex-presidiária. [...] Depois que ganhei a liberdade, toda a ajuda que recebi, veio mais da minha família. Não tive nenhum lugar para buscar uma ajuda para recomeçar. Só a moça da pastoral carcerária que pediu para eu ligar para ela... mas ainda não consegui vaga para a Mariane na creche, então fico como diarista mesmo. Só arrumei vaga para ela começar na creche lá para o ano que vem. (Janaina)

Eu faço um acompanhamento pelo Cratod, que é um centro de referência em álcool, tabaco e outras drogas. É do governo. Lá eles fizeram um projeto chamado Selo

⁴⁰ “Criada, no município, em 2005, a Frente Municipal de Trabalho visa dar uma ocupação profissional e renda a trabalhadores desempregados moradores, em Ferraz de Vasconcelos. O projeto de caráter assistencial será desenvolvido pela Secretaria Municipal de Promoção e Desenvolvimento Social, porém, em parceria com associações de bairros e Organização Não-Governamental (ONG).” <<http://www.camaraFerraz.sp.gov.br/blog/2013/03/08/nova-frente-de-trabalho-atendera-400-bolsistas-e-tera-curso-de-qualificacao-profissional/>>

⁴¹ “O Começar de Novo visa à sensibilização de órgãos públicos e da sociedade civil para que forneçam postos de trabalho e cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário. O objetivo do programa é promover a cidadania e consequentemente reduzir a reincidência de crimes.” <<http://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario-e-execucao-penal/pj-comecar-de-novo>>

*Recomeço*⁴². Uma parceria do governo com algumas empresas para que dessem oportunidade de emprego para quem tivesse começando, ali na cracolândia. Só que eu acho que eles pensaram que ali só tinham usuários de droga sem passagem na polícia. Mas é muito difícil você encontrar alguém ali que não tenha sido preso, porque é a lógica do lugar, você acaba sendo pego, taxado e qualificado como traficante.... E eu vou te dizer que nem com o bendito Selo Recomeço eu consegui arrumar um emprego [...] (Vitória)

As histórias de Vitória e Janaina, demonstraram assim, situações de preconceitos e barreiras, agravadas ainda pela ineficácia de políticas que deveriam oferecer suporte e possibilidades de caminhos de reinserção social. Neste sentido, as barreiras são retomadas, mas na perspectiva de um contexto de vida com precariedades, que também dificulta o cotidiano, a retomada da vida e os cuidados de si e dos filhos:

Só que esse ano foi muito difícil aqui onde eu moro, porque aqui é muito complicado. Ferraz de Vasconcelos é um lugar difícil para saúde, difícil para escola, para ônibus... aqui é difícil para tudo! Aqui é bom, assim... porque coisas de mercado, do dia a dia... tem algumas coisas que são boas, mais barato. Aqui consegui ter minha casa própria. A creche é bem perto e boa, mas não tem vaga. Agora saúde... Quando as crianças ficam doentes eu vou para São Paulo, pego o ônibus e vou para São Paulo. Aqui é tudo desarticulado, não tem médico... O prefeito está que só rouba. É desta maneira. (Janaina)

Assim, o que se pôde perceber foram as tentativas e a concretização de projetos de reconstruções na vida, pelo agenciamento próprio das mulheres.

As coisas foram melhorando, eu abri um microempreendedor individual e sou um comércio hoje. Emito até nota fiscal! Emito nota fiscal eletrônica e tenho uma página no facebook, que eu mesma fiz. Fui convidada pelo Sebrae para fazer uma gravação de uso restrito da TV Futura, para uso interno do Sebrae, como pessoa de sucesso. Eles não sabem do meu passado. Mas se eu recebi um convite do Sebrae para fazer isso, é porque com os meus brigadeiros e os meus doces eles me enxergam uma pessoa de sucesso. E se eles me enxergam uma pessoa de sucesso é porque eu sou! De verdade!! Então eu quero muito viver esse momento, crescer profissionalmente, quero o meu diploma, quero fazer inúmeras coisas... E eu não

⁴² O Selo Recomeço faz parte do Programa Recomeço: “O Programa Recomeço é uma iniciativa do governo do Estado de São Paulo para ajudar os dependentes químicos, principalmente os usuários de crack, oferecendo tratamento e acompanhamento multiprofissional ao paciente e aos seus familiares. [...] Foram lançadas também iniciativas para apoiar o dependente químico que está em tratamento a ter acesso à capacitação e recolocação profissional. Por meio do programa Via Rápida, da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, e parcerias com organizações da sociedade, eles têm acesso a diversos tipos de treinamento. A criação do Selo Recomeço foi outra iniciativa para valorizar as empresas e organizações da sociedade. O objetivo da parceria é ajudar o dependente químico a encontrar uma vaga no mercado de trabalho. O selo vai atender o dependente que está em ou já passou por tratamento por meio do Programa Recomeço.” < <http://programarecomeco.sp.gov.br/sobre-o-programa/> >

posso ser presa agora! E hoje, graças a Deus, o meu trabalho em casa com os meus doces me sustentam. Eu tiro o meu sustento do meu trabalho e dos meus doces, em todos os sentidos, todos! (Vitória)

Tenho participado de um trabalho social na cracolândia [...] devo muito a eles que zelaram o meu sono muitas vezes. Nós cuidamos uns dos outros na rua, dividimos a mesma comida do lixo, o mesmo papelão para dormir, o mesmo cobertor, a mesma fissura, a mesma droga... e hoje eu sinto uma necessidade de crescimento porque sei que se eu atingir o sucesso eu consigo buscar mais alguns, entendeu? Apesar de que eu já fui bem longe... já fui mais longe do que eu imaginei que eu pudesse ir. (Vitória)

Foi, a partir desses agenciamentos e da busca e da produção de novos sentidos para as experiências vividas, que se tornou possível se concretizar as tentativas de construção de um outro lugar nas relações, com reconhecimento e aceitação social. Assim, mesmo em meio à reprodução do discurso social dominante, Janaina pôde mostrar a potência para as reconstruções em seu cotidiano e relações.

Depois de tudo isso, eu penso que mudou muita coisa na minha vida. Muita coisa que era ruim, ficou boa. Eu acredito que para termos vitórias a gente tem que ter algumas derrotas e lutas. Porque se a vida fosse feita só de vitórias, ela ia ser muito chata, não ia ter graça. Então, por mais que você provoque aquela derrota, você tem que passar aquilo ali para você amadurecer, ser uma pessoa mais responsável, mais centrada. Ser uma mãe melhor, uma mulher melhor, uma amiga melhor, uma irmã melhor, uma filha melhor, uma cidadã melhor... [...] Até meus vizinhos falam, -“Em vista de tudo que já aconteceu, hoje você é uma pessoa que é dez! Você deu a volta por cima!” Falam que têm orgulho de mim, e eu também tenho orgulho de mim. Sei que falta muita coisa ainda para eu fazer, para eu conseguir estar de novo na sociedade. Falta um estudo, um curso, alguma coisa... me graduar... Para poder dar um futuro para os meus filhos, porque também não é fácil a vida aqui fora. (Janaina)

Vitória trouxe ainda, as possibilidades geradas por vivenciar a experiência da maternidade com Miguel, neste processo de retomada da vida.

Mas eu consigo dizer com o meu coração tranquilo, que eu não consigo marcar no meu pensamento o negativismo daquele momento que já vivi. Porque o que eu tenho vivido tem sido maravilhoso... as minhas lutas, [...] O que pesa mais, é isso, aquilo que eu vivi passou, quer dizer... Cria-se feridas, é lógico, eu perdi um filho há treze anos atrás! Também não é justo eu querer ser... não é justo nem com ele, que hoje tem treze anos. Não é justo eu substituir ele pelo que eu tenho vivido hoje, mas infelizmente, no automático, eu consigo matar aquela dor... Ela não se apaga, quando eu lembro ela me dói, mas eu tenho tentado... tentado?! Não sei explicar... [...] E eu sei que tudo isso eu devo a experiência transformadora que tive com a maternidade, com o Miguel. Completamente! Completamente! E eu penso que tudo isso que aconteceu hoje poderia ter acontecido há treze anos atrás, quando tive o

João. E tudo isso que eu vivo hoje com o Miguel, que é essa experiência que move a minha vida, teria acontecido há treze anos atrás, se eu tivesse tido essa oportunidade. Só que foi diferente... e hoje, a oportunidade é essa. E eu tenho vivido intensamente todos os momentos da minha vida. E o que me move é a magia da maternidade, que me faz um ser humano melhor e construiu um sentido para a minha vida! Não tenho como mudar aquilo que ficou lá atrás, mas tenho como fazer diferente daqui por diante. (Vitória)

Assim, embora as experiências de maternidade no cárcere e do próprio aprisionamento de Janaina e Vitória tenham ocasionado muitas perdas e prejuízos para a retomada da vida após sua soltura, tanto na relação com os filhos e familiares como diante das dificuldades em se reinserirem socialmente, foi possível constatar a importância da produção de sentidos para as experiências e perdas vivenciadas, assim como o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento e de agenciamento da própria vida e impasses, nesse processo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A histórias construídas em torno da maternidade no cárcere, ao serem utilizadas como rota para o conhecimento sobre o tema, revelaram um recorte das trajetórias de vida de Janaina e Vitória, com singularidades acerca de suas vivências, afetos, sofrimentos, formas de negociar e de se submeter às normas da prisão, mas também de resistir e de transformar esse dia-a-dia, retomando algum poder e autonomia, mesmo em meio a uma série de violações e prescrições da vida na e a partir da prisão.

No entanto, apesar das histórias orais apresentarem particularidades nos percursos e experiências de Janaina e Vitória, ao mesmo tempo, apontam para uma realidade que é compartilhada por inúmeras mulheres. Sendo assim, ao olhar para as histórias das colaboradoras, localizando-as em um contexto histórico maior em que se observa o crescimento do encarceramento em massa, especialmente de mulheres, e não de qualquer mulher, mas das jovens, mães, sobretudo solteiras, pobres, em sua maioria negras ou pardas, com algum envolvimento com substâncias psicoativas e acusadas de tráfico de drogas, não se fazem coincidências os perfis de Janaina e Vitória. Eles se articulam ao contexto social maior e à seletividade do sistema penal brasileiro. Portanto, apresentam questões relativas às particularidades e desigualdades de gênero, de raça-cor, geração, classe, assim como, a complexidade envolvida em torno do fenômeno das drogas.

Ademais, nas mais corriqueiras e simples passagens desses cotidianos pôde-se ter acesso a algumas das ideologias, racionalidades e ideários que regiam, formatavam e condicionavam a vida das colaboradoras. A pesquisa, através e sobre esse cotidiano da maternidade no cárcere, remeteu a questões relativas à maternidade na pobreza; à vida em uma instituição total; ao controle da mulher, principalmente, das pobres e encarceradas pelo Estado; às rupturas com os ideários de ser mulher e mãe no Brasil; e as violências e violações intrínsecas a esses processos.

Por isso mesmo, se entendeu que a separação entre os macro e microprocessos vivenciados se apresentaram de forma meramente didática e pela necessidade de um exercício para identificá-los. Porém, esse processo precisou, por repetidas vezes, gerar a retomada obrigatória do exercício dialético-crítico, para a perspectiva de uma interação e conjunção complexa de condições e processos que se retroalimentavam na construção da vida cotidiana e nas trajetórias das colaboradoras.

As histórias orais construídas com Janaina e Vitória apresentaram uma riqueza dessas complexidades, que puderam ser apreendidas e exploradas apenas em partes nesta pesquisa, sendo a leitura das histórias na íntegra, um importante caminho para o leitor que tenha interesse no tema, tendo em vista que são as próprias colaboradoras a apresentar e narrar as suas experiências acerca da maternidade no cárcere. Todavia, também se optou por compor os resultados das histórias orais das colaboradoras com uma proposta didática de divisão temporal das trajetórias, para a identificação de algumas categorias e o aprofundamento analítico das mesmas.

Acerca da *gestação, parto e pós-parto no cárcere*, as experiências de gravidez geraram nas mulheres sentimentos ambíguos e sofrimento diante da gestação e nascimento que seriam vivenciados no ambiente prisional, em meio a diferentes condições de precariedade, de privações e de riscos para o bebê. Ademais, estas experiências ocorreram com precário acesso aos cuidados em saúde e sob marcantes violações de direitos, que não se restringiram ao período gestacional, mas foram estendidas ao parto, ao pós-parto e aos primeiros cuidados com o bebê recém-nascido.

Até mesmo na forma como as prisões ocorriam, o que se viu foram arbitrariedades para com a condição de gestação. As mulheres eram presas sem acesso a direito de defesa, necessitando inclusive agenciar a decisão de protelar o parto para não perder o direito de permanecer com o bebê, por se encontrarem em unidade de trânsito, sendo colocadas elas e suas crianças, em risco. Dessa forma, o que se sobressaia aos direitos das mulheres e de seus filhos, eram as normas de segurança, as lógicas punitivas e as regras burocráticas.

As experiências, em geral, demonstraram o não acesso das mulheres a exames ou tratamentos preventivos, cuidados em pré-natal ou para DST, ou mesmo o encaminhamento de seus prontuários médicos ao hospital, com graves riscos à saúde e à integridade materno-infantil. Ademais, sofreram, elas e suas crianças, diferentes formas de violações e violências durante o parto e puerpério-início da vida, sendo até, mãe-bebê, impedidos de contato após o nascimento da criança. À criança foi negado o seu direito de nascer em convivência com seus familiares, que não foram nem avisados de sua chegada ao mundo, sendo mantida em condições de precariedades e riscos no delicado início da vida.

Assim, as violações e violências sofridas pelas mulheres e crianças não ficaram restritas ao ambiente prisional ou aos profissionais que nele atuam, mas também ocorreram nos próprios serviços de saúde que prestaram atendimento às mulheres e bebês.

Foram observadas situações em que os profissionais e serviços de saúde, tanto se omitiram diante das violações e violências perpetradas pelos profissionais e lógica prisional, não realizando qualquer ação em defesa e proteção dos direitos das mulheres e de seus filhos, como também foram, eles próprios, promotores de violações e violências contra as mães e seus bebês.

Quanto à experiência de *maternidade no cárcere*, compreendida aqui como o período de permanência e cuidados da criança neste contexto, notou-se diferenças no acesso a direitos e no tratamento ofertado, a depender da unidade onde as mulheres e crianças se encontravam, com maiores dificuldades, especialmente em unidades de transição e espera para a obtenção da vaga para o aleitamento da criança. Embora problematizar esta questão não tenha sido pretensão do presente estudo, tal situação demarcou o início da experiência de maternidade.

Constatou-se que, em contraponto ao desamparo gerado pela condição de aprisionamento da mulher, diante das precariedades do ambiente e da privação de recursos afetivos-materiais, práticas de solidariedade foram desenvolvidas e compartilhadas pelas mulheres como modo de otimização, sobrevivência e resistência ao cotidiano prisional.

A vivência de permanência e cuidados do filho no contexto da prisão foi narrada como uma experiência prazerosa. Por outro lado, também como uma experiência desgastante, já que a mulher era a responsável exclusiva pela criança, em um contato intensivo e em meio a um contexto em que eram ainda despertadas tristezas e desânimo diante das durezas disparadas pela condição de encarceramento. Ademais, o dia-a-dia das mulheres nos cuidados dos filhos e de si, neste solitário contexto, exigiu o agenciamento diante das próprias necessidades e de seus bebês, com a utilização de estratégias criativas, pragmáticas e de otimização do cotidiano, com ações solidárias e compartilhadas entre as mulheres.

Contudo, o cotidiano de cuidados dos filhos foi atravessado pelas rígidas normas da prisão, exigindo para a sobrevivência e garantia de permanência com os bebês que as mulheres assumissem posturas de submissão, embora também tenham encontrado formas de resistência e reinvenção desse cotidiano, nos pequenos vãos que escapavam à formatação e lógica punitiva do cárcere. Ainda assim, observou-se a experiência de maternidade sendo utilizada pela instituição como uma forma de controlar, moldar e sancionar as mulheres, sendo elas, em diversas situações, destituídas de sua autonomia

materna. Também foi possível perceber, como a reprodução das lógicas punitivistas e da imposição de determinados modos de ser mulher e mãe, proporcionaram a destituição das colaboradoras enquanto sujeitos de direitos e incluíram suas filhas e filhos nas sanções praticadas.

O anunciado processo de separação entre a mãe e a criança permeou o imaginário e o cotidiano das mulheres com os filhos durante todo o período da gravidez até a própria separação, antecipando assim, o sofrimento da concretização da despedida. Além disso, o tempo de permanência com a criança no cárcere e o processo de separação, surgiram como disparadores de sentimentos de culpa para as mulheres, diante da equivocada concepção de que esta permanência beneficiava a mãe no enfrentamento da pena, em detrimento do bem-estar da criança. Tal concepção se apresentou atravessando a emblemática experiência de separação mãe-criança.

Enfim, com a concretização do processo de separação e o encaminhamento dos filhos para suas famílias, as mulheres desenvolveram modos singulares de lidar com a ausência das crianças e sofrimentos disparados, assim como, com a percepção acerca da sobrecarga física e emocional percebida por elas, na experiência de seus familiares.

No período denominado de *vida após o cárcere*, a retomada do contato com os filhos e familiares se apresentou entre idas e vindas, em razão do regime semiaberto vivenciado pelas duas colaboradoras. Contudo, este apresentou-se como um processo difícil, em razão dos longos períodos em que elas estiveram separadas dos filhos que, em geral, acabaram tanto se esquecendo delas quanto reconhecendo outras figuras femininas como centrais em seus cuidados, tendo resistência em aceitá-las neste retorno. Tal vivência se mostrou como causadora de sofrimento para as mulheres e com repercussões e prejuízos, nem sempre passíveis de serem revertidos para a relação entre mãe e filho.

As dificuldades na retomada da vida após a saída da prisão foram ainda agravadas pelas barreiras, discriminação e preconceitos sociais vivenciados no cotidiano de Janaina e Vitória, com constrangimentos para o exercício de diferentes papéis sociais desempenhados por elas e, também e principalmente, para a sua reinserção no mercado de trabalho. Além do mais, observou-se a precariedade de acesso às políticas sociais e às de suporte para a inclusão social de pessoas egressas no sistema prisional. Diante deste contexto, as próprias mulheres necessitaram agenciar possibilidades, oportunidades e construções de projetos de vida e de formas de garantir o futuro de seus filhos após a prisão.

De maneira geral, as duas histórias apontaram o modo como, constantemente e independente da condição de gestação ou de maternidade, ou até do início da vida do bebê, mães e crianças estiveram submetidos a diferentes formas de violações e privações expressos no tratamento ofertado, na negativa ao acesso a direitos básicos, nas práticas de humilhação e de punição perpetradas. As cenas revelaram violações marcantes naturalizadas enquanto ações institucionais cotidianas, em meio às normas prisionais, à discricionariedade e ao despotismo praticados, tanto pela instituição quanto pelos funcionários de segurança, por juízes, policiais, profissionais que faziam a escolta das mulheres... Mais intrigante ainda, se fez a observação de que elas e, conseqüentemente, os filhos, passavam por tudo isso, ainda sem ter sido sequer julgadas e condenadas.

Dessa forma, as violações e práticas violentas já se iniciavam antes mesmo do nascimento das crianças, levando as mulheres a lançar mão das mais variadas práticas de sobrevivência diante da naturalização de que elas, e por extensão seus filhos, pareciam ser desumanizados, ou seja, perdiam a qualidade de sujeitos e humanos no contexto do cárcere e no acesso a direitos, proteção e assistência. Haja vista a instável assistência à saúde; a precária disponibilização de vacinas para os recém-nascidos; o desrespeito ao direito de registro de nascimento da criança; o não acesso à defesa dos direitos da mulher; e, por fim, a impossibilidade de ter o direito de acessar direitos já previstos em lei.

Assim, o que se evidenciou, como as demais pesquisas já apontavam, foi o comprometimento ou até mesmo a ausência de acesso a direitos sociais e humanos fundamentais para uma vida digna. Estes se mostraram violados fosse na perspectiva de acesso à saúde, à assistência jurídica, e em torno das normativas, leis e tratados preconizados nacional e internacionalmente. Isto se deu, tanto em relação à particular experiência de aprisionamento-maternidade, na perspectiva das mulheres e das crianças, quanto na proposta de diminuição de processos de desigualdades e violações de gênero, conforme previsto pelas políticas públicas atuais.

Houve ainda outra reflexão realizada em relação às experiências de Janaina e Vitória, em contraponto a apontamentos levantados em alguns estudos realizados em torno do tema em questão. As conclusões de algumas pesquisas, compreenderam e defenderam a experiência da maternidade e a permanência com o filho, como facilitadora para a ‘restauração destas mulheres’, como propiciadora de maior adequação delas às regras e normas da instituição, com a diminuição de seu envolvimento em conflitos

disciplinares, ou ainda, que a vigilância do sistema carcerário sobre elas, as incentivava para um cuidado mais aplicado com os bebês.

Contudo, há que se refletir sobre o poder das pesquisas e pesquisadores para criar racionalidades que só justificam e dão maior sustentação, até científica, para as ‘*absurdidades legalizadas*’ (Lefebvre, 2009b) no contexto do ‘*dispositivo da maternidade encarcerada*’ (Braga, 2016). O que se observou, inclusive ao longo do próprio processo de produção desta dissertação, foram os riscos de captura para a reprodução de discursos idealizados e compartilhados socialmente, também por nós pesquisadoras, acerca de determinadas formas hegemônicas de ser mulher, mãe e de exercitar a maternidade.

Assim, o que se pôde concluir com esta pesquisa, vai em encontro às problematizações feitas por Braga (2016), ao se apoiar no conceito de *dispositivo disciplinar* de Foucault (1987) para descrever o que ela nomeou como o *dispositivo da maternidade encarcerada*. Pois, no processo de decantamento das cenas cotidianas vivenciadas por Janaina e Vitória, o que se observou foram racionalidades que passaram a ser empregadas às experiências de maternidade, as capturando, as deslegitimando e as aprisionando na figura da ‘mulher delinquente’, e na tentativa de dar à experiência de ‘tornar-se mãe na prisão e exercer os cuidados maternos’ sentidos relacionados à pena e à ‘restauração e normatização’ de mulheres, mesmo quando havia uma prática institucional, aparente, de defesa de direitos.

Dessa forma, compreende-se que o tema da maternidade no cárcere ainda precisa ser muito debatido em suas capturas pela prisão, não apenas em ato e na concretude do vivido dentro do cárcere, mas nas lógicas e racionalidades sociais que guiam, constroem e justificam que a maternidade seja vivenciada dentro da prisão, inclusive através das pesquisas sobre o tema. Portanto, entende-se como urgente sua pesquisa, mas a partir de uma perspectiva que possa desconstruir qualquer sentido que justifique a existência da prisão, especialmente na particular situação de maternidade e início da vida, como uma opção aceitável para mulheres e crianças, tendo em vista as violações, violências e prejuízos gerados na e a partir desta complexa experiência no contexto de encarceramento.

Para além disso, fazem-se necessárias reflexões acerca de um discurso moralizante em que se criminaliza aquelas(es) que transgridem a ordem e a norma, rompendo-se com a análise dos contextos sociais. Assim, compreendeu-se como fundamental que ‘as

transgressões' pudessem ser recolocadas para o campo das ações humanas e dos conflitos em meio a esse corpo social maior, que exclui e cria acessos e não acessos, privilegiando uns e cerceando outros, na lógica da manutenção de uma determinada ordem vigente (Foucault, 1987). Este percurso se mostrou fundamental para a problematização do tema da experiência da maternidade no cárcere, como forma de reumanizar os atos de Janaina e Vitória, e possibilitar a sua legitimação enquanto cidadãs, mulheres e mães.

Em meio à complexidade da experiência de maternidade no contexto do cárcere, muitos foram os questionamentos que se intensificaram com a finalização desta pesquisa, para a pesquisadora, especialmente diante da realidade de separação vivida por mulheres e crianças. Como enfrentar e superar o luto pelas ausências, por aquilo que não pôde ser acompanhado, compartilhado e cuidado? Como reconstruir os fios esgarçados por um tempo e cotidiano que não puderam ser construídos e vividos junto dos filhos? Como retomar o lugar de mãe quando outra cuidadora, em geral, assumiu essa posição? Como abordar e cuidar disso com os filhos? E, afinal, quais as consequências de privar a criança de tantas construções no início de sua vida? A nossa identidade também se constrói a partir da história de nosso cotidiano, compartilhado com aqueles que cuidaram de nós e que criaram narrativas sobre nós em um tempo em que ainda não podíamos produzir memórias por nós mesmos.

Apesar de todas as discussões acerca do tema, estas são questões que mulheres e crianças continuam a viver cotidianamente, sem resposta ou qualquer tipo de suporte do Estado. E, embora estas questões continuem sem resposta ou solução, compreende-se que a pesquisa com o cotidiano da maternidade no cárcere, especialmente com o uso da história oral, permitiu dar voz às mulheres e visibilidade a estas e a outras questões que permanecem invisíveis, revelando assim a realidade vivenciada por uma parcela significativa de mulheres e crianças, cotidianamente, com graves repercussões para as suas histórias de vida e as de seus familiares.

Compreendeu-se como limitação desta pesquisa, a escolha de estudar cotidianos e experiências vividas anteriormente, o que pode ter impossibilitado o surgimento de algumas situações que apareceriam mais facilmente se a experiência de maternidade no cárcere estivesse em curso. Uma outra limitação para o estudo, se deve a opção de escolha por construir as histórias orais apenas das mulheres, não se incluindo a perspectiva das vivências de seus filhos, que poderiam agregar outros aspectos para a discussão em torno do tema. Entretanto, cabe apontar que tais limitações se relacionaram aos objetivos

traçados para esta pesquisa, bem como pelo tempo disponível para a sua construção, especialmente em se tratando de um mestrado.

Neste sentido, se reafirma novamente a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, principalmente com propostas que abordem os impactos da experiência de maternidade no cárcere, não apenas para as mulheres, mas para os seus filhos, familiares e, inclusive, na perspectiva dos pais e da experiência da paternidade com estas crianças.

Finalmente, este estudo possibilitou abordar o cotidiano enquanto espaço-tempo, onde se revelaram repetições, decadências, misérias e reproduções de determinadas lógicas e discursos hegemônicos. Por outro lado, foi nele que também puderam ser percebidas as fecundidades, as riquezas e as possibilidades para reinvenções e transformações, em meio as formas de resistir e insubordinar-se ao que, *a priori*, parecia estar condicionando e aprisionando essa vida de todos os dias de mulheres e crianças no contexto do encarceramento. Em suma, concluiu-se que o cotidiano prisional se apresentou como violador e normatizador da experiência materna e de sua relação com os filhos. Como já afirmado, constatou-se que a experiência de maternidade foi utilizada como mais um modo de punição das mulheres, com prejuízos a seus filhos, por vezes, irreparáveis e que extrapolaram o espaço-tempo do cárcere. Ainda assim, pôde-se perceber que, frente a violações e sofrimentos, as mulheres construíram espaços para reinvenção e resistência a esse aprisionante cotidiano.

7. ANEXOS

7.1 “Eu nasci na Liberdade. Que ironia do destino... e fiquei presa!”⁴³

Eu nasci na Liberdade. Que ironia do destino... e fiquei presa! Tenho vinte e cinco anos, sou negra e hoje em dia moro em uma comunidade em Ferraz de Vasconcelos. Mas morava em São Miguel Paulista, na época dos fatos. Cresci lá. Até acontecer tudo isso sempre estudei, fui bem. Sempre fui esforçada. Mas para perder o juízo você não precisa mais do que cinco minutos. Às vezes, você é uma pessoa tão centrada, tão... estuda, trabalha, faz um curso, pensa. Então, de repente você faz uma amizade. Para você, aquilo é uma amizade, mas de repente quando você vê, sua amizade já está em um outro nível, e você está fazendo coisas que antes... você repugnava, odiava. Daí quando você vê, já está envolvida em tudo e você fala, “Meu Deus, estou entregue”, e quando vê, você fez. Mas coisa assim, de dois, três meses.

Eu ia fazer vinte e um anos quando fui presa. Não morava mais com a minha mãe. Já estava casada com o meu ex-marido havia uns dois anos, aproximadamente. Saí de casa para ir morar com ele, só que eu tive um bebê e não deu muito certo. Ele era usuário de drogas e eu também. Foi um casamento muito conturbado, com muitas privações, agressões, turbulências... E não deu certo. Acabou acontecendo todo o fato e as coisas viraram uma bola de neve. Sem perceber a gente acaba... quando a gente vê...

Fui presa por tráfico de drogas, em janeiro de 2010, em Guarulhos, acusada de tráfico de drogas conhecido como trinta e três de portaria, por transportar drogas para dentro da cadeia. Meu filho, Jeferson, já tinha um aninho.

Quando fui presa, não sabia, mas estava com três meses de gestação. Passei dos três até os nove meses de gestação no sistema penitenciário, na PFS de Santana⁴⁴. Depois de três semanas presa, passei mal. Fui para a enfermaria, fiz o teste de urina e descobri a gravidez. E foi difícil e complicado. Ao mesmo tempo em que eu me sentia culpada, eu queria desistir de tudo. Pensei em me matar, e pensei em muita coisa. Mas graças a Deus eu tive pessoas amigas,

⁴³ Tom vital e história oral de vida temática de Janaina.

⁴⁴ PFS é a sigla atribuída à Penitenciária Feminina Sant'Ana, no bairro de Santana, na cidade de São Paulo.

porque o fato da prisão ser um lugar ruim, não significa que só tem gente ruim. Tem muita gente legal, gente do bem, gente que, infelizmente, de um modo errado, está tentando sobreviver. E foi assim que consegui levar a gravidez.

Fui bem assistida durante a minha gestação. Tive acompanhamento médico e não tenho do que reclamar. Foi uma gestação boa, porque quando eu estou grávida fico hipertensa e com pré-eclâmpsia, se não cuidar. Mas correu tudo bem. Fiz pré-natal e fui assistida. Lá na PFS tinha dieta para mulher gestante, com pressão arterial. Uma vez por semana eu era levada ao Centro Hospitalar⁴⁵, onde fazia o acompanhamento médico, ultrassom, via tudo direitinho... como estava o peso do bebê, o tamanho...

Em um de agosto de 2010, dei entrada no Centro Hospitalar. Fui para uma consulta de rotina, mas a doutora achou que era melhor eu ficar por lá. Fiquei uns cinco dias, e no sexto dia, em seis de agosto - como minha gravidez não dá sinal de que vou ganhar - então o médico achou melhor me mandar para a Santa Casa de Misericórdia da Santa Cecília. Eu fui internada e já fiquei por lá mesmo até ter minha filha Yara, que hoje está com quatro anos. De lá retornei para o Centro Hospitalar com ela.

Lá não foi fácil. Foi difícil e torturante, porque a gente ter a filha num lugar como aquele... olhar todos os dias para o rosto do seu filho e ver que ele está naquela situação, por sua causa... Ver seu filho nascendo sem ter roupa, e você não ter uma visita no hospital, não poder receber ninguém, depender da roupa que eles te dão, e ver seu filho ali, daquela forma... é muito torturante! É ruim mesmo. E ao mesmo tempo, você fica culpada, porque seu filho não tem culpa para ter que passar o que você está passando. Mas você não quer entregá-lo e ao mesmo tempo você quer entregá-lo. É complicado.

Eu fiquei com a minha filha por dez meses, e foi bom porque ficamos juntas, eu curti ela e ela me conhecia, e foi... ela me ajudou muito em todo esse processo da minha vida que foi muito difícil. Ela era minha companhia. E a gente com o filho do nosso lado, na prisão, é ruim, tem um sentimento de culpa, mas também tem a parte que eles dão força para a gente. Ela me deu muita força, porque quando eu estava triste, ela sorria.

⁴⁵ O Centro Hospitalar é uma unidade de internação e acompanhamento ambulatorial destinada aos cuidados em saúde de pessoas presas em unidades do sistema penitenciário no estado de São Paulo.

Quando eu ganhei minha filha, meu ex-marido me abandonou. Me deixou lá, e aí eu tive que lavar roupa para as outras mulheres. Em troca da roupa, eu ganhava o shampoo, o condicionador uma roupa nova para ela, um brinquinho para colocar na orelha dela... e assim eu fui levando.

E a cada mês ela crescia mais e ficava mais engraadinha, e cada vez era mais torturante para mim. Minha família, aqui fora, me cobrava para que eu entregasse ela para eles cuidarem. Minhas irmãs e minha mãe querendo que eu a entregasse, e eu não queria.

Acho que fui egoísta, porque é um egoísmo. A criança tem que ver que tem um mundo aqui fora. E eu não quis. Eu quis, mas eu escolhi que ela ficasse comigo, do meu lado. Isso foi bom e foi ruim. Foi bom para mim, mas eu percebi que fui egoísta demais, porque não deveria ter ficado o tempo que fiquei com ela. Eu fiquei dez meses. Quando a minha filha saiu, ela não podia ver um cachorro, não podia ver um homem, não podia ver nada que já chorava desesperadamente. Ela é uma criança mais arredia até hoje, com quatro anos. Não é com todo mundo que ela vai. Para ela ser amiguinha de alguém na escola é difícil, é mais chorona. Não sei se foi isso que influenciou no jeito dela.

Em abril de 2011, quando a Yara estava com dez meses, eu a entreguei para a minha família cuidar, e retornei para onde estava antes, na PFS de Santana. Fiquei lá por mais quatro meses. Então, no mês de agosto de 2011 eu ganhei minha liberdade. Cheguei em casa e reencontrei meus dois filhos. Ela e meu menino, o Jeferson, que eu já tinha. Foi uma festa, ela não me estranhou, me reconheceu. Não vi a Yara durante os quatro meses. Minha família não levava meus filhos para me visitar, dizia que não tinha tempo. Nós ficamos afastadas, mas ela, graças a Deus, não me esqueceu. Quando eu cheguei, ela veio para o meu colo, ficou comigo mesmo sendo muito apegada com a minha irmã. Chama a minha irmã de mãe até hoje, “mãe, mãe, mãe...”. Mas hoje, ela entende que tem duas mães, eu e a minha irmã.

Depois de onze meses que eu havia saído do cárcere, já havia conhecido uma nova pessoa, refeito minha vida, me ressocializado... Já estava com novos projetos de vida, tinha engravidado. Após onze meses, no dia em que estava agendado para eu dar à luz a minha outra filha, fui no fórum pegar uma carta, uma execução, quando eu cheguei lá, fui surpreendida com voz de prisão. O juiz havia recorrido da minha sentença anterior.

Resumindo, mais um bebê na prisão... mais uma vez ter que viver a mesma situação de novo, sentindo duas vezes a mesma dor, distante de dois aqui fora, com um outro bebê lá dentro do cárcere... Foi difícil também para minha família e meu segundo esposo, que nunca deixou de estar do meu lado, do começo até o fim.

Fui ter minha outra filha, Mariane, somente depois de quatro dias que tinha sido presa. Foi uma outra situação quando ela nasceu, porque, acabei sendo presa de novo dia dez de agosto de 2012, e fui ter ela só no dia catorze. Como eu fiquei em uma delegacia aqui onde eu moro, em Ferraz de Vasconcelos, a delegada falou para mim - *"Você vai ter que escolher, se você for ter sua filha aqui, vai ter que entregar ela imediatamente. Ela não pode voltar com você para a delegacia. Então, teve ela, ficou uns dois dias no hospital, entrega. Ou você aguenta mais um pouco, espera até você ter a sua transferência para o presídio, para quando chegar lá a gente poder te incluir para a vaga de amamentação e você ir direto para o hospital"*.

E o que eu fiz, eu segurei. Nisso, passou dia dez de agosto, que foi uma sexta, passou sábado, domingo e segunda. Só que eu comecei a perder líquido e não sabia, porque em nenhuma outra gravidez minha a bolsa tinha estourado. Então eu achava normal estar fazendo tudo aquilo de xixi, e eu estava perdendo líquido, perdendo líquido.... Quando foi na segunda eu não aguentei, minha barriga já não mexia mais, eu já não comia nada e estava muito nervosa. Sentia que tinha alguma coisa de muito estranho na minha barriga. Então, eu conversei com a delegada, ela me mandou para o hospital daqui mesmo, de onde eu moro.

Chegando no hospital, a médica falou para mim - *"A qualquer momento você pode... se você quiser ter aqui, você vai ter. Mas você sabe quais são as condições, você vai ter que entregar e não vai ter como amamentar seu bebê"*. Então eu aguentei mais um dia.

Quando foi na terça-feira de manhã, já não conseguia levantar muito bem, com muita dor, e minha barriga dura. O bebê não mexia mais. Fui fazer o corpo de delito e íamos voltar. Na volta, a escolta já estava para nos buscar. Quando a escolta chegou, uma delegada, muito até que humana, falou para o policial - *"Olha, tem uma grávida aí"* - e ele falou - *"Caramba meu, essas mulheres grávidas, ficam aprontando para ir presa! Dá licença, não quero nem saber."* - e outra palavra que eu não vou repetir. E a delegada disse - *"Então, só que ela não aprontou, o que*

aconteceu foi que o promotor 'fechou a cadeia dela', recorreu da sentença e 'fechou da cadeia dela'". Nisso, ele já ficou mais maleável comigo.

Eles me colocaram na parte da frente da viatura e toda hora eles olhavam para mim, perguntando se eu estava bem. Tinha um que olhava, colocava a mão na minha barriga e falava assim - *"Olha, fica tranquila, se sua bolsa estourar eu sei fazer parto"*. E eu falava - *"Não, não, meu parto é cesariana"*. Quando a gente estava na marginal, eu tive uma ideia, esperei chegar perto da PFS para poder falar, - *"Senhor, minha bolsa estourou"*. Eles entraram em loucura. Um parou a marginal inteira, deu sinal para outra viatura passar e falou - *"Vamos rápido que a parturiente está tendo neném aqui dentro da ambulância"*. Aí a gente foi.

Quando eu cheguei na PFS, porque minha cadeia de origem é lá, o policial falou para mim - *"Olha, vamos mentir, entendeu? Fica aí sentada, e vamos esperar. Fica quietinha. Na hora que eu der o sinal, você fala que sua bolsa acabou de estourar, porque senão eles não vão querer te aceitar aqui"*. Eu ainda com muita dor, cansada, estressada de tudo o que eu estava passando. Não acreditava que estava vivendo tudo aquilo de novo na minha vida. Sofrendo tudo de novo, outra filha, tudo de novo! Tive que me manter calma e pacientemente, quando ele me piscou os olhos, eu o chamei e falei - *"Senhor, minha bolsa estourou"*, e ele - *"Não, pelo amor de Deus, a bolsa dela estourou, pelo amor de Deus."*

Nesse momento, já desceu todo mundo da cadeia. Ninguém queria me receber, todo mundo nervoso e eu também, chorando. Eu falava - *"Já que não querem me receber, então me mandem embora, porque eu não faço questão de ficar aqui"*. Tive que entrar, assinar papel, ser revistada, fazer todos os procedimentos para eu poder ir ganhar minha filha. Só depois que eu fiz tudo isso, é que fui para o hospital. Isso era mais ou menos uma hora da tarde. Quando eu consegui pegar a lista para ir para o hospital, já eram umas catorze/quinze horas.

Quando eu cheguei no hospital do Mandaqui, descobri que ali eu não poderia ficar. Parece que é muito fácil fugir desse hospital, então eles não aceitam mais. Só aceitam quando a presa chega com a cabeça do bebê para fora. Então, do Mandaqui fui levada para o Vila Penteado. Quando cheguei lá, a enfermeira me colocou numa cadeira de rodas e tirou meu sangue. Veio um médico muito legal, humano, que me tratou muito bem. Já me colocaram na mesa de cirurgia e me deram anestesia.

Na hora do meu parto, eu queria muito operar para não ter mais filhos. Então aproveitei o momento e consegui convencer o médico a me operar. Estavam ele e uma médica, que estava fazendo... sei lá, residência. Eu olhei para ele e falei - "Doutor?" - "Pode falar Janaina, você está bem?" E eu - "Estou. Sabe o que é, posso te pedir uma coisa? Você pode me operar?" E ele - "Não". E falei - "Mas você pode me ouvir?" - "Tá, me dê bons motivos para eu poder te operar." E eu falei - "É a minha terceira cesariana, é meu terceiro filho e eu já sofri demais. Eu já não aguento mais ter filhos. Essa é a segunda filha que eu estou tendo nessas condições. Fui presa há quatro dias, por uma coisa que eu já tinha pago e ainda descobri que vou ter que pagar mais, e eu não aguento mais ter filho. E outra doutor, toda vez que eu engravidar, eu vou ter a sensação de que vou ter a criança presa, então não quero mais ter filhos."

Depois de ter tido a Yara na prisão, quando eu saí, me senti descompensada. Então eu quis ter outra filha em liberdade, para superar o trauma. Era uma coisa que era de dentro de mim. Mas, de repente, no dia de eu ganhar a bebê, aconteceu isso comigo de novo?! Entende? E eu disse "eu não vou mais aguentar engravidar, porque eu vou me sentir perseguida. Então eu optei por não ter mais filhos". Mas a outra médica falou assim - "Você acha que eu vou fazer para depois você vir me processar?!" E eu respondi para ela - "Você não, filha, porque eu tenho firmeza do que eu quero, e eu não quero mais ter filhos! Nunca mais na minha vida eu quero ter filhos! Porque senão, toda vez que eu engravidar, vou ter a sensação de que vai acontecer alguma coisa de ruim na minha vida. Eu não quero mais ter filhos!"

Nesse intervalo, eu escuto - "Corta aqui, costura ali, tira ali, corta aqui" - e eu passei muito mal na mesa de cirurgia, muito mal. Minha pressão subiu muito, eu tive falta de ar, vomitei, fiquei mole. Mas no final de tudo, o médico disse "Olha, eu tenho uma coisa para te falar, cortei seu negocinho, viu?! Agora você não vai mais ter filho". E no meio de tudo aquilo que eu estava vivendo, foi uma coisa boa, porque eu não queria mais ter filhos. E foi uma forma... eu não iria conseguir se estivesse aqui fora, devido a minha idade. Fiquei muito feliz, muito feliz mesmo.

E também, do meu lado estava uma guarda, uma mulher gente boa, uma pessoa que me deu força. Falou muito de Deus e me fez refletir. A gente conversou muito, ela segurou na minha mão, e... nossa, foi bom para mim, muito bom.

Mas a Mariane ficou três dias de observação, porque ela passou um pouquinho do tempo. E também nasceu magrinha, como continua sendo até hoje. Mas graças a Deus, foi tudo bem. Foram só intercorrências, coisinhas bobas que acontecem. Estava um pouco amarelinha. Ficou no banho de luz e precisou passar umas vinte e quatro horas na UTI e depois ir para a observação normal, ficou na normal.

Mas nesses três dias foi difícil, porque quando a gente é uma pessoa que está presa - que está presa, não que é presa, porque estar presa é só um estado - é muito difícil. Minha filha estava dois andares abaixo do meu, eu dois andares acima. Só que a escolta que estava na minha porta não queria me levar para vê-la, então fiquei três dias sem ver minha filha. Ela nasceu, dei um beijo nela, nem olhei para o rosto dela e não a vi mais depois. Fiquei três dias desesperada. Médico não me dava resposta, ninguém me falava nada... Todas as mães com os seus bebês ao lado e eu sem ela, chorando e sofrendo. Estava me sentindo culpada, achando que ela estava muito mal... Com a Yara foi diferente, fiquei com ela em todos os momentos, porque ela estava bem. Não passou da hora, nem nada.

Além de tudo, meu marido aqui fora também sofrendo e chorando. Minha família... todo mundo. Eles também não podiam ver a Mariane. E eu já estava me sentindo culpada pelo meu marido, pelos meus filhos, por ela... de novo. E eu longe dela. Foi muito ruim para mim. Não via a hora de estar com ela, de pegá-la no colo, de dar um banho.

Dois policiais estavam fazendo a escolta na porta, um negro e um branco. O negro falava assim - *"Pô meu, que dó, vamos levar ela para ver a filha"* - e o branco falava - *"Está com dosinha dela, então leva ela para a sua casa. Eu não vou levar! Não é para levar! Não vai levar!"* E eu lá, tendo que ouvir tudo aquilo.

Vou falar uma coisa, foi difícil, mas eu tive um alguém do meu lado que nunca me abandonou, que foi Jesus. Em todos os momentos da minha vida, principalmente naqueles. Naquela fase, foi Deus que conformou meu coração, porque a gente já se sente culpada de tudo o que faz, e ainda... Mas Deus me consolou muito.

No terceiro dia de tarde, descobri que ia embora, e então trouxeram ela. E aí eu fiquei bem. Com sete dias ela conheceu o papazinho dela, o meu marido. Ele foi vê-la. Pegou ela no colo e choramos. E eu acho que fez toda diferença nessa segunda vez, porque eu tinha ele.

Então eu sabia que não estava totalmente abandonada. Por mais que ele não fosse me ver, eu sabia que ele estava aqui fora dando o máximo de si, cuidando das crianças, da casa, trabalhando, suprimindo nossas necessidades lá, minha e da neném, sempre. Sempre estive com a gente, graças a Deus.

Por conta disso, com a Mariane foi diferente, foi um pouco diferente, mas também teve suas semelhanças com a Yara. Quando eu cheguei no Centro Hospitalar, eu vi outra situação do que eu vi um ano, um ano e meio antes. Cheguei lá e não tinha mais o postinho de saúde que era dentro da unidade. As enfermeiras não entravam mais lá, o tempo todo, como antes. A polícia, pressionando mais, a assistente social menos compreensiva. Então era aquela coisa, ou você entregava com seis meses, ou você entregava. Por isso, quando eu cheguei lá, eu já fiquei consciente de que com seis meses eu tinha que entregar minha filha, de qualquer forma.

Sem o postinho de enfermagem dentro da unidade mudou muita coisa. Por exemplo, quando a gente queria um supositório a enfermeira mesma colocava, administrava o remedinho na criança. Às vezes, até para as mães mesmo, um remedinho de dor de cabeça, por exemplo. Então a gente tinha mais acesso, porque a enfermeira ia lá, conversava com o médico e já fazia a receita rapidinho. E no postinho tinha tudo, termômetro, aparelho de pressão.... Tinha tudo isso. Tanto que lá, tinha hora de medicação. Então era mais fácil, a qualquer hora a gente podia ir lá na enfermaria, conversar com a enfermeira e ela falava com o médico. Ou se a gente precisasse de dentista, ela ligava e marcava o dentista para nós.

Depois, mudou esse acesso. Ficou difícil. A gente tinha que ir na gaiola, chamar a polícia e pedir para a polícia chamar a enfermagem, que estava em outra unidade. A polícia às vezes não queria chamar, e não chamava. E a gente não podia brigar, porque a gente estava lá para cuidar dos nossos filhos, não para ficar brigando. Foi pior, mas pelas crianças, também.

Lá no Centro Hospitalar eles davam para a gente o leite em pó, tipo leite nam, nestrogeno... e a fralda. A roupa, passava de mãezinha para mãezinha. Então a gente tinha aquele cuidado: vamos cuidar direitinho, vamos lavar, porque daqui uns dias vai para outro bebê. A gente fez um quarto só de doação de roupa, para as mãezinhas que chegavam. Lá tinha banheiro, tinha roupa... já tinham umas coisinhas. Quando a gente está no cárcere, não tem muita coisa, e você sobrevive de doações, do que a família traz.

A minha família não tinha tempo de ficar levando jumbo⁴⁶ e as outras coisas. Eu tinha que me virar por lá mesmo. Por isso eu lavava a roupa de outras, para conseguir ter as coisas que precisava. Cuidava das roupas, deixava lá, passava no *confort*, que por sinal, a casa também dava.

Eu lavava e deixava lá para elas. Mas o resto do dia-a-dia era a gente com o nosso bebê. Alimentava, dava banho, ficava ali com ele, dormia junto. Era muito bom e aconchegante, porque, às vezes, a melhor coisa é poder estar com um pedacinho da gente ali do lado. Você pode estar no lugar que for, mas está bem. E às vezes, dava uma vontade de chorar... mas sabe, Deus é tão maravilhoso, que Ele envia anjos para nos ajudar em nosso momento de dificuldade. E os meus, foram minhas duas filhas. Eu acho que não teria aguentado, não teria conseguido passar sem elas. São os desígnios de Deus e foi bastante difícil, principalmente porque eu não tive muita visita. Meu marido trabalha muito, então ele não tinha tempo.

Mas tinha uma senhora da pastoral que ia lá, conversava e auxiliava a gente. Ligava para nossa família, via se estávamos precisando de alguma coisa, e então as coisas chegavam. Deixava envelope, selo, folha para a gente escrever. Sempre estava lá, toda semana. Tinha igreja evangélica também. Faziam culto, conversavam com a gente. Foram sempre muito amorosos. E quando a pessoa tinha advogado, sabia como estava o andamento do seu processo. Quando não tinha, não sabia. Porque quem trazia essas notícias era o pessoal da pastoral, mas depois a segurança proibiu eles de fazer isso. Eles traziam as anotações dos processos num caderninho, mas depois, a polícia não deixou mais entrar. Então, quem tinha sua família para se informar, sabia, quem não tinha, não sabia. Essa era uma parte complicada também.

A Yara nasceu no dia seis de agosto de 2010 e a Mariane nasceu no dia catorze de agosto de 2012. Logo quando elas nasceram, quando eu ia cuidar delas no dia-a-dia, eu dava o banho na banheira, dentro do quarto. Pegava água quente do chuveiro. Pegava mais ou menos uns dois litros de água quente, colocava em cima do carrinho e, do carrinho, empurrava até o quarto para não pegar peso. E no quarto, como tinha torneira, colocava um pouco de água gelada. Achava

⁴⁶ Jumbo é uma gíria utilizada no dia-a-dia do sistema prisional para se referir às sacolas com alimentos, produtos de higiene, roupas, objetos para os bebês ou qualquer outro tipo de utensílio ou produto levados pelas visitas ao familiar que está em situação de privação de liberdade. O jumbo passa por vistoria e só entra no sistema penitenciário após autorização da segurança.

tranquilo dar banho nelas lá, porque a gente, querendo ou não, aprende tudo isso na vida, a dar banho, a cuidar de criança...

As duas mamaram bem no meu seio. Mas lá, era a nutricionista que via quando mudar a alimentação da criança. Lá tinha tempo para tudo. Não me recordo muito bem se a primeira frutinha comecei a dar com três meses e quinze dias, mas eu acho que foi isso. E ia mudando conforme a idade, cada vez ia colocando alguma coisa nova na alimentação da criança e aumentando as vezes que ela comia, até completar o sexto mês. Nessa idade, passava para a papa grande, no papão. A papa grande, era maior porque conforme a criança crescia, ela sentia mais fome. E vinham, um papão e um suco. Eu achava tranquilo, a comida era bem gostosa, do tipo que até a gente come quando está doente, como por exemplo uma sopinha de lentilha, ou algo assim.

Eu me lembro de um dia em que passei uma situação complicada com a Mariane. Ela estava com uma febre, mas uma febre... Eu ia, chamava a enfermeira, dava um remedinho, amenizava, mas não passava. Ela passou o dia assim, e no outro dia, continuou. A enfermeira me acalmava dizendo que ia dar tudo certo.

No dia seguinte, ela voltou a ficar com muita febre. Eu fiquei desesperada, comecei a chorar e a pedir ajuda para todo mundo, até para a polícia. Tinha uma polícia bem 'gente fina' lá, tentou me acalmar e chamou a médica para mim, na grade. Porque nós não tínhamos acesso. A médica veio e quando viu a temperatura, disse - "Não mãezinha, você arruma a roupinha dela que ela vai sair para o médico da rua". Mesmo tendo médico lá, acho que algumas especialidades só tinham no hospital da rua.

Minha filha foi por volta de umas dez horas da manhã, mais ou menos. E só voltou entre dez e meia e meia-noite. Eu já estava desesperada. Foi muito ruim, porque a sensação de você saber que o seu filho não está bem e você não poder estar do lado dele é uma sensação horrível, indescritível. Dá uma impotência... um negócio estranho que a gente sente. Uma angústia, um medo de acontecer alguma coisa com aquela criança... porque você... eu que ia ser culpada pelo resto da minha vida, porque eu que tinha colocado a minha filha naquela situação. E minha filha doente, e eu não podia levar ela no médico.

Quando a gente está na rua é outra coisa, a gente pega um ônibus, se tiver um carro, vai de carro, leva a criança. Está presente em todos os momentos. Quando precisa furar a veia, a mãe está vendo. Para dar uma medicação ou se for para ficar internada, a mãe está ali do lado. Mas naquela situação... eu fiquei impotente, sem saber notícias, sem nada.

Quando a enfermeira chegou, simplesmente olhou para minha cara e falou - "*Mãe, está aqui sua bebê.*" Não me falou se ela tinha A, B, C, ou D. Eu fui saber depois de uns cinco dias que a minha filha estava com estomatite. Quer dizer, me deram um antibiótico fortíssimo para eu dar para ela, que não tinha nem cinco meses. Não tinha nem cinco meses! E como que eu ia saber o que a menina tinha?! Porque lá é assim, tem a semana do pediatra. O dia do meu pediatra era terça-feira, passou terça-feira, mediu, pesou, olhou garganta, olhou tudo, acabou! Por isso, passei dias sem ter notícias. Fiquei desesperada porque sabia que ela estava com um quadro infeccioso, mas não sabia onde, o que era, e se era grave. Eu perguntava para as enfermeiras e elas falavam que não sabiam. E eu pensava que para estar tomando um antibiótico tão forte só podia ser grave. Mesmo assim tive que esperar cinco dias para saber o que a minha filha tinha.

Acho que a diferença de ter um filho aqui fora, em liberdade, e o outro lá dentro, é que aqui fora você sempre tem pessoas para te ajudar. A criança engasga, você tem alguém para te ajudar, ou a criança fica doente, você mesma pega e leva para o hospital. Lá dentro, não. Tem que esperar a boa vontade da polícia, esperar a hora que você vai ser atendido. E se você reclamar, reivindicar, te prejudica no teu processo. E seu filho sai com eles, pessoas que você não conhece. Você não sabe quem são, você não confia em ninguém. Você não pode ir junto, então fica ali, esperando, pensando se alguém pode ter sequestrado, se alguém pode ter roubado seu filho. Porque é um mundo em que a gente não conhece ninguém. Foi muito diferente da experiência de ter um filho na rua. Mas foi uma experiência bem válida porque me deu mais firmeza. É claro que eu nunca mais quero passar por isso, nunca mais.

Hoje fiquei muito feliz. Estou tirando a fralda da Mariane e ela me pediu para ir no banheiro. Pela primeira vez, eu que estou tirando a fralda de um dos meus filhos. Muitas coisas deles eu não consegui acompanhar. Meu filho, eu não vi ele começar a falar. Andar eu vi, falar não. A Yara, eu vi bater palminha, andar e falar, mas não vi a fase dela engatinhar. Dela, eu

perdi muito pouco na verdade, porque fiquei quatro meses, sem vê-la. Da Mariane, já perdi mais. Eu perdi a fase dela de andar, porque ela foi uma criança muito rápida. Já com cinco meses a vida dela era só ficar de pé no colo, não queria saber de mais nada. Comia de tudo. O que desse para ela, ela comia. Lá no centro hospitalar davam para a gente uns suquinhos, uns bolinhos. A gente ficava com dó de ver a criança olhando... Eu dava coxa de frango para ela, ela adorava.

Ela foi uma criança muito esperta. Eu não pude ver, mas quando ela já estava em casa, com uns sete meses, meu irmão colocou ela no andador. Ficou no andador dos sete aos oito meses e com nove meses, ela desceu da cama e andou. Com nove meses de vida! Todo mundo via um toquinho bem pequenininho na viela, descendo correndo. Muito esperta, muito esperta. Uma criança que nunca ficou doente. Tirando essa vez da estomatite, eu nunca tive esse tipo de problema com ela.

A Yara sim, a Yara sempre foi mais doentinha. Porque, como a Yara ficou até muito grande, o que aconteceu, ela se acostumou com aquele leite que eles davam no Centro Hospitalar, que é Nan, Nestogeno... E quando deixou de tomar esse leite para tomar um leite de bar, bagunçou seu intestino. A criança fica com o intestino todo bagunçado. Ela vomitava e passava mal. Tinha que ter muita paciência com ela, nesse sentido. Teve que dar leite de soja para ela, porque tinha que achar alguma coisa que se encaixasse, que não fosse tão gorduroso como são esses leites.

Mas não acho que estar presa tenha influenciado no desenvolvimento das minhas filhas. Até porque, quando eles são pequenininhos eles mamam no seio, mamam na gente e a alimentação da gente não era ruim. Então quer dizer, não mudou nada. Tanto porque lá na PFS, onde eu estava durante a gravidez, podia entrar danone para mim, bolacha, miojo... Não é vitamina, mas é algo diferente, acho que dá para você se sustentar, não ficar naquela comida enjoativa.

O desenvolvimento da Yara foi diferente, mas porque ela é a criança mais preguiçosa da minha vida. Ela deu um pouquinho mais de trabalho. Demorou para ela sentar, era muito preguiçosa. Já o Jeferson, muito esperto, com um ano ele já estava andando. Só que o menino e a menina são totalmente diferentes um do outro. E também cada um é um, cada crescimento

de um filho é diferente e único. Porque tem vezes que um faz algumas coisas que os outros não fazem.

Para elas brincarem no presídio, a gente fazia uns brinquedinhos. Tinha uma seringa da agulha, com uma tampa azul. Nessa tampa tinha um buraco e dava para você fazer um colar com ela. A lata de leite você colocava... como que era... a gente colocava alguma coisa... ah tá, carocinho de laranja! E fazia o chocalhinho para eles brincarem. Dava para fazer uns brinquedinhos até que legais. É que não me lembro mais, mas dava para fazer umas coisas legais. E alguns brinquedinhos a segurança deixava entrar. A Mariane teve brinquedinho, porque o pai dela mandou. A Yara, não muito. Quando a Yara saiu, para ela foi tudo novidade. A motoca, um brinquedo diferente, grande, uma bola... Mas para a Mariane, até que não muito. Eu não sei porque, mas acho que a Yara já saiu muito madura, com dez meses, muito madura. Mas a Mariane não. A Yara já saiu mais acuada, a Mariane já saiu aberta.

Quando eu tive o Jeferson, na rua, tinha um monte de gente para ajudar a cuidar, mas com a Yara, por dez meses e depois com a Mariane, por seis, eu fui a mãe de período integral. Era cansativo, porque bebê é muito cansativo, tem hora certa para tudo. Mas como a gente tinha o dia inteiro para cuidar deles, era gostoso. Era muito bom! Porque a gente se descobria como mãe, tinha experiência. E tinha que ser só a gente pela gente mesmo. Na hora de dormir, de madrugada, tinha que ter atenção com a criança, porque às vezes, podia engasgar, podia cair. Então foi tudo dobrado, cuidado dobrado, atenção dobrada... foi tudo em dobro. O estresse também, às vezes, era em dobro.

Quando a gente está em casa, tem o pai ou tem alguém... você dorme um pouco e aí a pessoa olha. Você consegue tomar um banho, a pessoa olha. Você consegue fazer alguma coisa dentro de casa... Mas lá, não. Lá era a gente para cuidar da criança, das roupas, de tudo. Mas para mim foi tranquilo. No quarto, tinha a latrina, e então dava para usar o banheiro, se desse vontade. E, como o berço era de rodinha, você ficava balançando enquanto usava o banheiro.

O berço de rodinha ia para o banheiro, também. Você levava a criança que já estava um pouco maior, dava banho nela e deixava o berço lá. Era um banheiro coletivo, que ficava no corredor. Nele cabiam dois berços, e ia um monte de mãezinha lá para tomar banho. Isso porque era mais fácil dar banho na criança, no chuveiro. Depois que você tomava seu banho, pegava a

criança, tirava a roupa dela, dava o banho nela com a toalha forrada no berço. Enrolava ela, desligava seu banho, se enrolava na toalha e saía empurrando o berço, com aquele monte de criança. Duas a três crianças no mesmo berço. E tinha que se virar.

Chegava no quarto de toalha e trocava primeiro a criança. Dava o peito, e colocava ela deitadinha um pouco, enquanto se trocava. Dava a papinha da bebê e só depois jantava. Era um ritmo puxado, mas a gente era muito unida. E conforme a gente pegava amizade, afinidade, uma mãe com a outra, a gente se ajudava. Eu sempre tive pessoas que me ajudavam e pessoas que eu ajudava também. Por exemplo, uma ia limpar o quarto enquanto eu ficava com as duas crianças. Depois, ela pegava as duas crianças, e eu ia limpar meu quarto, fazer minhas coisas. Sempre tinha que ter alguém no auxílio de alguém... - *"Olha, troca aqui para mim, porque está 'embaçado'"* - e trocava. Sempre era assim, sempre.

Dessa minha segunda vez, tinha minha amiga, Alessandra. Ela olhava, cuidava das crianças e eu lavava todas as roupas. Em outras vezes, eu ficava com as duas crianças e ela ia lavar todas as roupas. E era assim, porque senão a gente não dava conta. Com algumas pessoas dava para ter essa ajuda e era bom, porque às vezes, a gente precisava descansar. E tinha que ter essa ajuda, essa coisa toda.

E nesse convívio com as outras mães, eu tive algumas amigas próximas. Outras pessoas, não muito. Mas todo mundo se respeitava. Todo mundo estava ali, não para brigar ou ser inimiga, mas para cuidar dos bebês. Todo mundo respeitava seus espaços, graças a Deus. Caso desse para ajudar, a gente ajudava. Se chegasse uma mãezinha que não tinha nada, a gente saía batendo de porta em porta. Pedia um sabonete, pedia uma roupa, uma toalha, uma fralda, um leite... e assim ia. Porque, logo de primeiro, quando uma mãezinha chegava com a criança, a gente ajudava e perguntava para a companheira, - *"Você tem alguma coisa para o seu bebê?"* - *"Ah, eu não tenho."* - *"Não? Então beleza, espera aí."* Então a gente recolhia e doava. Logo de primeira, tinha que ter aquela recepção. A gente estava na mesma situação, então se alguém precisasse de uma fralda, ou alguma outra coisa... claro!

Quando uma criança ia embora, também. A gente doava leite, fralda, roupa... porque tinha que ter esse espírito de solidariedade. E até mesmo para a gente, se precisasse de algo, como um absorvente, alguma coisa para higiene, por exemplo. *"Me empresta uma pasta de dente?"*

Quando estiver dando, eu te devolvo.” Porque eles davam um ‘kit’ de pasta e escova de dentes, mas às vezes demoravam para mandar, logo quando a pessoa chegava. E nesse tempo de espera ela ficava sem nada. Porque você vinha sem nada do seu presídio de origem, eles não deixavam entrar nada. Muitas vezes, suas coisas que tinham ficado no presídio, dificilmente você ia encontrar quando voltasse. Porque a gente deixava com alguém lá, mas de repente, aquela pessoa ia embora e dava todas as coisas dela para os outros. Esquece. Daí se perdiam as suas coisas.

Passar tudo isso me marcou bastante. É diferente de tudo que a gente vive. Na sua casa, você está na sua casa. Você põe uma roupa à vontade, você fica vestida sossegada, e na prisão, não. Você tem que estar de uniforme, uma roupa quente... E tem hora para dormir, tem hora para desligar a televisão, tem hora para tudo, na verdade. A segurança, até que sempre tratou bem os nossos filhos, e às vezes trazia um pirulitinho, escondido. Mas muitos da segurança pediam nossos filhos - *“Dá para mim? Ai que lindo!”* Tinha uma guarda lá, que pedia minha Yara. Ela falava, *“Não dorme não, senão quando eu for fazer a contagem eu levo a sua filha para mim! Ela é muito linda!”* Mas até que sempre fomos bem tratadas, graças a Deus.

Agora, se os agentes de segurança falassem com a gente, tinha que responder com educação, e eu sempre fiquei na minha, porque tem coisas que não adianta... É aquele tipo de coisa, manda quem pode, obedece quem tem juízo. E eu queria ir embora, eu queria sair daquele lugar. Então, o que tive que fazer? Tive que engolir! Tinha que engolir sapo, tinha que engolir algumas coisas e olhar para a frente. Pensar que amanhã iria ser melhor. Agora, se você se entregasse, começasse a fazer burrada, aí não dava certo.

Mas depois que eu tive minha filha, Mariane, passei um período muito mal. Eu fiquei muito ‘depressiva’. Eu não aceitava aquela situação de novo. Eu olhava aquelas paredes e vivia tudo de novo. Eu chamava minha filha Mariane, de Yara. Eu ouvia alguém gritando *“-Papinha...”* tudo de novo... eu ia buscar o leite... tudo de novo... as mesmas coisas, só não as mesmas pessoas. Mas o mesmo lugar, a mesma situação. E situações piores, porque não tinha mais o postinho de enfermagem. Sem o postinho era difícil. E foi complicado para mim, muito complicado. Acabei me descuidando, bem mais do que da primeira vez. Acho que foi mais difícil.

Por dentro a gente se cuidava, ia no ginecologista, ia no dentista, fazia Papanicolau, fazia exames e tudo. Tinham dias em que eu tinha vontade de me cuidar. Tinha tempo e vontade. Mas eu não ligava muito para isso, porque estava mais 'depressiva'. Eu queria ir embora. Não aceitava aquela situação e chorava bastante. Minha filha me via chorando e ela percebia, não tinha como. Eles percebem quando a gente está triste e quando a gente está feliz. Eu me sentia culpada, queria estar com meus filhos aqui fora, com o meu marido. Foi muito difícil. E aí, mais um Natal, mais um ano novo...

Mas foi tudo... eu acredito que tudo acontece porque tem que acontecer na vida da gente. Muitas vezes, faltava energia para brincar com a Mariane, faltei muito nesta parte. Faltou ânimo, e em momentos em que eu estava chorando, ela estava rindo. Então tinha que aproveitar daquele momento que ela estava rindo, parar de chorar e brincar com ela. Faltou esse ânimo, faltou bastante. Essa falta de energia, na verdade, era falta de estar com eles, com meus outros filhos e marido.

Hoje eu me sinto bem. A vida é muito corrida, mas de noite é nosso horário de brincar, porque meu marido não está em casa. E aí, como ele não vem, a atenção é toda para eles. De tarde também, conforme eu vou fazendo minhas coisas, a gente vai conversando, e... nossa, melhorou muito, melhorou cem por cento. Porque é a família que faz falta, o dia-a-dia com a família, com os filhos. Então estou cem por cento, graças a Deus.

E eu também me sentia egoísta com a Mariane, porque os irmãos dela aqui, loucos de saudades. Saudades não, querendo conhecer ela. Mas não podiam, porque ela estava lá, comigo. E aí eu falava - "Meu Deus, será que eu estou segurando minha filha para o tempo passar mais rápido?" E eu me sentia egoísta por um instante. Depois eu escrevia carta para o meu marido, ele respondia para mim e falava - "Não, você não é egoísta, você tem que curtir ela, porque quando ela for embora eu não vou levar, eu não vou poder levar." - e então eu me acalmava mais.

Apesar de tudo isso, minha separação da Mariane foi muito melhor do que da Yara. Com a Yara, parecia que o meu mundo tinha acabado. Quando eu andava aquele corredor, com a Yara no colo, enquanto puxava o saco de coisas dela para entregar para minha família... Nossa, foi o fim para mim. Foi uma sensação indescritível, que eu não sei explicar. Só sabe quem sente.

Agora com a Mariane, foi mais tranquilo, foi mais 'light', porque eu tinha alguém do meu lado, eu tinha alguém que eu sabia que estava ali, me dando um suporte. O meu marido. Embora ele não me visitasse, eu sabia que ele estava ali. Eu sabia, porque chegavam minhas coisinhas. Eu escrevia para ele, e ele mandava minhas coisas e as coisinhas da bebê, toda semana. Então eu sabia que estava tranquila. E também fui eu que pensei a data da entrega dela para a minha família.

Mesmo assim, entregar minha segunda filha foi triste. Quando eu entreguei ela para eles foi muito difícil, porque eu ia ficar sem ela. Mas ao mesmo tempo, me senti feliz, aliviada, porque eu sabia que ela era esperta e precisava conhecer o mundo. E realmente foi o que aconteceu, ela não estranhou ninguém. O metrô... ela amou o metrô! Já chupou um pirulito, agarrou nos cabelos da minha irmã, nos óculos dela, foi no colo do meu cunhado e comeu uva. E foi muito feliz. Ela é muito feliz! Minha filha é muito feliz!

Então, no final, eu me senti aliviada, porque eu sabia que ela estava com as melhores pessoas para ela estar naquele momento. Era bom saber que minha filha estava bem, estava tranquila, comendo cada dia uma coisa diferente e sentindo o amor da família inteira. Todo mundo estava querendo... todo mundo estava feliz por ela. E ela também estava feliz, estava saindo, conhecendo o mundo, chupando sorvete... Por isso, foi muito bom para mim.

E para ela também foi bom, foi maravilhoso. Ela saiu no tempo certo. Não estranha ninguém, não estranha bicho... ela é uma criança normal. Aí eu percebo que quando você entrega no momento certo, você acha que talvez tivesse que entregar até um pouco antes, para a criança viver. Porque depois dos seis meses a criança já sabe, e aí é perigoso ela identificar aquilo, o presídio, como o lar dela, e na verdade aquilo não é o lar da criança.

Na época em que eu fiquei lá, de 2010 para 2011, tinham bebês de dois anos de idade. As crianças identificavam a prisão como o lar delas. Imagina como foi para eles saírem dali e verem o mundo lá fora, verem um cachorro, um bicho... Por causa do egoísmo da mãe. Porque a mãe não queria ficar sozinha. Porque queria ir com a criança. Isso foi egoísmo.

Depois de entregar de me separar da Mariane. quando voltei para a PFS, reencontrei muita gente. Eu tinha minhas amigas de 2010 que ainda estavam lá. Então elas conversavam muito comigo, me davam conselho. Nós conversávamos bastante, ficávamos muito juntas,

principalmente de sábado e domingo, porque eu não tinha visitas. Eu fui morar com uma dessas minhas amigas, e que também teve sua bebê comigo. Então a gente conversava e lembrava das nossas filhas. Ria das coisas boas e chorava das coisas ruins. E assim íamos levando.

Comecei a trabalhar e o trabalho ajudou muito. Chegava cansada, e por isso não pensava tanto. Só fiquei sem trabalhar depois de ter as bebês. Não podia porque era um tempo reservado só para elas. Mas era difícil porque a gente precisava de alguma coisa que a nossa família não tinha condição de dar e que a casa não dava e... era aí que entrava lavar roupa. Lavava roupa para conseguir o que faltava. Mas conseguia do modo certo, porque não adianta você querer recomeçar, e fazer tudo errado. Não adianta.

Mas depois, o trabalho ajudou a não ficar pensando muito. E também, o que ajudava era que eu escrevia e lia muito. Sou uma pessoa que escreve bastante. Não aqui. Nessas circunstâncias de correria com os filhos, nem tanto. Mas ainda escrevo. Escrevo algumas coisas no computador. E leio bastante. Leio a bíblia e converso muito com Deus, porque sei que Ele me ouviu. Por mais que eu estivesse sozinha, Deus estava me ouvindo, e eu conversava muito com Ele. Assim foi mais fácil.

Antes de entregar minhas filhas, meu medo era delas não me reconhecerem depois. A Yara, ela me conheceu, agora a Mariane não. Hoje, depois de seis meses que eu voltei da prisão, ela é um grude comigo, mas os primeiros quatro meses foram difíceis. Tudo, tudo, tudo, foi difícil. Nós duas, sozinhas dentro de casa... nossa! Ela gritava pela minha irmã. Gritava da forma dela. Ela não me queria, queria minha irmã. Hoje sim, depois de seis meses que eu fui solta... Porque, dessa última vez, fiquei um ano e seis meses presa e depois de ter entregue a Mariane, fiquei mais um ano. Foi um ano sem vê-la... Quando o meu marido me visitou na PFS, na visita administrativa, ele não levou a bebê. Ele falava, *"Imagina, a minha filha está traumatizada, ela não quer vir."* No primeiro encontro... nossa, ela correu de mim. Ela não me quis.

Minha família ficou muito abalada, muito tocada com tudo isso. Ninguém nunca tinha sido preso antes, eu fui a primeira. Algumas pessoas criticaram, algumas ajudaram, algumas não quiseram saber, outros falavam *"Ah, eu já sabia! Pelo rumo que as coisas estavam levando, eu já sabia."* Nessa hora, vem juízes de todos os lados. E os que gostam mais, sentem mais, obviamente. E os que não gostam tanto, nem sentem.

Para as minhas irmãs, ficou muito cansativo e puxado, porque foram elas que assumiram mais os cuidados dos meus filhos. Mesmo depois, com o meu marido, porque ele trabalhava muito. Então, ficou muito puxado para elas. Minhas sobrinhas tinham que perder dia na escola, porque o Jeferson, quando eu fui presa pela primeira vez, ficou com uma doença chamada de Encoprese. Então, ele ficou uma criança muito especial, fazia cocô na roupa, batia a cabeça na parede, tinha surto. Ele precisou ir para o psicólogo, e era difícil. A situação vai desenvolvendo tudo isso na criança. Ele tinha um ano e cinco meses, hoje ele já tem seis. Quando eu entreguei a minha filhinha, com dez meses, ele melhorou, abriu os braços para ela, quis ficar com ela, quis ter ela. E quando eu saí, ele melhorou mais ainda.

Depois ainda teve a segunda vez... Graças às minhas irmãs e ao meu marido, meu filho foi conseguindo se recuperar, ser uma criança. Da minha casa, ele foi a pessoa que mais sofreu com toda essa situação. Porque ele acompanhou a primeira, acompanhou a segunda, e ficou sem a mãe dele todo esse tempo. Teve que se virar, porque tem que se virar, a gente não tem dinheiro. E eu também perdi muitas coisas dele, muitas mesmo. Uma criança muito esperta, muito inteligente. Perdi festinha na escola, perdi apresentação, perdi muita coisa boa dele. E enquanto eu estive presa, eu não pude vê-lo.

No começo da minha ingressada na cadeia, em 2010, o meu ex-marido me visitava, então ele levava meu filho, para mim. Mas depois, ele começou a falhar, falhar, falhar... Meu filho também sofreu muito na casa do pai dele, maltrataram e negaram comida para ele. Então, tudo isso contribuiu para ele ser um pouco problemático lá na frente, não só o fato de eu estar presa, mas tudo isso também. Porque se ele tivesse sido bem tratado, não teria ficado tão mal.

Minhas irmãs foram dois anjos que resgataram ele, trouxeram ele para cá e cuidaram dele. Levaram no médico, acompanharam... e ele é o xodó delas. Então ele foi se sentindo mais aconchegado, foi melhorando mais. E depois que eu saí a primeira vez, ele se recuperou mais. Porque via a mãe em casa, cuidando dele, das suas coisas, das suas roupas, levando ele para a escola, indo em festa... fazendo tudo isso.

E de repente, de uma hora para outra, a mãe dele desaparece de novo. No dia que fui presa pela segunda vez, o povo aqui em casa ficou doido, começou a gritar, chorar... Quando foi no outro dia, coitado, ele subiu na casa da minha irmã correndo, e falou, “Tia, minha mãe

está presa de novo?” Foi difícil para ele, foi difícil para mim também... foi uma fase bem puxada. E aí veio outra irmãzinha, e ele com problema na escola, de novo. Mais psicólogo, mais terapia, foi uma fase bem complicada. Hoje, ele não está cem por cento, mas graças a Deus, ele está noventa por cento. Está se reaproximando do pai, porque depois de todos os maus tratos que ele sofreu na casa da avó paterna, eu afastei ele um pouco. Não o deixei mais ver o pai, não deixei nada. Agora, eu consegui me convencer de que ele tem que ver o pai. Então, ele está bem. Deixei ele ir passar uns dias na casa do pai, porque essa semana está sem aulas na escola. Ligo para ele todos os dias. E ele está feliz. Mas ele mora aqui comigo. Todos os meus filhos moram comigo.

Graças a Deus, ele está muito bem, e eu estou feliz porque ele está bem. E eu peço desculpas, peço perdão, não tenho medo de pedir, porque... coitados, eles foram as maiores vítimas dessa situação inteira. Porque a gente é adulta, a gente se vira, mas eles não. Eles não têm culpa. E sentem saudades, sentem falta, e choram... E nesse intervalo, de 2013 para 2014, meu filho engoliu uma moeda. Minha irmã levou ele para o médico e precisou ficar a noite inteira com ele em observação. E ele chorava e me chamava, mas eu não estava lá. Foi dolorido para ele e para mim também... Não quero chorar não, já chorei hoje... E eu sem saber de nada do que estava acontecendo, só com um aperto no peito, porque mãe tem um sexto sentido.

Só que antes de voltar para casa, ainda fiquei na PFS por mais uns cinco ou seis meses depois que me separei da Mariane. E então fui para o regime semi-aberto, lá no Butantã. Lugar onde ‘a caminhada foi estreita’. Meu Deus do céu! O semi-aberto é um teste de mente para a pessoa. Você está indo ali, em algum lugar, aí a polícia olha para a sua cara e fala, - “Reeducanda?” - “O que que é, senhora?” - “Para onde você está indo?” - “Estou indo no pátio.” - “Não, você não está indo no pátio, você está subindo.” Você não pode falar nada, porque tudo ali vai influenciar na sua vontade de ir embora. Então, se você estiver com vontade de ir embora, e dez horas da noite ela entrar no quarto e falar, “Chega, acabou!” e desligar a televisão, você vai virar e vai dormir. Então, o que acontece, você tem que lutar, tem que lutar.

Eu considero que foi uma vitória, porque a gente corre atrás daquilo que a gente quer. A gente chora, semeia com lágrima, com serviço, e com tudo. Na PFS eu trabalhava com sacolinha, na administração. Mas lá no Butantã, eu fazia carpinagem, eu carpia o lado de fora do presídio.

la logo cedo e ficava na rua. Via as pessoas passarem, e aquela vontade... tinha dia que dava uma vontade de largar tudo, pegar um ônibus e ir embora. Tinha dia que era mais difícil e tinha dia que não, que era mais fácil.

E quanto ao meu processo, no semiaberto ficou melhor, porque ele foi andando, eu fui trabalhando... Chegou no Butantã, encontrei mais amigas minhas. Mas amigas mesmo, pessoas com quem eu me apeguei. Até hoje sou muito ligada nelas. Ligo para elas e elas me ligam, porque elas trabalham. Veio junho e logo foi se aproximando agosto, quando eu teria uma saidinha. Então, junho e julho, passaram praticamente voando.

No dia oito de agosto eu saí de saidinha. Foram o meu marido e a minha bebê me buscar. Quando cheguei em casa, vi meus filhos. Começou a amenizar mais. Eu voltava triste, mas eu voltava feliz também, porque eu sabia que faltava pouco tempo e eu via que eles estavam bem. Meu marido, me dando aquela força, me levava até a porta e chorava junto comigo, e mandava eu parar de chorar. Porque homem é desse jeito.

Mas foi passando. Fiquei 11 meses no semiaberto e tive três saídas temporárias: dia dos pais, dia das crianças e Natal. A 'saidinha' de Natal foi a mais difícil para mim, porque eu fiquei em casa 11 dias. Então pensa 11 dias... eu voltei à minha rotina normal, fazia comida, cuidava da casa, limpava a casa e para voltar... nossa, foi muito difícil! Eu deixei meus três filhos dormindo e saí chorando. Parecia que estava acontecendo tudo aquilo de novo na minha vida. Foi como um filme para mim. Quando cheguei dentro do quarto, no semiaberto, eu olhei para a cara das minhas amigas e falei - *"Eu, nunca mais! Se vocês quiserem passar por esta situação de novo, vocês podem passar. Eu não quero isso para a minha vida nunca mais!"*

Poxa, saí de dentro de casa e deixei meus filhos. Saí chorando e correndo para eles não me verem, porque se me vissem iam chorar. Foi difícil para mim voltar nessa última saída, porque é a maior que tem. Pelas estatísticas, de cem por cento que vai, trinta por cento volta, tanto homem como mulher. Homem, até que não se prende muito à família, mas mulher não, mulher se prende e não volta... Mas eu voltei porque eu queria ter um futuro melhor. Não queria ficar todo ano voltando para trás. Ficar como fugitiva até ser pega de novo... Não queria de jeito nenhum! Mas conheci pessoas que não voltaram depois da saidinha. Que na primeira oportunidade, fizeram tudo diferente do que diziam que iam fazer.

Na cadeia, aprendi que a pessoa que chora muito, para todo mundo, não é uma pessoa muito confiável. Não é que você tivesse que ser durona, mas você também não devia ser aquela pessoa que chorava toda hora, para todo mundo ver. Não, você tinha que tentar controlar seus sentimentos. Se você quisesse chorar, você entrava para dentro do seu quarto e chorava, debaixo da sua coberta. E você tinha que ser firme também. Ter a consciência de que você havia causado aquilo para a sua vida e não ficar chorando como se a culpa não fosse sua, como se a droga não fosse sua. Porque era verdade que você tinha culpa. Então você precisava assumir o seu erro.

Claro que você não ia ser durona o tempo todo, mas você não podia ficar demonstrando uma coisa que você não era. Porque quando a pessoa está bem, fazendo e ganhando dinheiro, tudo é ótimo. E depois que cai naquele lugar, começa a chorar por tudo. Eu sou muito chorona, mas eu não gosto de chorar na frente dos outros. Se eu fosse chorar, era eu e eu, e acabou. Agora se tinha uma companheira, eu procurava não chorar. Mesmo porque, às vezes a pessoa também não estava em um momento legal, e quando você chorava do lado dela, você fazia ela chorar. E lá você conhecia pessoas com problemas piores do que o seu. Gente que estava presa há mais anos que você, que tinha quinze, dez, cinco anos que não via um filho. E então você pensava - *"Poxa, estou há um ano só, então dá para eu aguentar mais dois, três meses. Se ela está aguentando, por que eu não vou aguentar?"*. Você via pessoas com problemas piores do que o seu e gente que tinha sido presa, mas era inocente.

Depois de tudo isso, eu penso que mudou muita coisa na minha vida. Muita coisa que era ruim, ficou boa. Eu acredito que para termos vitórias a gente tem que ter algumas derrotas e lutas. Porque se a vida fosse feita só de vitórias, ela ia ser muito chata, não ia ter graça. Então, por mais que você provoque aquela derrota, você tem que passar aquilo ali para você amadurecer, ser uma pessoa mais responsável, mais centrada. Ser uma mãe melhor, uma mulher melhor, uma amiga melhor, uma irmã melhor, uma filha melhor, uma cidadã melhor... Na verdade, só muda quem quer. Não adianta, mil pessoas podem te falar, mas se você não quiser ouvir, não adianta, você não vai conseguir, não vai mudar.

Meu padrasto me fala uma frase que é assim - *"Mais vale um quarto de exemplo, do que um terço de conselho."* Porque quando a gente ouve, já pensa - *"Ah, mas eu posso! Eu faço! Eu*

aconteço!...” quando a gente passa, não. Aí você vê que o negócio é puxado para o seu lado e começa a se... - *“Não, espera aí. Tenho que dar um rumo. Mudar aqui, mudar ali. Tenho que...”* e eu, graças a Deus, principalmente a Ele, eu tive força, e hoje eu sou outra pessoa. Até meus vizinhos falam, - *“Em vista de tudo que já aconteceu, hoje você é uma pessoa que é dez! Você deu a volta por cima!”* Falam que têm orgulho de mim, e eu também tenho orgulho de mim. Sei que falta muita coisa ainda para eu fazer, para eu conseguir estar de novo na sociedade. Falta um estudo, um curso, alguma coisa... me graduar... Para poder dar um futuro para os meus filhos, porque também não é fácil a vida aqui fora.

Eu sou diarista, mas as minhas patroas não sabem que eu sou ex-presidiária. Porque se elas souberem, elas não vão me deixar mais limpar a casa delas e aí vai ser difícil. - *“Ah mas hoje está tudo diferente...”* Gente, não é assim, não é dessa forma. O preconceito ainda existe! Já fui arrumar serviço, na hora de chegar lá... - *“Ah, mas você é ex-presidiária?! Ah não, não dá.”* Eu já fui, eu já vi isso, eu já vivi. Tem muita discriminação, muita mesmo. Então, às vezes você tem que dar uma mentida, e Deus ajuda também, porque Ele é maravilhoso e vê a intenção do seu coração. Coopera e te dá uma força.

Em tudo que eu passei nesses três anos e pouco, que foi de picado, se não fosse Deus, eu não estaria nem viva. Ele foi o meu maior companheiro, isso eu não posso negar para ninguém. Foi Ele quem me sustentou, me deu força e fibra. Porque foi uma carga de estresse grande. Foi muito dolorido e desgastante. Uma situação que só sabe quem passa.

Por mais que você não tenha filho, claro que para quem tem filho é pior, mas mesmo que você não tenha filhos, a situação é muito difícil. É o sentimento, é a sua mente, é o seu corpo... É a sua mente que tem que mudar com o tempo, porque quando você está na rua, você é acostumado com o movimento, sair para lá e para cá. E de repente, você vai para um lugar e a sua adrenalina tem que parar. Não vai ter espaço e você não vai ter para onde ir. Suas pernas querem andar, mas não tem para onde ir.

Foi muito duro e estressante. Dessa última vez, uns quatro dias antes... eu não sabia que eu ia receber minha liberdade. Eu acordei um domingo e falei, - *“Deus, eu determino que essa semana acabou, chega! Essa semana é a semana da minha vitória! Não aguento mais acordar, olhar sempre as mesmas caras, fazer a mesma coisa, comer a mesma comida...”* Chegou uma

época que a comida não descia mais, tudo era enjoativo. Você não queria comer, só andar no pátio, e andar, andar e andar. Eu cheguei a dar voltas um dia inteiro no pátio. Um dia de domingo, andando e tentando achar uma saída, uma solução para o meu problema.

Chegou um momento que eu achei que ali era o fim, que eu não ia sair nunca mais, que não ia aguentar.... Parecia uma prisão perpétua. Nesses momentos, passavam mil e uma coisas na sua cabeça, até vontade de se matar. Mas aí você pensava na sua família, nos seus filhos... E esses pensamentos iam e vinham. Tinha dias que você não queria ver e nem conversar com ninguém, que tudo que você queria era a bendita liberdade. Mas tinha dias que você conseguia dar risada, se divertir com alguma coisa, assistir um programa e se sentir mais ou menos bem. Mas quando você estava sozinha, eram os piores momentos. Era você com você mesma. Você olhava para aquela cela, só parede, grade. E você começava a se dar conta de tudo que havia acontecido na sua vida, das suas escolhas, do quanto você tinha sido idiota...

Só que quando comecei a esquecer um pouco daquela situação e a focar dentro de mim, uma coisa incrível e surpreendente aconteceu: a liberdade chegou. Eu me desgastei tanto, que tinha uma hora que pensava assim, - *“Deus, eu não aguento mais querer uma coisa que não vem. Então, vai ser a hora que tiver que ser”*. E quando chegou aquele momento e vi os portões se abrindo... ali eu pensei que iria ser uma nova etapa, uma nova era. Foi maravilhoso, uma sensação indescritível.

Hoje em dia, meus dois filhos mais velhos, o Jeferson e a Yara, sabem do que me aconteceu. Mamãe estava presa..., mamãe foi presa. - *“Ai mamãe, porque você foi presa?”* - *“Porque mamãe desobedeceu a mãe.”* Aí meu filho fala, - *“Mãe, então quer dizer que se eu te desobedecer, eu vou preso?”* - *“Ah, filho, você vai. Quem não ouve o pai nem a mãe, vai preso.”* Porque, na verdade, é isso mesmo, se eu tivesse ouvido minha mãe, não meu pai, porque a gente não tem muita convivência, mas se eu tivesse ouvido minha mãe um pouco mais, talvez eu não tivesse caído nessa situação.

Apesar que às vezes, a vida da gente é feita em frações de segundo, você pode ser uma pessoa estudada, ajuizada, mas para você perder o juízo, bastam cinco minutos. Foi o meu caso, porque eu tenho segundo grau completo, e eu pensava em outras coisas para a minha vida, mas acabou acontecendo tudo isso. Foi muito rápido. Acho que foi a necessidade que me

levou para esse rumo. Eu estava em um momento de conflitos com minha família, então eu me vi sozinha, sem apoio. Olhei para um lado, olhei para o outro... aí me vi com uma criança de um ano no colo... Acho que só consegui ver isso de opção. E mesmo sendo no começo, deu tudo errado para mim. Têm pessoas que fazem coisa errada a vida inteira e nunca são punidas. Mas têm pessoas que fazem uma vez só, e daquela vez é suficiente para a pessoa se estrepar pelo resto da vida.

E mexer com a justiça é uma coisa trabalhosa. É muito papel que você assina, seus dedos ficam manchados, é estressante. E é muito tempo naquele lugar. Tempo perdido e jogado fora. Você quer viver e chega um dia que não é o seu corpo, mas a sua mente que pede aquela liberdade, é aquilo que você está precisando.

Hoje em dia estou assinando a liberdade condicional, faltam um ano e dois meses para acabar minha sentença. Acaba em dezembro do ano que vem, e estou assinando, fazendo tudo direitinho. Estou pagando minha multa, e correndo atrás... já fui até para Brasília para ver se eu conseguia... sei lá... uma diminuição de pena ou alguma coisa, mas estou aqui, esperando.

Inicialmente a minha condenação tinha sido de um ano, onze meses e dez dias, só que onze meses após ser proferida essa sentença, minha condenação subiu para cinco anos, onze meses e quinze dias, mais quinhentos dias multa, o que dá um total de R\$3.800,00, que é o que eu pago hoje. Pago sessenta vezes de R\$53,35. A juíza... a promotora, não se contentou com a explicação que eu dei, ela achou que foi uma explicação muito vaga, então ela aumentou a minha pena. Ela recorreu e eu não sabia, porque eu não tinha advogado particular. Eu não soube que ela tinha recorrido. Ela recorreu e ganhou.

Minha audiência aconteceu em agosto de 2010, após doze dias que eu tinha ganhado minha filha Yara. Lembro que eu ainda estava com os pontos do parto. Fui com ponto e tudo mais. Saí de ambulância, do centro hospitalar até minha cadeia de origem, na PFS de Santana. Quando chegou em Santana, a gente teve que passar para um desses carros fechados. A gente foi transportada que nem vaca, desculpa o linguajar, mas essa é a verdade!

Eu cheguei lá com doze dias de cesariana, não podia andar, não podia abaixar para fazer xixi. O banheiro do fórum era um buraco no chão... e eu fui com o meu peito cheio de leite, uma dor insuportável... aqueles pontos me agonizando, me pinicando. A juíza olhou para a minha cara,

eram cinco horas da tarde e mandou eu voltar para a cela. Depois olhou para a minha cara às nove horas da noite. Mandou eu falar, dar o meu depoimento sobre tudo que tinha acontecido, mas me deixou falar pouquíssimo. Tinha uma advogada da defensoria pública, mas ela nem abriu a boca na frente da juíza, não falou nada. E logo ela me liberou para a cela.

Eu fiquei até às três horas da manhã no fórum, esperando a escolta para ir embora. Quando eu fui sair, na escada do fórum, o policial mandou eu colocar as duas mãos na cabeça, me empurrou e falou “Desce, vaca! Desce, bicho!”... Falou desse jeito comigo!... Quando eu voltei, minha bebê estava mijada e faminta, porque ela só mamava no meu peito.

Depois que ganhei a liberdade, toda a ajuda que recebi, veio mais da minha família. Não tive nenhum lugar para buscar uma ajuda para recomeçar. Só a moça da pastoral carcerária que pediu para eu ligar para ela... mas ainda não consegui vaga para a Mariane na creche, então fico como diarista mesmo. Só arrumei vaga para ela começar na creche lá para o ano que vem.

Só que esse ano foi muito difícil aqui onde eu moro, porque aqui é muito complicado. Ferraz de Vasconcelos é um lugar difícil para saúde, difícil para escola, para ônibus... aqui é difícil para tudo! Aqui é bom, assim... porque coisas de mercado, do dia a dia... tem algumas coisas que são boas, mais barato. Aqui consegui ter minha casa própria. A creche é bem perto e boa, mas não tem vaga. Agora saúde... Quando as crianças ficam doentes eu vou para São Paulo, pego o ônibus e vou para São Paulo. Aqui é tudo desarticulado, não tem médico... O prefeito está que só rouba. É desta maneira.

E emprego é difícil, porque sou diarista e não posso falar para minha patroa quando vou no fórum, porque senão perco minhas diárias. Perco o meu serviço. Como falei, o preconceito é grande. E essa história de cotas... eles dão emprego se eles quiserem, se não quiserem, não dão! Não adianta falar que é obrigatório... Aqui mesmo, tem um serviço que se chama ‘Frente de Trabalho’. Esse programa era da Marta Suplicy, junto com o ‘Começar de Novo’. Lá para São Paulo já acabou, mas aqui tem. É de trabalhar nas escolas, nas creches... Eu fui lá, mas me disseram que não pode ser ex-presidiária. Quer dizer, ex-presidiária não tem uma criança para dar um leite, não tem um filho...

Na verdade, para mim, o que empurra as pessoas para a criminalidade é a sociedade. Porque se fechar a porta para um marginal, ele vai ir onde estão abrindo uma porta para ele. E

onde vai abrir a porta? Na criminalidade. E é lá que ele vai ficar, entendeu? Porque lá ele vai estar em igualdade com as pessoas, ninguém vai estar discriminando ele - *"Ah, porque você é ex-presidiário. Você fez isso e aquilo..."*. E na sociedade não, todo mundo vai virar as costas. Então a pessoa vai para onde ela se sente à vontade. E onde ela se sente? Que não é o meu caso, é claro... mas onde que ela se sente? A pessoa é empurrada para a criminalidade. É isso que acontece, essa é a realidade depois que uma pessoa sai da cadeia.

Porque lá, a gente tem uma dificuldade que é para sair, querer estar em casa e tal... mas quando a gente chega, a dificuldade é bem maior. Para tirar um documento é a maior burocracia... as pessoas já não te olham com aquele olho... Já dá aquele medo, aquele negócio... Para você tirar um documento você tem que pedir uma certidão no fórum e nessa certidão vai tudo! Então aparece... Começa a puxar toda a sua vida, tudo... e é horrível. Tanto que tem pessoas que quando devem alguma coisa, se forem tirar um documento, já ficam presas lá mesmo. No hospital, por exemplo... se o seu filho se cortar com uma faca... se você for uma pessoa normal, tudo bem, agora se você for uma pessoa que tem uma manchinha na justiça, então é tudo mais difícil. - *"Mãe, como foi isso? Como que aconteceu? Mãe, fala a verdade! Mãe, mãe, mãe..."* É tudo mais difícil.

Aqui em casa eles são proibidos de se cortar, de se matar, de fazer qualquer coisa um com o outro, porque senão eu vou ser a responsável. É engraçado, mas é verdade! Na verdade, comigo é mais riso do que choro... mas no fundo, é muito complicado.

Na escola também... nossa! A escola não queria aceitar meu filho porque ele teve problemas, fazia cocô na roupa toda hora, batia a cabeça na parede... e exigia paciência. Foi uma situação que a cabecinha dele não administrou. E aí a escola também não ajudou, porque não queria aceitar e teve que aceitar. Eu pedi ajuda para a assistente social do presídio e ela ajudou a arrumar a vaga. Foi a assistente social que me ajudou, mas para isso precisou dizer que eu estava presa. Depois disso, a ex-diretora da escola deles foi muito aconchegante e atenciosa comigo e com eles. Mas ela ficou sabendo que eu estava presa, porque minhas irmãs tiveram que falar para conseguir fazer a matrícula.

Com as mães das outras crianças na escola, também. Se tiver alguma coisa com meus filhos... que bateu, que machucou alguma coisa... eu digo, - *"Não, pode falar, tudo bem"*. Aí acho

que elas ficam esperando uma reação agressiva, e aí eu preciso falar - *"Não gente, tudo bem, isso acontece"*. Elas ficam me olhando com surpresa, sabe. E eu digo - *"Gente, não é porque eu saí da cadeia que eu sou um bicho, eu não sou um bicho"*. É difícil, é complicadinho. Parece que depois da prisão a gente carrega um rótulo, um rótulo de presa.

E tem uma coisa que sempre me pergunto, como pode todo mundo ficar com o mesmo rótulo? Se você foi presa, você vai ser sempre uma ex-presidiária, independente do crime que cometeu. Todo mundo te olha do mesmo jeito. Mas será que todos os crimes são iguais? Quer dizer, não importa se foi tráfico, se foi roubo, se você matou alguém... tudo é a mesma coisa? Eu sei que perante Deus, qualquer erro é um crime, mas será que todo crime é igual? Será que o que eu fiz foi tão grave quanto matar alguém, por exemplo? Acho que nem todo crime é igual. Mas acho que tudo dá para se reestabelecer. Só que fica um tratamento diferente das pessoas e tudo traz esse passado, tudo traz! Mas eu procuro não ficar lembrando muito disso.

Meu marido e minhas irmãs foram muito importantes. Iria ser muito complicado ter feito minha vida sem eles. E eu sempre achando que ele ia me abandonar... porque a estatística da mulher presa é essa, é muito difícil um homem aguentar, ficar ali... E ele aguentou. Foi bem firme e teve pulso. Todo mundo admira ele por isso. Emagreceu, ficou depressivo, voltou a beber, chorou bastante.... Não conseguia se virar sozinho, mas depois conseguiu. Nunca tinha trocado uma fralda. Ele aprendeu porque não tinha mulher. Então teve que aprender a trocar uma fralda, fazer um leite e tudo. E ele não trocava fralda, não dava banho em criança. No menino era mais fácil, agora em menina ele não gostava, não se sentia bem. Então ele colocava as meninas no banho e falava - *"Filha, esfrega aqui, esfrega ali..."* E elas tomavam banho de qualquer jeito, e para ele estava bom. E quando faziam cocô, ele chamava a minha irmã, podia ser a hora que fosse, quatro horas, cinco horas da manhã - *"Vem trocar essa menina aqui que ela fez cocô"* - sempre assim, sempre. Para ele foi muito duro. Agora ele fica mais sossegado, porque ele sabe que eu estou aqui, eu estou do lado.

Ele é sempre mais calmo do que eu. Eu sou mais estressada e mais ansiosa do que ele. Mas ele sempre me dando um pouco de calma, porque senão, eu não ia aguentar, ia ficar pior do que fiquei. Quando a gente se conheceu, ele trabalhava aqui por perto. Só que trabalhar aqui não dá muito dinheiro, então teve que ir para longe. A família dele é grande e já viu... ele é o

arrimo da família, que mora no Maranhão. Agora ele está lá no Mato Grosso, lá dá dinheiro. Então ele tem que trabalhar para a gente, trabalhar para ele, trabalhar para família dele... e a pessoa também tem que ter os luxos dela, tomar sua cervejinha e tudo mais. Sempre, sempre.

Mas graças a Deus deu tudo certo, minha família sempre me apoiando. Realmente a família é a base, é a estrutura do ser humano. Porque se eu não tivesse tido apoio, talvez hoje eu estivesse fazendo as mesmas coisas ou até piores. Mas eu... eu também tive muita determinação, muita força de vontade. Não olho para trás, não quero saber! Foi uma fase que passei! Porque uma coisa é a fase passar pela gente, e outra, é a gente passar pela fase. Quando a fase passa por nós, caímos em um poço sem fundo e quanto mais tentamos subir, aí é que afundamos mais. Agora quando nós é que passamos pela fase, sofremos, enfrentamos grandes apuros, mas conseguimos sair ilesos. A fase não passou por mim, eu passei pela fase, e eu venci! Como tudo na vida, graças a Deus, passou. Eu já tirei todas as minhas experiências, boas, ruins... já sofri, já chorei, mas para a minha vida essa é uma coisa que eu apago, não quero mais, para mim não serve.

7.2 “Ninguém ia ser capaz de tirar o meu filho dos meus braços”⁴⁷

Eu acho que foi curiosidade que me fez chegar à prisão. Curiosidade, não da prisão em si, mas em relação às drogas. Eu conheci a droga na porta da escola do meu irmão, tinha ido levar ele. Eu tinha uns treze para catorze anos. Na fila, tinha um casal recém-chegado em São Paulo, vindo do Rio de Janeiro. A moça simplesmente veio em mim, do nada, e falou “Olha, eu tenho isso aqui, se alguém quiser... você já sabe que eu tenho” e deu aquela droga na minha mão. Era cocaína. E na pré-adolescência a gente é curiosa. Existia uma curiosidade. Falava-se pouco de droga na televisão, na mídia... eu até tinha uma noção, mas não era tão exposto como é hoje. Eu só tinha treze para catorze anos!

Dali em diante foi gradativo, também foi muito... quer dizer, não sei se foi muito rápido, porque quando você está no uso da droga as coisas passam muito rápido. Você não se dá conta de quanto tempo se passou. E eu fui presa a primeira vez com vinte e três anos, então olha quanto tempo passou e eu nem me dei conta. Eu não vi o tempo passar e uma coisa levou a outra.

Eu devia ter uns quinze, dezesseis anos, mais ou menos, quando saí com um amigo para comprar droga. Eu tinha dez reais. Chegamos lá e ele desceu do carro para comprar cocaína. Voltou dizendo que não tinha e no lugar trouxe o crack. O dinheiro era meu, então falei, “Você vai usar meu dinheiro?! Ah não! Então eu vou usar também!”. Dali em diante, as coisas só pioraram mais ainda.

Quando minha mãe descobriu que eu estava usando drogas, me internou. Depois saí, mas já não conseguia conduzir as coisas porque eu queria usar a droga e, para isso, eu roubei a minha mãe. Roubei as coisas que tinham dentro da minha casa. Só que chegou um momento que eu não queria mais fazer aquilo com ela, então eu fui para a rua, roubar na rua. Eu tinha entre dezessete e dezoito anos. Nessa época, meu problema já era com o crack.

Depois que eu saí de casa, fui morar no Jardim Brasil, que era do lado da boca de droga, e ali eu fui ficando. Fui presa num assalto, quer dizer, num assalto não, fui presa num furto,

⁴⁷ Tom vital e história oral de vida temática de Vitória.

porque não tinha arma. Na verdade, eu também não... eu fui junto com a pessoa roubar e aí fui presa no roubo de um ônibus.

Eu já estava gestante do meu João, de um mês, e tinha uma filha, a Milena. E em todos os intervalos da minha loucura eu ia na minha mãe, para ver ela. Com a minha prisão, ela sofreu demais.

E na prisão é tudo diferente. Naquela época tinha muito mais acesso à droga, mas eu não tinha condições nem para me manter com o básico, lá dentro, porque minha mãe não queria saber de mim. Quando eu fui presa, ninguém queria saber da minha existência. Então, eu não tinha muitas opções. Não tinha como usar a droga lá dentro, porque não ia ter como pagar. Por isso fiquei sem usar.

Naquela época, as coisas eram mais difíceis, na prisão. Hoje em dia eu não sei, mas há treze anos atrás... era onde o filho chorava e a mãe não via, verdadeiramente. E eu cheguei lá apavorada. Quando eu cheguei na grade as mulheres gritavam - *"Bem vinda ao caldeirão do inferno"*, e eu pensei - *"Meu Deus, onde eu vim parar?!"* E era realmente... na época tinha muita lésbica, e elas faziam maldade com as meninas que chegavam, e faziam mesmo. Tinha muita faca dentro da prisão e era mais pesado. Mas pelo menos eu tinha essa noção de onde estava pisando e tive a postura de chegar e dançar conforme a música. Entrei no ritmo do que era, foi isso que eu fiz para sobreviver.

Gestei o João quase os nove meses lá dentro. Lavava roupa, fazia faxina, fazia unha, fazia cabelo e as sobrelhas das meninas. E tudo isso tinha um pagamento, você recebia para isso. Então eu sempre fiz por onde, sempre! Sempre lutei por alguma coisa. Eu não tinha visita, mas não posso reclamar. Para as minhas necessidades básicas diárias, eu tinha tudo, porque sempre fiz por onde.

Mas não me envolvi com droga, já sabia que eu não tinha condições financeiras de sustentar meu vício lá dentro, mesmo porque as coisas eram complicadíssimas, eu tinha um certo respeito na época pelas... quer dizer, você tem que ter um respeito, você não pode duvidar do que as pessoas são capazes de fazer. Eu vi muitas coisas lá dentro, facada, tesourada, e ser costurado lá dentro mesmo... Lá dentro mesmo ficar em cima da cama toda podre, cheia de

pontos, então... eu ia viver aquilo?! Não precisava viver aquilo, já bastava a gestação que não era nada fácil, já era bem humilhante.

Quando o João nasceu eu estava presa na DACAR 4, na Cadeia Pública de Pinheiros, que hoje é só masculina. Pré-natal mesmo ainda hoje também não faz, mas naquela época fazia menos ainda. Era trágico. Porque hoje em dia, você ainda tem alguns privilégios mínimos, como... antigamente, você grávida, era algemada para trás. Hoje, você grávida, é algemada para frente. Hoje, estando grávida você vai algemada dentro da ambulância. Mas antes, você ia algemada grávida dentro do camburão, aquele camburão fechado. As coisas eram um pouco piores do que são hoje.

E ainda lembro que no dia em que o João nasceu, as outras presas quase fizeram rebelião para eu poder sair de lá de dentro, porque eles não vinham me tirar. Já tinha umas quatro horas que eu estava passando mal, aí as outras mulheres começaram a gritar. A população começou a gritar e a bater nas grades para que eles me retirassem.

Eles me retiraram de dentro da ala, do andar de cima, mas não me tiraram de dentro da prisão. Eu permaneci lá na frente por mais três horas. Minha bolsa estourou e continuei esperando ali na frente, sentada no chão, até que eles me enfiassem no camburão e me levassem para o Hospital Regional de Osasco, onde também não foi fácil. Nossa, aquele hospital... vou te falar, era assustador.

Fiquei algemada, sentindo dores. Eles algemaram o meu pé e minha mão e ninguém vinha falar comigo. Era uma coisa assim... cada um que me olhava, me olhava distante da porta, como se eu fosse um bicho, um animal que estivesse ali, e eu com dor. Eu acho que quase me transformei num animal naquela hora e, se pudesse, teria grudado alguém pelo pescoço, porque você abandonada e esquecida....

Tanto que o João nasceu no meio do corredor e o médico falava para mim "Para de fazer força!" Mas eu queria que aquilo passasse, eu queria que ele nascesse. Mas ele segurou a cabeça do meu filho e falou "Para de fazer força!!!" O João ficou parado dentro de mim, só com uma parte da cabeça para fora, e ele me arrastando pelo corredor... foi horrível!

Eu já estava quase sem forças, porque estava há tanto tempo sentindo dor naquele lugar, tanto tempo... Tinha mais de cinco horas que eu estava dentro do hospital e ninguém me atendia.

Só vieram olhar quando eu gritei *"Meu filho está nascendo!"*... E quando vieram, ele queria que eu parasse de fazer força. Nunca senti tanta dor. Acho que queria que eu colocasse de volta, sendo que ele já estava na metade do caminho. Não sei por que ele queria que parasse, talvez porque eu estivesse no corredor ou porque não tivesse ninguém para me atender... eu não sei. Mas foi assustador! O nascimento do João foi assustador!

Depois que o meu filho nasceu, ficou um tempão com a cabeça toda torta, parecia um telhado. E eu tenho a impressão de que foi da forma como o médico segurou a cabeça dele. Também foi assustador, porque depois que ele nasceu eles queriam tirar ele de mim de qualquer jeito. O médico e o enfermeiro queriam levar o meu filho embora. Eles falavam - *"Não, você não precisa nem assinar papel nenhum, você volta e eu cuido do seu filho."* Eles queriam pegar o meu filho para eles e eu falava o tempo todo que não.

Mas eu estava algemada por um pé e uma mão e ele ficava no bercinho. Então eu só tinha um braço para pescar ele e era um jogo de sorte, porque não vai roupa, não vai nada para a criança. Eles enrolaram o meu bebê naquele cobertorzinho, como um charuto. Então, quando eu via que eles começavam a circular muito pelo meu quarto, eu colocava o corpo para a frente e pescava o neném sozinha, para colocar ele do meu lado.

Tinha medo de dormir, porque quando acordasse ele poderia não estar mais ali. Não sabia o que eles podiam fazer, porque a gente ouvia as histórias de gente que ia e voltava sem o filho, e depois a criança nunca mais era achada. Eu ouvi muitas histórias. Não só ouvi, como eu vi em si as histórias. As mães já retornavam sem criança e era uma luta para tentar localizar o filho, mas não conseguiam.

O pessoal da igreja vinha em busca de ajudar também. De fim de semana tinha culto, as meninas iam lá na frente para pedir pelo amor de Deus que procurassem pelos filhos delas e, na verdade, ninguém nunca mais encontrava. Era triste.

Também era difícil conseguir uma vaga no presídio para esse período de amamentação. Precisava da liberação do Estado, então era muito difícil conseguir amamentar seu bebê. Por saber de todos esses históricos, das coisas que já tinham acontecido com as outras pessoas, eu já sabia que tudo isso era possível. Então, eu passava o dia inteiro em pânico. Não podia dormir.

Quando eu sentia que ia pegar no sono já trazia ele para o meu braço, e até hoje eu... as pessoas falavam que eu dormia com o meu filho grudado, e perguntavam *"Como você consegue não derrubar a criança?"* Porque eu era capaz de dormir com ele, aqui em cima de mim e não derrubar, mas eu acho que foi de tanto... a prática leva à perfeição, de dormir ali e não soltar, sabe? O inconsciente não permitia que o meu braço abrisse. Ninguém ia ser capaz de tirar o meu filho dos meus braços, nem se eu tivesse dormindo! E foi assim.

Depois de três ou quatro dias no hospital, nessa loucura toda, por sorte, consegui uma vaga para ir para o Butantã amamentar o meu filho. E era mágico, porque eram vinte e quatro horas por dia só você e seu filho. Eu acho que é o melhor momento, se você quiser restaurar uma pessoa, você restaura naquele momento, de verdade. Porque eu me sentia, na época, completamente restaurada por tudo aquilo que eu vivia. Eu estava presa com ele, então se você não tem ninguém... naquele momento você tem um pedacinho que é seu, e é só você e ele vinte e quatro horas por dia. Onde eu ia ele ia atrás. Eu tinha que levar ele comigo, não ia deixar no quarto, nem nada. Andava na galeria e ele ia comigo...

Mas foi difícil, porque quando eu fui presa, fiquei sabendo que o período de amamentação seria de seis meses, mas logo quando eu cheguei no Butantã, eles tinham reduzido para três, por falta de vaga para outras mulheres. Então eu não tive os seis meses. Mas eu tive três meses de vida em abundância, que eu vivi em cada segundo do meu dia com ele. Todos os que eu podia viver com ele eu vivi.

Mas no momento da partida, foi... eu acho que a minha destruição, de verdade. Talvez eu tivesse conseguido me refazer assim da forma que eu me encontro hoje, se eu tivesse tido a oportunidade de ter permanecido com o meu filho lá, há treze anos atrás. Talvez esses treze anos vazios que eu vivi na sequência não tivessem sido assim, porque foi o momento mais difícil da minha vida quando tive que entregar o João para a minha mãe. Ainda que eu tinha a minha mãe para ir buscar meu filho... Logo quando o João nasceu, ela passou a me visitar todo o final de semana. Iam ela e a minha filha Milena, que tinha mais ou menos uns três, quatro anos, na época. Todo fim de semana elas iam me ver.

E existem coisas que a gente vive, mas que eu nem me lembro muito, porque existem dificuldades sim, que acontecem no dia-a-dia, mas talvez aconteça na vida de qualquer um. Só

que as coisas boas superavam, os momentos que eu tinha com ele superavam qualquer coisa. Mas na hora da partida... Quando a diretora da unidade avisou que eu tinha que entregar o João, pelas minhas contas, eu já estava próxima de montar o pedido para o regime semiaberto, então era uma questão de dois ou três meses e eu implorei para ela que me permitisse ficar ali. Não tinha o porquê me separar dele se o meu semiaberto estava quase montado. Não tinha razão para ela não me manter ali. Mas ela não permitiu, e o João foi embora.

No dia em que ele ia, eu olhei da janela, do canto e... era longe da portaria, mas com a cabeça encostada na grade, eu consegui enxergar por baixo da porta de ferro os pezinhos da minha filha e os pés da minha mãe, no momento em que elas chegaram, e foi... ali parece que... me desfez... porque eu desci o João e o entreguei.... Ele ainda me olhou... mas eu virei de costas e não olhei mais para trás... Acho que eu só vim olhar para trás agora, porque eu não olhei mais para trás!...

E tudo foi diferente do que eu tinha imaginado, porque não consegui montar meu benefício, cumpri quase toda a pena. Quando eu vim encontrar com ele de novo eu era uma completa desconhecida. Ele se escondia de mim no canto da parede. Meu filho já andava, já falava... e eu me lembro de chegar em casa e ele me olhar do canto da parede. E até hoje, a gente mora há quilômetros... estou anos luz de distância do meu filho. Nunca mais eu consegui trazer ele para dormir no meu peito, nunca mais!...

Depois que ele foi embora, com três meses, só fomos nos ver de novo uns três anos depois. E eu não sei se naquela época eu não sabia conduzir as coisas, mas eu não aceitei a negativa dele, então... Eu não tinha muito motivo para reconstruir nada, porque na verdade eu não tinha nada. Minha filha, quando eu fui presa, tinha mais ou menos dois aninhos e o João... quando fui encontrar de novo, tinha mais de três anos. Então eu tinha perdido os dois e não vi motivo para reconstruir, para lutar por nada, e continuei... voltei a usar droga... de novo.

Sabe, a justiça não funciona muito bem. Na teoria sim, mas na prática não funciona não, porque... Bom, pelo menos naquela época não funcionava e eu não tinha advogado particular, por isso fui cumprindo a pena até chegar no semiaberto. Acho que cumpri três anos e 11 meses de 5 anos e 4 meses. Mas eu tinha ganhado na apelação, então eu deveria ter ido para o semiaberto com 11 meses, mas vim só com mais de três anos.

E durante o semiaberto, eu ia ver eles durante o dia, vinte minutos de manhã e vinte minutos de tarde, mas era só. O contato real mesmo, de mãe e filho, não existia. Porque não era eu quem dava comida para ele, não era eu quem punha ele para dormir.... Quando ele estava doente não era eu quem cuidava, não era eu quem acordava de madrugada na hora da febre.... Não existia isso. Existiam vinte minutos de manhã e vinte minutos de tarde, e uma tia que chegava de longe para levar ele para a creche.

Minha filha sim, me conhecia mais. Mas ele não, o João, não. Ele não me reconhecia. Era como se fosse uma... até hoje nós somos completamente estranhos. E foi assim... foi um corte tão grande na minha vida, que eu não sinto ele meu filho até hoje. Eu nem posso cobrar que ele não me sinta como sua mãe, porque eu não sinto ele meu filho. É como se ele não fizesse parte da minha vida. Talvez eu tenha criado isso, quer dizer, na verdade eu mesma criei isso quando estava dentro da prisão, de não querer foto, de não querer... porque me fazia muito mal! Eu sabia que eu não ia poder ver, não ia poder acompanhar... não vi dentinho nascer, não vi primeira palavra, não vi primeiro passo... não vi nada! Eu não vi nada!

E também, nos problemas, nas dificuldades, eu não podia ajudar em nada, eu não tinha... estava de mãos e pés atados, não existia o que eu pudesse fazer por ele naquele momento. Então eu fiz de conta que só existia eu, presa, e que não tinha mais ninguém do lado de fora. E até hoje eu me sinto assim.

Logo que eu entreguei ele, eu fiquei muito mal, muito mal. Meu filho só mamava no meu peito. Quando ele chegou em casa, minha mãe teve que dar o leite na colherinha para ele, porque ele não aceitava mamadeira com bico nenhum, só mamava no meu peito. E eu, por minha vez, lá do outro lado, fiquei com o peito imenso e aquilo tudo doía, aquilo tudo... chegou a ficar preta a pele do meu seio, porque não tinha medicação, não tinha nada, e aquilo foi inchando... Nossa, eu sofri demais! Tive febres de quarenta graus, de madrugada.

Aí eu comecei a ficar bitolada, sabe? De olhar tudo que eu podia.... Naquela época a pessoa na visita levava as coisas e quando iam crianças ficava uma fralda, ou alguma outra coisa e... aquilo tudo eu ia juntando na minha cama, fralda, chupeta, shampoo, condicionador de criança. E eu fui ficando louca, de verdade. Por isso eu tive que arrumar um jeito de tirar... e a única maneira que eu achei foi essa, de....

Minha mãe tinha mandado fotos e outras coisas deles. Mas eu me desfiz de tudo que tinha deles comigo e fiz de conta que não existia mais ninguém. E falei, *"Ó, quando tiver que falar comigo..."* porque naquela época tinha acesso ao telefone mais facilmente no presídio. Então eu perguntava só *"Oi mãe, está tudo bem?" "Está tudo bem." "Então está bom, tchau."* E eu não entrava em detalhes.... *"Como está o João? Como está a Milena?"* Não, nesses detalhes eu não entrava.

E eu criei esse mundinho paralelo para mim, onde só existia eu. E até hoje... é engraçado, porque só existe eu, e por mais que eu queira trazer ele para perto de mim... não sei se é porque a idade dele também não permite.... Então a gente não tem ligação nenhuma, eu e o meu filho. Às vezes, eu não sinto ele como o meu filho, porque... é como se ele fosse meu irmão ou alguma coisa parecida, mas meu filho... longe disso! É como se não fosse aquele bebê... não é aquele bebê, de verdade. Quando falo disso eu choro, porque... aquele bebê... eu perdi lá atrás!

Esses tempos eu conversei com ele, porque sinto ele procurando nas coisas... por que que ele não tem uma foto. E até então eu estava poupando ele dessa...sabe, desse momento que ele não... mas ele se achava excluído por mim, por não ter uma foto de pequeno. Tem foto da irmã, tem foto do outro... dele não tem foto, por quê? E eu contei para ele. Eu falei, ele não sabia. Mas eu tive que contar. Isso foi há uns três, quatro meses... eu disse *"Quando você nasceu eu estava presa, por isso não tem foto, porque não podia entrar uma câmera fotográfica."*

Por isso não tem nada dele. Não tem nada que ele tenha de consistente para me ligar a ele também. Não existe nada que diga, que ele consiga olhar e pensar, *"Não, realmente eu nasci dela."* Por algum motivo não existe nada entre eu e ele, nada. Nenhuma ligação em nenhum sentido. Existe uma semelhança minha com ele, mas é só. Porque ligação ou algo que lembre ele ou que prove que ele nasceu e foi amado por mim... não tem nenhuma. Não tem.

E foi muito difícil para a Milena, também, principalmente há treze anos atrás. Depois que fui presa, minha mãe dizia que ela pegava as minhas roupas e arrastava pela casa toda. Quando tirava dela ela ficava desesperada.

Quando consegui o semiaberto vinha ver eles durante o dia, vinte minutos de manhã e vinte minutos de tarde. No semiaberto você ia para o trabalho que o próprio presídio arrumava

para você. Como eu saía do presídio às 5 horas da manhã, lá na rodovia Raposo Tavares, no Butantã, e eu trabalhava em Diadema, eu levava duas horas para chegar na casa da minha mãe. Daí sobravam uns vinte minutos desse tempo de deslocamento para eu ficar na casa dela, e depois para poder voltar, pegar o metrô, ir até Diadema, e entrar às 8 horas no trabalho. Porque se me atrasasse, eles me recolham do trabalho externo. Então era contado no relógio.

Eu não sei dizer por quanto tempo eu fiz isso, mas foi bastante. E era escondido, porque não podia fazer esse desvio. A condução, eu pagava com o salário que recebia. Na época acho que eram R\$180,00 reais por mês.

E como a Milena foi a que tinha passado mais tempo comigo de pequena, eu sempre disse muito que amava ela e eu acho que essas coisas ficam, não tem como falar que não ficam. E ela não me estranhou quando eu comecei a voltar. Eu entrava em casa e ela não chorava. Mas começava a ficar vermelha, vermelha, vermelha... grudada no meu pescoço. Quando chegava a hora de eu ir embora... nossa! Ela começava a chorar. Saia lágrima, ela toda vermelha e sem falar nada para mim. Só ficava vermelha... aquela coisa contida... era desesperador! Eu falava para ela *"Eu vou trabalhar para comprar mais Danone"*, e ela dizia *"Mas eu não quero mais comer Danone, mamãe"*... Nossa... foi muito duro!

Quando consegui a liberdade não dei conta de segurar a barra com eles. Voltei de novo para as ruas, para a cracolândia. Voltei para a rua para usar drogas e.... morava embaixo do viaduto da rua das noivas, ali na luz, e passei esse tempo... desde que saí até a gestação do meu outro filho, Miguel... só usando droga... morando debaixo da ponte, dormindo na calçada.... virei mendiga. E em todas as operações que foram feitas na cidade, com o processo de revitalização da Luz, eu fui presa. Eu e inúmeras outras pessoas, porque era muita gente usando droga junto. E nessa última operação de 2012, do governo do Kassab, chamada 'Operação Sufoco' é que eu fui presa, gestante do Miguel.

As coisas ali funcionavam de uma maneira estranha. Tinha um foco gigantesco de drogas sempre rolando... então tinha alguma coisa errada, né? Existia muito acerto da polícia civil com os traficantes, e na verdade, a gente que era usuário servia de bode expiatório, porque 'chutar cachorro morto é fácil'! E era assim que acontecia, os usuários acabavam indo presos no lugar

dos traficantes que faziam os acertos com a polícia, que precisava bater as estatísticas de prisões.

É difícil das pessoas que julgam enxergar o que é, realmente, porque eles veem um papel. Você é um papel, um número e mais nada. Ninguém viveu a sua vida, ninguém estava ali para saber o que realmente estava acontecendo nela... a minha família e os meus vizinhos sabiam, mas a justiça.... Eles não viram pelo lado da minha dependência das drogas, eles viram o que tinha no papel, que era passagem por tráfico de entorpecentes.

Mas, na verdade, não era isso, porque na primeira vez que fui acusada de tráfico, estava com duas pedras, R\$5,00 e um cachimbo. Fiquei um ano e dois meses presa, esperando uma audiência. Acabei sendo absolvida, mas fui qualificada como traficante. A partir daí minha vida se complicou ainda mais, porque toda vez que era pega de novo na crackolândia, na minha ficha já aparecia que eu era traficante.

Então, se você for olhar a fundo as passagens que eu tenho, no boletim de ocorrência em si... não quando chega no fórum, mas no boletim... você vai ver que a quantidade de droga que era apreendida comigo em todas às vezes, era irrisória. Não teria lógica deles me levarem. Mas era o que eles faziam naquele momento. Os traficantes estavam sempre na rua e os usuários estavam sempre presos. E nessa última vez foi a mesma coisa. O policial me avistou, eu estava usando droga, mas ele alegou que eu estava vendendo.

Eu fui presa no dia em que eu fiquei sabendo que o pai do meu filho era soropositivo. Com o dinheiro que tinha comprei por volta de vinte pedras de crack, e eu ia usar. Não ia vender nada para ninguém, porque ia fumar tudo. A minha intenção, naquele momento, era morrer. Não que a droga fosse me matar, porque se eu não tinha morrido até ali com o tanto de droga que já tinha usado.... Mas depois que descobri que podia estar com HIV, não queria saber de mais nada. Mas aí fui presa e acabou acontecendo toda a minha história com o Miguel. Eu não sabia, mas estava grávida de novo. E saber que estava grávida mudou tudo...

E mesmo sendo treze anos depois, foi bem difícil... É claro que se hoje já é difícil, há treze anos atrás então... era tudo muito pré-histórico na prisão. Se hoje a gente não tem direitos, lá atrás você tinha menos ainda. Muito menos do que tem hoje. Mas também nem sei o que é pior, porque eles tiram uma coisa que estava ruim, mas depois te furam com outra.

Hoje você tem o direito de permanecer com o seu filho, só que eles te trancam numa salinha dois por dois que se você... eu mesma depois do nascimento do Miguel vivi isso. Estava com problema de pressão alta e se eu caísse ali dentro, meu bebê ia estar trancado.

Então eles tiram uma coisa e te cutucam com outra. Nunca conseguem alcançar um denominador comum. Não facilitam para você, de forma nenhuma. E o João eu tive treze anos atrás, algemada na cama por um pé e uma mão. O Miguel, eu não tive algemada, mas eu tive com um policial e uma Asp⁴⁸, dentro da sala, assistindo o meu parto. Quer dizer, talvez seja normal, eu não sinto isso tão pesado, mas ainda assim eu acho que eu tinha o direito de não ter ninguém lá dentro, já que a minha família não ia poder acompanhar. Eles não precisariam estar ali para assistir o meu parto, porque eu não ia ter condições de sair correndo dali com o meu filho nascendo.

Quando penso nessa cena... é o que eu sinto até hoje, é como se eu não tivesse o... quer dizer, o que eu penso, o que eu sinto, não importa para ninguém, entendeu? É como se eles tivessem o direito sobre a minha vida, é como se eu não tivesse nenhum direito de escolher, de optar por nada. Eles escolheram que era daquela maneira e foi daquela maneira. Meu filho poderia ter nascido comigo sozinha, mas já que não tenho direito... que não pode... não pode!

Minha família não pôde estar lá enquanto eu tinha o meu filho, porque ninguém podia saber, inclusive em que hospital você estava, por segurança. Eu entendo essa regra, mas não haveria necessidade de ter um policial militar dentro da minha sala de parto e nem da agente penitenciária estar lá, assistindo também. Mas eu não tive o direito de escolha.

Quando fui para ter o Miguel precisei fazer um exame de sangue, porque eu era grupo de risco, o pai do meu filho era soropositivo. Só que o resultado só saiu duas horas depois dele ter nascido. Quer dizer, fui presa em janeiro e o Miguel nasceu em vinte e sete de maio, então passou fevereiro, março, abril, maio, quase junho... eles tiveram cinco meses para mandar o resultado do meu exame, mas não mandaram. Então fiz um exame na hora do parto e o resultado só ficou pronto duas horas depois que o meu filho tinha nascido. A única coisa que constava ali era o que eu mesma tinha falado, que o pai do meu filho era soropositivo.

⁴⁸ Agente de Segurança Penitenciária.

No resultado do exame não constou HIV. E já tinha seis meses de janela imunológica. Então não existia a menor possibilidade de eu estar com HIV e do meu filho ter contraído a doença. Mas até então eles não sabiam disso. E se eu tivesse HIV, como teria sido?

Por exemplo, teve uma outra moça que estava gestante junto comigo, que fazia tratamento para HIV e estava tomando uma injeção na barriga para a doença não pegar na neném. Eu não sei bem como funcionava, sei que na hora do parto deveria ser feita uma cesárea para tirar a criança com bolsa e tudo, para que ela não entrasse em contato com o sangue da mãe. Mas como ela foi levada para o hospital sem prontuário e foi muito em cima da hora... porque eles não levam você enquanto eles não veem a criança aparecendo ali em baixo... a criança nasceu de parto normal e acabou contraindo o vírus do HIV.

Precisou tomar coquetel, um monte de remédio... e foi desnecessário! Você sabe que é uma coisa que a bebê não precisava passar, independentemente da mãe dela ser soropositivo, ela poderia ter nascido em segurança. Bastava que eles tivessem tido o cuidado de mandar o prontuário dela e o médico tivesse feito o favor de fazer uma cesárea. A criança não teria que passar por nada daquilo. Mas ela contraiu o vírus no nascimento... uma judiação!

E o meu prontuário também não foi mandado para o hospital. Então eu mesma falei para eles da questão do HIV e que havia tido sífilis e feito o tratamento no presídio, tomando as oito injeções de benzetacil. Só que eles não tinham nada no papel. Então, eu falei que tinha sífilis, e eles acreditaram. Falei que tinha tratado, eles entenderam que eu não tinha tratado. E daí em diante foi uma sucessão de judiação, massacrando o meu bebê...

Eles começaram a espetar a coluna do meu filho para tirar o líquido da espinha, porque não bastou a minha palavra. Eles dobraram ele que nem papel e enfiaram a agulha na espinha dele seis vezes para saber se ele tinha sífilis ou não. E é um procedimento horroroso, que dá uma dor insuportável. Mas não conseguiram tirar o líquido em nenhuma das vezes. E não podia colher duas vezes no mesmo dia. Então quase todo dia eles colhiam de novo. E, não satisfeitos e para desengargo de consciência, deram uma benzetacil nele, no final. Só para prevenir. Que tivessem dado no primeiro dia, então!

Sabe, era como se eu não... eu era assim... porque a sua palavra não vale nada, a sua opinião não vale. Fora que você é só um papel e um número. E eles ainda te fazem um favor,

eles não sabem nem colocar você no papel para que certas coisas não aconteçam. Então, nem o papel eu tinha para dizer o que havia acontecido ou não. Simplesmente, por eu citar o meu histórico de sífilis, eles já foram tomando as atitudes da maneira deles, sem me consultar e sem acreditar em mim. Não havia a necessidade do meu filho passar por tudo aquilo. Mas a santa casa é uma escola de medicina e os alunos precisam aprender, né? E para mim, eles testaram no meu filho, tirando líquido da espinha dele.

Só mudaram de ideia depois que eu comecei a me rebelar dentro daquele lugar. Dizer que eles não iam mais tocar no meu filho, porque não tinham esse direito. Sabe, aquilo começou a me fazer muito mal. Comecei a chegar num grau que não estava mais suportando. E quando viram eu me exaltar um pouco mais... eu gritava *“Meu filho não é cobaia! Vocês não vão aprender a tirar líquido da espinha nele!”*, me senti no veterinário e o meu filho foi o bichinho cobaia.

Eu fiquei catorze dias internada com o meu bebê, na santa casa, porque a minha pressão subiu e eles estavam aprendendo no meu filho e fizeram tudo quanto foi tipo de procedimento nele. Senti até que era só para me machucar, porque na verdade, mesmo na medicina, as coisas não demoram tanto assim para se resolver.... Porque no fim, eu fui embora com pressão alta e tudo. E se eu tinha que ir embora com pressão alta e tudo, eu podia ter ido logo quando o meu filho nasceu, certo? E eu acho que tinha a ver comigo, com o fato de eu estar ‘presa’, de verdade. E perceber isso me fez perder as estribeiras.

Depois que a criança nascia colocavam a gente num quartinho que eles tinham separado para deixar as presas, no hospital. Eram duas camas, uma do lado direito e uma do lado esquerdo, no canto. A porta era dessas que tem um quadrado de vidro. E, do outro lado do corredor, ficavam de frente para a gente, dois policiais militares sentados na porta, e mais duas agentes penitenciárias dentro do quarto. E eles batiam papo o tempo todo. Então os guardas ficavam dentro do quarto, não ficavam do lado de fora. Iam no banheiro, depois você ia no mesmo banheiro.... no mesmo banheiro! Era todo mundo junto e misturado, sem nenhuma privacidade, nem para a amamentação.

E aquela questão, sem escova de dentes, sem pasta... porque o presídio não deixava levar nada. Então, catorze dias sem escovar dente, sem pentear o cabelo, sem vestir uma calcinha, um sutiã, sem calçar um chinelo, sem passar um desodorante e sem nenhum absorvente.

Vestindo a roupa do hospital... a camisola limpa para frente e a suja para trás, com o lençol enrolado no meio das pernas. Pentear o cabelo, nem pensar! E aí era aquele constrangimento, porque você estava nua e tinha a camisola do hospital. Você tinha acabado de ter um filho... aquele monte de sangue, suja... porque você só tinha um lençol no meio das pernas. Não existia absorvente, existia um lençol.

E mesmo usando a camisola suja para trás e a limpa para frente para não ficar com o corpo aparecendo, ainda assim era complicado, porque quando tinha que amamentar era bem difícil! Precisava tirar a da frente. Então a melhor opção era amamentar sentada na cama, porque aí dava para cobrir o resto do corpo com o lençol e dar de mamar. Já que eram vinte e quatro horas com o policial militar dentro do quarto. E os médicos a cada cinco minutos do dia usando meu filho para servir de teste para estudante de medicina?!...

Então, de uma certa forma, hoje você tem o direito de permanecer os seis meses com o seu filho. Eles te dão os seis meses, mas eles te torturam. Tiraram as algemas, mas colocaram o policial dentro do quarto.

Só que eu já tinha vivido tantas coisas antes, eu já sabia... eu não sei se eu já vinha assustada lá de trás, porque 'gato escaldado tem medo de água fria'.... E como eu já sabia o que eu ia viver, eu trouxe para mim aquela gestação do João há treze anos atrás, para poder viver essa segunda parte, quando o Miguel nasceu. Por isso eu já estava preparada para tudo que tivesse que vir, e eu tentei o tempo todo ter educação para que eu sofresse menos. Porque quanto mais mal educada, mais você sofre, e quanto mais submissa, quanto mais você se submete e permite que eles pisem em você, mais fácil as coisas ficam.

Então eu estava lá, disposta a falar "Amém." Só que quando eu vi que eles estavam usando o meu filho como cobaia... pensei, "Não,... fazer em mim, fazer comigo, tudo bem. Agora, o meu bebê acabou de vir no mundo, acabou de nascer!" Não aguentei.

E eu não me lembro de ter sentido dor, só senti mesmo quando começaram a fazer aquele tipo de coisa com o meu neném, porque de resto... O guarda lá dentro era constrangedor? Era! Mas se eu tivesse que passar cinco anos presa e o guarda fosse ficar os cinco anos comigo dentro do quarto, mas eu podendo ficar com o meu filho, eles podiam botar até o batalhão lá dentro! Eu só não queria perder aquele momento. Porque eu sabia que era muito fácil eles

pegarem o seu filho e jogarem ele em um abrigo. E eu não ia arriscar. Não ia discutir com eles o porquê estavam dentro do quarto. Minha palavra não valia nada.

Aliás, quando perguntei se eles iam assistir meu parto, a Asp falou que sim, se eu estava com algum problema. Como se eu não pudesse questionar, tipo... vamos e é isso, está reclamando do quê? Como se fosse normal, assim como os seis meses com a criança é um direito meu, assistir o parto era um direito deles. E eu também não tinha esse entendimento, porque quando cheguei, ainda achei que ia ser algemada, mas não fui. Então no automático a minha mente conduziu de que *"Bom, não é algemada, mas eles têm que estar aqui dentro na hora que a criança nasce."* Só vim saber depois, na defensoria pública, que isso não existe. Os seis meses sim, porque o pessoal da pastoral carcerária me falou que esse tempo mínimo para ficar com o bebê era lei, e que antes disso não corria nenhum risco deles tirarem o Miguel de mim. Porque até então, eu vim com aquelas recordações de lá de trás, do que tinha vivido com o João.

Depois desses catorze dias, eu fui para a PFC⁴⁹ e fiquei quase um mês e meio lá, até ser transferida para o COC⁵⁰. Na PFC foi trágico, porque existem várias grades em todo o caminho. Em toda a galeria quando você entra tem uma grade, aí você sobe um corredor e tem mais duas grades, daí são... acho que oito celas de um lado e cinco do outro. Mas já tinha a grade lá embaixo e mais as grades de cima, que ficavam trancadas vinte e quatro horas por dia. Para que eles precisavam fechar você dentro da cela com uma criança pequena, de dias de nascida? E se acontecesse alguma coisa? Com tanta gente que... a neném com HIV estava lá, ou outras pessoas... neném que nasceu prematuro, eu com a minha pressão alta...

A minha pressão subiu muito na gestação e depois que ele nasceu subiu mais ainda. Era vinte e três por dezessete, e eu passava mal, não conseguia nem dormir. Meu olho não fechava de madrugada e trancada na cela ficava mais complicado, porque você chamava, chamava e ninguém respondia. Então, se eu tivesse um mal súbito ou alguma coisa lá dentro, eles não iam nem ver. Se eu passasse mal em cima daquela cama alta e minha criança caísse daquela altura,

⁴⁹ PFC é a sigla utilizada para se referir à Penitenciária Feminina da Capital, uma das unidades prisionais destinadas à prisão de mulheres, que pertence à Coordenadoria da Capital e Grande São Paulo.

⁵⁰ COC é uma antiga sigla utilizada para se referir ao Centro Hospitalar do Sistema Penitenciário do Estado de São Paulo.

ia rachar a cabeça no meio. E não consigo entender a necessidade de você trancar a cela se já tem a galeria inteira trancada. Você ia sair por onde? E você ficar trancada numa cela que não chegava nem a dois por dois... não cabia mais nada além da cama, você e um bebê.

E essas camas eram daquelas de ferro, hospitalares e antigas, que são bem altas. Teve criança que caiu de lá de cima, só que mulher tem mania de enfeitar... como a família tinha levado cobertor para ela se cobrir, com o cobertor que a casa deu ela tinha forrado o chão. E foi o que amorteceu a queda da criança daquela cama. O neném caiu de lá de cima na coberta que ela tinha dobrado e posto no chão. E o engraçado é que a criança caiu com ela trancada, e até que ela conseguisse gritar... quando ela começou a gritar, todo mundo começou a gritar junto, mas e para a mulher subir e abrir a grade? E depois então, para abrir a cela? Sabe, são as pequenas coisas no dia-a-dia....

Eu me preveni o máximo que pude e, graças à Deus, não aconteceu nada em nenhum momento com o meu filho, porque a resposta é única, não está bom para você, entregue o seu filho e volte para a sua cadeia de origem. E como eu já sabia que essa frase era instantânea, eu nunca precisei ouvir isso de ninguém.

Mas acho que no nascimento do Miguel eu já estava mais experiente, devido ao que eu já tinha vivido. E mesmo já sentenciada, eu pensei *"Vocês não vão me tirar o direito de ser mãe, dessa vez! Eu vou construir um vínculo com o meu filho e mesmo que não dê nada certo eu quero viver intensamente esse momento. Então vocês podem passar por cima de mim com rolo compressor, que o meu filho eu não entrego antes dos seis meses."* Se o mínimo é seis, então eu vou viver intensamente cada segundo que eu tenho com ele e ninguém vai me tirar esse direito. E vivi intensamente.

Na verdade, já era de direito os seis meses, anos atrás. Mas eles tiraram da gente o direito porque quiseram. Há treze anos eu não sabia, então eles me tiraram o meu filho João do jeito que eles bem entenderam, com três meses. E eu tive que absorver a ideia.

E dessa outra vez, eu vi mãezinhas com crianças de um ano, um ano e pouquinho, já andando. E eu falei *"Dessa vez o sistema não vai me tirar o direito de ser mãe!"* Eu não podia dar o direito de ver elas tomarem o meu filho de mim e mandarem ele embora. Porque se elas quisessem, elas faziam. Minha palavra não valia nada e qualquer coisa que inventassem e

colocassem no papel, meu filho ia embora. Então eu sempre tive consciência de baixar a minha cabeça e não deixar que nem na inteligência deles eles conseguissem me tirar aquele momento. A única coisa que eu não queria era viver pela segunda vez o que eu tinha vivido há treze anos atrás. E, graças à Deus, Deus conduziu da melhor maneira e Ele me fortaleceu e eu venci. Eu venci!

Mas também vivi e vi muitas situações... uma vez eu estava usando uma blusa de lã branca, normal. Veio uma Asp bem novinha e me chamou no meio da visita. Eu estava com a minha mãe. Ela me chamou e falou, *"Eu quero que você tire essa blusa agora!"* subiu comigo e disse *"Você tem duas opções: ou você tira a blusa agora ou eu fecho a grade e você não desce mais para a visita"*. Ela queria que eu tirasse a blusa e usasse uma camiseta branca. A minha era uma blusinha de lã. Só que essa roupa tinha entrado pela portaria para eu usar dentro do prédio e era branca... Quer dizer, a diretoria permitiu que a blusa entrasse para ser usada lá dentro junto com a camiseta branca. Ninguém trouxe nada escondido para mim. E ela no automático não gostou, não sei o porquê... e ela me ameaçou tirar a minha visita. Então eu falei, *"Não, tudo bem. Sim senhora, estou tirando a blusa."*

Outra situação era a história da água... a neném com HIV não podia mamar no peito da mãe, mamava só mamadeira. Só que eles punham a garrafa com água quente para fora das grades dos quartos trancadas! Chegava de madrugada, ela tinha uma garrafinha térmica, mesmo não tendo visita ela tinha ganhado de outras pessoas, para encher de água quente antes de entrar para a tranca. Mas a água da garrafa acabava de madrugada e a menina tinha que mamar a água do chuveiro. Fazia o leite com a água do chuveiro!

Então nós fomos tentar conversar com a Asp, uma das meninas falou *"Meu filho não merece passar por isso."* E ela falou *"Eu te dou toda razão, o seu filho realmente não precisa pagar pelo erro que você cometeu. Ele não merece! O BO não é seu? Então se você quiser assinar o papel eu peço para a sua família vir buscar ele. Aí você vai cumprir a sua pena lá dentro do pavilhão."* Então quer dizer, não tinha conversa. Não tinha o que argumentar, era assim e pronto!

E eu tinha os meus momentos, mas tudo que eu podia fazer de melhor por mim era agir com a inteligência. Eles não precisavam de muito para tirar o meu filho de mim. É muito pouco!

Só que eu sou mais inteligente do que eles, e hoje eu não dou a eles o direito de me tirar esse direito de ser mãe. Se eu tivesse batido de frente com eles e falado tudo o que eu pensava, falado tudo que estava errado... poxa, todo mundo trancado, trancafiado às quatro horas da tarde... você trancada numa cela que estava ou completamente gelada ou pegando fogo, com um bebê de dias de nascido.... Não era justo, entendeu?

Só que nós encontramos a melhor maneira de superar o frio e o calor, juntos, trancados na cela, às quatro horas da tarde. Eu abanava ele o tempo todo. E são coisas que você faz, você não tem opção. Ou você vive aquilo ou você vive aquilo. Eu tinha o direito de escolher, de mandar ele embora ou dele estar comigo. Então a gente viveu o calor juntos e a gente viveu o frio juntos e, ou dormiam os dois agarradinhos ou eram os dois sendo abanados, e sem reclamação! "Está tudo bem?" "Está tudo ótimo!"... "Tem algum problema?" "Nenhum!"

Em nenhum momento reclamei. Deixei para quem quisesse reclamar que não estava bom, porque para mim estava. Independentemente do frio ou do calor, ou do que eu estivesse vivendo, aquele momento era único e só meu, e ninguém ia me tirar esse direito de estar ali. Só a magia de estar na presença do meu filho, de poder viver aquilo, já era suficiente. Para mim foi mágico demais e é tudo o que eu tenho hoje. Foi o que me reconstruiu. É a reconstrução na minha vida!

Depois da PFC eu fui para o COC. Nem todo mundo conseguia vaga numa cela, logo que chegava. Então ficava num tipo de enfermaria, com várias camas, várias mães e nenéns. Depois de uns vinte dias, como era muita criança, as coisas iam girando. Uma vez por semana sempre ia mãe embora porque vencia o período de amamentação do filho, ou porque a mãe preferia entregar a criança. E em quinze, vinte dias você conseguia uma cela individual para você e seu bebê.

Só que lá funcionava diferente. Como as galerias tinham grades, eles trancavam as grades e as celas ficavam abertas. Mas o ritmo era o mesmo, de prisão. Seis horas da manhã eles saiam abrindo as grades para que você pudesse circular no pátio. A roupa você lavava e mandava lá para fora para eles secarem.

Quando a criança tinha algum problema e precisava passar no pediatra, ia para a rua e você ficava. Às vezes quem levava era a enfermeira, mas às vezes nem era ela, mas a guarda, a escolta. A agente penitenciária pegava o seu neném e levava para o médico da rua. Elas que

definiam o que tinha a criança, como se fossem elas que soubessem o que seu filho tinha, que dormissem com ele... explicava para o médico, voltava com a medicação e tudo pronto! Você só tinha o trabalho de olhar! O resto elas faziam, entendeu?!

Já a vacina, não tomava. O Miguel mesmo, só tinha tomado uma, logo quando nasceu. Então depois que veio embora, levei quase um mês para repor todas as vacinas. O resto ele veio tomar com quatro, cinco meses. Foi uma vacina atrás da outra, com picada para todo lado, porque lá dentro do presídio não funcionava esse negócio de vacina.

Mas, mesmo assim, acho que o COC foi até mais tranquilo, quer dizer, todos os lugares têm as suas dificuldades.... Você dar banho em um banheiro coletivo no seu bebê pequenininho, recém-nascido, não é simples. São coisas que a gente até consegue. Mas em um banheiro coletivo nem todo mundo tem o mesmo tipo de higiene, a mesma... tem mãe que fuma maconha, mãe que tem doença, mãe que não toma banho, mãe que tem sarna... tem mãe de tudo quanto é jeito, assim como existem todas as pessoas no mundo. E lá é um lugar que tem de tudo um pouco.

Nesse banheiro coletivo quem fazia a limpeza não eram as presas, mas uma empresa paga pelo hospital, e eu acho que eu limpava melhor do que eles. O chão e as paredes eram feitos com aquele monte de pedrinhas, então você via aquele chão cheio de limo, o banheiro fedendo a urina, papel de menstruação e absorvente no chão.... Tinha gente que fazia as necessidades no chão... e aí você era obrigada a ir lá dar banho no seu bebê. Devia poder, mas não existia, não tinha como você entrar num consenso. Muitas vezes quando você chegava o banheiro já estava sujo, você não conseguia saber quem tinha sujado e as demais não queriam limpar. Era aquele conflito o tempo todo... Já era um ar tão pesado por ser prisão, que se a gente fosse causar problema entre nós mesmas ficava pior. Então, quando eu ia dar banho no meu filho, eu mesma lavava o banheiro antes de entrar. Pelo menos o quadrado onde eu ia. Minha cela eu limpava também. Não deixava que o pessoal que vinha de fora limpasse.

E lá eles determinavam que com três meses o seu filho tinha que parar de mamar no peito e que você deveria introduzir outros alimentos. Ainda bem que eu vim embora antes disso. Então com três meses já vinha a primeira frutinha do neném, banana, goiaba... e é aquilo, o organismo da criança é diferente. Quando eles cismavam de mandar goiaba todo dia... era uma

choradeira, ressecava a criança, prendia o intestino... Mas você tinha que dar a goiaba para o seu filho! Ele tinha que comer goiaba a semana inteira!

Com três meses entrava a primeira fruta, com três meses e vinte dias a primeira sopinha, e assim ia... aos poucos eles iam tirando a criança do peito. Diziam que era assim que funcionava. Você tinha que dar a sopinha, tinha que dar a comida e tirar o peito. E eu acho que era pelo simples prazer de tirar de você um direito de escolha. Eu não acho que fosse pelo bem da criança. Era simplesmente para mostrar que você não mandava nada, que você não tinha direito nenhum e que quem escolhia eram eles! É esse o sentimento que eu tenho. Não vejo outro motivo.

Eu acho até que eles faziam as coisas na intenção de que você mandasse a criança embora. E quem nunca tinha vivido nada daquilo... eu já tinha vivido uma vez, eu sabia como era. Mas cada uma assimilava a maternidade de uma maneira. Eu sei como assimilei. Eu sabia o que eu queria naquele momento, então, nada que eles fizessem ia fazer com que eu entregasse o meu filho. E eu não ia dar o ponto para que eles pegassem o meu filho do meu braço e entregassem para a minha família.

Mas você sentia que era um mecanismo para te atingir. Acho que nem era na intenção de judiar da criança, mas na intenção de judiar de você, porque você via a criança que gritava, fazia cocô com sangue... o organismo é mais frágil. É aquela questão, dar um mamão para um bebê... se eu comer um mamão não dá nada, agora se ele comer solta o intestino dele. Um bebê novinho que só mama no peito. Mas se você desse, eles conseguiam tirar ele do seu peito, e era exatamente o que eles faziam.

E também acho que faziam na intenção de que você visse sua criança sendo massacrada, aí você pensaria *“Será que é justo deixar o meu filho aqui? Será que eu tenho esse direito de permanecer com ele? De deixar meu filho preso, junto comigo?”* Porque a maioria das mães entregava por conta disso, porque as crianças eram obrigadas a passar por coisas que elas não precisavam passar. Por isso eu acho que é um mecanismo. Eles trabalhavam a sua mente para você entregar por conta própria. E se você não entregasse, eles mediam a sua febre a ponto de uma hora você reagir e aí ser obrigada a entregar, porque eles tomavam de você, e era automático.... Nem todo mundo tinha o mesmo pensamento de se segurar, de ficar quieta.

Eu passava superficialmente pelas guardas, não incomodava ninguém, fazia simplesmente a minha parte e pronto. Se eu tenho que baixar a minha cabeça para você, eu vou baixar e pronto. E se eu tiver que superar isso eu vou superar. Outras não, elas chegavam ali com a cabeça cheia. Eram meninas, eram novas, não tinham noção. Já queriam xingar a guarda, falar palavrão... e era um ponto para eles, e esse ponto eu não ia dar para ninguém!

Eu tirei os meus dias assim, *"Hoje todo mundo vai..."* e eu *"Está bom, sim senhora."* Teve dia de *blitz* que você tinha que ficar com a criança no colo o dia inteiro. Eu passei o dia inteiro sem comer, com o meu filho mamando no meu peito, em pé e sem poder sentar, só porque era blitz. E eu sabia que aquilo era só um ponto para um passo... então passei o dia inteiro assim e sem reclamar! Nem todo mundo passou, muitas foram para o castigo. Quando ia para o castigo a família tinha que vir buscar o bebê a não ser que desse para ter uma conversa e a segurança deixar ficar. Aí quem ficava cuidando da criança era a enfermagem, até que a mãe saísse do castigo. Eu não tive que passar por isso, graças à Deus!

Não reclamei de nada... não chegou a fase do meu filho... não chegou sopinha, não chegou frutinha, não chegou suquinho, não chegou nada, porque eu vim embora antes disso. Então para mim foi mágico, porque a princípio, quando eu me vi sozinha com ele, vivendo a parte dois da minha vida, eu imaginei o quanto poderia ser bom, o quanto poderia ser mágico conseguir continuar junto com o meu filho. Ainda mais depois da suspeita do HIV, da possibilidade de estar doente, e eu pensei *"Deus, eu queria tanto ser mãe pelo menos uma vez na vida. Eu queria tanto amamentar meu filho e cuidar dele, do jeitinho... desde pequenininho e acompanhar tudo"*, e tudo isso eu consegui fazer.

Tanto que parece que foi pirraça, porque eles queriam que eu tirasse o meu filho do peito com três meses e eu tirei com 2 anos e seis meses, e não precisei viver tudo aquilo. O que aconteceu na minha vida foi muito mágico, porque fui sentenciada no dia 12 de junho, o neném tinha quinze dias. Na mesa do juiz eu olhei para a Dra. Mirian⁵¹ e falei *"Doutora, pelo amor de Deus, não deixa eu ficar sem o meu filho, só isso!"* Assinei a sentença e descii. Não podia imaginar que a minha liberdade viria dois meses e pouco depois.

⁵¹ Advogada da defensoria pública que cuidava do processo de Vitória.

Ele nasceu dia vinte e sete de maio e eu vim embora dia vinte e cinco de agosto de 2012, se não me engano... ele ia fazer três meses no final de agosto, e antes que eles comessem a determinar o tempo em que eu ia ter que desmamar o meu neném, eu vim embora com ele. Tinham momentos, de passar a noite inteira olhando para o meu filho e para o céu, pedindo que alguma coisa acontecesse na minha vida, porque a experiência que eu tinha com a defensoria pública era a pior. Tinha tirado quase a minha cadeia toda de ponta, na primeira vez. Então, as experiências eram péssimas e eu não tinha nada para me apegar.

Por isso eram o dia e a noite inteira eu falando para Deus *"Tem misericórdia da minha vida! Eu não quero viver isso de novo. Não deixa eu ficar sem o meu filho, porque eu vou morrer dessa vez. Dessa vez eu vou morrer de verdade!"* E Deus foi tão maravilhoso que permitiu que eu viesse embora com ele nos meus braços. E eu tenho certeza que veio de Deus esse presente, porque eu pedia a madrugada inteira, enquanto o meu filho mamava, olhando nos meus olhos.

E as coisas aconteceram no tempo certo, conforme eu me submetia às coisas que aconteciam no dia-a-dia daquele lugar, parecia que eu passava ilesa. Não doía em mim. Eu via que era difícil para as pessoas superarem, mas em mim não doía. Não senti dor, talvez porque o meu momento fosse tão único, tão mágico, que nada podia me abalar. Não dei oportunidade para ninguém me ferir, nem alcançar e foi tudo acontecendo naturalmente. Eu sinto a presença de Deus na minha vida porque eu pedi muito que eu não precisasse viver aquele momento, que eu não precisasse discutir, brigar... Eu pensava *"Por que que eu preciso tirar o meu filho do meu peito aos três meses se eu posso amamentar ele?"* E eu vim embora do nada.

Quando a assistente social me chamou, achei que era o registro de nascimento do meu filho, porque ele já estava com três meses e não vinha o registro nem documentação nenhuma dele. Mas aí ela falou, *"A sua liberdade está na casa"*, eu falei *"Não pode ser! A senhora deve estar enganada"*, ela falou *"Não, pode recolher as coisas do seu filho que vocês vão embora."* E... estamos aqui.

Foi difícil, não estou falando que não foi difícil, mas eu não consigo sentir dor por aquilo, porque tudo que eu tenho vivido hoje tem sido... Se eu recebi um castigo, agora estou na fase do carinho. Porque quando a gente vive algo de bom, aquilo de ruim fica para trás, então hoje isso não...

Quer dizer, não sei daqui para frente, porque as coisas não estão fáceis. Minha situação vai ser definida agora em maio. Estou sentenciada a seis anos de prisão, e na rua, há dois anos cumprindo em regime aberto por ter saído pelo benefício para amamentar o meu filho, por um habeas corpus. Porque hoje é um direito das gestantes... quando o presídio não tem condições de oferecer um acompanhamento médico, um pré-natal, que ele coloque a presa em liberdade.

A defensora tentou esse direito para mim. Foi negado em primeira instância, eu fui julgada e sentenciada ainda grávida. A juíza me sentenciou como traficante de drogas e quando veio esse pedido de habeas corpus, ela negou alegando que eu era usuária de droga e que não tinha moradia fixa. Por isso não teria como me localizar depois e talvez eu não comparecesse às audiências.

Mas ganhei em segunda instância. O supremo tribunal me concedeu o direito por conta da maternidade. Porque não fiz pré-natal nenhum do Miguel, foi muito tumultuado. O primeiro ultrassom que fiz foi quinze minutos antes dele nascer, dentro da própria santa casa. Então eles me deram o direito de sair com o Miguel. Mas agora, passado o período de amamentação, há chances do juiz querer que eu volte a cumprir minha pena em regime fechado.

Mas eu consigo dizer com o meu coração tranquilo, que eu não consigo marcar no meu pensamento o negativismo daquele momento que já vivi. Porque o que eu tenho vivido tem sido maravilhoso... as minhas lutas, a presença da minha família, dos meus filhos, do meu bebê... que eu pude ver tudo... o primeiro dente, o primeiro passo, a primeira palavra... o primeiro tudo eu tive a oportunidade de viver. O que pesa mais, é isso, aquilo que eu vivi passou, quer dizer...

Criam-se feridas, é lógico, eu perdi um filho há treze anos atrás! Também não é justo eu querer ser... não é justo nem com ele, que hoje tem treze anos. Não é justo eu substituir ele pelo que eu tenho vivido hoje, mas infelizmente, no automático, eu consigo matar aquela dor... Ela não se apaga, quando eu lembro ela me dói, mas eu tenho tentado... tentado?! Não sei explicar... eu tenho vivido o meu hoje porque eu não sei até quando vai... se eu me prender a tudo isso que me fez tão mal lá atrás, não sei se vou conseguir viver o que eu estou vivendo hoje.

Aliás, eu não vou conseguir, porque toda vez que eu me prendo no passado, ou que eu me prendo no futuro, que ainda não chegou e eu sei que as coisas não estão fáceis para mim,

aí eu não consigo conduzir a vida. Não consigo viver, e eu não posso fazer isso comigo, hoje. Eu não posso fazer isso com os meus filhos. Não sei o que vai ser de mim, então preciso viver esse momento, preciso viver intensamente agora. Mas também não aceito ficar longe dos meus filhos! Não consigo aceitar! E não quero perder isso tudo que eu tenho construído nesses meus dias.

Desde que o Miguel nasceu, não me afastei dele em nenhum momento da minha vida. Nunca fiquei mais de quatro horas longe dele. Fazem dois meses que ele está na creche. Até então eu vivia com ele, vendendo brigadeiro, vinte e quatro horas por dia. Onde eu ia ele ia junto.

Agora que já não tem mais plano B, o cerco está se fechando. A justiça negou a minha apelação. Como as coisas não estão caminhando tão bem, eu prefiro prevenir o meu filho. Porque se eu não tivesse vivendo isso, talvez ele nem na creche estivesse ainda. Mas como eu não sei o que vai ser da minha vida, eu não posso simplesmente deixar que alguém jogue ele numa creche de uma hora para a outra.

Por isso já fui preparando isso, consegui a vaga... eu quis levar, eu quis ver o choro dele quando eu saí... e ele foi se acostumando. Então tudo isso eu tive a oportunidade de viver. Porque se o amanhã não for do jeito que eu penso, talvez ele sofra menos. Ele está com dois anos e sete meses, e se ele tiver que ficar sem mim, pelo menos não vai ser tão trágico.

Ele estava mamando no meu peito até três meses atrás, aí eu consegui a creche e falei, "Não, agora vai..." primeiro deixei de amamentar de dia e depois falei "Não, não vai mais mamar no meu peitinho!" Aí foi uma luta de madrugada. Ele ficou bravo, virava para a parede e dormia sem falar comigo. A gente dorme de conchinha desde que ele nasceu e foram cinco dias sem dormir de concha, nessa briga. Ele virava para o canto da parede e ficava longe de mim. Agora não, isso passou. Já está indo para a creche direitinho, passou a fase da adaptação, não mama mais no peito... já é um mocinho, é um mocinho!

Então, hoje talvez seja até mais tranquilo o Miguel em relação a mim, porque antes ele não ficava com mais ninguém. Já hoje, tenho tentado fazer com que ele se aproxime mais das pessoas, vá para uma creche.... Porque se acontecer alguma coisa, não que eu vá com as minhas próprias pernas, porque com as minhas pernas mesmo eu não volto. Mas se eu for forçada, pelo

menos eu sei que ele vai ter alguma coisa no que se amparar. Mas não quero pensar nisso também, não quero! Porque sei que se eu tiver que ir vai ser um longo e tenebroso inverno e eu vou ficar sem ele. Então procuro nem trazer as lembranças lá de trás e nem trazer o futuro para agora, simplesmente vou vivendo o que eu tenho vivido.

E depois que consegui sair para amamentar foi muito bom pelo Miguel, mas também foi complicado. Já tinha dado muito trabalho para a minha família, passado por dezenove internações em clínicas de dependência química.... Então, quando saí, ninguém acreditava que eu quisesse realmente uma mudança. Passei tanto tempo usando droga e perdida na rua que... as pessoas não acreditavam mais em mim.

Eu não tinha mais os meus dentes, perdi todos na rua. E era constrangedor. Então, no começo, minha vida se resumiu a ficar dentro de casa cuidando do meu filho e das minhas coisas. Comecei a fazer uma faxina ou outra para fora e saía só para isso. Queria juntar dinheiro para fazer uma prótese dentária, para que eu me sentisse menos pior. Consegui pagar a prótese superior completa, porque eu não tinha dente nenhum.

Depois disso as pessoas começaram a confiar mais em mim, mas só tinha mais liberdade dentro da minha própria casa. Apenas depois do primeiro ano em casa é que as coisas foram ficando mais tranquilas, porque eles viram que eu tinha um foco... fui fazendo planos, reconstruindo sonhos... coisas que tinham ficado paradas muito tempo atrás... porque passei vinte e um anos usando drogas. E nesses anos todos, não posso dizer que eu tive grandes coisas, grandes perspectivas de vida, porque eu achava o tempo todo que eu ia morrer ali e que ali era o meu fim. Não via mais saída daquele mundo. Hoje quando eu olho para mim, eu mesma não acredito!

Engraçado, porque eu não via saída, mas as coisas mudaram. Hoje eu estou aqui... sempre gostei de cozinhar, mas nunca pensei em fazer alguma coisa parecida com isso. Pensava inúmeras coisas, mas não tinha dinheiro para dar início a nada. Também não tinha a confiança de ninguém que fosse dar o dinheiro na minha mão para fazer alguma coisa. Então eu fui fazendo as coisas aos poucos, conforme as minhas possibilidades.

Fiz um cofrinho para o Miguel. Porque no primeiro aninho de vida dele eu não tive condições de fazer nem mesmo um bolo. E eu queria muito ter feito isso, porque eu nunca tinha

feito antes. Fui juntando dinheiro e no dia em que abri o cofrinho, que foi um mês antes do aniversário dele, em maio, tinham R\$ 380,00. Comecei a comprar as coisinhas para fazer a festinha dele de dois anos, aqui em casa. Fiz brigadeiros e foi uma coisa louca... adoraram! Depois disso, todo mundo que ia fazer festa de aniversário começou a pedir para que eu fizesse brigadeiro. E foi assim que recomencei, fazendo brigadeiro.

Conforme vendia, tinha um dinheirinho para fazer mais. Então, fazia e vendia na rua. E levava o Miguel junto comigo. Tinham dias em que eu vendia dois, três brigadeiros. Tinham dias em que eu vendia todos e dias que eu não fazia nem o dinheiro da volta do metrô. Mas as coisas foram tomando certas proporções maiores e melhores, porque as pessoas iam fazendo a minha propaganda boca a boca. Então me pediam para fazer os doces de uma festa, a pessoa que ia como convidado também me chamava para fazer a sua... e foi dando certo.

Eu já gostava de fazer aquilo. Sempre gostei muito de doce, de confeitaria... acho lindo, tenho uma admiração e um amor tremendo pelo trabalho que faço! E fui desenvolvendo outras coisas, bolos, tortas, outros tipos de doces... e as coisas foram fluindo melhor do que eu imaginava. Mas a gente fica defasada com o tempo. Eu tinha vinte anos de paralisia cerebral na droga, então decidi que eu ia estudar.

Queria fazer curso de pães artesanais, mesmo porque era uma renda extra para mim. E o primeiro curso que fiz foi o de panificação, pelo instituto Paula Souza. Quando terminei esse, fiz o de auxiliar de cozinha. Depois, acabei conseguindo uma bolsa do Senac e fiz um curso de salgadeira.

Agora estou aguardando uma vaga que surgiu para mim em fevereiro, porque quero fazer técnico em nutrição. Parei de estudar no primeiro colegial. Então gostaria muito de retomar meus estudos. Mas meu maior sonho é conseguir fazer faculdade de gastronomia. Esse é o meu maior sonho! Eu quero ter um diploma, quero que as pessoas me enxerguem de uma forma diferente, quero ser olhada com outros olhos!

Abri um microempreendedor individual.... Na verdade, não conseguia emprego com registro em carteira. A minha situação indefinida me prejudica muito, não só o antecedente. O antecedente já é o fim do mundo porque ninguém quer te aceitar!...

Eu faço um acompanhamento pelo Cratod, que é um centro de referência em álcool, tabaco e outras drogas. É do governo. Lá eles fizeram um projeto chamado Selo Recomeço. Uma parceria do governo com algumas empresas para que dessem oportunidade de emprego para quem tivesse começando, ali na cracolândia. Só que eu acho que eles pensaram que ali só tinham usuários de droga sem passagem na polícia. Mas é muito difícil você encontrar alguém ali que não tenha sido preso, porque é a lógica do lugar, você acaba sendo pego, taxado e qualificado como traficante....

E eu vou te dizer que nem com o bendito Selo Recomeço eu consegui arrumar um emprego porque... no dia da minha entrevista, que era na área de cozinha, foi bem constrangedor. Fui na empresa e a pessoa se limitou a me perguntar do meu passado. Não queria saber das minhas experiências na cozinha. Queria saber quantas passagens eu tinha, porque eu tinha ido, porque tinha voltado, quanto tempo tinha ficado... e foi muito humilhante para mim. Fui entrevistada na frente de mais dez pessoas e eu simplesmente não tinha como mentir. Passei por essa situação duas vezes. Fiz duas tentativas. Então decidi que não queria mais passar por aquilo e continuei com os meus doces.

As coisas foram melhorando, eu abri um microempreendedor individual e sou um comércio hoje. Emito até nota fiscal! Emito nota fiscal eletrônica e tenho uma página no *facebook*, que eu mesma fiz. Fui convidada pelo Sebrae para fazer uma gravação de uso restrito da TV Futura, para uso interno do Sebrae, como pessoa de sucesso. Eles não sabem do meu passado. Mas se eu recebi um convite do Sebrae para fazer isso, é porque com os meus brigadeiros e os meus doces eles me enxergam uma pessoa de sucesso. E se eles me enxergam uma pessoa de sucesso é porque eu sou! De verdade!! Então eu quero muito viver esse momento, crescer profissionalmente, quero o meu diploma, quero fazer inúmeras coisas... E eu não posso ser presa agora! E hoje, graças a Deus, o meu trabalho em casa com os meus doces me sustentam. Eu tiro o meu sustento do meu trabalho e dos meus doces, em todos os sentidos, todos!

Estou com trinta e oito, e foram mais de vinte anos jogados no lixo. Meu coração não aceita, depois de tudo isso, ter que voltar para a prisão, porque eu acredito muito na existência de Deus, porque eu sei que hoje eu permaneço viva é pela glória de Deus. Porque eu passei inúmeras coisas e podia ter morrido. Hoje eu tenho sonhos, tenho planos, e tenho um monte de

coisas... quero concluir tudo o que eu deixei parado na minha vida. Eu quero viver! Tive inúmeras oportunidades quando jovem, mas eu não conseguia usufruir delas e esse é o meu momento, esse é o meu momento! Eu preciso viver isso agora, eu preciso... Sinto uma necessidade muito grande de viver isso hoje e intensamente.

Tenho participado de um trabalho social na cracolândia e para mim é mágico estar ali. Convidar eles para vir comigo e falar para eles, vem que eu estou te esperando na linha de chegada! Quando eu passo por lá, parece que está passando o prefeito... eu demoro quarenta minutos para andar o quarteirão. Porque todos eles vêm e eu abraço, eu beijo, dou uma palavra de carinho, falo que eu amo... porque eu amo de verdade, porque se hoje eu estou viva, também é por eles que guardaram o meu sono durante a madrugada. Porque viver na rua é um mundo cão. Para quem vive na rua não é fácil amanhecer vivo, amanhecer sem uma marca no rosto... não é fácil! Então eu devo muito a eles que zelaram o meu sono muitas vezes. Nós cuidamos uns dos outros na rua, dividimos a mesma comida do lixo, o mesmo papelão para dormir, o mesmo cobertor, a mesma fissura, a mesma droga... e hoje eu sinto uma necessidade de crescimento porque sei que se eu atingir o sucesso eu consigo buscar mais alguns, entendeu? Apesar de que eu já fui bem longe... já fui mais longe do que eu imaginei que eu pudesse ir.

E eu sei que tudo isso eu devo a experiência transformadora que tive com a maternidade, com o Miguel. Completamente! Completamente! E eu penso que tudo isso que aconteceu hoje poderia ter acontecido há treze anos atrás, quando tive o João. E tudo isso que eu vivo hoje com o Miguel, que é essa experiência que move a minha vida, teria acontecido há treze anos atrás, se eu tivesse tido essa oportunidade. Só que foi diferente... e hoje, a oportunidade é essa. E eu tenho vivido intensamente todos os momentos da minha vida. E o que me move é a magia da maternidade, que me faz um ser humano melhor e construiu um sentido para a minha vida! Não tenho como mudar aquilo que ficou lá atrás, mas tenho como fazer diferente daqui por diante.

Anexo A: Aprovação do Comitê de Ética

APROVAÇÃO

O Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em sessão de **17/09/2014**, **APROVOU** o Protocolo de Pesquisa nº **241/14** intitulado: **"A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NO CÁRCERE: COTIDIANO DE CUIDADOS E TRAJETÓRIAS DE VIDA"** apresentado pelo Departamento de **FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA E TERAPIA OCUPACIONAL**.

Cabe ao pesquisador elaborar e apresentar ao CEP-FMUSP, os relatórios parciais e final sobre a pesquisa (Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 466/12).

Pesquisador (a) Responsável: Sandra Maria Galheigo

Pesquisador (a) Executante: Priscilla Feres Spinola

CEP-FMUSP, 17 de Setembro de 2014.

Prof. Dr. Roger Chammas
Coordenador
Comitê de Ética em Pesquisa

Anexo B: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA OU RESPONSÁVEL LEGAL

1. NOME:
DOCUMENTO DE IDENTIDADE Nº : SEXO : .M ☐ F ☐
DATA NASCIMENTO:/...../.....
ENDEREÇO Nº APTO:
BAIRRO: CIDADE
CEP: TELEFONE: DDD (.....)
2. RESPONSÁVEL LEGAL
NATUREZA (grau de parentesco, tutor, curador etc.)
DOCUMENTO DE IDENTIDADE : SEXO: M ☐ F ☐
DATA NASCIMENTO.:/...../.....
ENDEREÇO: Nº APTO:
BAIRRO: CIDADE:
CEP: TELEFONE: DDD (.....)

DADOS SOBRE A PESQUISA

1. TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA **A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NO CÁRCERE: Cotidiano de cuidados e trajetórias de vida**
PESQUISADORA : Prof.a Dra. Sandra Maria Galheigo
CARGO/FUNÇÃO: Docente INSCRIÇÃO CONSELHO REGIONAL Nº 256/TO – 3ª região
UNIDADE DO HCFMUSP: Faculdade de Medicina
3. AVALIAÇÃO DO RISCO DA PESQUISA:
RISCO MÍNIMO ☒ X RISCO MÉDIO ☐
RISCO BAIXO ☐ RISCO MAIOR ☐
4. DURAÇÃO DA PESQUISA : 16 meses

FACULDADE DE MEDICINA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A senhora está sendo convidada para participar da pesquisa: “**A EXPERIÊNCIA DA MATERNIDADE NO CÁRCERE: Cotidiano de cuidados e trajetórias de vida**”, que tem como objetivo conhecer, compreender e refletir sobre a experiência da maternidade no cárcere. Neste estudo serão colhidas as histórias de vida de mulheres que tiveram seus filhos no sistema penitenciário. Para conhecer e compreender essas experiências, a pesquisadora buscará saber a respeito do dia-a-dia de cuidados com o bebê no cárcere, as dificuldades vividas no que se refere ao acesso aos seus direitos, e como estas experiências afetaram sua trajetória de vida e a de sua família.

Sua participação nesta pesquisa, não envolve riscos, já que consistirá em responder às perguntas realizadas durante a entrevista, e que poderá acontecer em dois ou três encontros de aproximadamente 1 hora cada. Caso haja algum desconforto ela poderá ser interrompida ou ter suas perguntas modificadas. Esta entrevista será gravada e depois passada para uma versão escrita. A pesquisadora irá lhe apresentar sua entrevista depois de escrita, para que possamos

saber se a senhora concorda ou solicita alguma mudança em seu conteúdo. O estudo de sua entrevista ocorrerá sem que se faça qualquer julgamento de valor ou exposição pessoal em relação às situações-problema que a senhora trouxer. Em seguida, as gravações em áudio serão destruídas.

Na apresentação de sua entrevista no trabalho, sua privacidade será assegurada, uma vez que seu nome será substituído e nenhuma informação que a identifique será utilizada. Sua identidade permanecerá em sigilo na análise e na apresentação dos resultados da pesquisa e, sua imagem e dignidade não serão comprometidas de nenhuma forma.

Os dados coletados serão utilizados apenas nesta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou revistas científicas.

Sua participação é voluntária, isto significa que a qualquer momento a senhora pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador.

A Sra. não terá nenhum custo ou receberá quaisquer compensações financeiras. Não haverá riscos de qualquer natureza relacionados à sua participação. Embora esse estudo não vá trazer benefícios diretos para a senhora e seu filho, a sua participação irá auxiliar na compreensão da experiência da maternidade no cárcere. Dessa forma, as contribuições do trabalho serão gerais em torno do tema estudado, e a pesquisadora responsável se compromete a socializar os resultados da pesquisa para que esses objetivos sejam alcançados.

A senhora poderá solicitar às pesquisadoras, todo e qualquer esclarecimento que for necessário, no decorrer do estudo. A principal investigadora é a Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Galheigo que pode ser encontrada no endereço Centro de Docência e Pesquisa, Rua Cipotânea 51, Cidade Universitária, Laboratório ACCALANTO, tel: (11) 3091-8435. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (CEP-FMUSP): **Av. Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César - São Paulo - SP -21º andar – sala 36- CEP: 01246-000**, Tel: 3893-4401/4407, E-mail: cep.fm@usp.br.

Eu discuti com a Dr.^a Sandra Maria Galheigo e com a pesquisadora Priscilla Feres Spinola sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas. Concordo voluntariamente em participar deste estudo

e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo para minha pessoa.

Assinatura do participante

Data: ____/____/____

(Somente para o responsável do projeto)

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido legal para a participação dessa pessoa, neste estudo.

Assinatura do responsável pelo estudo

Data: ____/____/____

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Andrade BSAB. *Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil* [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2011.

Badinter E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1985.

Barcinski M, Ramos CC, Weber JLA, Dartora T. O Marianismo e a vitimização de mulheres encarceradas: formas alternativas de exercício do poder feminino. *Ex aequo*. 2013;28:87-100.

Barbosa FH. *Experiência e memória: a palavra contada e a palavra cantada de um nordestino na Amazônia* [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2006.

Buglione S. A Mulher enquanto Metáfora do Direito Penal. *Jus Navigandi*. 2000;4(38):1-2.

Braga AGM. Entre A soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista de Direito GV*. 2015;11(2):p.523-546.

Braga AGM, Angotti B. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. *SUR: Revista Internacional de Direitos Humanos*. 2015;12(22):p.229-39.

Braga AGM, Angotti B. *Dar à luz na sombra*. Pensando o direito e as reformas penais no Brasil: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. São Paulo: Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional, 2014.

Braga AGM, Franklin NIC. Quando a casa é a prisão: uma análise de decisões de prisão domiciliar de grávidas e mães após a Lei 12.403/2011. *Quaestio Iuris*. 2016;9(1):p.349-75.

Brasil. Ministério de Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Dados gerais mulheres presas*. Infopen Estatística. Brasília (DF). 2011a. Disponível em: <www.mj.gov.br/depen>. Acesso em 30. Set.2013.

Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Mulheres encarceradas: diagnóstico nacional*. Ministério da Justiça, Brasília (DF). 2008.

Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Relatório Estatístico Analítico*. Brasília (DF). 2012a. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 30.Set.2013.

Brasil. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. *Sistema Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN*, Brasília (DF). 2012b.

Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br>>. Acesso em 30.Set.2013.

Brasil. Ministério da Justiça. Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP. *Resolução n.º 4, 15 de Julho de 2009*. Dispõe sobre a estada, permanência e posterior encaminhamento das(os) filhas(os) das mulheres encarceradas. Brasília (DF). 2009b.

Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria de Assuntos Legislativos. *Dar à luz na sombra: condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão*. Ministério da Justiça, Secretaria de Assuntos Legislativos. Ministério da Justiça, IPEA, Brasília (DF). 2015. (Série Pensando o Direito, 51).

Brasil. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Grupo de Trabalho Interministerial. *Relatório final: reorganização e reformulação do sistema prisional feminino*. Ministério da Justiça, Brasília (DF). 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. *Saúde da criança: nutrição infantil aleitamento materno e alimentação complementar*. Ministério da Saúde, Brasília (DF). 2009c. (Cadernos de Atenção Básica, n. 23) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Plano nacional de saúde no Sistema Penitenciário*. Ministério da Saúde. 2a ed., Brasília (DF). 2005. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. *Portaria nº 482, de 1º de abril de 2014*. Institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. Brasília (DF). 2014a.

Brasil. Presidência da República. *Decreto Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009*. Lei de Execução Penal, para assegurar às mães presas e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência. Brasília (DF). 2009a.

Brasil. Presidência da República. *Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011*. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. Brasília (DF). 2011b.

Brasil. Presidência da República. Lei nº 12.962, de 8 de abril de 2014. *Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para assegurar a convivência da criança e do adolescente com os pais privados de liberdade*. Brasília (DF). 2014b.

Brasil. Presidência da República. *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Lei de Execução Penal. Brasília (DF). 1984.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Secretaria de Políticas para as Mulheres, Brasília (DF). 2013.

Brasil. Presidência da República. Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. *Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília (DF). 2009d.

Brasil. Senado Federal. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília (DF). 1988.

Brasil. Senado Federal. *Decreto Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente. Brasília (DF). 1990.

Carvalho MCB. O conhecimento da vida cotidiana: base necessária à prática social. In: Carvalho MCB; Netto JP. *Cotidiano: consciência e crítica*. São Paulo: Cortez, 2000. p.13-63.

Centro pela justiça e pelo direito internacional. *Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil*. Brasília (DF), 2007.

Cerneka HA. Regras de Bangkok: está na hora de fazê-las valer! *Boletim IBCCRIM*. 2012; 20(232): 1-4.

Chernicharo LP. *Sobre mulheres e prisões: seletividade de gênero e crime de tráfico de drogas no Brasil* [dissertação]. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2014.

Chernicharo LP; Boiteux L. *Encarceramento feminino, seletividade penal e tráfico de drogas em uma perspectiva feminista crítica*. In: VI Seminário Nacional de Estudos Prisionais e III Fórum de Vitimização de Mulheres no Sistema de Justiça Criminal; 2014; São Paulo: Universidade Federal do ABC.

Colares LBC, Chies LAB. Mulheres nas so(m)bras: invisibilidade, reciclagem e dominacao viril em presídios masculinamente mistos. *Rev Estudos Feministas*. 2010;18(2):407-23.

Cortina MOC. Mulheres e tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Rev Estudos Feministas*. 2015;23(3):761-78.

Costa ECP. *Enfim, a liberdade: as mulheres e a vivência pós-cárcere* [tese]. Recife: Faculdade de Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco; 2011.

Costa MA, Barbosa AS. Mulheres encarceradas e o exercício da maternidade: discutindo o trinômio mulher, criança e rede familiar. *Fazendo Gênero*. 2010; 1-9.

Da Silva EF, et al. Maternidade atrás das grades. *Enfermagem em Foco*. 2011; 2(1): 33-7.

Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleos Especializados. Convive. *Mães em cárcere*. 2014 [material impresso].

Diuana V, Ventura M, Simas L, Larouze B, Correa M. Direitos reprodutivos das mulheres no sistema penitenciário: tensões e desafios na transformação da realidade. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016;21(7):2041-50.

Figueiredo CA, Santos MBS, Nascimento TO. Tempo de ser mãe – reflexões sobre a experiência da maternidade no sistema prisional do estado do Rio de Janeiro. *Fazendo Gênero*. 2010; 1-10.

Fonseca C. Ser mulher, mãe e pobre. In: Priore MD (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; 1997. p.511-31.

Foucault M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 10a ed. Petrópolis: Vozes; 1987.

Franco DA. Maternidade e amamentação: engrenagens político-sociais na fabricação de famílias desviantes. *Mnemosine*. 2013;9(1):p.169-91.

Freire MML. “Ser mãe é uma ciência”: mulheres, médicos, e a construção da maternidade científica na década de 1920. *Rev História, Ciências e Saúde*. 2008;15(Supl):p.153-71.

Galheigo SM. O cotidiano na terapia ocupacional: cultura, subjetividade e contexto histórico-social. *Rev Ter Ocup Univ São Paulo*. 2003;14(3):104-9.

Galvão MCB. *Vivência de mulheres em situação de cárcere penitenciário durante o período gestacional* [dissertação]. Natal: Enfermagem, Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte; 2012.

Giordani AT, Bueno SMV. A maternidade para mulheres detentas e a transmissão vertical das DST/Aids. *J bras Doenças Sex Transm*. 2001;13(6):12-24.

Gomes ABF. *As prisões do feminino e as mulheres nas prisões: um recorte sobre a maternidade encarcerada* [dissertação]. Niterói: Instituto de ciências humanas e filosofia, Universidade Federal Fluminense; 2010.

Guedes MA. Intervenções psicossociais no sistema carcerário feminino. *Psicol cienc prof*. 2006;26(4):558-569.

Guiraldelli R. Pelos meandros da história oral: cotidiano e narrativas de mulheres trabalhadoras. *Revista de História Oral – Oralidades*. 2011;10:139-59.

Goffman, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 8a ed. São Paulo: Perspectiva; 2010.

Heller, A. *O cotidiano e a história*. 8 a ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

Klein C. Educação, maternidade e política cultural. *Gênero*. 2007;7(2):175-196.

Leal MC, Ayres BVS, Pereira APE, Sánchez AR, Larouzé B. Nascer na prisão: gestação e parto atrás das grades no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016;21(7):2061-70.

Lefebvre, H. *Critique of Everyday Life*. London: Verso; 1991a. 1v.

Lefebvre, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática; 1991b. 24v. (Série Temas: Sociologia e Política).

Lacombe MSM. *Os fundamentos marxistas de uma sociologia do cotidiano*. In: Anais do Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPOCS) e Pesquisa em Ciências Sociais. 145-172, 2007. Caxambu, Brasil. 2007; 31(1).

Lima GMB, Neto AFP, Amarante PDC, Dias MD, Filha MOF. Mulheres no cárcere: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. *Saúde debate*. 2013;37(98):446-56.

Lima SAB. O cotidiano e a participação social. In: LIMA SAB. *Participação social no cotidiano*. São Paulo: Cortez; 1980. p.41-7.

Lopes R. *Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades* [tese]. São Paulo: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo; 2004.

Lopes RMF, Mello DC, Argimon IIL. Mulheres encarceradas e fatores associados a drogas e crimes. *Ciênc cogn*. 2010;15(2):121-31.

Marques SFN. *Os descaminhos da maternidade em contexto prisional: um estudo com mulheres reclusas no estado do Amazonas* [dissertação]. Amazonas: Psicologia, Universidade Federal do Amazonas; 2011.

Martins JS. Desigualdade e diferença: Ciladas da compreensão. In: MARTINS JS. *Uma sociologia da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto; 2014. p.159-197.

Martins JS. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo Social Rev Sociol USP*. 1998; 10(1):1-8.

Mattar LD, Diniz CSG. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. *Interface*. 2012;16(40):p.107-19.

Meihy JCSB, Holanda F. *História oral: como fazer, como pensar*. 2a ed. São Paulo: Contexto; 2014.

Meihs JCSB, Ribeiro SLS. *Guia prático de história oral*: Para empresas, universidades, comunidades, famílias. 1a ed. São Paulo: Contexto; 2011. 1v.

Mello C, Gauer G. Vivências da maternidade em uma prisão feminina do Estado do Rio Grande do Sul. *Sal & Transf*. 2011;1(3):113-21.

Mello DC, Lopes RMF, Esteves CS, Baumer A, Argimon ILL. Influência da religiosidade e sintomas de desesperança em mulheres prisioneiras. *Psicol Am Lat*. 2013;24:97-108.

Minayo MCS. A hermenêutica dialética. In: Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13a ed. Rio de Janeiro: Hucitec; 2013. p.327-350.

Minayo MCS. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6a ed. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco; 1999.

Minayo MCS. Hermenêutica-Dialética como caminho do pensamento social. In: Minayo MCS, Deslandes SF. *Caminhos do Pensamento: epistemologia e método*. 20a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2008. (Coleção criança, mulher e saúde).

Miranda AE, Vargas PRM, Viana MC. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. *Rev. Saúde Pública*. 2004;38(2):255-260.

Modesti MC. *As mulheres aprisionadas e os reflexos familiares decorrentes do cárcere: as drogas e as dores da privação da liberdade* [dissertação]. Florianópolis: Direito, Universidade Federal de Santa Catarina; 2011.

Monteiro DO. *Maternidade na prisão: instrumentos de proteção e defesa dos direitos humanos* [dissertação]. João Pessoa: Centro de ciências jurídicas, Universidade Federal da Paraíba; 2013.

Moraes PAC, Dalgalarondo P. Mulheres encarceradas em São Paulo: saúde mental e religiosidade. *Jornal Bras de Psiquiatria*. 2006;55(1):50-6.

Moreira LE, Nardi HC. Mãe é tudo igual? Enunciados produzindo maternidade(s) contemporânea(s). *Estudos Feministas*. 2009;17(2):569-94.

Nicolau AIO, Ribeiro SG, Lessa PRA, Monte AS, Ferreira RCN, Pinheiro AKB. Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. *Acta paul enferm*. 2012; 25(3):386-92.

Oliveira EPT. Mulheres em conflito com a lei: a resignificação de identidades de gênero em um contexto prisional. *Rev bras linguist apl*. 2009; 9(2):391-414.

Organização das Nações Unidas. *Regras de Bangkok*. Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras. Regras de Bangkok. 2010.

Paim HHS. Marcas no corpo: gravidez e maternidade em grupos populares. In: Duarte LFD, Leal OF (org.). *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1998. p.31-48.

Pais, JM. *Vida Cotidiana: enigma e revelações*. São Paulo: Cortez; 2003.

Pereira EL. Famílias de mulheres presas, promoção da saúde e acesso às políticas sociais no Distrito Federal, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. 2016;21(7):2123-34.

Pastoral carcerária; Conectas direitos humanos; Instituto sou da paz. *Penitenciárias são feitas por homens e para homens*. 2012. Disponível em: <<http://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/09/relatorio-mulherese-presas-versaofinal1.pdf>> Acesso em: 09.Set.2013.

Pinho GSA. *Por que “essas mulheres” têm tantos filhos?* Um estudo sobre mulher, maternidade e pobreza [tese]. Rio de Janeiro: Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; 2010.

Quitete B, Paulino B, Hauck F, Nemer ASA, Fonseca VAS. Transtorno de estresse pós-traumático e uso de drogas ilícitas em mulheres encarceradas no Rio de Janeiro. *Rev psiquiatr clín*. 2012; 39(2):43-47.

Reis LPC. *Construção cultural da maternidade: a experiência de mães do Subúrbio Ferroviário de Salvador-Ba* [tese]. Bahia: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia; 2010.

Ribeiro SLS. *Tramas e traumas: identidades em marcha* [tese]. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo; 2007.

Santa Rita RP. Mães e crianças atrás das grades. *Rev Sociologia Jurídica*. 2006a;03:1-19.

Santa Rita RP. *Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade da pessoa humana* [tese]. Brasília: Serviço Social, Universidade de Brasília; 2006b.

Santos AP. O NEHO e os movimentos sociais: a visão do outro. *Revista de História Oral – Oralidades*. 2007;1:65-76.

Santos RCS. *Maternidade no cárcere: Reflexões sobre o sistema penitenciário feminino* [dissertação]. Niterói: Serviço Social, Universidade Federal Fluminense; 2011.

São Paulo [Estado]. Poder Executivo. *Resolução conjunta SS/SJDC/SSP/SAP – 1, de 28 de Fevereiro de 2012*. Veda o uso de algemas em presas gestantes, nas condições que especifica, e dá providências correlatas. 2012.

Sarti C. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados; 1996.

Scavone L. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. *Interface*. 2001;5(8):p.47-59.

Soares BM Ilgenfritz I. *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond; 2002.

Stecanela N. *Jovens e cotidiano: Trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida*. Caxias do Sul: Educs; 2010.

Stella C. Aprisionamento materno e escolarização dos filhos. *Psicol Esc Educ*. 2009a;13(1):21-28.

Stella C. Filhos de mulheres presas o papel materno na socialização dos indivíduos. *Est Pesq em Psicol*. 2009b;9(2):292-306.

Tapparelli G. Este não é o meu lugar. Direitos humanos e políticas públicas para crianças nascidas atrás das grades. *Jura Gentium*. 2009;VI(2):105-118.

Torquato AL. *Percepção de mães sobre vínculo e separação de seus bebês em uma unidade prisional feminina na cidade de São Paulo-SP* [dissertação]. Bauru: Psicologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2014.

Vaitsman J. A perspectiva teórica. In: Vaitsman J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Rocco; 1994. p.27-74.

Ventura M, Simas L, Laouzé B. Maternidade atrás das grades: em busca de cidadania e de saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira. *Cad. Saúde Pública*. 2015;31(3):607-19.

Viafore D. A gravidez no cárcere brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Direito & Justiça*. 2005;31(2):91-108.